



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA  
SUSTENTÁVEL**

**PATRICIA FERREIRA QUARESMA**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR):  
DESEMPENHO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ**

MACAPÁ - AP  
2023

**PATRICIA FERREIRA QUARESMA**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR):  
DESEMPENHO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS PARA COMERCIALIZAÇÃO  
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá, para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

MACAPÁ - AP  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

---

Q1 Quaresma, Patrícia Ferreira.

Secretaria de desenvolvimento rural (SDR): desempenho institucional nas políticas de comercialização da agricultura familiar no Amapá / Patrícia Ferreira Quaresma. - Macapá, 2023.

1 recurso eletrônico. 190 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação da Amazônia Sustentável, Macapá, 2023.

Orientador: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão .

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Desenvolvimento Rural. 2. Políticas Públicas. 3. Agricultura Familiar. I. Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 343.74

---

**PATRICIA FERREIRA QUARESMA**

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR):  
DESEMPENHO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá, para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável.

Defesa em: 02 / 05 / 2023

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.  
Orientador – MDR

  
\_\_\_\_\_  
Dr. Roni Mayer Lomba  
Examinador Titular Interno /UNIFAP

Documento assinado digitalmente  
 ANTONIO CLAUDIO ALMEIDA DE CARVALH  
Data: 29/06/2023 09:51:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>  
\_\_\_\_\_  
Dr. Antônio Cláudio Almeida de Carvalho  
Examinador Titular Externo / EMBRAPA-AP

Resultado: APROVADA

Ao Amor meu, Pinhel, companheiro de jornada.  
Ele me ensinou que a temperança deve sempre  
estar em nossos objetivos.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas oportunidades e desafios para o meu propósito maior de vida.

Aos gestores da SDR Amapá por anuir a pesquisa na instituição, e possibilitar o acesso das informações. À COAGRO, CER, CODER e ASIMS, sempre prontos a fornecer as informações necessárias à pesquisa.

Ao Conselho de Ética pela orientação da execução prática da pesquisa de campo.

À Universidade Federal do Amapá, pela oportunidade. Ao Professor Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, pelas orientações e paciência, sem as quais teria sido muito difícil a conclusão do curso.

À professora Dra. Eliane Superti, à professora Dra. Kátia Rangel e ao professor Dr. Rony Mayer Lomba pelas contribuições na banca do exame de qualificação.

Aos docentes do MDR, pelo conhecimento compartilhados e experiência impar nas aulas virtuais, pelos incansáveis momentos de incentivos em período tão desafiador (Pandemia Covid-19 e apagão), professores Dr. José Francisco de Carvalho Ferreira, Dr. Marco Antônio Chagas, Dr. Jadson Rebelo Porto, Dr. Daniel Santiago Chaves Ribeiro, Dr. Galdino Xavier de Paula Filho, Dra. Maria Geralda de Almeida, Dra. Marília Gabriela da Silva Lobato, Dr. Paulo Girardi, Dr. José Albero Tostes, Dr. Gladison Paulo Milhomens Fonseca, Dr. Gutemberg de Vilhena Silva, Dr. Haullyan Borja Lima e Silva.

A todos os colegas de turma do MDR 2020 pelos momentos alegres e de muitos desafios ao longo do mestrado.

Aos amigos Edmilson, Nalimilson, Max Ataliba pelas contribuições me enviando material sobre meu tema para esta pesquisa, em especial a Anne pelo apoio na pesquisa de campo, organização, transcrição das informações e formatação da dissertação.

Aos colegas de trabalho pelo apoio e paciência neste momento importante da minha carreira profissional.

Às minhas amigas de caminhada Silvana, Ana Cláudia e Susana pelo incentivo em mais um projeto profissional.

À minha família pela compreensão da minha ausência nos momentos familiares, a meus pais (in memoriam) pelo imensurável apoio nesta experiência terrena, principalmente minha mãe que me ensinou a necessidade da disciplina e determinação para alcançar meus objetivos.

Minha gratidão!

*“Não vos conformeis com este mundo, mas reformai-vos pela renovação do vosso espírito, para que saibas aquilatar qual é a vontade de Deus, o que é bom, o que lhe agrada e o que é perfeito”*

*Romanos 12:2*

## RESUMO

A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR/AP) tem como finalidade precípua implementar a política de desenvolvimento rural para as atividades do primeiro setor econômico do estado do Amapá, o que garante para agricultura familiar amapaense o seu lugar de importância na referida política. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a atuação da SDR/AP na gestão das políticas públicas, que contribuem para a integração das famílias de agricultores na economia do Amapá, por meio da comercialização da produção familiar nas feiras de agricultores dos municípios de Macapá e Santana. Esta pesquisa indicou a necessidade de aprofundar o estudo para identificar as ações e programas operacionalizados, os resultados efetivos e as limitações na gestão das políticas públicas e a importância da agricultura familiar na economia do Amapá, por meio da comercialização da produção familiar nas feiras. Utilizou-se como método de pesquisa o estudo de caso e nas atividades de campo, investigou-se as proposições que identificaram a dinâmica de gestão da política de desenvolvimento rural pelos gestores e técnicos envolvidos no processo de implementação. Em análise do processo de gestão da SDR/AP, e conseqüentemente das tomadas de decisões, que norteiam as ações e os principais programas operacionalizados pela SDR/AP para implementação da política de desenvolvimento rural voltadas para a agricultura familiar, percebe-se a falta de conectividade com a realidade local, quando os envolvidos no processo tomam decisões de forma reativa, ou até mesmo subjetivas, isto é, a gestão da SDR/AP ainda carrega forte influência da gestão pública com base no modelo econômico capitalista, o qual homogeneiza as relações econômicas de produção.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas. Agricultura Familiar.

## ABSTRACT

The Secretariat for Rural Development of Amapá (SDR/AP) has the primary purpose of implementing the rural development policy for the activities of the first economic sector of the state of Amapá, which guarantees a place of importance for family farming in Amapá in that policy. This research aims to analyze the performance of SDR/AP in the management of public policies, which contribute to the integration of farming families in the economy of Amapá, through the commercialization of family production at farmers' fairs in the municipalities of Macapá and Santana. This research indicated the need to deepen the study to identify the actions and programs implemented, the effective results and limitations in the management of public policies and the importance of family farming in the economy of Amapá, through the commercialization of family production in fairs. The case study was used as a research method and in the field activities, the propositions that identified the management dynamics of the rural development policy by the managers and technicians involved in the implementation process were investigated. In analyzing the management process of the SDR/AP, and consequently the decision-making, which guide the actions and the main programs operated by the SDR/AP for the implementation of the rural development policy aimed at family agriculture, it is noticed the lack of connectivity with the local reality, when those involved in the process make decisions reactively, or even subjectively, that is, the management of the SDR/AP still carries a strong influence of public management based on the capitalist economic model, which homogenizes relations economic production.

**Key-words:** Sustainable Development. Environmental Law. Environment. Criminal Prevention.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1. Políticas públicas e política de Estado.....	26
Diagrama 2. Gestão de políticas públicas a partir do esquema 8PS.....	28
Fluxograma 1. Principais processos coordenados pela CODER, CER e COAGRO. ....	56
Fotografia 1. Imagem aérea da Feira do Produtor do Buritizal. ....	72
Fotografia 2. Vista interna da Feira do Produtor do Buritizal. ....	72
Fotografia 3. Imagem aérea da Feira do produtor do Jardim Felicidade.....	73
Fotografia 4. Vista Interna da Feira de Produtor de Santana.....	74
Fotografia 5. Imagem frontal da Feira do Produtor de Santana. ....	75
Fotografia 6. Vista Interna da Feira de Produtor de Santana.....	75
Fotografia 7. Vista aérea frontal do Mercado de Pescado. ....	77
Fotografia 8. Imagem estrutura interna do Mercado de Pescado. ....	77
Fotografia 9. Estrutura externa da Feira do Pacoval. ....	78
Fotografia 10. Estrutura interna da Feira do Produtor do Pacoval. ....	79
Fotografia 11. Estrutura interna da Feira do Pacoval (bancadas para comercialização).....	79
Gráfico 1. Recursos disponibilizados por instituição governamental (R\$1,0 M/R \$0,1 K).....	48
Gráfico 2. Dotação Orçamentária vs Orçamento Executado.....	63
Gráfico 3. Execução Orçamentária e Financeira e recurso investido na agricultura familiar. .	65
Gráfico 4. Produtores por comunidades participantes do programa de escoamento e comercialização da produção familiar no período de 2015 a 2021. ....	68
Gráfico 5. Receita gerada durante os anos de 2015 a 2021 para a Feira do Buritizal. ....	73
Gráfico 6. Receita gerada durante os anos de 2015 a 2021 para a Feira do Jardim Felicidade. ....	74
Gráfico 7. Receita gerada durante os anos 2015 a 2020 para a Feira de Santana. ....	76
Gráfico 8. Receita gerada por ano para a Feira do Pacoval.....	80
Gráfico 9. Programa Escoamento da Produção. Recurso Investido vs Receita Gerada nas feiras com a venda dos produtos durante o período de 2015 a 2021.....	81
Gráfico 10. Quantidade de comunidades participantes do programa de escoamento e comercialização da produção familiar. ....	82
Gráfico 11. Renda média mensal dos produtores comparado ao salário-mínimo de cada ano.	86
Linha do Tempo 1. As atividades e o processo de crescimento econômico brasileiro. ....	38
Linha do Tempo 2. Instituição de políticas para desenvolvimento rural no Amapá. ....	53
Mapa 1. Comunidades participantes por município. ....	84

Organograma 1. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).....	55
Quadro 1. Comparativo das teorias Estadocêntrica e Policêntrica (Primeiro nó conceitual)..	24
Quadro 2. Dinâmica de análise de política pública fundamentada na teoria multicêntrica.....	25
Quadro 3. Estágio de crescimento econômico - modelo centro-periferia. ....	37
Quadro 4. Referencial de gerações de políticas públicas. ....	41
Quadro 5. Tipologia dos mercados da agricultura familiar. ....	45
Quadro 6. Instituições governamentais e campo de atuação nas políticas públicas.....	47
Quadro 7. Finalidade e Organização do Departamento de Produção e Pesquisa. ....	52
Quadro 8. Programas e Ações desenvolvidas pela SDR. ....	60

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1. Média de Famílias participantes do Programa de escoamento e Comercialização da Produção Familiar por Município- AP. .... 83

Tabela 2. Dados da quantidade de produtos comercializados e receita gerada nas feiras por ano. .... 85

## LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CER	Coordenadoria de Economia Rural
CGE/AP	Controladoria Geral do Estado do Amapá
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
COAGRO	Coordenadoria de Agronegócio
CODER	Coordenadoria de Desenvolvimento Rural
DIAGRO	Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEPA	Federação Estadual da Agricultura e Pecuária do Pará
FRAP	Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
IDR	Índice de Desenvolvimento Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PECPF	Programa de Escoamento e Comercialização da Produção Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPA	Plano Plurianual
PPI	Programa de Produção Integrada
PROINF	Projetos de Infraestrutura
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTAF	Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá
SDR/AP	Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá
SEPLAN/AP	Secretaria do Estado de Planejamento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>2 NATUREZA E FUNDAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>21</b>
<b>3 ESTRUTURA SOCIAL RURAL DO AGRICULTOR FAMILIAR NO BRASIL</b> .....	<b>31</b>
<b>4 DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL NO BRASIL</b> .....	<b>35</b>
<b>5 POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS DE MERCADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL</b> .....	<b>40</b>
<b>6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR DO AMAPÁ</b> .....	<b>46</b>
6.1 INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ: UM BREVE HISTÓRICO .....	50
<b>7 SDR: GESTORA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ</b> .....	<b>53</b>
7.1 PROGRAMAS E AÇÕES DA SDR .....	57
7.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO AMAPÁ .....	64
7.2.1 Execução orçamentária e investimento na agricultura familiar no período de 2015 a 2021 .....	65
<b>8 PROGRAMA DE INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> .....	<b>69</b>
8.1 SDR NA GESTÃO DAS FEIRAS DE AGRICULTORES DE MACAPÁ E SANTANA	71
8.1.1 Investimentos no programa de escoamento e comercialização da produção da agricultura familiar nas feiras de Macapá e Santana .....	80
8.1.2 Participação das comunidades rurais amapaenses no programa de escoamento e comercialização da produção familiar nas feiras do agricultor dos municípios de Macapá e Santana .....	82
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>92</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>100</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>139</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Compreende-se que o Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico se refere ao processo de planejamento integrado de políticas que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, ajustando os recursos às necessidades. Esta abordagem envolve o uso de informações e recursos para o desenvolvimento de projetos que visam promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental em níveis nacionais, regionais e locais.

Nesta compreensão, a gestão das políticas públicas para o desenvolvimento rural é um processo fundamental para garantir o crescimento econômico, ambiental e social do meio rural. O objetivo desta gestão é promover o aumento da produtividade e da renda dos agricultores, aumentar a empregabilidade nas áreas rurais, melhorar a infraestrutura, aumentar os níveis de investimento e maximizar os benefícios do desenvolvimento para todos os membros da comunidade rural.

Tal gestão deve ser baseada em princípios de participação comunitária, equidade, responsabilidade fiscal, eficiência e transparência. É necessário que haja um processo de planejamento que inclua a definição de metas e objetivos, a identificação de recursos, a definição de orçamentos e a implementação de ações. Além disso, é importante que haja a participação de todos os membros da comunidade rural, desde agricultores até líderes locais, para garantir um resultado efetivo e consistente.

Assim, refletir sobre os processos de gestão das políticas públicas para o desenvolvimento rural do Amapá atualmente, exige que o olhar que aponte para os dezesseis municípios amapaenses, especialmente pelas particularidades em que o estado do Amapá, está inserido, como a sua localização na Amazônia Legal, ao norte do Brasil, com extensão territorial de 142.470,762 km<sup>2</sup> (IBGE, 2020). Apesar de pouca dimensão em relação a outros estados da Federação, apresenta algumas características que lhe são peculiares, conforme apontado a seguir:

- a) A quantidade de área destinada às Unidades de Conservação (UC), aproximadamente 65% de seu território (FILOCREÃO e COSTA, 2016).
- b) Sua localização estratégica, conforme apontado por Porto (2023), uma vez que, o estado do Amapá apresenta comportamentos espaciais e territoriais para além da posição geográfica<sup>1</sup>, enquanto parte de uma nação com funções econômicas no contexto regional, nacional e global, assim como, a responsabilidade de atuar

---

<sup>1</sup> Oceano Atlântico, Suriname, Guiana Francesa e, estado do Pará (IBGE, 2020).

nas relações entre os blocos econômicos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União Europeia, Tratados militares, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Atlântico Sul, a começar pela eficácia na reciprocidade da cooperação com a França.

A capital do estado do Amapá possui diversos pontos turísticos, alguns de relevância histórica, como é o caso da Fortaleza de São José, construída no século XVIII, situado na margem esquerda do rio Amazonas (IBGE, 2021).

Dizer o que tem de melhor nesta terra Tucuju é um grande desafio, por ser um estado rico em biodiversidade, hidrografia e cultura local diversificada, começando pelas tribos indígenas, passando pelos ribeirinhos até as comunidades quilombolas.

Estas características naturais, culturais e os aspectos turísticos supracitados, descrevem uma pequena amostra, do que representa o Amapá para os amapaenses, sendo tal sentimento muito bem expressado em uma música de Zé Miguel (2008): *“Meu endereço é bem fácil é ali no meio do mundo onde está meu coração [...] É fácil o meu endereço vá lá quando o sol se pôr na esquina do rio mais belo com linha do equador [...]”*.

Diante de tal cenário, se faz necessário refletir também sobre algumas realidades do Amapá, uma delas é a população, estimada em 2021 em 877.613 habitantes, deste total, 89,8% estão concentradas em áreas urbanas, e 10,2% somente correspondem à população rural (IBGE, 2021<sup>2</sup>).

Nas áreas rurais vivem e sobrevivem diversas famílias de agricultores, que ao longo dos anos têm enfrentado barreiras para participarem ativamente das políticas públicas, em uma busca contínua de alcançar os diversos programas promovidos pelo governo para o desenvolvimento rural do Amapá.

Na estrutura estatal do Amapá há organizações públicas<sup>3</sup> com a finalidade de promover o desenvolvimento rural do estado, no entanto, o objeto desta pesquisa está centrado na Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), por entender que a referida Secretaria de governo do estado do Amapá é um dos canais de fundamental importância no apoio a parcela de agricultores familiares que pretendem ou que já participam da economia do estado, comercializando seus produtos nas feiras e demais formas de mercado para produção familiar.

---

<sup>2</sup> Para o cálculo estimado da população urbana (788.096) e rural (89.517) foram adotados os índices do último censo (2010).

<sup>3</sup> DIAGRO, MAPA, CONAB, EMBRAPA, INCRA, RURAP, PESCAP, IEPA, UNIFAP, IFAP, UEAP, SDR, SEMDEC, SEBRAE (SARAIVA, 2019)

Nas últimas décadas, criou-se, na região amazônica, uma perspectiva de desenvolvimento sustentável em direção a novos mercados para produção e exportação de produtos amazônicos<sup>4</sup>. Neste cenário, uma grande expectativa está voltada para a agricultura familiar, pois esta atividade já é considerada “a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira” (MAPA, 2019). Contudo, no Brasil há um histórico de desvalorização da agricultura familiar que perdurou até a década de 1990, quando volta a ser pensada no cenário nacional através de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A partir disso, o desenvolvimento rural apresenta novas configurações e ganha destaque nos estudos rurais, devido aos esforços de análises feitas por muitos pesquisadores para buscar entender e trazer propostas teórico-metodológicas para o assunto (SILVA e FONSECA, 2016). Por exemplo, Hoffman (2014), em estudos realizados com base no Censo Agropecuário de 2006, enfatiza a importância deste segmento e apresenta resultados da participação da produção familiar. Em 2006, o percentual de participação foi de 33,2%, o qual corresponde ao valor anual de 54,5 bilhões de reais em relação ao valor total de R\$169 bilhões da produção agrícola brasileira (HOFFMAN, 2014).

Por outro lado, no que concerne às desigualdades socioeconômicas, um ponto a ser considerado é o nível de desenvolvimento rural da Região Norte do Brasil. O Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) / Fundação Getúlio Vargas (FGV), a pedido da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), realizou estudo para identificar o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) dos Municípios das regiões brasileiras. Neste estudo realizado pelo IBRE, a situação da região Norte foi considerada grave; e o Amapá ficou na escala dos municípios com resultado “regular”, em razão do IDR de 0,39 (SBERA, 2013; LOPES, 2013).

No contexto dos resultados apresentados, considerando, principalmente, as desigualdades socioeconômicas entre as regiões brasileiras e o histórico de desvalorização da agricultura familiar, a referida pesquisa se justifica pelo fato de perceber que o agricultor familiar amapaense é afetado simplesmente por estar inserido no ambiente rural de um estado impactado pelo seu baixo índice de desenvolvimento rural. Portanto, entende-se que, de forma muito própria, o agricultor familiar amapaense tem direitos e garantias constitucionais, principalmente no que se aplica aos princípios da Lei 11.326/2006.

---

<sup>4</sup> O projeto Amazônia 2030 é uma iniciativa de pesquisadores brasileiros para desenvolver um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira. O objetivo é que a região tenha condições de alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais em 2030 (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Centro de Empreendedorismo da Amazônia; Climate Policy Initiative (CPI), Departamento de Economia da PUC-Rio, 2022).

Para o governo do Amapá, ora pesquisado, a proposta de desenvolvimento rural para o estado é subsidiar os agricultores familiares por meio de acesso a novos padrões tecnológicos e políticas públicas em consonância com a realidade estrutural e econômica das regiões mais desenvolvidas do país (PORTAL GOV/AP, 2017). Percebe-se, então, que tal dinâmica tem a pretensão de tornar o agricultor familiar amapaense economicamente integrado ao sistema de redes de distribuição, agroindústrias e ao setor exportador, como igualmente acontece em outras regiões do País consideradas mais desenvolvidas. Neste sentido, entende-se que a Secretaria de Desenvolvimento Rural é um Órgão estatal com papel fundamental de fomentar políticas de fortalecimento da agricultura familiar amapaense. Além disso, o desenvolvimento para este segmento na Amazônia depende também da operacionalização das políticas públicas, considerando a realidade regional e, principalmente, os saberes da cultura local.

Assim, acredita-se que uma das possibilidades de reduzir as desigualdades socioeconômicas nos municípios amapaenses está na implementação de políticas públicas para este segmento de forma equitativa e participativa, promovendo melhores oportunidades e qualidade de vida para as famílias dos agricultores. Com isso, o problema a ser respondido nesta pesquisa é: como a Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do Amapá (SDR) tem atuado no processo de gestão das políticas públicas que contribuem para a integração da agricultura familiar na economia do estado do Amapá, por meio da comercialização dos seus produtos nas feiras de agricultores dos municípios de Macapá e Santana?

Como hipótese explicativa para este problema de pesquisa, tem-se a percepção de que a SDR, por ser uma das gestoras da política de desenvolvimento rural, com foco na comercialização dos produtos da agricultura familiar no estado Amapá, pode estar desenvolvendo seus programas sem considerar, de forma efetiva, as reais necessidades dos grupos sociais que integram este segmento.

A partir deste contexto, tem-se como objetivo geral desta pesquisa, analisar a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), na gestão das políticas públicas, que contribuem para a integração da agricultura familiar na economia do estado do Amapá, por meio da comercialização dos seus produtos nas feiras de agricultores dos Municípios de Macapá e Santana. O que leva a necessidade de aprofundar o estudo para identificar as políticas públicas implementadas para o desenvolvimento da agricultura familiar pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); Identificar e analisar os resultados efetivos e as limitações na gestão das políticas públicas implementadas para a integração da agricultura familiar na economia do Amapá, por meio da comercialização dos seus produtos nas feiras de Macapá e

Santana; e analisar a importância da participação da agricultura familiar na integração da economia do Amapá, por meio da comercialização da produção familiar nas feiras.

A pesquisa ora realizada justifica-se por fornecer um referencial teórico focado em estudos que dimensionam ao longo da história a desigualdade socioeconômica nas regiões brasileiras; e por apresentar uma realidade que paira entre a instituição de políticas públicas estatal e o jogo de forças das estruturas sociais, dando possibilidade de investigação que permita uma visão crítica sobre o processo de gestão da política de desenvolvimento rural implementada pela SDR, para a valorização da agricultura familiar e sua importância na participação da economia do estado, por meio da comercialização da produção de excedente das famílias de agricultores amapaenses, nas feiras do produtor nos municípios de Macapá e Santana. Este estudo poderá também possibilitar outras pesquisas nas diversas organizações públicas e privadas que têm a responsabilidade de promover políticas públicas de desenvolvimento rural do Amapá.

O método utilizado foi o estudo de caso, com a realização de pesquisa qualitativa e quantitativa; técnica de observação direta da relação interpessoal das equipes e entre setores, com entrevistas de gestores e técnicos da SDR e a observação indireta, com consulta bibliográfica e documental (análise dos relatórios de resultados e de gestão da SDR/AP e SEPLAN/AP). A pesquisa permeou quatro fases: delimitação da unidade caso, coleta de dados; seleção, análise e interpretação dos dados e elaboração do relatório. Nas atividades de campo, investigou-se as proposições que identificaram a dinâmica de gestão da política de desenvolvimento rural pelos gestores e técnicos envolvidos no processo de implementação de políticas públicas, o qual inicia pelo planejamento orçamentário, elaboração de novos projetos à operacionalização dos programas e ações voltadas para a agricultura familiar; e aprofundar reflexões acerca dos temas como desigualdade regional, etnocentrismo, homogeneização do sujeito social, a ressignificação dos diversos conceitos e paradigmas sob a ótica social e econômica da produção familiar e mercado para este segmento (YIN, 2001; BARBETTA, 2002; GIL, 2002; VENTURA 2007).

Após os estudos relacionados ao tema, a autora partiu para as atividades de campo, que permitiu estabelecer reflexões entre os fundamentos teóricos da pesquisa e a análise documental fornecida pela SDR e SEPLAN. Esta primeira etapa possibilitou identificar as principais políticas públicas de integração da agricultura familiar na economia do estado por meio da comercialização da produção familiar, assim como, a definição de elementos, que

foram levantados na segunda fase de campo, com as entrevistas<sup>5</sup> realizadas nos meses de dezembro de 2022 a março de 2023, com abordagem de 10 entrevistados, identificados com os códigos E001, E002, E003, E004, E005, E006, E007, E008 e E010. E ainda, buscou-se identificar as competências essenciais da Secretaria com base no organograma da SDR/AP.

As informações e dados primários quantitativos da produção e comercialização da produção excedente das famílias de agricultores e respectivas comunidades, que comercializam nas feiras do agricultor dos municípios de Macapá e Santana, foram coletadas dos relatórios anuais da COAGRO-SDR/AP. Para melhor compreender se as diretrizes da SDR estão convergindo com as políticas de governo da gestão vigente no momento desta pesquisa, foi coletado também informações dos relatórios de gestão anual da SDR/AP e SEPLAN/AP, os quais indicam diretrizes, resultados e os programas desenvolvidos para a implementação da política de desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar do Amapá. (ENTREVISTAS, VIDE APÊNDICE B).

Na fase de análise foi levado em consideração o orçamento e dotação do PPA 2012-2015, PPA 2016-2019 e PPA 2020-2023<sup>6</sup> destinado a SDR, conciliando com as ações realizadas e resultados obtidos para o desenvolvimento dos programas voltados para a agricultura familiar no período da pesquisa (2015 a 2021). É importante ressaltar que a seleção de dados seria realizada com base no período da pesquisa, primeiramente, 2015 a 2020, porém como houve dificuldade em localizar informações do período de 2015, foram consideradas as informações parciais mais importantes para pesquisa, e incluído os dados e as informações do ano de 2021, para melhor compreender os resultados /cenários referente a gestão da SDR/AP. Assim, o período selecionado para pesquisa foi de 2015 a 2021.

A discussão teórica está estruturada em cinco seções (dois a seis), que apontam cinco dimensões conceituais de estudiosos que se destacam, entre eles Filocreão (2007), Furtado (2007), Superti (2011), Abramovay (2012), Becker (2015), Schneider (2016), Boneti (2018) e Secchi, Coelho e Pires (2022), que nortearam a análise dos resultados. Um primeiro pilar sobre a natureza e fundamentos das políticas públicas, fazendo um paralelo entre instituição/implementação de políticas públicas e seus reflexos socioeconômicos nas regiões brasileiras. A segunda dimensão foi a teoria a respeito da estrutura social rural da agricultura

---

<sup>5</sup> realizadas de acordo com os padrões de prevenção ao covid-19 em atendimento ao Decreto Estadual Nº 0203 de 17 de janeiro de 2022. (AMAPÁ, 2022)

<sup>6</sup> PPA: O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo, tais como metas físicas e financeiras, público-alvo e produtos a serem entregues à sociedade, para um período de quatro anos, além dos caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. O Plano permite também, que a sociedade tenha um maior controle sobre as ações concluídas pelo governo (SEPLAN, 2022).

familiar, que problematiza a falta de prioridade para este grupo social, o qual passou a ser legitimado no Brasil com a Lei nº 11.326 de 2006, após um histórico de lutas nas origens camponesas. A terceira dimensão permeia sobre o desenvolvimento rural desigual nas regiões brasileiras, que traz como pano de fundo a realidade das transformações espaciais e sociais oriundas do modo de produção capitalista.

A quarta traz a reflexão sobre as três gerações de políticas públicas e a teoria das formas de mercados para agricultura familiar, possibilitando conectividade entre a sociedade e a natureza como forma de atender a terceira geração de políticas públicas, pautadas em um referencial de construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. O quinto pilar trata da política pública de desenvolvimento rural no Amapá, a qual coloca a SDR como protagonista no processo de gestão das políticas que contribuem para a integração da agricultura familiar na economia do Amapá por meio da produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar nas feiras de Macapá e Santana, nas seções sete e oito. E, por fim, as considerações finais e referências bibliográficas, que estão contempladas nas seções nove e dez desta dissertação.

## **2 NATUREZA E FUNDAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A noção de política pública é complexa, levando em consideração que não existe um conceito completo sobre o assunto, mas diversos conceitos que formam o que pode ser política pública. Desta forma, existem vários teóricos que atuam na construção do tema.

Para Dallari (2013), como uma das três principais teorias, o Estado está para satisfazer necessidades de grupos da sociedade, assim, as políticas públicas surgem como decisões governamentais que regulam ou influenciam determinadas áreas da sociedade, como saúde, educação, segurança etc.

O objetivo da análise de políticas públicas é fornecer informações sobre a eficácia das políticas públicas, ajudar a melhorar a administração pública e ajudar os governos a tomarem decisões informadas. Tal análise envolve uma série de etapas. Com base no ciclo proposto por Paul Spicker (2014), primeiro, é necessário identificar o problema que a política pretende abordar. Em seguida, é necessário desenvolver uma estratégia para solucionar o problema, identificar os principais interessados e avaliar se a política está alinhada com os objetivos definidos. Depois, é necessário avaliar os custos e benefícios da implementação da política e avaliar os efeitos da política no curto, médio e longo prazo. Por fim, é necessário avaliar se a política alcançou seus objetivos e, se não, quais ações devem ser tomadas para corrigir o curso.

De acordo com Frey (2000), as abordagens para análise de políticas públicas estão fundamentadas em casos empíricos e seus resultados são, a princípio, apenas validades circunstanciais. Precipitadamente, pode-se considerar modelos de ação e estruturas analisadas nos estudos empíricos, estando presente somente de forma circunstancial e peculiar, essenciais a certo sistema político administrativo. Complementa Boneti (2018), entendendo que políticas públicas derivam da dinâmica do jogo de forças nas diversas esferas das relações de poder dos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil; na análise de Secchi, Coelho e Pires (2022), não há consenso quanto à conceituação entre os teóricos sobre a temática, compreendendo que qualquer definição é arbitrária.

Segundo Frey (2000), à medida que cresce o número de estudos específicos realizados nas várias áreas da política, aumenta não apenas o conhecimento referente às políticas específicas, mas também o conhecimento teórico referente às reciprocidades entre estruturas e processos do sistema político-administrativo; e na mesma proporção os conteúdos da diretriz estatal. Além disso, na percepção do autor, a realização de estudos sobre a dimensão material de políticas públicas pressupõe um conhecimento geral dos processos de resolução dos problemas, uma vez que somente com o conhecimento suficiente, tanto das instituições quanto dos processos político-administrativos é que estes podem servir como quadro de referência para análise de cada campo de política.

Porém, antes de qualquer análise, faz-se necessário a compreensão epistemológica, com a finalidade de abordar a complexidade de ordem teórica e ideológica, que envolve a dinâmica da instituição e operacionalização das políticas públicas, na qual os teóricos Boneti (2018), Frey (2000), Secchi, Coelho e Pires (2022), de forma muito diligente e lógica, abordaram o tema. Para Boneti (2018), política pública é originada de uma ideia, a qual ressoa de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade. Portanto, a palavra princípio não traz na essência, tão-somente, o significado literal do termo, mas também, o contexto dos fatores determinantes que dão origem a uma ideia de política pública, como o caso da conjugação de interesses, inserções ideológicas, concepções científicas e as correlações de forças sociais. Já para Secchi, Coelho e Pires (2022), uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

Neste contexto, de acordo com Boneti (2018), os fundamentos que norteiam uma política pública têm origem na própria formação histórica da instituição pública, desde os primeiros filósofos que pensaram um modelo de gestão pública. Desde o século XVIII, por exemplo, após a sedimentação das bases do capitalismo, para dar continuidade ao desenvolvimento do pensamento científico concentrado no domínio da natureza, busca-se a

construção de uma ciência preocupada com as questões sociais, as Ciências Humanas, nas quais as políticas públicas têm amparo. Com a construção dessa ciência, inspirada na experiência do pensamento científico, até então, elaborado a partir do domínio da natureza, determinados fundamentos foram transferidos deste domínio natural para as Ciências Humanas, os quais são facilmente identificados até mesmo atualmente na criação e na legitimação das políticas públicas.

Mesmo considerando a longa história do pensamento científico, atualmente ainda se adota a tradição iluminista de associar uma decisão de gestão a uma verdade comprovadamente científica, como é o caso do processo de elaboração de uma política pública. Isso significa que uma decisão deve ser tomada com base em informações técnicas (científicas) da realidade na qual se busca intervir com a política pública. Neste caso, os dados técnicos têm caráter determinante, mais até que a própria vontade da população. Este é um princípio geral, porém, outros foram sendo incorporados a partir dele no decorrer da trajetória da construção da ciência e dos fundamentos da instituição pública (BONETI, 2018).

Existem, entretanto, alguns aspectos integrantes do racionalismo clássico, os quais fundamentam as instituições, a elaboração e execução das políticas públicas, que pouco têm se modificado ao longo da história do pensamento científico, e que estão muito presentes atualmente. É o caso de alguns povos, sobretudo os considerados desenvolvidos, que adotam o entendimento segundo o qual as suas sociedades centralizam a verdade em termos de costumes culturais, desenvolvimento social e econômico. Estas sociedades têm dificuldades de compreender como verdade as diferenças culturais que não sejam as suas. Isso se chama etnocentrismo. Segundo esta concepção, existe uma verdade única e universal, entendida como o centro, e é a partir dela que se instituem as atribuições do certo e do errado (BONETI, 2018).

Enfatizando a dimensão da concepção etnocêntrica, que considera uma parte da humanidade desprovida de conhecimento e de saberes, a qual gera um sistema de poder. Seguindo esta percepção, Krenak (2019), pondera e argumenta:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas escolhas feitas em diferentes períodos da história. (KRENAK, 2019, p. 11-13).

Observa-se que um dos cerne da questão, portanto, está sedimentado justamente na razão científica, como afirma Boneti (2018), exatamente do entendimento que a ciência é única e universal e essa verdade técnica vem envolta de um caráter de completude, que a distingue

como ciência. É deste pensamento que surge a concepção de dualidade submergindo a ideia de centro e de periferia como atribuição de valor de verdade. O centro retém mais e melhor tecnologia, mais riqueza e mais verdade. Com isso, nasce a tendência de se atribuir modelos sociais, culturais e de desenvolvimento social. E a partir deste entendimento, as necessidades dos grupos dominantes são absorvidas pelas sociedades consideradas pobres, assim como a superação das carências da população pobre é feita utilizando-se das estratégias dos grupos dominantes.

Ainda nesta contextualização da complexidade que envolve os estudos sobre política pública, principalmente, a falta de consenso dos conceitos, definições e fundamentação entre os estudiosos, levaram os autores Secchi, Coelho e Pires (2022), a definirem três linhas de análises, as quais foram denominadas de “nó conceitual”. A primeira, concerne à competência para elaborar, estabelecer e implementar as políticas públicas; a segunda, paira sobre a ação, omissão ou negligência do agente competente e gestor da política pública; e a terceira, analisa os níveis estruturais de diretrizes que configuram uma política pública.

De forma sumarizada, apresenta-se o quadro 1 demonstrando a Competência para elaborar, estabelecer e implementar as políticas públicas, de acordo com as teorias Estadocêntrica e Multicêntrica.

**Quadro 1.** Comparativo das teorias Estadocêntrica e Policêntrica (Primeiro nó conceitual).

<b>PRIMEIRO NÓ CONCEITUAL</b>		
	<b>Estatista ou Estadocêntrica</b>	<b>Multicêntrica ou Policêntrica</b>
<b>Competência para elaborar, estabelecer e implementar as políticas públicas</b>	<b>A política é pública quando:</b>	
	A competência de estabelecer e fazer a gestão é exclusiva do Estado.	O problema a ser enfrentado é público.
	Os núcleos sociais não estatais podem participar somente no processo de elaboração e implementação.	A solução do problema público se dá por meio da articulação do Estado e sociedade de forma espontânea e horizontal.

FONTE: Secchi, Coelho e Pires (2022). Elaborado pela autora.

A segunda linha de teóricos da abordagem multicêntrica ou policêntrica, aqui inclui-se Leonardo Secchi, Fernando Coelho e Valdemir Pires, que compartilham da mesma ideia e complementam demonstrando que a dinâmica de análise de política pública passa por vários aspectos, conforme mostra o quadro 2.

**Quadro 2.** Dinâmica de análise de política pública fundamentada na teoria multicêntrica.

<b>Dinâmica de análise - Teoria multicêntrica</b>		
1 - Enfoque mais interpretativo do problema público e de seu enfrentamento	A interpretação do que seja um problema público e do que seja a intenção de enfrentar um problema público aflora nos atores políticos envolvidos com o tema.	Núcleo social: os <i>policymakers</i> , os <i>policytakers</i> , os analistas de políticas públicas, a mídia, os cidadãos em geral.
2 – Análise da personalidade jurídica	Abordagem multicêntrica evita a pré-análise da personalidade jurídica antes de enquadrar suas políticas como sendo públicas.	Evitar verificação infrutífera como: Uma prefeitura tem personalidade jurídica de direito público e, por isso, elabora políticas públicas?
3 - Aproveitamento do instrumental analítico e conceitual.	Para obter amplo espectro de fenômenos político- administrativos.	Considerando a natureza não estatal.
4 - Distinção entre o público e o privado e a pluralidade de atores que protagonizam o enfrentamento dos problemas públicos (FREDERICKSON,1999 APUD SECCHI, COELHO e PIRES (2022).	Tal distinção faz mais sentido que a distinção entre esfera estatal e esfera não estatal. O papel do estado varia em cada país, e muda constantemente dentro de um mesmo país.	Evidenciar as mudanças no papel do estado moderno e o rompimento das Barreiras entre as esferas estatais e não estatais na solução de problemas coletivos, tais como o tráfico Internacional de drogas, o combate à fome e mudanças climáticas.
5 – A coerção como mecanismo de política pública	o estado tem a exclusividade de criar instrumentos legais e usar instrumentos punitivos legítimos sobre aqueles que não cumprem a lei, porém a coerção não é o único mecanismo de política pública.	A vida social tem acesso a outros instrumentos de política pública (informação, campanhas, prêmios, incentivos positivos, prestação de serviços etc.)

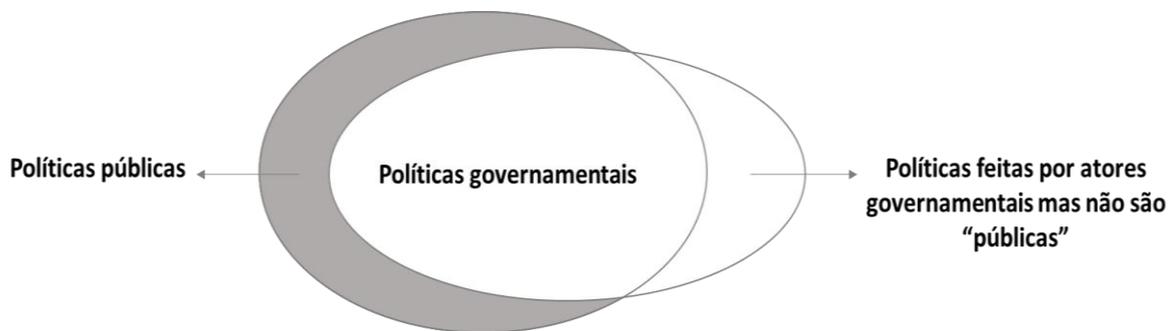
Fonte: SECCHI, COELHO e PIRES (2022). Adaptado pela autora.

Conforme observado, na contramão da teoria Estatista ou Estadocêntrica, a abordagem multicêntrica ou policêntrica compreende, que as organizações privadas em geral, assim como as redes de políticas públicas (*Police network*,) também poderão atuar na criação das políticas públicas em parceria com o Estado (DROR, 1971; KOOIMAN,1993; RHODES, 1997; REGONINI,2001, HAJER,2003 APUD SECCHI, COELHO e PIRES (2022)). Referente à dinâmica de análise de política pública, compreende os autores Secchi, Coelho e Pires (2022), que cabe ao Estado a formulação das normas, sobretudo para enfrentar problemas de desigualdades, informações divergentes e outras falhas de mercado. No entanto, do ponto de vista analítico acreditam que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas, porém, sabe-se que a supremacia e origem da centralidade do Estado moderno em relação a outros núcleos sociais acontece pela intervenção direta do Estado por meio da elaboração de políticas públicas, detenção do monopólio do poder no uso da coerção por ele legitimada, controle de grande parte dos recursos nacionais, o que lhe permite estabelecer políticas fortes no tempo e espaço que lhe aprover. Estes fatores são observados nas políticas

governamentais<sup>7</sup>, implementadas pelo Estado nas diversas regiões brasileiras, como exemplo, política pública para o desenvolvimento rural do Brasil.

Atualmente, as políticas governamentais são o subgrupo de maior importância das políticas. Outra questão que envolve o estabelecimento da política pública, conforme demonstrado no diagrama 1, é a distinção entre políticas de governo e política de Estado “a primeira recebe a conotação de política de um grupo de político em mandato eletivo, e a segunda significa aquela política de longo prazo voltada ao interesse geral da população e independente de ciclos eleitorais” (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022).

**Diagrama 1.** Políticas públicas e política de Estado.



Fonte: Secchi, Coelho e Pires, (2022).

Levando em consideração a intencionalidade pública e a resposta a um problema, observa-se no diagrama 1, quando analisada a operacionalidade de uma política pública percebe-se a diferença entre política governamental e política pública, “nem toda política pública é política de governamental”, pelo fato de que existem políticas públicas elaboradas por grupos sociais não governamentais. E ainda, “nem toda política governamental é pública”, posto que a política implementada a determinado núcleo social, não foi criada com a intenção de solucionar um problema público da coletividade, como exemplo as ações e programas exclusivamente operacionalizados (coincidentalmente ou não, em período de pré-eleições municipais, estaduais e federais) para atender interesses particulares de agentes governamentais (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022, p. 7.)

Desta forma, segundo os autores Secchi, Coelho e Pires, (2022), o problema público torna-se essencial para equalizar o conceito de políticas públicas. Aquele é o que define se uma política é pública ou não, isto é, está exatamente na sua intenção de responder a um problema público, e não se quem está decidindo tem personalidade jurídica estatal ou não estatal.

<sup>7</sup> São aquelas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Dentre as políticas governamentais, estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022).

O segundo nó envolve a Teoria conceitual da política como pública pela omissão ou negligência, a partir do ponto de vista de política como diretriz governamental. Para os estudiosos desta linha teórica, a política pública significa ação, omissão ou negligência dos governos, porém:

[...] a inação de um governante perante é um problema público crônico, como a seca no agreste nordestino, gera um questionamento sobre seus interesses na manutenção do status quo. em nossa concepção, no entanto o que temos nesse caso é uma falta de política pública voltada para a solução do problema da seca no Nordeste ou a vontade do governo de manter uma política pública que já existe mesmo que falida. (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022, p. 7).

Neste aspecto da omissão o que de fato acontece é a ausência de política pública para sanar o problema ou da pretensão do governante de manter uma política pública já implementada, enfatizam que aceitar a omissão como forma de política pública é inaceitável. Um problema público poderá ter percepções diferenciadas de acordo com cada núcleo social afetado; e qualquer que seja a percepção do problema, mesmo que traga contrassenso, dará origem a uma política pública. Caso o não agir ou o negligenciar dos agentes governamentais e não governamentais sejam entendidos como políticas públicas, tudo seria política pública, sendo impossível identificar a implementação da política pública; distinguir entre seus impactos e a causalidade, isto é o fluxo natural do processo (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022).

No terceiro nó conceitual, compreende-se que a política pública “é estruturante, e os programas, planos e projetos são apenas seus elementos operativos, não podendo ser considerados políticas públicas individualmente”, (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022, p. 9). Porém, outra a linha de interpretação de teóricos está fundamentada nas políticas públicas sendo apenas “macro diretrizes estratégicas ou conjuntos de programas” (COMPARATO 1997; MASSA-ARZABE, 2002 APUD SECCHI, COELHO e PIRES, 2022, p.9). No entanto, o autor destaca que:

[...] o nível de operacionalização da diretriz não é um bom critério para o reconhecimento de uma política pública. Se fosse adotada essa delimitação, excluiria da análise as políticas municipais, regionais, estaduais e aquelas intraorganizacionais que também se configuram como respostas a problemas públicos. [...] as políticas públicas são tanto as diretrizes estruturantes (de nível estratégico) como as diretrizes de nível intermediário e operacional. Asseverando que grande parte da construção teórica dos estudos da política acontece sobre a análise de programas, planos e políticas locais ou regionais (SECCHI, COELHO e PIRES., 2022, p.9).

Na análise dos autores Secchi, Coelho e Pires (2022):

Essa compreensão de níveis das políticas públicas tem fortalecido, de maneira alargada, a definição de “Gestão de Políticas Públicas”, a qual considera a ação e o efeito dos múltiplos atores - do Estado e da sociedade civil - em torno dos problemas públicos. Tal entendimento envolve, tradicionalmente, os aspectos cognitivos (ideias, racionalidades, crenças e valores), um espectro de regras e normas, a mobilização de diferentes recursos e gramáticas políticas, a mediação de conflitos de interesse e a tomada de decisão (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022, p.11).

Neste contexto, Secchi, Coelho e Pires (2022) observam a natureza política das políticas públicas quando há articulação entre as instituições (*polity*), a orientação política (*policy*) e a dinâmica política (*politics*). Essa conectividade esclarece a dinâmica dos elementos gerenciais como planos (macro diretriz estratégica), os quais se concretizam em ação por meio de programas (conteúdo tático-gerencial). Estes, por sua vez, se subdividem em projetos e são sustentados por processos (procedimentos operacionais). Desse modo pode-se compreender didaticamente a gestão de políticas públicas a partir do esquema dos 8PS apresentado diagrama 2:

**Diagrama 2.** Gestão de políticas públicas a partir do esquema 8PS.



Fonte: Secchi, Coelho e Pires, 2022. Adaptado pela autora

O conhecimento de gestão de políticas públicas resulta, a cada nível da política pública, em um entendimento diferente dos problemas e das soluções, uma configuração institucional diferente, na qual existem os agentes e núcleos sociais e interesses diferentes. Neste processo de gestão, o estudo do problema público possibilita perceber a diferença entre a circunstância atual e uma situação ideal a ser mitigada de acordo com a realidade pública. Um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema, isto é, a situação inadequada e pública, quando relevante para a coletividade. Outro fator que integra este estudo é a interpretação normativa de base para cada esfera situacional (SECCHI, COELHO e PIRES, 2022).

Outra análise, nos estudos de Secchi, Coelho e Pires (2022), é quanto a intencionalidade pública e a resposta a um problema público (a razão para o estabelecimento de uma política pública, é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante), estes dois elementos seriam fundamentais para o estabelecimento de uma política pública, que envolve um tratamento ou a resolução de um problema percebido de relevância coletiva.

No caso da Amazônia, uma região periférica com realidades bem peculiares, um exemplo é o fato da implementação de políticas públicas de desenvolvimento econômico visando, como um de seus objetivos principais, a diminuição das desigualdades socioeconômicas. Apesar disso, tais diretrizes convergem para a ação do capital na região, reafirmando o modelo hegemônico e excludente de abordar Amazônia como fronteira de recursos a serem explorados, preterindo as culturas e as estruturas econômicas preexistentes, não estabelecendo conexões sólidas com a realidade regional, sem mudanças estruturais e técnicas expressivas para a produtividade local e o desenvolvimento humano (SUPERTI, 2011).

Conforme visto, as implicações da concepção etnocêntrica sobre a elaboração e a operacionalização das diretrizes públicas são muitas, em especial a adoção do princípio da homogeneidade, como fim de uma política pública ou como meio de sua preparação. Em outras palavras, a ação intervencionista das instituições estatais decorrente dos planos de governo parte do pressuposto que há uma homogeneidade entre as pessoas e/ou o objeto desta ação é o da homogeneização, não tratando os grupos sociais considerados diferentes como tais, mas na perspectiva de igualá-los. Assim, é explicada a tendência de as políticas públicas adotarem modelos de referência de sociedades consideradas desenvolvidas (BONETI, 2018).

Superti (2011), assevera que tal realidade nas comunidades da Amazônia, onde políticas públicas não foram planejadas para contemplar os anseios e necessidades econômicas e sociais específicas dessas comunidades, embora as beneficiem parcialmente, são, ainda, caracterizadas pela ausência de infraestrutura básica. Elas marcam um descompasso entre a agenda pública e as demandas advindas da realidade cultural peculiar da região, provavelmente porque esses anseios não necessariamente coincidem com as necessidades do capital e, em razão da fragilidade política de tais interesses para fazer-se presente na correlação de forças da qual resultam as políticas públicas. Isso significa acreditar que comunidades ou pessoas que utilizam modelos singulares de produção da vida material e/ou social jamais podem se desenvolver socialmente a partir das suas próprias experiências, mas dependem do impulso da força de ideias e de tecnologias de comunidades externas (BONETI, 2018).

Quando se fala em planejamento governamental e a sua relação com a distribuição equitativa do conhecimento, diz respeito ao papel da homogeneização propagada pelas instituições públicas que estabelecem parâmetros quantitativos e qualitativos em torno do conteúdo absorvido e do comportamento apreendido pelo sujeito social, cuja finalidade é a busca da homogeneidade. Essa uniformidade é utilizada como parâmetro e como meta pelas políticas públicas de alteração da base técnica de produção. Na verdade, ao estabelecer metas busca-se homogeneizar os sujeitos sociais, adotando uma postura indiferente em relação às

diferenças. Essa diferenciação impeditiva para o processo da absorção do saber passa por um conjunto mais amplo de racionalidades, fazendo-se presente fatores mais gerais envolvendo: traços culturais, padrões morais, crenças religiosas, entre outras (BONETI, 2018).

Conclui-se, ainda, que a lógica dos procedimentos metodológicos utilizados pelas instituições públicas de repasse do conhecimento socialmente produzido a diferentes segmentos sociais assemelha-se à lógica do mercado, segundo a concepção liberal. Pressupõe-se que o mercado, na condição de elemento regulador das relações sociais, de conformidade com a teoria da lei da vantagem comparada, possibilita que todos os segmentos sociais tenham acesso a ele em iguais condições, podendo se adaptar às regras homogêneas da oferta e da procura de igual para igual. Ignoram-se, então, as condições diferenciadas dos participantes do mercado e que isso sim constitui elemento definidor na questão do “levar vantagem” (BONETI, 2018).

Existem, hoje, novos agentes definidores do planejamento público, sendo um dos importantes agentes determinantes dessas ações governamentais nacionais, as elites internacionais. Isto é, entende-se que existe uma correlação de forças no plano global que interfere na definição das políticas públicas nacionais. Fala-se em elite e não em classe dominante, pois em um projeto de classe entende-se haver uma homogeneidade de interesse e postulações dos mesmos projetos no interior de uma determinada classe social, por outro lado, ao se admitir que exista um projeto das elites como fator determinante na definição das políticas públicas, reconhece-se, que a definição das diretrizes públicas dos países envolvidos com projeto econômico das elites depende, também, de uma correlação de forças envolvendo diferentes interesses, específicos da própria elite, entendidos como classe dominante, como é o caso de representantes de grandes corporações econômicas (BONETI, 2018).

Existe outra composição de forças agindo como agente definidor das políticas públicas, que são as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais em geral, que atuam nos âmbitos nacional e global. O primeiro aspecto que infere sobre os movimentos sociais, são as especificidades que constituem o caráter das relações econômicas e sociais globais dos dias de hoje (BONETI, 2018). Em outros termos, há uma ordem conduzida por um projeto mundial de produção econômica e organização política que surge como um vetor hegemônico buscando homogeneizar as relações econômicas, tecnológicas de produção, hábitos culturais e diversas outras aptidões.

Entende-se que os movimentos sociais, hoje, são contra hegemônicos pelo fato de, diferentemente das suas ações do passado, que buscavam atender as necessidades básicas como a sobrevivência física, a propriedade da terra, ou a defesa de interesses de classe, tendem a ressaltar o que é singular, diferente, contestando uma lógica hegemônica mundial, buscando

novas alternativas de produção, de relações com a propriedade, de uma nova ordem na relação entre produção e meio ambiente, de busca de superação do convencionalismo das relações afetivas. Trata-se do resgate da individualidade, da singularidade, da diferença, enfim, do sujeito (BONETI, 2018).

Um exemplo dessas transformações que levam determinados grupos a refutar esse modelo de produção, que exclui o que não lhe é peculiar, com alternativas de modelo de desenvolvimento rural diferenciado, já é uma prática utilizada em algumas áreas rurais do Sul do país, envolvendo conexões caracterizadas por uma produção especializada, originadas de desenhos técnicos normativos, orientada pelo mercado e lógicas camponesas, as quais asseguram formas de reconexão da sociedade com a natureza, através da transformação recíproca do social e do natural. Essa combinação de lógicas de agricultura é geradora de heterogeneidades importantes para a consolidação de um conjunto de práticas sociais e de técnicas sustentáveis no contexto socioeconômico e ambiental (MEDEIROS, 2017).

Parte-se do entendimento que é um longo caminho rever todo um legado de influências e intervenções globalizadas, arraigadas na ideia do que se apresenta ideologicamente como o caminho “certo” para instituir políticas públicas em consonância com as reais necessidades dos beneficiários.

### **3 ESTRUTURA SOCIAL RURAL DO AGRICULTOR FAMILIAR NO BRASIL**

A agricultura familiar no Brasil teve sua legitimidade reconhecida com a criação da lei 11.326 de 24/07/2006, a referida Norma estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais no Brasil. Este instituto normativo estabelece um conceito amplo da agricultura familiar<sup>8</sup>; os princípios e os instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas a este segmento. Porém, o caráter familiar como base reprodutiva dos pequenos agricultores, sobretudo considerando a subsistência é pretérito a referida Lei, o qual permeia por um legado histórico

---

<sup>8</sup> Agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que desenvolve as atividades no meio rural atendendo concomitantemente o rol dos seguintes requisitos: não deter, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; utilizar mão-de-obra da própria família, predominantemente, nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; faça a gestão do seu estabelecimento ou empreendimento com sua família; e ter percentual mínimo da renda familiar procedente de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento de forma sustentável, por meio dos programas de apoio à conservação ambiental e o de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituídos pela LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

das teorias clássicas<sup>9</sup> dos estudos camponeses as lutas políticas dos movimentos sociais, como forma de resistência às transformações sociais oriundas do modo de produção capitalista.

O estudo sobre a evolução do conceito de campesinato teve o seu espaço e importância ao longo dos séculos XVIII e XIX, que a partir de uma perspectiva científica pode ser definido como “a gênese do pensamento social Agrário”. Esse estudo teórico não surgiu de um mero acaso, mas de todo um processo que resultou em um acervo organizado e herdado das “teorias evolucionistas” oriundas da “filosofia da história”, “do evolucionismo naturalista” e do “socialismo utópico”. Encontrar a fonte teórica do campesinato no pensamento social, leva aos movimentos intelectuais, que “poderiam ser definidos como pensamento evolucionista sobre o campesinato e o Direito Consuetudinário camponês”, o qual teve a atenção de importantes autores, principalmente Georg Ludwig von Maurer da Universidade de Munich, que apresentou estudos sobre a organização social camponesa germânica, com foco na importância de manter e valorizar a história desta antiga civilização. (SEVILLA, 1990, SEVILLA e MOLINA, 1992 APUD SEVILLA e MOLINA, 2005, p. 17/18). Também se identifica nos eventos históricos ligados aos estudos nas bases estabelecidas entre as orientações do marxismo ortodoxo e o narodismo<sup>10</sup> em torno dos movimentos econômicos sociais e culturais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Então, a partir desses movimentos intelectuais que:

[...] num esforço de síntese, poderiam ser definidos com a elaboração de um esquema explicativo unilinear do processo histórico, em que aparece como protagonista central a estrutura social do campesinato, a qual se valoriza com um resultado de igualdade e solidariedade social ameaçado pelos processos de privatização, mercantilização e urbanização que introduz o capitalismo nas cidades camponesas. O elemento central de sua análise é o conflito gerado na organização social camponesa pela penetração do capitalismo. A similitude de seus esquemas teóricos permite falar

---

<sup>9</sup>Segundo Abramovay (2012): Lênin (1969), Kautsky (1970), Chayanov (1888-1930) entre outros mencionados neste texto.

<sup>10</sup> O campesinato no narodismo russo “constitui a primeira corrente de pensamento dentro da esboçada plataforma intelectual que definimos como antiga tradição dos estudos camponeses. Surgiu, da perspectiva da teoria social agrária, como consequência do debate intelectual e político gerado na Europa do século 19 sobre a vigência das instituições encarregadas do manejo autônomo dos recursos naturais, socioeconômico e político das comunidades rurais pelo direito consulto e denário camponês. o tema central era a possível pertinência de uma adaptação ao novo palco vinculado ao desenvolvimento do mercado, ou ao contrário, sua drástica substituição perante as exigências de um progresso material que impunha cruéis sacrifícios sociais [...] o narodismo russo pode ser definido como uma práxis intelectual e política que elabora uma estratégia de luta contra o capitalismo caracterizada pelos seguintes traços: 1. os sistemas de organização política gerados no seio do capitalismo constituem formas de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante falsas fórmulas de participação democrática; 2. os sistemas de legalidade assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos; 3. nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrário a natureza competitiva do capitalismo; 4. era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade; 5. os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismo de cooperação solidária permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral” (SEVILLA E MOLINA, 2005, p.21).

de uma corrente conflitivista de estudos agrários, que se encontra nas origens do que chamamos a antiga tradição dos estudos camponeses e que passamos a considerar pela definição das orientações teóricas do narodismo, primeiro, do anarquismo agrário, depois, e, finalmente marxismo ortodoxo. Ao estabelecer tal contextualização teórica aparecerá, obviamente como elemento central, sua concepção do campesinato no processo histórico”. (SEVILLA E MOLINA, 2005, p.20).

Observa-se que as teorias que fundamentam a estrutura social da agricultura são marcadas por intensos estudos até hoje utilizados como fundamento das pesquisas sobre o sistema econômico e de produção familiar rural. Apesar disso, de acordo com Abramovay (2012), o tema tem sido pouco estudado no Brasil. A estrutura social da agricultura é fundamentalmente importante para os estudos sobre a base de unidades familiares de produção, os quais tiveram o alcance próspero na produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas. Na compreensão de Abramovay (2012), “o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais que um setor social, trata-se de um sistema econômico, sobre cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e do desenvolvimento”.

Com base nos estudos de Chayanov (1986, p. 78), o preceito básico da existência camponesa resume-se na expressão “equilíbrio entre trabalho e consumo”. Diversamente de uma empresa capitalista, uma vez que num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O caráter do trabalho camponês concentra-se fundamentalmente no objetivo de atender as necessidades familiares; e estas não podem ser confundidas com as demandas de uma empresa. O trabalho passa a ser mais valorizado quanto maior a distância deste objetivo. De forma inversa, se o consumo familiar estiver garantido, menor será cada vez mais a unidade adicional de trabalho. Conclui-se que, a quantidade de atividade familiar dependerá diretamente do número de membros que consumirão e de modo algum do número de membros trabalhadores (CHAYANOV, 1986, p. 78 APUD ABRAMOVAY, 2012, p.70).

Correlacionando as teorias clássicas com a realidade até hoje reproduzida no território rural brasileiro, Chayanov torna-se imperativo ao estudo do campesinato na atualidade, de maneira especial ao analisar determinadas percepções e designações dadas a este grupo social envolvido, é a sua ideia de tratar o campesinato como um grupo diferenciado, com uma dinâmica específica que leva em conta a sobrevivência da família, propondo um equilíbrio entre necessidade de consumo e capacidade de produção. Uma vez alcançada a satisfação da necessidade das famílias, a intensidade de trabalho poderá diminuir. Sendo o objetivo principal do camponês a sobrevivência da família e não o acúmulo de capital, a sua organização difere

muito do modo como se organiza o trabalho na indústria e no agronegócio (BONI E BOSETT, 2013).

Abramovay (2012), retrata a crise do paradigma entre as teorias da estrutura social agrária, entendendo que não existe uma teoria marxista da questão agrária, somente anotações de Marx sobre o problema da renda fundiária. Quanto aos estudos de Lênin e de Kautsky são determinados à tendência da agricultura a incorporar os padrões dominantes de diferenciação social, o que resulta, em Lênin, na ideia de que o proletariado rural carrega o futuro da organização agrícola e, em Kautsky, na convicção do irreversível declínio da produção familiar, porquanto, ambos não examinaram com profundidade o funcionamento desse organismo particular que é a família camponesa. Tal aprofundamento não ocorreu em função da orientação teórica que os movia, onde é somente na esfera da sua sociabilidade crescente que as classes sociais merecem atenção. Por aí, tanto as particularidades decorrentes do caráter familiar do processo produtivo como do próprio peso dos fatores naturais em sua determinação ficaram desfocado, talvez vistos apenas como momentos transitórios, sendo mais tarde superados, desta forma o autor entende que não existe uma definição de camponês na teoria do marxismo.

O protagonismo da agricultura familiar no Brasil, como núcleo social no contexto rural contemporâneo, assume uma importância fundamental no debate sobre agricultura e o meio rural brasileiro a partir dos anos de 1980. Neste processo, a luta dos movimentos sociais foi e ainda é essencial para tornar a realidade da agricultura familiar uma questão de responsabilidade de toda a sociedade. Além disso, esta pressão contribuiu para vários estudos acadêmicos sobre o tema, sendo determinante para a compreensão do lugar da agricultura familiar no contexto das sociedades modernas Wanderley (2011). De acordo com a autora, José Eli da Veiga (1991) tem grande contribuição em seus estudos sobre desenvolvimento agrícola, o qual contextualiza um cenário dos processos de desenvolvimento da agricultura e compreende que na maioria dos casos o agricultor familiar é quem assume o projeto de modernização quando “apoiado pelas políticas públicas, responde exatamente aos estímulos a ele dirigidos e constrói um modelo de agricultura dinâmica e adequada às necessidades de sua sociedade” (VEIGA 1991, p. 200 APUD WANDERLEY, 2011, p. 88).

No caso da Amazônia, especificamente em estudo realizado por Filocreão (2007), no Sul do Amapá, demonstra que ao longo da história campesina foram impostas diversas restrições no decorrer da ocupação econômica da região. O camponês local teve a capacidade de sobreviver, e ainda sobrevive pela sua habilidade de adaptação a situações de restrições ambientais e econômicas. Na compreensão do autor, a forma camponesa parece ser a mais adequada para a exploração sustentável das áreas protegidas para a atividade Agroextrativista.

Outro modelo de produção familiar, no estado do Amapá, caracterizada nos estudos de Lima (2005)<sup>11</sup>, é encontrado na atividade da agricultura local, que se desenvolve basicamente sobre estruturas familiares para a produção de subsistência, como também venda do excedente, porém, não o suficiente para atender a demanda do estado, este modelo se desenvolve com baixa diversidade<sup>12</sup> de uso da terra, necessitando importar alimentos de outros estados do Brasil.

Corroborando os estudos apresentados nesta seção, Savoldi e Cunha (2010), compreendem que no Brasil, há um universo individualizado de agricultores familiares composto por grupos com interesse inerentes de sobrevivência e de produção, mas com demandas diferenciadas formando grupos heterogêneos e que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes, o que demanda um tratamento compatível com as diferenças.

Observa-se que os beneficiários da lei de diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais<sup>13</sup>, trazem na sua essência o caráter familiar como base reprodutiva e suas diversas formas de sobrevivência, o que já demonstra que as políticas públicas implementadas para a produção e reprodução familiar devem estar compatíveis com as diferentes características de cada região do Brasil. Outro aspecto a ser valorizado é o histórico de conquistas para a visibilidade de uma agricultura familiar com modelo de desenvolvimento rural diferenciado, que valoriza as práticas camponesas ligadas às atividades socioeconômicas e ambientais sustentáveis, com um legado de séculos de resistência contra as transformações sociais do modo de produção capitalista.

#### **4 DESENVOLVIMENTO RURAL DESIGUAL NO BRASIL**

Os sonhos de progresso e desenvolvimento sustentados pela humanidade, sobretudo a partir do século XVIII, ainda são sonhos até hoje que dependem do esforço de uma parcela da sociedade expressado nas políticas públicas de competências subnacionais, nacionais e supranacionais. No século XX, a promoção do progresso foi alavancada de forma dominante pelo sistema de mercado autorregulado, quando este falhou, o Estado passou a regular a economia e o desenvolvimento, alavancado por um mercado politicamente regulado, ou seja, pela iniciativa conjunta do Estado e do mercado, ainda que para muitos pensadores nascia então o novo mito, o mito do desenvolvimento (HEIDMANN, 2014).

---

<sup>11</sup> Lima (2005), apud Lomba e Silva (2014),

<sup>12</sup> Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, em 2019, foram comercializados 205 tipos de produtos nas feiras entre frutas, legumes, hortaliças e peixes (ANEXO B).

<sup>13</sup> Lei 11.326 de 2006, parágrafo 2º, incisos I e III do Artigo 3º.

E ainda, no começo do século XXI, algumas contribuições entre pensadores com visões distintas originadas em diferentes culturas possibilitam uma crítica da ideia de desenvolvimento e humanidade:

Somos mesmo uma humanidade? Pensamos nas nossas instituições mais bem consolidadas, como universidades ou organismos multilaterais, que surgiram no século XX: Banco Mundial, Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Quando a gente quis criar uma reserva da biosfera em uma região do Brasil, foi preciso justificar para a Unesco porque era importante que o planeta não fosse devorado pela mineração. Para essa instituição, é como se bastasse manter apenas alguns lugares como amostra grátis da Terra. Se sobrevivermos, vamos brigar pelos pedaços do planeta que a gente não comeu, e os nossos netos ou tataranetos – ou os netos de nossos tataranetos - vão poder passear para ver como era a Terra no passado. Essas agências e instituições foram configuradas e mantidas como estruturas dessa humanidade. E nós legitimamos sua perpetuação, aceitamos suas decisões, que muitas vezes são ruins e nos causam perdas, porque estão a serviço da humanidade que pensamos ser (KRENAK, 2019).

Na dinâmica do desenvolvimento rural brasileiro, percebem-se os efeitos regionais e locais relacionados às desigualdades socioeconômicas, fundamentadas no modelo hegemônico de produção:

O processo de produção é, em todos os graus de evolução social, uma unidade formada por dois elementos distintos, embora intimamente relacionados: às condições técnicas e as sociais, isto é, da relação dos homens entre si. A reprodução depende em igual grau de ambos os fatores (LUXEMBURGO, 1912, p. 343).

Para melhor compreender este dinamismo, John Friedmann citado no trabalho de Becker (2015), estabelece uma análise das relações entre o processo de crescimento econômico e sua incidência no espaço, em que se forma uma estrutura direta com o estágio do desenvolvimento e inovação. Contudo, a compreensão é que somente ocorre o desenvolvimento, quando existe “a introdução de descobertas num sistema social existente, a ponto de transformar sua estrutura. Caso não haja mudança estrutural, verifica-se apenas a expansão do sistema, ou seja, o crescimento, mas não o desenvolvimento” (Friedmann, Los Angeles 1970 e Chile 1978 APUD Becker, 2015).

Quanto ao referido ponto, se determinado sistema social é desenvolvido ou não, Souza (2012), infere que não há uma definição absoluta de desenvolvimento, isto porque duas correntes entendem de formas distintas o processo e os efeitos do desenvolvimento. Para teóricos da linha econômica, crescimento é sinônimo de desenvolvimento, enquanto, para corrente de viés empírico, com modelos alinhados à realidade das economias subdesenvolvidas, o crescimento é fundamental para o desenvolvimento, mas não supre de forma satisfatória. Nesse contexto, os efeitos do desenvolvimento conexo ao crescimento resultam em padrões que destacam apenas a acumulação de capital, um espectro simplificado da realidade que insere todos os países dentro de uma mesma situação (SOUZA, 2012).

A outra questão é a percepção de que crescimento e desenvolvimento econômico produz automaticamente melhoria dos padrões de vida, apenas pelo fato da renda ser distribuída entre os produtores. No entanto, de acordo com o estudo de Souza (2012, pág. 5) “a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população”. Ainda, o autor supracitado também destaca em seu trabalho que a segunda corrente visualiza o “crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, já o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas”. De acordo com o referido estudo, para haver desenvolvimento é necessário que o modelo hegemônico seja substituído por “uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população” (SOUZA, 2012, p. 6).

Quanto aos efeitos do desenvolvimento, o foco das inovações tecnológicas, para integração do sistema espacial, é voltado para as grandes cidades, que passam a serem os centros inovadores, os quais se organizam por meio de uma “estrutura de relações de autoridade-dependência”, com todas as outras áreas do sistema espacial chamadas de regiões periféricas, “capturando os seus recursos ao mesmo tempo em que difundem impulsos de desenvolvimento para todo o sistema espacial” (BECKER, 2015, p. 25).

Com base na teoria modelo centro-periferia de Friedmann (1965) e em Stöhr (1971) mencionados no trabalho de Becker (2015), no quadro 3, referente ao estágio de crescimento econômico – Modelo centro – Periferia, explica a formação do desenvolvimento desigual no processo de transformação dos sistemas espaciais, apresentando dois estágios de crescimento econômico. A autora enfatiza que neste processo, o planejamento regional varia de acordo com cada estágio de desenvolvimento e padrões estruturais, conforme mostra o quadro sumarizado:

**Quadro 3.** Estágio de crescimento econômico - modelo centro-periferia.

<b>Modelo</b>	<b>Crescimento econômico</b>	<b>Estágio 1</b>	<b>Estágio 2</b>
Centro inovadores	Grandes cidades	Estágio inicial da industrialização.	Quando a industrialização passa a ser freada pelas limitações do mercado interno.
	Foco inicial das inovações	O desenvolvimento é concentrado (uma ou duas cidades).	O desenvolvimento nacional requer a extensão geográfica dos mercados.
	Organiza a dependência de sua periferia	Os recursos das regiões periféricas são direcionados para as grandes cidades.	Aproveitamento dos recursos naturais
	Captura recursos da periferia	Característica de estrutura polarizada, um padrão de desequilíbrio estrutural.	Os interesses do centro começam a convergir com os da periferia.

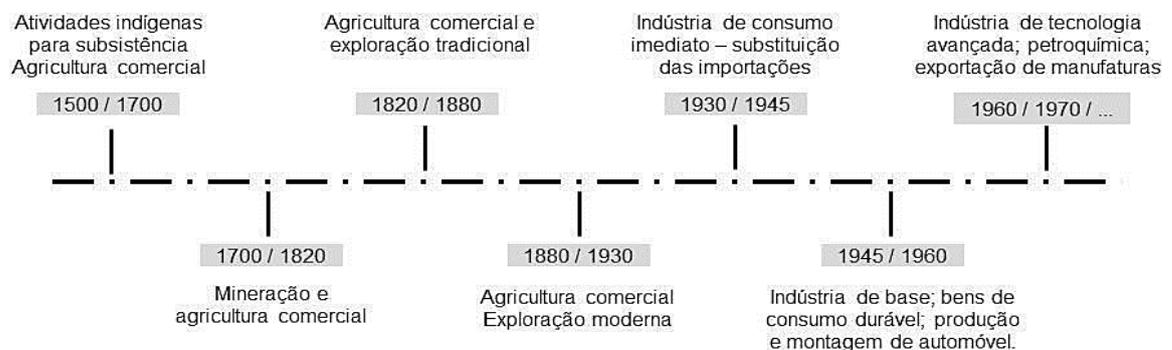
	Difunde impulso de desenvolvimento para todo o sistema espacial	À medida que as inovações se difundem pelo sistema espacial, o desenvolvimento é alcançado.	Cria-se condições para que se estabeleça uma política nacional de desenvolvimento regional.
Regiões periféricas	Relação de dependência com o centro	A incidência espacial do desenvolvimento é a integração nacional	

Fonte: Friedmann (1965) e Stöhr (1971) apud BECKER,2015). Elaborado pela autora.

Becker (2015), busca compreender a relação do crescimento econômico e a estrutura espacial no Brasil, identificando os tipos de regiões segundo as conexões espaciais. A estrutura do Brasil no modelo centro-periferia de 1930 a 1960, século XX, é o objeto de análise da autora. As transformações realizadas na essência da economia brasileira ao longo do século XX são reflexos das ações do passado, tais como o declínio da economia agrícola tradicional de exportação e o desenvolvimento paralelo da moderna economia industrial. Ainda de acordo com a referida autora, são três os fatores que caracterizam o processo de crescimento econômico brasileiro, com suas respectivas estruturas espaciais, classificado como: fases da exploração de recursos, da substituição de importações e da integração nacional.

A linha do tempo 1, mostra as atividades e o processo de crescimento econômico brasileiro, conforme exposto por Becker (2015).

**Linha do Tempo 1.** As atividades e o processo de crescimento econômico brasileiro.



Fonte: Becker (2015). Adaptado pela autora.

A partir dessa linha do tempo, identifica-se que a agricultura está presente em todo o período histórico da economia brasileira e até os dias atuais. De acordo com Becker (2015), o espaço nacional sempre foi usado para atender as demandas do mercado externo:

A estrutura espacial caracterizava-se pela presença de regiões agrícolas situadas ao longo da fachada Atlântica estabelecida em função da valorização de produtos tropicais: regiões canavieiras, algodoeiras, cafejeiras etc. Relacionadas por mar diretamente com a metrópole, eram as diversas regiões desarticuladas entre si, sugerindo a ideia de “ilhas” econômicas e de uma estrutura espacial em “arquipélago”. Essa estrutura comum a todos os países Latino-americanos no passado, ainda hoje se mantém em muitos deles (BECKER, 2015, p. 27).

Neste contexto, um momento pontual analisado por Celso Furtado (2007), na obra “Formação Econômica do Brasil”, permeia pela regressão econômica à expansão da área de subsistência no nordeste brasileiro. No começo do século XVII, os holandeses controlavam praticamente todo o comércio dos países europeus realizado por mar. Assim, distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável. Por muito tempo, grande parte da região produtora de açúcar no Brasil foi ocupada pelos batavos. Durante a permanência holandesa no Brasil, estes adquiriram conhecimentos técnicos e organizacionais da indústria açucareira, os quais resultaram em uma base para a implantação e desenvolvimento de uma indústria concorrente de ampla escala na região do Caribe. A partir desse momento, estaria perdido o monopólio que tinha como base a relação de interesse comercial entre produtores portugueses e grupos financeiros holandeses que controlavam o comércio europeu (FURTADO, 2007).

Por volta de 1675, começa a cair pela metade os preços do açúcar, permanecendo nesse nível relativamente baixo durante todo o século seguinte. A etapa máxima de rentabilidade da empresa agrícola-colonial portuguesa havia sido ultrapassada e mais tarde, um poderoso fator exógeno aconteceu, a expulsão definitiva dos holandeses da região nordeste do Brasil, o que afetou profundamente os preços e a rentabilidade do empreendimento português no Brasil. Ainda no século XVII, ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, que defendia, até certo ponto, sua rentabilidade conservando uma produção relativamente elevada, houve a queda na exploração do ouro, o que contribuiu consideravelmente para a regressão econômica da região. Na mineração a rentabilidade tendia a zero e a desagregação das empresas produtivas era total, pois não se criou nas regiões mineiras outras formas permanentes de atividades econômicas, excetuando-se algumas agriculturas de subsistência (FURTADO, 2007).

O período de transição de 1880 a 1945 marca o final da atividade da agricultura comercial de exploração tradicional para a exploração moderna do café; inicia-se, então, a industrialização de consumo imediato e a substituição das importações. Esta é a segunda fase do processo de crescimento econômico do Brasil, a qual transforma drasticamente o padrão espacial das regiões afetadas, impondo, no espaço econômico, uma estrutura polarizada tipo “centro-periferia”. A dinâmica “centro-periferia” provocou forte concentração dos investimentos e redes de conexões com as regiões periféricas na produção de algodão em pluma do Nordeste, juta da Amazônia, gado da região Central do Brasil, carvão e madeira da região Sul para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Aquelas, além de periféricas, tornaram-se “obsoletas”, apenas desempenhando a função de área de drenagem de recursos e tributação (BECKER, 2015).

Em 1824, inicia-se no Sul do Brasil a formação de pequenos núcleos de produção agrícola no regime de propriedade privada da terra pelos imigrantes europeus. No final do século XIX, com a abolição da escravidão em 1888, o modelo econômico agroexportador tributava fortemente o uso do trabalho escravo na produção primária, restringindo e limitando estruturalmente o aparecimento do campesinato ou da pequena produção inserida no mercado, o que somente ocorreu na região Sul do Brasil e em alguns outros enclaves do Sudeste (SCHNEIDER & CASSOL, 2013).

Na região Norte e Centro Oeste do país, o mercado por muito tempo esteve no foco da exportação de recursos, atividade com base no latifúndio e na imobilização da força de trabalho por meio da atividade de escravidão. O papel da abundância de terras na expansão da agricultura sob relações de produção, no caso da Amazônia, não se pode afirmar que a fartura de terras seja responsável pela sobrevivência do latifúndio, uma vez que o seu caráter está ligado à capitalização agrária, pois a migração dos nordestinos para a Amazônia não foi a causa de se reproduzir o latifúndio no Nordeste, mas, ao contrário, resultou do mesmo processo de capitalização da agricultura nordestina que liberou a mão de obra (BECKER, 2015).

Neste contexto, o campesinato assume caráter contraditório em relação ao latifúndio. É integrante, na medida em que produz alimentos para suprimento próprio e dos núcleos urbanos, e constituindo reserva de mão de obra. É, porém, competitivo em termos de apropriação da terra e da mobilidade da força de trabalho. Conjunturalmente tem sido apoiada a via camponesa, em função das necessidades de produção e consumo e, mais recentemente, também da legitimação do Estado (SCHNEIDER e CASSOL, 2013).

É perceptível que a fase exploratória dos recursos naturais, seja pelo uso do solo ou exploração de recursos, por meio das ações políticas oriundas do Brasil Colônia, prolongando-se até o século XIX, não trouxeram mudanças estruturais significativas para as regiões periféricas. E, ainda, as primeiras transformações não só dos espaços, mas também das atividades rurais brasileiras relacionadas à agricultura familiar, surgiram como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio.

## **5 POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAS DE MERCADO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

A agricultura familiar<sup>14</sup>, por muitos anos, não esteve no rol das prioridades do desenvolvimento rural pelo poder público, e, ainda, em muitas regiões brasileiras agricultores

---

<sup>14</sup> O conceito agricultura familiar definido no Art. 3º, incisos de I a IV, § 1º e § 2º, incisos de I a VI da lei 11.326/2006.

praticam suas atividades à margem de todas as outras atividades econômicas, sobretudo, em relação à produção agropecuária de grande porte, o agronegócio e os grandes empreendimentos. Este cenário começou a mudar, apenas nas últimas décadas do século XX, quando iniciaram as discussões acerca das políticas públicas voltadas para este segmento.

Segundo estudos de Grisa e Schneider (2015), três gerações de políticas públicas foram identificadas nas últimas décadas, que podem ser reunidas e sistematizadas em três referenciais de política pública apresentadas no quadro 4: um primeiro que foca no viés agrícola e agrário, um segundo direcionado para políticas sociais e assistenciais, e um terceiro orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade.

**Quadro 4.** Referencial de gerações de políticas públicas.

<b>PRIMEIRA GERAÇÃO</b> <b>Referencial agrícola e agrário</b> <b>(1994...)</b>	<b>SEGUNDA GERAÇÃO</b> <b>Referencial social e assistencial</b> <b>(1997...)</b>	<b>TERCEIRA GERAÇÃO -</b> <b>Referencial construção de</b> <b>mercados para a segurança</b> <b>alimentar e sustentabilidade</b> <b>ambiental (2003...)</b>
O <b>PRONAF, SEAF, PGPAF, ATER e Assentamentos da Reforma Agrária</b> são políticas estabelecidas que exigiram do governo e da sociedade brasileira um olhar mais atento para a importância da agricultura familiar no desenvolvimento do país e para as suas condições de reprodução social com base na terra e na produção agrícola.	Emergiu um conjunto de ações de transferência de renda que contemplaram a agricultura familiar, ainda que não exclusivamente, mas algumas políticas diferenciadas passaram a ser implementadas para a agricultura familiar como <b>PRONAF Infraestrutura, Garantia-Safra, PNHR, Bolsa Família.</b>	Importantes alterações ocorreram nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil, especialmente no que se refere ao direcionamento das políticas públicas, da relação com os movimentos sociais e com a sociedade civil; Instituição de políticas para agricultura familiar como <b>PAA, PNAE, PGPMEis, PNPE, Agroindústrias, Selos e Certificações.</b>

Fonte: Grisa e Schneider (2015). Elaborado pela autora

Estas três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar convivem conflituosamente, uma vez que há área de maior ou menor animosidade que podem ser acentuadas ou arrefecidas em momentos distintos, dependendo das disputas e dos jogos de poder em questão, tais como eleições, negociações na gestão pública, conjuntura política, pressão dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, intervenção dos grupos de interesses do agronegócio (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

A opção ou as condições propícias para que haja o fortalecimento das dimensões agrícolas e agrárias, das políticas sociais e assistenciais, ou da construção de novas inserções mercantis, são elementos que fazem parte das disputas, lutas e interpretações sobre o lugar e o papel da agricultura familiar na sociedade brasileira e no desenvolvimento rural (GRISA e SCHNEIDER, 2015). O que hoje se denomina como agricultura familiar marca, de forma geral, a história da estrutura agrária da formação social do Brasil, inserida no próprio processo

histórico de ocupação territorial e na formação da sociedade brasileira desde o período da colonização portuguesa (SCHNEIDER e CASSOL, 2013).

Mas, o surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil deve-se a três fatores igualmente importantes: primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, como Filocreão da Universidade Federal do Amapá, aqui na Amazônia, entre outros estudiosos sobre o tema, especialmente cientistas sociais que debateram a questão no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (SCHNEIDER & CASSOL, 2013).

É necessário um esforço adicional do Estado e mudanças estratégicas para promover a dinamização do espaço rural, apropriadas para desenvolver de forma efetiva as cadeias produtivas de cada região, sem sujeitar o núcleo social local aos interesses nacionais (HENTZ & HESPANHOL, 2017). Neste sentido, havendo maior esforço tanto da sociedade civil, como do poder público direcionando as políticas de desenvolvimento rural para o empoderamento e maior protagonismo da agricultura familiar. Um exemplo desta realidade é que em algumas regiões, o PRONAF não resultou em maiores impactos na vida econômica e social das famílias. O programa é muito bom, porém somente os subsídios não bastam para impactar a vida do agricultor familiar, seja econômica ou socialmente (BELTRAME & SPAREMBERGER, 2012).

Nas diversas sendas das políticas públicas para o fortalecimento e expansão da agricultura familiar, ao agricultor também é possibilitado a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Este programa tem a finalidade de promover processos educativos capazes de contribuir para a construção e a execução de estratégias de desenvolvimento rural. Em 2010, a ATER teve o reconhecimento legal para este segmento, chancelado pela Lei 12.188/2010, normatizando princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável, participação social, produção de base agroecológica e qualificação das políticas públicas, entre outras garantias. É um marco de evolução na Política Nacional da Assistência Técnica e Extensão Rural (BATISTA, 2018).

Neste contexto, a ATER tem papel relevante na comunicação e introdução das inovações tecnológicas geradas pela pesquisa com os saberes preexistentes, que abrangem as atividades produtivas (essenciais ao desenvolvimento rural) e, principalmente, melhora da qualidade de vida das famílias e das comunidades, como administração rural, ação comunitária,

associativismo, comercialização, agroindustrialização, artesanato, nutrição, saúde entre outros (BATISTA, 2018). Essa difusão das inovações fica a cargo do especialista em assistência técnica e extensão rural, o extensionista, figura essencial nos processos de operacionalização das políticas voltadas para as atividades agrárias, constituindo-se como um facilitador capaz de integrar pesquisadores, técnicos e agricultores, em torno das problemáticas vivenciadas na realidade rural (BATISTA, 2018).

No contexto nacional, pela Lei 11.326 de 2006, cada família de agricultor deve possuir até quatro módulos fiscais e de acordo com a região onde o município está localizado pode variar de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2022). Beltrame e Sparemberger (2012), observam que a produção familiar acaba resultando em pequenas safras, com grandes investimentos na terra e pouco retorno financeiro. E com o desenvolvimento tecnológico, o agricultor familiar percebeu que não é possível competir com os grandes produtores rurais. O que leva as famílias de agricultores a buscarem, ao longo do tempo, inúmeras formas alternativas de obtenção de renda.

Uma das formas da agricultura familiar obter renda é a comercialização da produção excedente nas feiras locais. Porém, a alternativa de comercialização da produção agrícola, de acordo com a análise de Schneider (2016), paira certa discussão sobre a problematização da inserção dos agricultores familiares nos mercados, causando certo desconforto e inquietude, especialmente por parte daqueles que percebem os mercados como sinônimo de capitalismo ou de economia de mercado, ato que gera desconfiança sobre quem estuda os mercados, no sentido de que podem, segundo o autor, correr o risco de serem julgados como aqueles que cederam à proposição de Adam Smith<sup>15</sup>, a qual afirma que há uma disposição natural por parte dos indivíduos em intercambiar coisas.

De acordo com as reflexões de Raud (2008) e Schneider (2016), sobre a nova sociologia econômica, “é preciso conhecer bem como se organizam os mercados, as forças sociais que os regem e, sobretudo, a construção das relações de poder e os mecanismos de dominação que permitem existir distintas formas de interação nestes espaços sociais” (RAUD, 2008 apud SCHNEIDER, 2016, p. 93). Assim, observa-se que o dualismo fez e, provavelmente,

---

<sup>15</sup> Adam Smith pensa a ordem social como uma emergência que harmoniza o caos potencial dos interesses individuais e o traduz em bem-estar para a sociedade[...]. Uma solução aparentemente harmoniosa que supõe a dissipação dos conflitos próprios de uma sociedade hierarquizada[...]esta solução consiste numa explicação nada trivial que, utilizando-se de uma metáfora — a mão invisível —, funciona como um operador social (Ganem, 2000).

fará parte do convívio social, pois na dimensão que se discute forma de integração da agricultura familiar no mercado leva a uma reflexão sobre as teorias que fundamentam a compreensão desse complexo sistema:

Mercados devem ser estudados sob o ângulo institucional, sociológico, histórico, como construções sociais. Tal abordagem evita um duplo equívoco. Por um lado, aquele que faz deles a solução universal, mágica, a todo e qualquer problema da coordenação humana em sociedades descentralizadas. Do ponto de vista neoclássico sustenta a ideia de que a interação espontânea entre atores só não produz resultados socialmente interessantes ali onde seu funcionamento é bloqueado por algum fator de natureza política ou cultural: a cooperação humana numa sociedade descentralizada pode ser perfeita, desde que não haja falhas de mercado. O mercado aqui é enunciado no singular, pois se trata de um mecanismo abstrato, acima da realidade e da vida social dos atores. O segundo equívoco é simetricamente oposto ao primeiro: consiste na diabolização permanente do mercado (igualmente no singular) como expressão do egoísmo generalizado, de uma forma social que distorce a cooperação humana por definição. Mercado é uma forma de interação social que distorce, corrompe, polui, degrada a nobreza da cooperação direta, não mediatizada pelo dinheiro, entre os atores. À nobreza da vida pública – na política, na cultura, nas organizações sociais – opõem-se os vícios do mercado. Esses dois extremos – o mercado enaltecido e o mercado demonizado – tocam-se por lidarem com uma categoria abstrata e não com análises históricas e empíricas. Eles são incapazes de enfrentar os desafios reais das inúmeras formas que assumem a cooperação humana em uma sociedade descentralizada. Uma das mais importantes tarefas das ciências sociais contemporâneas é estabelecer programas conjuntos de pesquisa que ultrapassem fronteiras disciplinares muitas vezes artificiais e que permitam compreender os mercados como produtos da interação social (ABRAMOVAY, 2004, p.58/59).

Neste cenário, Instituições como a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsáveis por operacionalizar políticas públicas para agricultores familiares, apresentaram um projeto de cooperação técnica, caracterizando os tipos de agricultores familiares, segundo o grupo de renda total, grau de especialização e de integração de mercado, entre outros critérios. O que leva a compreender que há um direcionamento por parte do Estado a fomentar políticas para a integração do agricultor familiar nas diversas formas de mercado (FAO&INCRA, 2000). De acordo com Schneider (2016), os processos de interação dos agricultores com os mercados são dinâmicos, ascendentes e descendentes, horizontais e verticais, caracterizando-se pela mobilidade e inconstância. De acordo com os estudos do referido autor, são diversos os tipos de interação do agricultor familiar com o mercado. Como resultado, no quadro 5 observam-se as quatro tipologias de mercados para os respectivos perfis de agricultores familiares:

**Quadro 5.** Tipologia dos mercados da agricultura familiar.

<b>Mercados</b>	<b>Agricultor familiar</b>	<b>Locus e/ou alcance espacial</b>	<b>Natureza das trocas / Modelo de negócios</b>	<b>Forma de regulação</b>	<b>Canais de comercialização</b>
Proximidades	Camponês; Produtor de excedentes.	<i>Spot</i> ; Venda direta; Somente local.	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	Na propriedade (colhe-pague); No domicílio / casa; Beira estrada; Entrega direta; Feira local; Grupos de consumo.
Locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadoria.	Spot; Local; Regional; Territorial.	Diversificado + Complementaridade	Reputação / Confiança + Procedência + Preços	Feira regional; Feira nacional; Redes de venda; Eventos; Loja especializada; Restaurantes; Associação vendas; Sacolão.
Convencionais	Produtor de mercadorias.	Sem lugar definido; <i>Placeless / Unbond</i>	Concorrencial	Contratos + Preços	Atravessadora; Cooperativa; Agroindústria; Empresa privada; Internet; Supermercados.
Públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores.	Multiespacial	Licitatório; Seleção pública	Contratos Públicos + Leis	Alimentação escolar; <i>Fair trade</i> ; Órgãos internacionais (FAO; PMA); ONGs; Hospitais, Universidades, Forças Armadas; Entidade assistencial; Estoques do governo.

Fonte: Schneider (2016).

Schneider (2016), esclarece que no referido estudo foram levantados os canais mais usuais ou frequentemente utilizados, principalmente de oferta, ainda que alguns sejam vias de mão-dupla, por meio dos quais os agricultores compram *inputs*<sup>16</sup> e vendem *outputs*<sup>3</sup>; o autor compreende que não se esgota as possibilidades desses mercados, posto que existem muitos outros canais, que podem variar segundo as regiões e os contextos.

Entretanto, os avanços do ponto de vista das políticas públicas, ainda não alcançam a complexidade das necessidades que as famílias dos agricultores enfrentam, sejam por meio do acesso ao crédito rural, regularização da terra e dos serviços de assistência técnica e extensão rural, ou outros programas instituídos pelo poder público (HENTZ & HESPANHOL, 2017). A organização política e social das famílias de agricultores<sup>17</sup>, ao longo da história, estabeleceu grandes avanços para o desenvolvimento rural do País, enquanto produtora de alimentos e reconhecimento formal da categoria no mundo do trabalho. Hoje este segmento além de ter esse reconhecimento é considerado essencial para a segurança alimentar nacional (CONTRAF, 2020).

Entende-se que por muito tempo o fato de a agricultura familiar não ser prioridade nas políticas públicas, poderia ser uma forma de tornar esse núcleo social invisível, mas pelo contrário, mantiveram-se resistentes e ao longo dos anos tornaram-se cada vez mais fortalecidos, somando conquistas, trazendo reflexões sobre o lugar e a importância da agricultura familiar na sociedade. Isto resultou na inclusão deste segmento nos três referenciais de geração de políticas públicas.

## **6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR DO AMAPÁ**

No estado do Amapá, a agricultura familiar é objeto de estudos que apontam diversas discussões em torno das questões socioeconômicas, sobretudo, as relacionadas à situação de desigualdade experimentada pelas famílias de agricultores dos 16 Municípios amapaenses. A pesquisadora Costa (2016), realizou estudo para avaliar o grau de desenvolvimento dos 16 municípios amapaenses. Todos os municípios apresentaram resultados exíguos, e diferentes níveis de desenvolvimento entre estes. Somente a capital, Macapá, se destacou com os melhores resultados em todos os indicadores.

---

<sup>16</sup> Os termos referem-se ao processo de transformação, que é constituído de Inputs (Entradas), geralmente matéria-prima, que sofre um processo de transformação tendo como resultado a criação de produtos e/ou serviços que são os Outputs (Saídas).

<sup>17</sup> As três principais organizações envolvidas no fortalecimento da agricultura familiar desde a década de 1990 são: CONTAG, MST (campepinato) e FETRAF.

O relatório nº 227/2022 – INCRA Amapá, informa que o estado possui 14.723 mil famílias assentadas, beneficiários da Política da Reforma Agrária, estes estão localizados em 15 municípios amapaenses (INCRA, 2022). Tal realidade lhes dá a possibilidade de serem assistidos por outras políticas públicas para o desenvolvimento rural desses Municípios, como as políticas de crédito rural e de assistência técnica, entre outras.

Neste contexto, o estado do Amapá possui uma estrutura governamental para operacionalizar as diversas diretrizes de governança instituídas para os diversos núcleos sociais. No quadro 6, tem-se a participação de cada instituição e o campo de ação das respectivas políticas públicas:

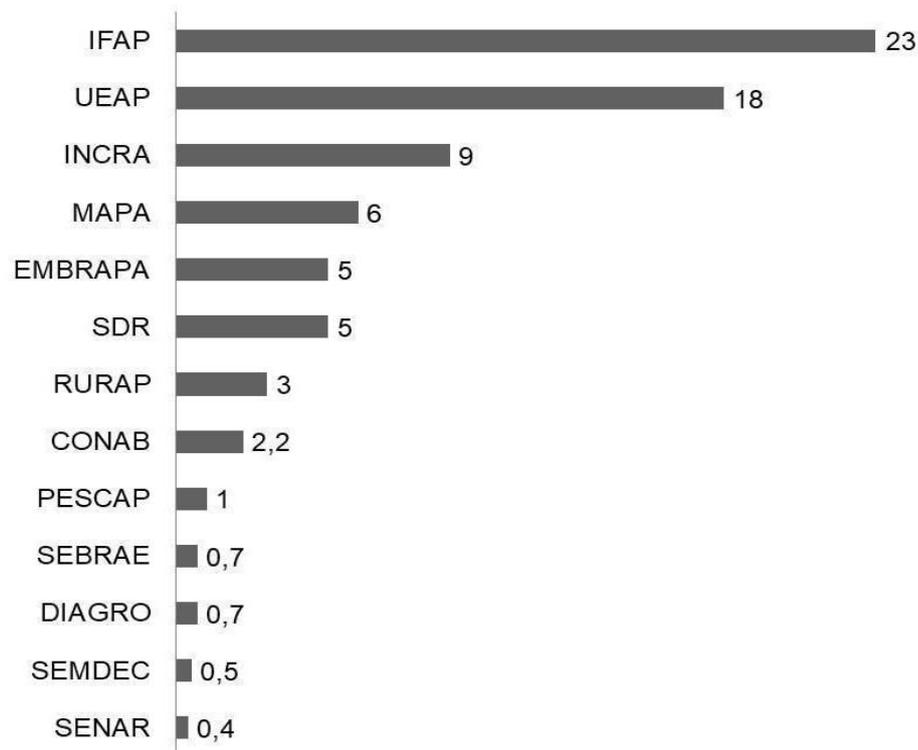
**Quadro 6.** Instituições governamentais e campo de atuação nas políticas públicas.

<b>Instituição</b>	<b>PRONAF</b>	<b>PAA</b>	<b>PNAE</b>	<b>PROTAF/PPI</b>	<b>Extensão</b>
DIAGRO		X	X	X	
MAPA	X				X
CONAB	X	X	X		X
SEMDEC					X
SEBRAE	X	X	X	X	X
SENAR					X
PESCAP		X	X	X	X
RURAP	X	X	X	X	X
IEPA					X
SEED / Pronatec					
INCRA	X	X			
SDR	X	X		X	
UEAP					X
IFAP					X
UNIFAP					X
EMBRAPA	X	X	X	X	

A SDR é uma das organizações de gestão de políticas públicas que está diretamente voltada para o eixo econômico do desenvolvimento rural do estado do Amapá.

Conforme se observa no gráfico 1, até 2018 a SDR tinha sob sua responsabilidade a gestão das políticas públicas, para o desenvolvimento rural do estado direcionado para os programas do PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Territorial da agricultura Familiar e Floresta - PROTAF e o Programa de Produção Integrada - PPI. E, em termos de recursos disponibilizados, no mesmo ano foi destinado o valor de cinco milhões de reais.

**Gráfico 1.** Recursos disponibilizados por instituição governamental (R\$1,0 M/R \$0,1 K).



Fonte: SARAIVA (2019). Adaptado pela autora.

Desta forma, entende-se que o conjunto de programas sob a gestão da referida Secretaria, mais os recursos anuais disponibilizados para operacionalizar políticas junto ao agricultor familiar são fundamentais para que o percentual dos recursos direcionados a este segmento possa resultar em melhoria contínua do processo de produção, com sustentabilidade, inovação e integração no mercado.

Em uma primeira análise, identificou-se um contraste entre a magnitude de famílias beneficiadas pela política de reforma agrária indicadas no relatório INCRA (SR-21), 2022, com um total de 14.723 famílias, e o número de 1.508 agricultores que conseguiram participar da economia local atuando nas feiras do estado em 2021 (INCRA, 2022; AMAPÁ/SDR, 2021).

Uma das pesquisas mais recentes sobre a efetividade de políticas públicas para agricultura familiar, apresenta uma amostra da realidade nas áreas rurais do estado do Amapá. No referido estudo, observa-se que em meados dos anos 2006 poucas famílias eram contempladas com as políticas públicas implementadas para atender o desenvolvimento rural na comunidade Vila Ressaca da Pedreira, município de Macapá, mas que ao longo dos anos, a comunidade, foi sendo beneficiada com outras políticas públicas, destacando o PRONAF, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, PAA, PROTAF, PPI e o programa de ATER. A implementação dessas políticas, por meio dos programas, é imprescindível para o

desenvolvimento rural da comunidade, pelo fato de estabelecerem uma base agrícola produtiva e consolidada às famílias daquele local, “pois além de garantirem a formação da renda por meio de canais de comercialização da produção, contribuem para a manutenção familiar por meio da alimentação” (SARAIVA, 2019).

De acordo com Saraiva (2019), o PPI e os programas que têm viabilidade de acesso para a comercialização governamental tanto individual como coletiva são os principais focos dos agricultores, em razão da simplificação no acesso para a comercialização, e a garantia dos pagamentos em dia. No estudo de caso apresentado pelo referido autor, o PRONAF não teve destaque e nem resultado, igualmente como ocorre em comunidades de outras regiões do País. Na percepção do autor “ações mais efetivas sobre a importância do crédito rural público precisam ser empreendidas no estado do Amapá”. Outro aspecto identificado no estudo foi a integração dos agricultores no processo de implementação das políticas na comunidade e a disponibilidade de recurso nas instituições para operacionalização das políticas de desenvolvimento rural:

A participação dos agricultores no processo de construção das políticas implementadas na comunidade, praticamente é inexistente. As estruturas institucionais, principais executoras ou formuladoras de políticas públicas para o meio rural, demonstram certa fragilidade em relação ao acompanhamento desses programas. O volume de recursos destinados à execução, ano após ano tem sido reduzido, comprometendo a logística e a satisfação do beneficiário desses programas. Além da baixa quantidade de servidores disponíveis em realizar ações referentes às políticas públicas (SARAIVA, 2019, p. 94).

Mesmo que a SDR não tenha responsabilidade direta/integral sob o processo de reprodução social da comunidade Vila Ressaca da Pedreira e possivelmente de outras comunidades do estado do Amapá, o resultado do estudo de caso realizado por Saraiva em 2019, é um diagnóstico socioeconômico das políticas públicas implementadas para agricultores familiares, o que leva a apeter um estudo no âmbito institucional. Que, neste caso, é a SDR, dada sua efetiva contribuição para o desenvolvimento rural do Amapá, levando em consideração o orçamento anual da Secretaria e suas diretrizes, entre elas, desenvolver políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Amapá, constante do Decreto nº 2.821 de 2009, que regulamenta a finalidade precípua daquela Secretaria.

Conforme já abordado no tópico anterior, uma das formas de integração econômica para a agricultura familiar são as feiras estruturadas para a comercialização dos produtos das famílias de agricultores. Esta forma de integração econômica acontece em todas as regiões do Brasil, porém com diferentes formas e graus de desenvolvimento; e considerando que para o governo do Amapá, a proposta de desenvolvimento rural para o estado é fortalecer a agricultura

familiar amapaense pautado na organização dos trabalhadores, na introdução e na inovação tecnológica com o objetivo de melhorar a eficiência produtiva com baixo impacto ambiental, promovendo a qualificação tecnológica dos envolvidos no processo (PORTAL GOV/AP, 2021).

## 6.1 INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ: UM BREVE HISTÓRICO

A intenção de promover o desenvolvimento rural do estado do Amapá é a somatória de muitos governos que participaram desse processo. Assim, cabe compreender o histórico e os marcos legais até a implementação da SDR e suas mudanças no decorrer do tempo, que começa com a criação dos Territórios Federais do Amapá. Mas bem anterior a criação dos Territórios Federais do Amapá, cabe deixar notado uma pequena amostra do que era Macapá no Brasil Império em 1874:

“Macapá, creada Villa no anno de 1752, é hoje cidade; está situada na margem esquerda do Amazonas, 40 leguas distante do Cabo do Norte, n’um terreno plano e pouco elevado, com excellente vista, bons ares e boas aguas. O seu nome proveiu-lhe da preciosa madeira chamada macacaúba (*Centrolobium paraense*), arvore leguminosa, com veios pretos, ondeados de vermelho, que a bundava nos arredores quando a Villa foi fundada. No tempo em que escreveu Baena (1838) a população compunha-se de uns 3:000 habitantes de todas as côres, sendo 500 escravos. Ha ali bastantes estabelecimentos commerciaes, e a terra exporta cacau, algodão, cravo, arroz, feijão, sabão, panno de algodão grosso, azeite de andiroba, milho, couros de boi, de veado e de de cotia, tóros de macacaúba, castanha, gallinhas, patos, tartarugas, aguardente de canna, gado e diversos outros artigos das suas florestas, ricas de salsa, breu, oleos, drogas de perfumaria e caça de muitas variedades. As Campinas, onde pastam os seus gados, estendem-se até ao rio Calçoéne e ás serranias do Parú; são inteiramente planas, cortadas de rios e lagos amplissimos, e sementeas de ilhotas cobertas de arvoredo. Nos rios proximos da cidade ha muitos engenhos de fabricar assucar e aguardente, grandes roças e ricas fazendas de gado. Macapá teve outr’ora alguma importância como praça de guerra; era artilhada com 86 peças de ferro e tinha uma guarnição bem exercitada. Quando eu ali estive, 1841 ou 1842, as suas condições militares eram já deploráveis: casernas, armazens de viveres e da polvora, hospital, capella, trem da artilheria e todo o material de guerra desfaziem-se em poeira; o Amazonas encarregava-se por sua parte de arruinar as fortificações, solapando o plano natural do baluarte da Conceição, que talvez já não exista hoje!” (AMORIM, 1874, p. 238-239)

Compreende-se que as atividades econômicas visando a exploração dos recursos naturais avançaram como metas nos planos de governo do Amapá.

Neste contexto, através do DECRETO-LEI N° 5.812, DE 13 DE SETEMBRO DE 1943, houve a criação dos Territórios Federais do Amapá. Em 27 de dezembro de 1943 o Capitão Janary Gentil Nunes foi nomeado como primeiro governador do Território Federal do Amapá.

Desta forma, o primeiro governador do Amapá teve seu mandato no período de 1943 a 1956, e seu Programa de governo baseava-se no plano de organização e desenvolvimento dos territórios, que era sanear, educar e povoar:

1. SANEAR- criar centros puericultura e de educação sanitária, orientar e ajudar realmente, por meio da assistência social e integral, aos núcleos dispersos da população.
2. EDUCAR- criar escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interesse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim, valorizar o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-o remunerativo e formando cidadãos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres para com a Pátria.
3. POVOAR- colonizar, distribuir aos brasileiros as terras ainda não cultivadas, a fim de gerar núcleos compactos e ativos que seriam avanços da Nação; construindo ferrovias e estradas, estabelecendo linhas aéreas para transporte, telégrafos e assim facilitando a troca de todos os produtos nacionais. (VARGAS, 1944: p. 270)

E ainda, visando compor uma estrutura administrativa para dar suporte à sua governança, Janary Nunes de imediato instituiu uma secretaria e sete departamentos. Desta forma, a atual Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR, foi instituída primeiramente como Departamento de Produção e Pesquisa, e seu primeiro diretor o senhor Arthur de Miranda Bastos, que passou os primeiros meses de sua diretoria em delegações pelos diversos locais do território do Amapá, transportando investigações que resultaram na criação do livro “Uma Excursão ao Amapá” (BRASIL, 1943).

Conforme anunciado no Relatório das Atividades do Governo do Território do Amapá, em 1944, apresentado ao Presidente da República, da época pelo Governador Capitão Janary Gentil Nunes, publicado no ano de 1946, fazia parte também do plano de governo a realização de levantamento geral das possibilidades de aproveitamento territorial com relação ao fomento da produção do Estado.

No entanto, de acordo com o referido relatório, a intenção do governo estava pautada também no levantamento geral das matérias primas territoriais do Amapá, que ainda não haviam sido exploradas, inserir técnicos e promover o contato com as capitais que tinham “fome de progresso”. No referido relatório consta que, naquele mesmo ano, exatamente em 23 de julho de 1944, foi fundada a Associação Comercial Agrícola e Industrial do Território do Amapá, tendo como membros associados “comerciantes, proprietários, fazendeiros, criadores, lavradores, etc.”, com a finalidade de defender os interesses das classes associadas e a

colaboração com a administração pública na qualidade de órgão técnico e consultivo (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO GOVERNO FEDERAL DO AMAPÁ, 1944, p. 24 e 141).

O Departamento de Produção e Pesquisa, conforme o referido relatório, tinha seu primeiro projeto de organização composto inicialmente em três partes: Finalidade, Organização e Competência dos Serviços e Demais Órgãos.

No quadro 7, estão dispostas a finalidade e organização do Departamento de Produção e Pesquisa.

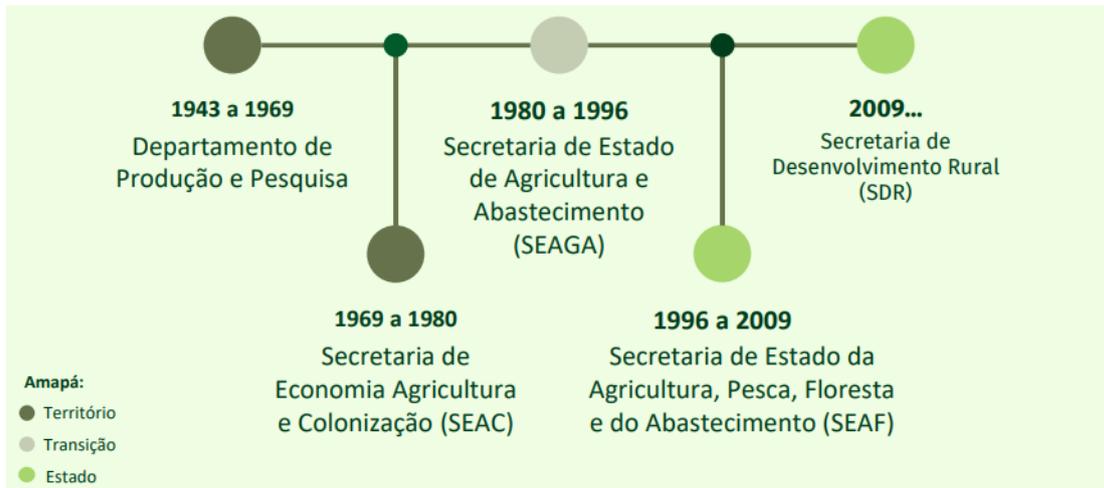
**Quadro 7.** Finalidade e Organização do Departamento de Produção e Pesquisa.

<b>FINALIDADE</b>	<b>ORGANIZAÇÃO</b>
Fomentar a produção do Território nos seus vários ramos – animal, mineral, industrial e vegetal – realizando as pesquisas e mais trabalhos necessários ao descobrimento, transformação e aproveitamento dos recursos naturais da região.	Serviço de Coordenação Serviço de Fomento da Produção Vegetal Serviço de Fomento da Produção Animal Serviço de Fomento da Produção Mineral Serviço de Fomento da Produção Industrial Posto Agropecuária de Macapá Posto Agropecuária de Amapá

Fonte: AMAPÁ, 1994.

Considerando a importância das ações para fomentar a produção vegetal no território do Amapá, o enfoque do governo em questão, permeava desde a realização de estudos não só para agricultura, mas também instalação de granjas; assistência técnica e sanitária vegetal aos agricultores; estabelecer contratos de trabalho em cooperação com interessados em exercer tais atividades; promover a produção, importação e distribuição de sementes, mudas, inseticidas, fungicidas, adubos, máquinas e outros artigos agrícolas (RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO GOVERNO FEDERAL DO AMAPÁ, 1944).

Com o passar do tempo, outras autoridades políticas foram nomeadas como governador do Território Federal do Amapá, conforme designação do Presidente da República, assim, o Departamento de Produção e Pesquisa foi tendo novos diretores. A partir do ano de 1969, o então Departamento de Produção e Pesquisa teve seu nome alterado para Divisão de Produção e 4 (quatro) modificações no decorrer do tempo, sendo a Secretaria de Economia Agricultura e Colonização-SEAC, Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento-SEAGA, Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca, Floresta e do Abastecimento-SEAF e, por fim, a Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR (Linha do Tempo 2).

**Linha do Tempo 2.** Instituição de políticas para desenvolvimento rural no Amapá.

Fonte: AMAPÁ (1943; 1980; 1992). Pesquisa de campo. Elaborado pela autora (2023).

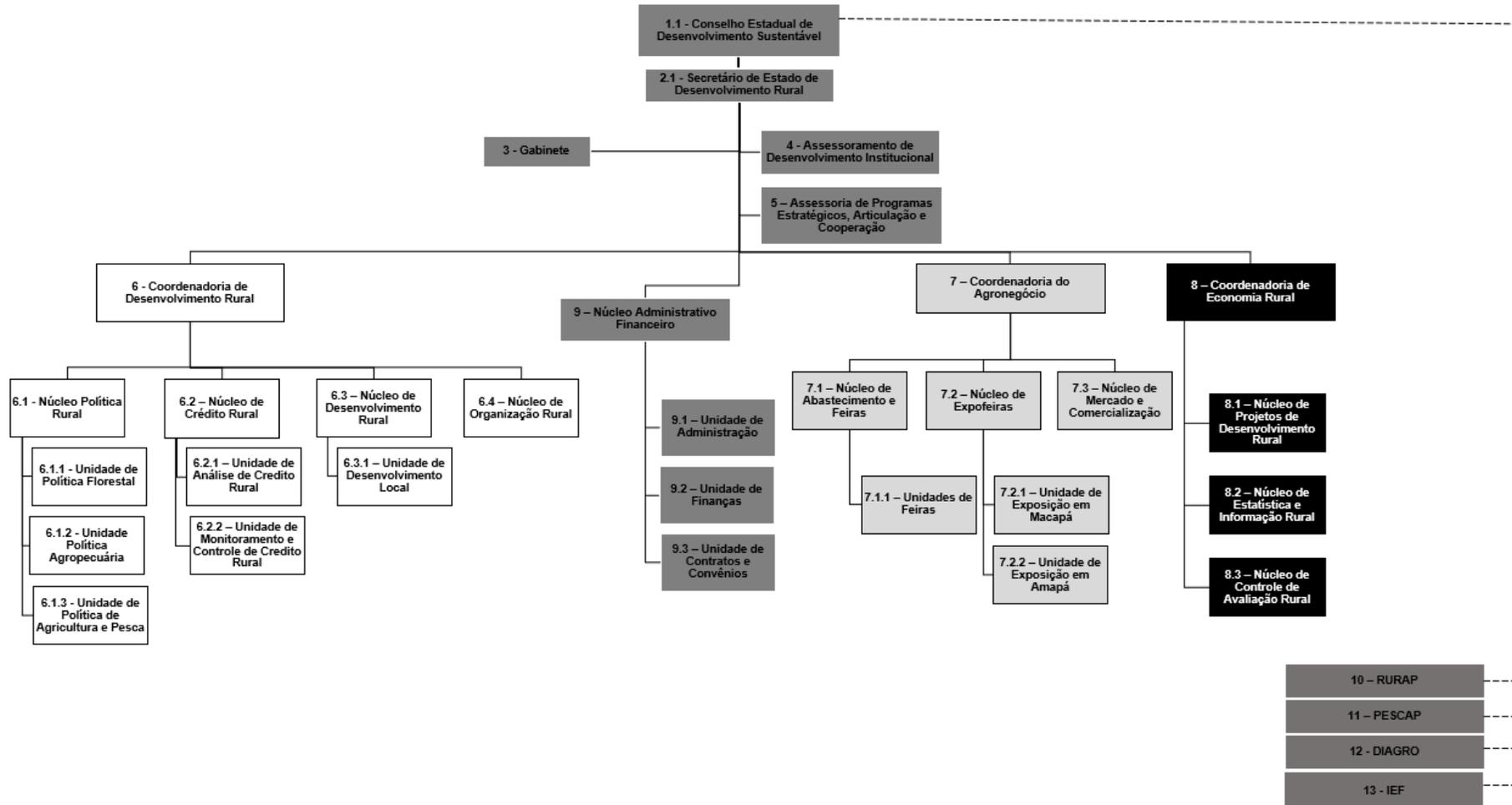
De acordo com trabalho de campo, ex-servidores do ex-Território do Amapá, assim como o ex-governador João Alberto Capiberibe, relatam acontecimentos importantes ocorridos que trouxeram melhorias para o desenvolvimento rural do Amapá. A SEAC, no governo de Ivanhoé Martins, teve a junção das competências dos departamentos de Divisão de Produção e Divisão de Terras e Colonização. Já a SEAGA, foi instituída no governo de Annibal Barcellos, esta foi extinta no governo de João Alberto Capiberibe, o qual criou a SEAF e trouxe como proposta de desenvolvimento Agropecuário para o Amapá, o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá– PDSA, apresentado no ano de 1995 (RUELLAN, 2002), o programa tinha sob sua responsabilidade, 27 assentamentos, com aproximadamente 27.000 (vinte e sete mil) famílias, bem como, ao Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá-RURAP, uma vez que a produção agrícola do estado estava aumentando nitidamente desde 1946. Em 2007, no governo de Waldez Góes extingue-se a SEAF, e cria-se a SDR, que no governo Camilo Capiberibe (2011-2015) permanece com o mesmo nome, porém com a proposta de um plano de desenvolvimento regional sustentável e integrado com articulação e integração internacional (AMAPÁ, 2012).

## **7 SDR: GESTORA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ**

A Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) é um órgão da Administração Direta do governo do estado do Amapá e está localizada na capital Macapá; regulamentada por meio do Decreto nº 2.821 de 06 de agosto de 2009, o qual estabelece autonomia, atribuições e competências administrativas em consonância com a Lei nº 1.073, de 02 de abril de 2007, com alteração dada pela Lei nº 1.964 de 22 de dezembro de 2015. A SDR tem como finalidade

precípua implementar e coordenar a política estadual de desenvolvimento rural nos municípios amapaenses, desenvolvendo e executando programas e ações direcionadas para os setores agrícola, pecuária, aquícola, pesqueira, florestal, extrativista, agroindústria e abastecimento, defesa, inspeção animal e vegetal, a referida Secretaria apresenta uma estrutura organizacional robusta conforme mostra o organograma 1, na qual contempla além dos setores de gestão administrativa, os setores de competências específicas para a produção e comercialização agrícola, como, por exemplo, a Unidade de Política de Agricultura e Pesca, o Núcleo de Organização Rural e o Núcleo de Mercado e Comercialização, entre outros setores como, a Unidade de Monitoramento e Controle de Crédito Rural e de Coordenadoria de Economia Rural.

Organograma 1. Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

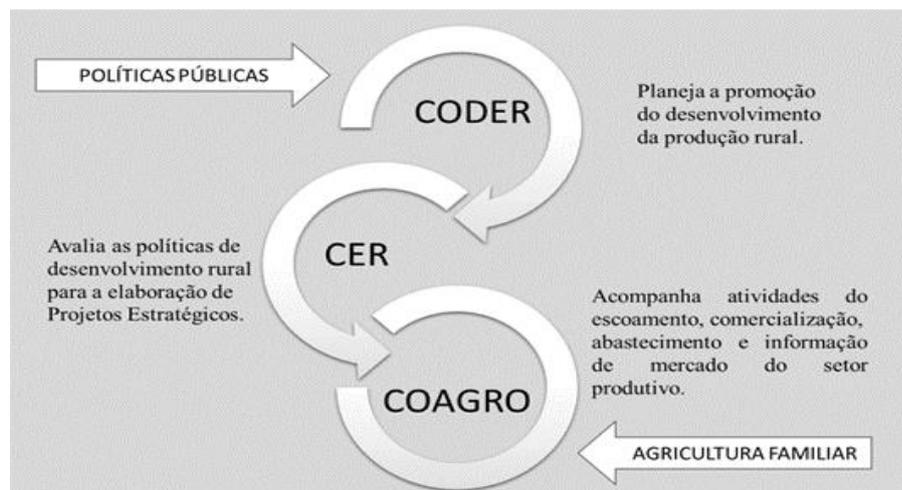


Fonte: Diário Oficial da União, 2009

De acordo com a estrutura organizacional da referida Secretaria, o dirigente de máximo poder de decisão e gestão compete ao Secretário de Estado, o qual, além das atribuições básicas, deverá desenvolver a coordenação estratégica da Instituição. Na gestão para implementação da política pública de desenvolvimento rural pela SDR, o secretário de estado tem o apoio de três coordenadorias, para planejar, acompanhar, controlar e avaliar as ações desenvolvidas pelos 11 Núcleos e 13 Unidades que lhes são subordinadas, conforme organograma SDR/AP supracitado. No entanto, atualmente a estas coordenadorias, estão vinculados somente seis núcleos, com atribuições específicas as suas competências, entre elas programar, coordenar, supervisionar, orientar e controlar a execução das atividades setoriais técnica e administrativa (SDR/AP, 2022).

Para que se possa compreender o processo de gestão da SDR, principalmente no que concerne às políticas públicas implementadas para o desenvolvimento da Agricultura Familiar no estado do Amapá, fez-se necessário analisar as competências específicas de cada Coordenadoria e respectivos fluxos de responsabilidade, assim como a identificação dos elementos gerenciais (SECCHI, COELHO e PIRES , 2022), que no caso da SDR, a gestão para implementação dessas políticas tem como elementos os planos (macro diretriz estratégica), os quais se concretizam em ações por meio dos programas (conteúdo tático-gerencial) nos processos finalísticos (procedimentos operacionais) para este núcleo social, com fluxo dos principais processos sintetizados no fluxograma 1 :

**Fluxograma 1.** Principais processos coordenados pela CODER, CER e COAGRO.



Fonte: SDR, 2022. Elaborado pela autora (2022).

E de forma mais detalhada as competências de cada coordenadoria (SDR, 2022):

1. **Coordenadoria de Desenvolvimento Rural (CODER):** é responsável por planejar, coordenar e acompanhar as políticas de promoção do desenvolvimento da produção rural com ênfase na integração e participação dos poderes públicos e das organizações da sociedade civil, com responsabilidade cultural, social, econômica e ambiental
2. **Coordenadoria de Economia Rural (CER):** coordena, controla e avalia as políticas de desenvolvimento rural; elabora projetos estratégicos, sistematiza e difunde informações estatísticas.
3. **Coordenadoria de Agronegócio (COAGRO):** competência para planejar, coordenar e acompanhar as atividades e ações de promoção do escoamento, comercialização, abastecimento e informação de mercado dos produtos e do setor produtivo.

A SDR também conta com o apoio de instituições vinculadas relacionadas à atividade-fim, como o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) e a Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do Amapá (DIAGRO), entre outras como a EMBRAPA, tratando-se de uma instituição parceira, visando fortalecer as ações estratégicas para o alcance dos resultados (SDR, 2022), porém, tais instituições não fazem parte do escopo desta pesquisa.

## 7.1 PROGRAMAS E AÇÕES DA SDR

O Plano Estratégico (PE) da SDR é realizado em consonância com o Plano Plurianual (PPA) vigente, considerando os objetivos e ações a serem executadas com a finalidade de atender a política pública de desenvolvimento rural e a política de fortalecimento da agricultura familiar. Tais políticas têm dinâmicas estruturadas em três eixos, explicados abaixo (SDR, 2022):

- Eixo econômico para o gerenciamento administrativo, com a implementação e gestão dos seus programas finalísticos;
- Eixo de desenvolvimento rural, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento agropecuário, aquícola, pesqueiro e florestal, incentivando a produção de alimentos de origem vegetal e animal, apoio aos pequenos agricultores no escoamento da produção para comercialização, garantir a assistência técnica, o crédito rural, a fiscalização e a inspeção de produtos do setor;
- Eixo de Desenvolvimento Econômico, com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico do estado do Amapá, na perspectiva da sustentabilidade, preservação e conservação dos recursos naturais.

Para implementação da política de desenvolvimento rural e conseqüentemente a política de fortalecimento da agricultura familiar, a SDR desenvolve os seguintes programas (SDR, 2022):

- Programa de escoamento e Comercialização da Produção Familiar (PECPPF): promove o escoamento da produção agropecuária familiar para estímulo à comercialização e finalidade de aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais do estado do Amapá.
- Programa de Produção Integrada de Alimentos – PPI, a ação busca promover o fortalecimento da agricultura familiar através da introdução de tecnologias de produção de alimentos, visando garantir a segurança alimentar, a geração de renda, a participação na dinâmica da economia, bem como, que proporcione melhor qualidade de vida das famílias rurais do estado do Amapá.
- Programa Tesouro Verde: Tem o objetivo de estimular a expansão da base econômica em conformidade com a dinâmica da economia verde, baixa emissão de carbono, eficiência no uso de recursos, abrange ainda o incentivo de pessoas e empresas que queiram explorar de forma sustentável, os recursos naturais das florestas nativas do estado do Amapá.

Estes programas têm como suporte ações que são executadas de acordo com cada projeto (SDR, 2022):

- Cooperação técnica e intercâmbio de conhecimento do setor agropecuário: promove experiências de projetos de sucessos desenvolvidos em outros estados brasileiros, visando a atualização profissional e a melhoria das políticas públicas para o setor primário do estado do Amapá;
- Realização de eventos voltados para o setor rural: Tecnoagro, presta apoio técnico e material às diversas áreas do setor agropecuário, realização das expo feiras agropecuárias, visando propiciar a sociedade em geral e ao produtor rural, em especial, o acesso a informações e inovações tecnológicas no setor agropecuário, projetar e divulgar nacional e internacionalmente a imagem institucional do governo do estado, além de detectar novas oportunidades de parcerias e trocas de informações para fomentar o desenvolvimento agropecuário do estado do Amapá;
- Apoio ao Projeto Amapá Cacau, a ação busca realizar levantamentos de dados do setor, de maneira que possam subsidiar as tomadas de decisões dos agentes públicos e privados para fins de desenvolvimento rural. Este projeto é resultado da realização de estudos e

diagnósticos do setor primário: a ação busca iniciar a estruturação da cadeia produtiva do cacau na região centro-oeste do estado, através da implantação da cultura, no sistema CABRUCÁ, nos municípios de Porto Grande, Pedra Branca do Amaparí e Serra do Navio, utilizando sementes híbridas para a formação de mudas, doadas através de parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá – SDR e a Federação Estadual da Agricultura e Pecuária do Pará – FAEPA;

O quadro 8, apresenta de forma sumarizada as ações e programas desenvolvidos pela SDR no período de 2015 a 2021

**Quadro 8.** Programas e Ações desenvolvidas pela SDR.

Programas	Ações	PPA 2012-2015	PPA 2016-2029					PPA 2020-2023	
		Resultados							
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
EIXO ECONÔMICO - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA								
	ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS DO SETOR PRIMÁRIO								
EIXO DESENVOLVIMENTO RURAL, AGROPECUÁRIO, AQUÍCOLA, PESQUEIRO E FLORESTAL	DIFUSÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O SETOR RURAL								
	SISTEMATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO								
	PARCERIAS INSTITUCIONAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSO								
	TECNOAGRO								
PROGRAMA DE ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR	EXPOFEIRAS								
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA								
	ESCOAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR								
	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES								
PROGRAMA DE PRODUÇÃO INTEGRADA	PRODUÇÃO INTEGRADA DE ALIMENTOS/FRAP					*			
	COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO								
EIXO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PROGRAMA TESOURO VERDE	OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA TESOURO VERDE								
<b>EXECUTADO</b>									
<b>NÃO EXECUTADO</b>									
<b>AÇÕES NÃO PREVISTAS NO PLANEJAMENTO</b>	<b>*Sem recurso do FRAP</b>								

Fonte: SDR 2016-2017,2020,2021/SEPLAN, 2015, 2018/2019/CGE, 2019. Elaborado pela autora.

Observa-se no quadro 8, que o Programa de escoamento e comercialização da produção familiar é o projeto com mais tempo de permanência ao apoio à agricultura familiar amapaense. Este modelo de programa apresenta referencial social e assistencial que compreendem a segunda geração de políticas públicas, e referencial de construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental contemplados na terceira geração de políticas para o setor rural (GRISA & SCHNEIDER 2015).

A análise das informações nesta seção, no que diz respeito a efetividades e limitações na gestão das políticas públicas para o desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar do Amapá, ao longo desses 7 anos (2015 a 2021), demonstra que a SDR executou várias outras ações para o desenvolvimento dos programas. No entanto foi identificado nos relatórios de gestão anual do período pesquisado, que alguns programas e ações permanecem; algumas ações foram sendo substituídas; e outras suprimidas ao longo das transições de gestão.

De acordo com as análises do relatório de auditoria CGE (2019), a SDR não estava atendendo a Instrução Normativa nº 001/2017 – TCE/AP na íntegra. Assim, não sendo possível a avaliação do desempenho do processo de gestão da SDR/AP com base no inciso IX, do item “b” do Art. 2º da IN nº 001/2017-TCE/AP:

exame do desempenho: análise da eficácia, eficiência e efetividade da gestão em relação a padrões administrativos e gerenciais expressos em metas e resultados negociados com a administração superior ou definidos nas leis orçamentárias, e da capacidade dos controles internos de minimizar riscos e evitar falhas e irregularidades (CGE/AP, 2019);

O não atendimento a IN nº 001/2017, fez com que a CGE/AP auditasse a secretaria (SDR/AP) em 2019. Ao longo desta seção, alguns pontos da auditoria de interesse para esta pesquisa como exemplo, a rotatividade de gestores ocorridas na SDR, o qual aponta que somente no ano de 2019 ocorreram cinco mudanças para o cargo de secretário (SDR/AP, 2015-2021; CGE/AP, 2019), questão que refletem nas decisões estratégicas, no fluxo dos processos, na qualidade dos programas e na operacionalização das ações para a resolução de um problema público, conforme apontado pelo entrevistado, código E002.

Após auditoria da CGE/AP em 2019, a SDR/AP, justificou no relatório de gestão do exercício 2020, a ausência de indicadores e metas para avaliar a Taxa de Eficiência da Secretaria, em razão da pandemia. No exercício de 2021, foi apresentado em relatório as seguintes informações de indicadores e alcance de metas relacionados aos três programas (SDR/AP, 2021):

- Gerenciamento Administrativo do Eixo Econômico: o indicador é a Taxa de Eficiência na execução dos Serviços Administrativos, que afetem a sua eficácia.

As ações para este programa estão voltadas para a atividade meio do governo. Em 2021, o programa atingiu 72,19% da sua Taxa de Eficiência, contudo, para o ano de 2022, foram traçadas metas administrativas com taxa de 100% de execução.

- Desenvolvimento Rural, Agropecuário, Aquícola, Pesqueiro e Florestal: o principal indicador é o volume da produção agrícola do estado. O percentual alcançado foi de 16,87% da execução de todos os indicadores do programa, com a pandemia alguns indicadores foram prejudicados, não sendo possível obter o resultado da Taxa de eficácia.
- Tesouro Verde foi prejudicado em 2020 e 2021. Desta forma, não houve a concretização de ações para utilização dos recursos para este programa, com resultado de indicador nulo.

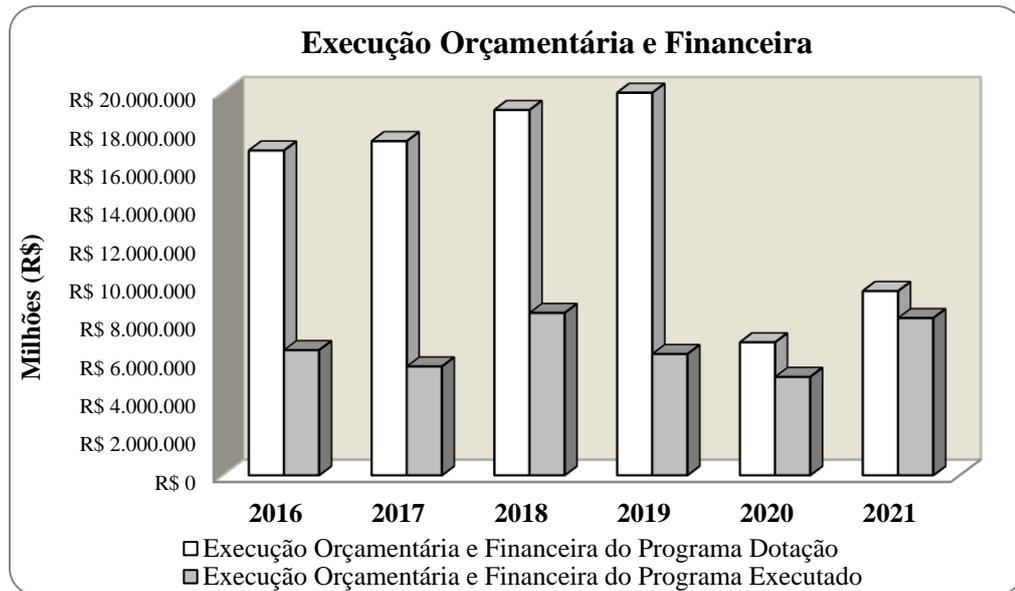
A SDR/AP, informou que tais indicadores são utilizados para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, com base nos indicadores do planejamento geral do governo do estado para avaliar a gestão. O acompanhamento do alcance das metas, a identificação dos avanços, das melhorias e das deficiências encontradas são realizadas por meio de reuniões periódicas com os servidores ocupantes de cargos estratégicos da sua estrutura organizacional. São feitos acompanhamentos das execuções por gerentes de programas e ações no SIAFE<sup>18</sup> (SDR/AP, 2021).

De forma a complementar a análise, por meio de levantamento e interpretação dos dados dos relatórios de gestão governamental disponibilizados pela SDR/AP (meio físico), e SEPLAN/AP (portal transparência), foi possível identificar os resultados financeiros referentes a execução orçamentária da Secretaria, conforme o gráfico 2, que demonstra os dados da dotação para a SDR/AP no período que abrange 2016 a 2021 (Plano Plurianual 2016-2019; 2020-2023), não foi possível obter os dados de investimento no setor agrícola em 2015<sup>19</sup>. Pode-se atribuir à gestão orçamentária nos últimos 6 (seis) anos, que o valor de dotação em relação ao valor executado é discrepante, e ainda, uma redução significativa de dotação no período da pandemia.

---

<sup>18</sup> SIAFE: Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Amapá

<sup>19</sup> O relatório de gestão, em meio físico e digital, não foi localizado pelo setor responsável da SDR e a informação via portal SEPLAN do Relatório de Atividades Governamentais também não menciona o valor de investimento neste setor.

**Gráfico 2.** Dotação Orçamentária vs Orçamento Executado.

Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2016-2021. Elaborado pela autora (2022).

Um dos fatores que podem contribuir para o orçamento executado ser abaixo da dotação orçamentária (2016-2019), é a inoperância nos projetos, por exemplo, em 2018, onze projetos foram elaborados para captação de recursos federal e estadual, propostos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no valor de R\$11.969.581,25, o que não ocorreu. Evidencia-se também, no Relatório de Gestão anual da SDR/AP (2017), que ações envolvendo parcerias institucionais, mesmo tendo um valor de dotação de R\$8.732.240,00 para este fim, não foi executada por falta de elaboração de projetos (SDR/AP, 2022). Segundo os entrevistados E001 e E002, a SDR não tem corpo técnico suficiente para atuar nas áreas de engenharia ambiental, engenharia agrícola, engenharia civil, contador, tecnologia da informação e administrador em agronegócios para atender as demandas, atualmente a SDR possui 352<sup>20</sup> servidores, destes, somente 261 estão atuando na Secretaria.

Desta forma, no caso concreto analisado, observa-se o impacto na qualidade da implementação da política de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar nos 16 municípios amapaenses. E considerando as transições de cargos públicos estratégicos, como o de Secretário de governo, que na maioria das vezes, acontecem nas transições de eleições municipais, estaduais e federais. E de acordo com a abordagem multicêntrica, resultados como estes, evidenciam o nível de comprometimento com a intencionalidade de

<sup>20</sup> Este quantitativo de pessoal está subdividido da seguinte forma: 285 efetivos, 47 cargos comissionados, 6 contratos administrativos, 2 terceirizados, 12 gerenciais, 91 servidores estão cedidos para outros órgãos (RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ CGE/AP-2020)

enfrentar um problema público por parte dos agentes públicos. O que demonstra também, conforme estudos de Secchi, Coelho e Pires (2020), a intervenção da política de governo na política pública.

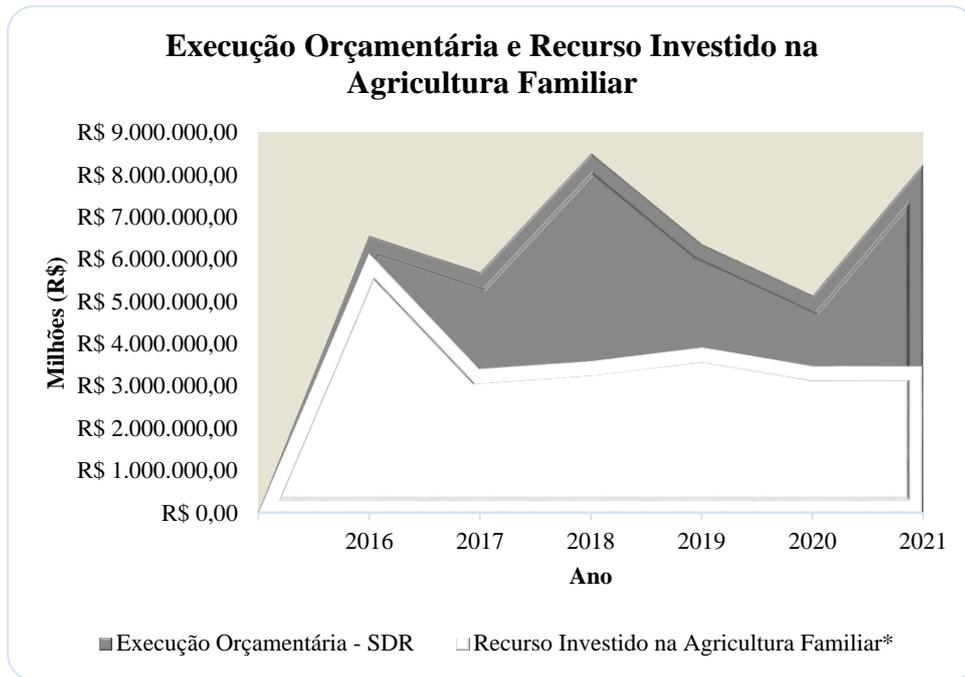
## 7.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DO AMAPÁ

Nesta seção, conforme já mencionado, os programas efetivamente ativos pela SDR, voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado do Amapá, em atendimento às Políticas públicas de desenvolvimento rural e de fortalecimento da agricultura familiar, são os programas de escoamento e comercialização da produção agrícola e o de produção integrada de alimentos (PPI), com apoio de financiamento do FRAP<sup>21</sup> para cooperativas e associações de agricultores. O programa Tesouro Verde, apesar de haver recurso para desenvolver ações, a Secretaria até o momento não elaborou projetos com esta finalidade e não executa nenhuma ação com o recurso disponibilizado.

A princípio, com a finalidade de analisar a execução orçamentária em programas diretamente vinculados à agricultura familiar, e considerando o valor de dotação disponibilizada à secretaria (gráfico 3) para atuação durante os períodos em análise, disposto no gráfico 3, aponta que o investimento na agricultura familiar ocorre, na maioria das vezes, apenas no programa de escoamento e comercialização da produção familiar nas feiras de Macapá e Santana. Corroborando esta afirmativa, no exercício de 2019, 94% do orçamento da SDR foi concentrado neste programa com aluguel de caminhões para escoamento de produção (CGE, 2020). Assim, observa-se o desequilíbrio de investimento e consequentemente de atuação por parte da SDR em relação ao PPI.

---

<sup>21</sup> Fundo que tem por objetivo promover a elaboração e a compatibilização de ações específicas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, extrativistas vegetais, agroindustriais, pesca artesanal e aquicultura, a partir dos seguintes instrumentos - infraestrutura de apoio à produção e à comercialização; II - fomento à produção; III - crédito; e IV - apoio às instituições representativas da produção familiar rural. **Art. 2º da Lei nº 905/2020**

**Gráfico 3.** Execução Orçamentária e Financeira e recurso investido na agricultura familiar.

### 7.2.1 Execução orçamentária e investimento na agricultura familiar no período de 2015 a 2021

Para analisar se as diretrizes da SDR estão em consonância com as diretrizes do governo do estado do Amapá, observou-se que no Relatório de Atividades Governamentais de 2016 (SEPLAN/AP, 2016), foram investidos aproximadamente 15,6 milhões de reais nos programas voltados ao Desenvolvimento Econômico de todo o estado do Amapá. Deste valor, 5,6 milhões de reais foram destinados à produção agrícola e ao escoamento da produção familiar (SEPLAN/AP, 2016). No referido ano, uma das ações realizadas para a política de desenvolvimento rural do estado, foi a parceria entre SDR e 12 municípios amapaenses, com investimento de R\$ 4.009.915,13, dos quais, os valores referem-se a repasse de recursos que variaram de R\$462.633,05 (Serra do Navio) a R\$39.065,56 (Vitória do Jari); e R\$2.008.620,10, com aquisição de bens/equipamentos referentes aos projetos Federais (MAPA, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Projetos de Infraestrutura - PROINF) e os programas estaduais, totalizando R\$6.212.186,70 (SDR/AP, 2016).

No Relatório de Atividades Governamentais de 2017, considerando todos os órgãos e instituições do setor econômico do governo do Amapá, o total de investimento foi de 28,5 milhões de reais, sendo uma das ações a intensificação de parcerias de apoio técnico, em especial a EMBRAPA, em busca de novas tecnologias para os agricultores amapaenses. Deste

montante, foi destinado ao escoamento da Produção Familiar, com transporte dos produtos, organização e logística de comercialização, o valor de 3,4 milhões de reais (SEPLAN/AP, 2017). Em contrapartida, foram realizadas, em 2017, parcerias com as associações e cooperativas de agricultores familiares para executar serviços de preparo de área mecanizada e a aquisição de insumos agrícolas de fundação, cobertura e instalação de unidades técnicas, previstas no Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI), onde foram selecionadas 20 instituições (Associações e Cooperativas) por meio de chamamento público, com investimentos do FRAP, no valor de R\$ 4 milhões de reais, com a intenção de promover o fortalecimento da agricultura familiar em todo o estado e o desenvolvimento rural, introduzindo novas tecnologias pautadas na sustentabilidade social, econômica e ambiental (SEPLAN, 2017).

E ainda, no relatório de 2017, a previsão/projeção para 2018 seria aumentar o número de agricultores produtores, assim como também o volume produzido, como exemplo, o cultivo da mandioca, que por muito tempo foi estigmatizado como uma cultura local que não resultava retorno financeiro para o produtor, em razão do processo manual do plantio à colheita. Com a produção mecanizada, os agricultores de mandiocultura poderão desenvolver o cultivo com rapidez, qualidade e melhoria da renda. Este avanço só foi possível, em razão da parceria e demanda da Cooperativa de Produtores Agrícolas. Em 2018, a meta estabelecida com a introdução dessa tecnologia, seria manejar aproximadamente 500 hectares de plantio para produção de mandioca, com retorno de R\$11 mil reais em média para o agricultor (SEPLAN/AP, 2017).

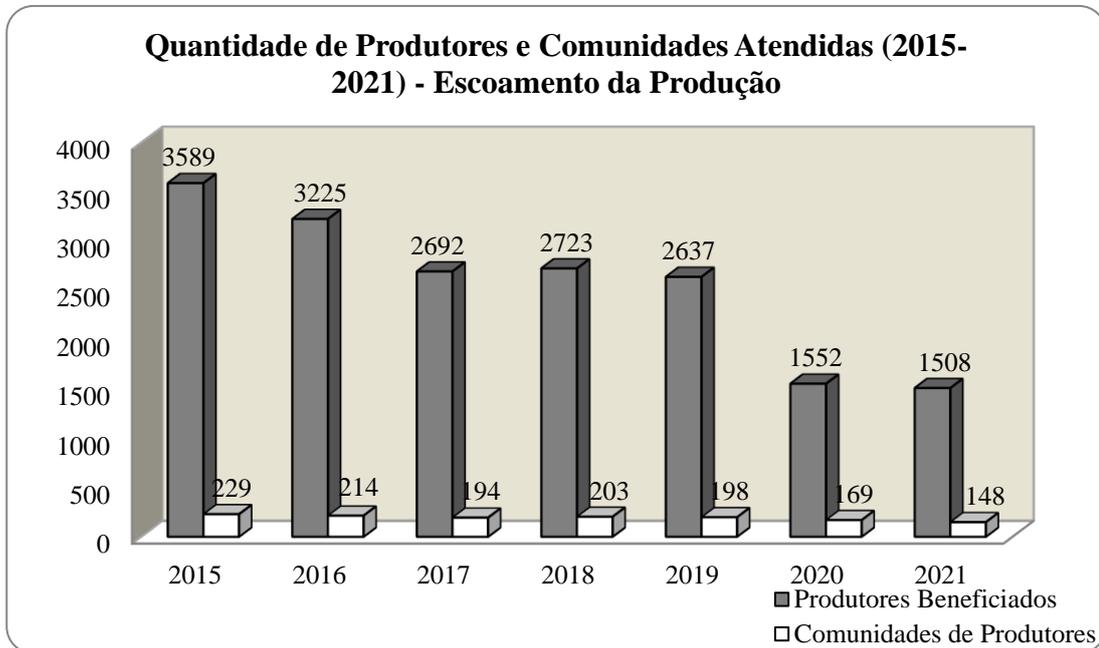
Em 2018, foram investidos R\$32,4 milhões de reais nos programas e ações finalísticas, voltadas para o desenvolvimento econômico do estado do Amapá, em destaque a realização de expo feiras, escoamento e comercialização da produção agrícola, assistência técnicas, entre outros, cujos investimentos totalizaram R\$20,3 milhões de reais. Porém, no gráfico 3, observa-se que o investimento na produção familiar praticamente permaneceu o mesmo de 2017, assim como em 2018, 2019, 2020 e 2021 (SEPLAN/AP, 2018 a 2021). De acordo com o entrevistado E003, o GEA criou em 2021 um grupo de trabalho multidisciplinar (SDR/AP, SEINF/AP e RURAP) para desenvolver a Agroindústria para os produtos in natura procedentes da agricultura familiar. Observou-se que nesta ação, o avanço tecnológico no processo da produção da farinha de mandioca alcançou aproximadamente 53 agricultores de quatro comunidades, até o momento, um agricultor da comunidade do Tracajatuba II, no Pacuí, conseguiu modernizar e certificar a produção de farinha, por meio de recurso próprio, ações como essas expande as formas de mercado para a agricultura familiar (E003, 2022).

Em 2019 foi identificada inconsistência nas informações apresentadas do relatório de gestão da SDR/AP, o que resultou em uma auditoria pela CGE/AP, a qual relatou que a SDR/AP não apresentou a avaliação das metas relacionadas ao planejamento de seus programas e ações orçamentárias. Apresentou o volume de produtos transportados da agricultura familiar, porém apenas os três primeiros trimestres. Outro ponto identificado na referida auditoria foi em relação ao pagamento dos recursos do FRAP, informando que a SDR também não apresentou os dados financeiros completos sobre a gestão de 2019, como os repasses de recursos do orçamento do estado ao FRAP; identificação da existência de recursos de operações contratadas sem liberação, o que denota insuficiência de disponibilidade do fundo.

Para o questionamento acima da CGE, a SDR justificou que recebeu do RURAP e do PESCAP apenas laudos de assistência técnica de liberação de parcelas, bem como de acompanhamento técnico de projetos voltados para as áreas de agricultura, pecuária extrativismo, pesca artesanal, aquicultura entre outros. E ainda de acordo com o referido relatório de auditoria, a CGE/AP fez referência ao fato de a SDR/AP não apresentar a conciliação detalhada da receita do FRAP, com a identificação da origem, dotação orçamentária do estado, encargos financeiros oriundos de empréstimos concedidos e os rendimentos de aplicação financeira de seus recursos, assim como outras dotações ou contribuições existentes.

Conforme análise, a SDR/AP tem um valor de dotação expressivo (gráfico 2), no entanto, nos resultados apresentados no período de análise, os valores investidos nos programas PPI e escoamento de Produção Agrícola, que em tese, teriam a finalidade de fortalecer a agricultura familiar, tiveram oscilações nas execuções dos programas, e nos investimentos dos referidos programas, obteve um movimento decrescente, não resultando grandes mudanças para este segmento. Considerando a dinâmica das diretrizes para implementação da política de desenvolvimento do Amapá por parte do GEA, conforme estudos de Secchi, Coelho e Pires (2022), identifica-se a existência de articulação entre a SDR as diversas instituições estaduais, federais e municipais (*polity*) com a finalidade de implementar a política de desenvolvimento rural (*politics*) por meio das diretrizes do governo do estadual (*policy*). No entanto observa-se que os resultados apresentados ainda são incipientes, demonstrando pouca conexão com a realidade regional, por meio de mudanças estruturais e técnicas para a produtividade e desenvolvimento humano local, conforme já identificado nos estudos de SUPERTI (2011). Esta afirmação pode ser complementada ao se observar o gráfico 4 abaixo, que relaciona a quantidade de produtores e de comunidades beneficiárias do programa de escoamento e comercialização da produção ao longo de 2015 a 2021.

**Gráfico 4.** Produtores por comunidades participantes do programa de escoamento e comercialização da produção familiar no período de 2015 a 2021.



Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022).

Conforme observa-se nestes resultados a participação tanto das comunidades como de família de agricultores no programa de escoamento e comercialização da produção familiar vem apresentando gradativamente movimento decrescente, com queda expressiva de 58% nos dois primeiros anos de pandemia (2020/2021) em relação a 2019.

Outro aspecto observado no processo de gestão, foi a dinâmica da relação de reciprocidade entre a SDR com os agricultores familiares dos 16 municípios amapaenses. Segundo o entrevistado E001, o diálogo entre setores e beneficiários das políticas implementadas pela Secretaria de estado acontece por meio dos Núcleos de Desenvolvimento Rural da CODER, atuando nas regionais, divididas territórios: extremo Norte (Oiapoque, Calçoene e parte do Amapá), Sul (Mazagão, parte Laranjal do Jari e Vitória do Jari) região dos lagos (Tartarugalzinho, Pracuúba e Amapá), territórios ribeirinhos (Santana, Itaubal, Macapá, e Cutias do Araguari) e Centro-Oeste (Porto Grande, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, e Serra do Navio). Cada regional possui um agente responsável por cada território, este faz o trabalho de ouvir a comunidade trazendo demandas, alguns agentes são da própria região, pessoas da comunidade local, em outras são técnicos que atuam. Ao longo do ano são realizadas visitas técnicas com o objetivo de identificar questões relacionada a produtividade e avaliar áreas com possíveis potenciais para a piscicultura, criação de suínos, hortaliças e

possível implantação de biodigestor, com a finalidade de geração de gás e produção de biofertilizante e treinamentos voltados para piscicultura (SDR, 2021; E001, E004).

Em 2021, equipes de técnicos realizaram levantamentos socioprodutivos dos agricultores familiares para monitoramento e avaliação das Associações vinculadas ao PPI, referente a safra 2017/2018, foi informado pela presidência de algumas associações a situação de agricultores que não possuem direitos efetivos sobre a posse de suas áreas não deram continuidade aos projetos implantados, e que algumas áreas disponibilizadas para implantação dos projetos, estão sendo questionadas judicialmente (SDR 2021). De acordo com os entrevistados E004, quando perguntado sobre os principais projetos estratégicos nos últimos sete anos para o fortalecimento da agricultura beneficiária do programa de comercialização, abastecimento e produção agrícola, este informou que para a gestão à frente da Secretaria, o PPI seria o “carro chefe”, e que o programa sofreu mudanças na metodologia, que “antigamente sempre se trabalhou com a produção de mandioca, a produção de mandioca era o foco do programa. Então, quando se iniciou em 2021, se considerou em fazer algo diferente, para tentar respeitar a vocação do produtor. A gente sabe que na região centro-oeste o polo é fruticultura. A gente sabe que a região aqui do Pacuí é a farinha. [...] em torno de Macapá que é uma produção de hortaliça e tem uma região ribeirinha que trabalha com camarão com açai”.

## **8 PROGRAMA DE INCENTIVO A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

A política pública de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar amapaense, teve início, de fato, em 1985, com a implementação da feira do produtor. Esta forma de mercado é caracterizada por Schneider (2016), como mercado de proximidade, de natureza interpessoal, solidária; e como forma de regulação da confiança entre produtor e consumidor. A comercialização da produção familiar no Amapá, inicialmente, funcionou em diferentes lugares da capital até ser inaugurada em 1988, no bairro do Buritizal, a Feira do Produtor, na gestão do secretário de agricultura do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe. Já na época, vários agricultores, de diferentes municípios amapaenses, vinham comercializar uma grande diversidade de produtos, proporcionando, além da participação do agricultor familiar na economia local, trouxe um acréscimo significativo na economia e melhoria na qualidade de vida desse segmento (CIDADÃO CAPI, 2022). Há 37 (trinta e sete) anos, as famílias de agricultores atuam nesta forma de mercado, por meio do programa de apoio ao escoamento e comercialização da produção agrícola. A gestão do programa está sob a gestão da SDR, desde

sua institucionalização em 2009, com a coordenação da COAGRO, que fornece também a logística para transportar a produção agrícola do interior do estado, por meio da terceirização de caminhões (COAGRO-SDR, 2021).

Ao longo dos anos, as famílias de agricultores foram ganhando espaço para comercialização dos seus produtos nas Feiras de Produtores Rurais, que são feiras em estruturas permanentes e realizadas semanalmente, totalizando 04 (quatro) feiras, sendo 03 (três) na capital Macapá (Bairros Jardim, Buritizal e Pacoval) e 01 (uma) no município de Santana e o Mercado do Pescado, no Igarapé das Mulheres. A gestão de todas essas infraestruturas é de responsabilidade do governo estadual, por meio da administração da SDR. Esta forma de mercado para a agricultura familiar proporciona o fornecimento suplementar de uma diversidade de produtos locais como hortaliças, frutas, farinhas, grãos e principalmente os pescados; e variedades de ervas aromáticas e medicinais. No inventário realizado pela COAGRO-SDR/AP, por exemplo, em 2019, foram comercializados um total de 205 tipos de produtos (ANEXO B). (COAGRO-SDR/AP, 2015 e 2021).

Além das feiras para os agricultores, a SDR promove circuitos de Expofeira há mais de vinte anos. Em 2017 foi realizado o 26º evento. Em 2018, a Secretaria deu início ao circuito de feiras no modelo Tecnoagro<sup>22</sup>, realizadas nos municípios de Laranjal do Jari, Porto Grande, Amapá e Macapá, direcionados às atividades econômicas do setor primário. Em 2020, primeiro ano de pandemia, estas ações foram paralisadas; em 2021 a SDR retorna com essa modalidade de feira (tecnoagro); e a realização de 7 (sete) feiras itinerantes dentro do estado do Amapá (SDR/AP 2017, 2018, 2020):

- Tartarugalzinho, nos meses de abril e junho, com a participação de 20 agricultores das comunidades Mutum, Cedro, Entre Rios, Bom Jesus e Itaubal; total de receita em produtos comercializados: R\$ 56 mil, na primeira feira é de R\$ 35 mil, na segunda feira;
- Oiapoque, período 07/05-08/05/2021 e 29/07 a 31/07/2021, sem dados de participantes e receita;

---

<sup>22</sup> O Circuito Tecnoagro é um conjunto de feiras de negócios realizadas em todos os espaços disponíveis para a exposição do potencial agropecuário e da agricultura familiar do Amapá.

É voltado para pequenos, médios e grandes produtores, além de instituições financeiras e de insumos que atuam no setor agrícola, como forma de incentivar e contribuir para a expansão do setor produtivo por meio de ciência e tecnologia.

- Macapá, período 28/05 e 29/05/2021 com a participação de 20 produtores das comunidades: Pólo da Fazendinha, Ilha de Santana, Coração, km-09 e Padre Josino, total de R\$ 30 mil reais em produtos comercializados como melancia, farinha, banana, hortaliças e polpa de frutas; e nos dias 10, 11 e 12/09/2021 no conjunto habitacional Macapaba;

Estas ações de incentivo à agricultura familiar, de acordo com estudos sobre mercados de Schneider (2016), são modelos de mercados locais/territoriais, com formas de regulação pautadas na confiança, procedência e preço.

### 8.1 SDR NA GESTÃO DAS FEIRAS DE AGRICULTORES DE MACAPÁ E SANTANA

Conforme já supramencionado as famílias de agricultores dependem da SDR para escoar e comercializar a produção. Cada feira tem sua rotina de funcionamento de acordo com cronograma pré-determinado pela SDR, que depende da disponibilidade da produção excedente a ser escoada para as feiras. O escoamento é realizado por meio de caminhões que a SDR terceiriza o serviço de transporte, sem ônus ao agricultor. Segundo o entrevistado E005 a SDR já foi “vitrine” do programa de escoamento e comercialização da produção agrícola. “Nós tínhamos 44 caminhões alugados, então até 2017, 90% do orçamento era só para pagar o transporte do escoamento de produção. Eram vários carros alugados, hoje em dia devem ser uns 20 ainda.” (E005, 2022)

A Feira do Produtor do Buritizal possui maior estrutura e movimentação em relação às outras feiras, com funcionamento às terças e quintas feiras, das 8:00 às 19h. De acordo com um dos entrevistados E004, o espaço interno é exclusivo para a comercialização direta com o produtor familiar, já o espaço externo foi reorganizado pela SDR para os empreendedores, que assinaram um termo de permissão de uso do espaço na feira. A figura do atravessador é caracterizada pela SDR como empreendedor. Abaixo encontra-se a imagem aérea da feira do produtor do Buritizal, conforme fotos 1 e 2.

**Fotografia 1.** Imagem aérea da Feira do Produtor do Buritizal.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

**Fotografia 2.** Vista interna da Feira do Produtor do Buritizal.

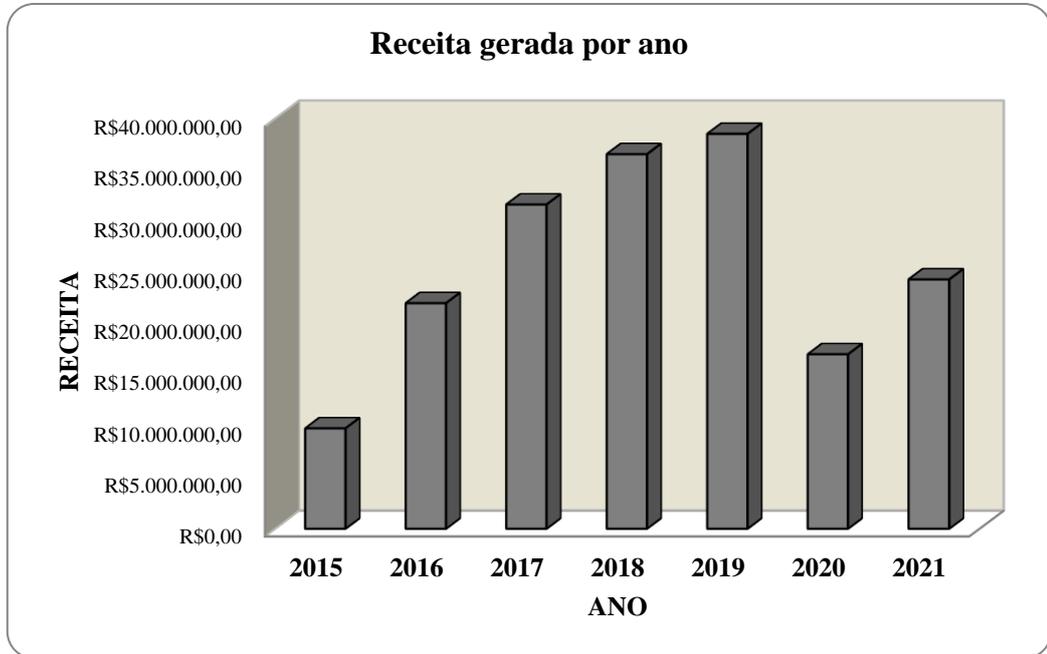


Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Corroborar essa evidência no relatório de auditoria de gestão 2020, exercício 2019, realizado pela Controladoria Geral do Estado do Amapá (CGE/AP), que o modelo de comercialização e abastecimento realizado pelo produtor rural amapaense, com o subsídio do estado é o da cadeia de valores na figura do produtor-consumidor. Este modelo tem mais de 20 anos, porém foi evidenciado pela referida auditoria que este modelo apresenta indícios de desgastes, em razão da redução do volume de produtos comercializados anualmente. Foi identificado, que o modelo produtor-varejista-consumidor está sendo praticado pelos produtores e atravessadores de maneira informal.

No gráfico 5, tem-se os valores de receita gerada com a comercialização da produção familiar no período de 2015 a 2021, com total de R \$179.785.738,94.

**Gráfico 5.** Receita gerada durante os anos de 2015 a 2021 para a Feira do Buritizal.



Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022).

A Feira do Produtor do Jardim Felicidade está localizada na zona norte da cidade de Macapá. Na fotografia 3 mostra a estrutura atual da feira. A movimentação é bem menor em relação a feira do Buritizal. A feira funciona às terças e quintas feiras, das 8h às 19h e os produtos são comercializados diretamente entre produtor e consumidor.

**Fotografia 3.** Imagem aérea da Feira do produtor do Jardim Felicidade.



Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

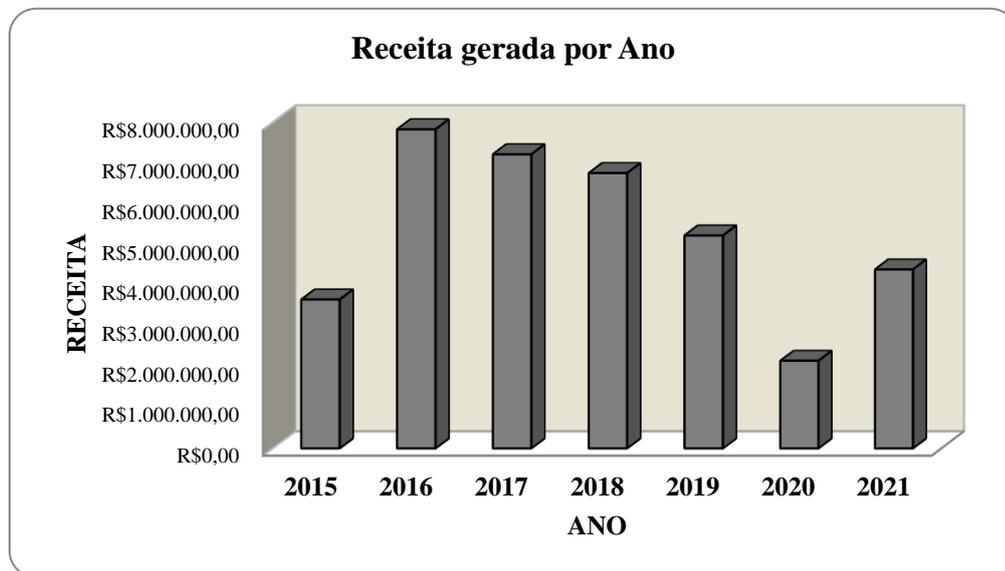
**Fotografia 4.** Vista Interna da Feira de Produtor de Santana.



Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

O total de receita gerada nos anos de 2015 a 2021, com a comercialização da produção familiar foi de R \$37.263.787,92, conforme gráfico 6.

**Gráfico 6.** Receita gerada durante os anos de 2015 a 2021 para a Feira do Jardim Felicidade.



Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022).

A Feira do Produtor de Santana foi revitalizada e inaugurada em 2016, atualmente, atende o total 80 feirantes distribuídos em 6 comunidades oriundas dos municípios de Macapá (Pólo Hortifrutigranjeiro), Santana (Anauerapucú, Cinco Chagas e Ilha de Santana) e Porto

Grande (Campo Verde e Assentamento Nova Canaã), com funcionamento às segundas feiras, das 8:00h às 19:00h (COAGRO/SDR/AP, 2015). Nas fotografias 5 e 6, mostra a estrutura atual da Feira.

**Fotografia 5.** Imagem frontal da Feira do Produtor de Santana.



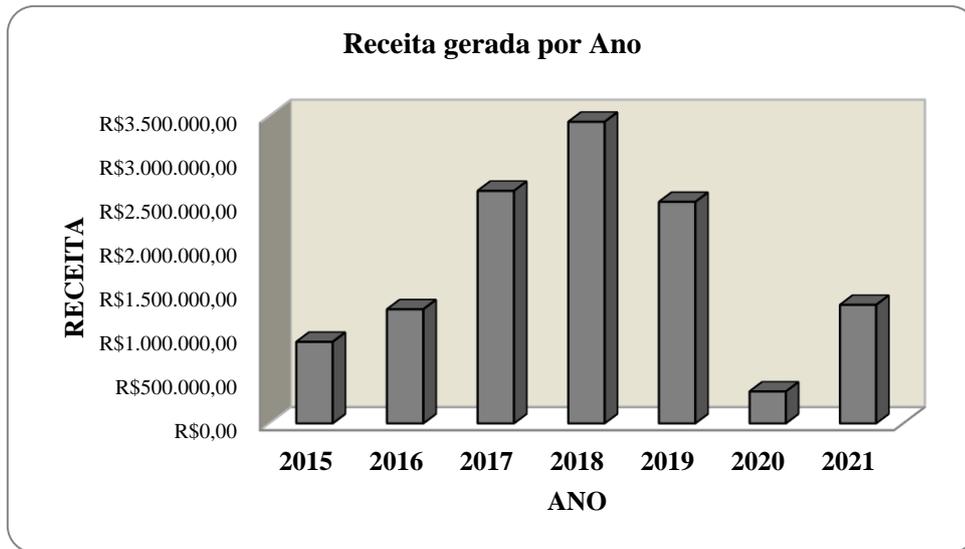
Fonte: Pesquisa de Campo (2022)

**Fotografia 6.** Vista Interna da Feira de Produtor de Santana.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A receita gerada no período de 2015 a 2021, com a comercialização da produção familiar foi de R \$12.560.198,35 conforme gráfico 7 a seguir.

**Gráfico 7.** Receita gerada durante os anos 2015 a 2020 para a Feira de Santana.

Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022).

De acordo com relatório de gestão SDR/AP, 2020, em razão da pandemia do COVID-19 houve interrupção da comercialização nas 3 feiras assistidas pela SDR. A comercialização ocorreu somente com vendas diretas em pontos de varejo, assim, o escoamento atendeu somente os agricultores com esta modalidade de comercialização. Fato que resultou na redução do volume transportado, com queda significativa de (-33%).

O Mercado do Pescado está localizado no bairro Perpétuo Socorro (Igarapé das Mulheres), município de Macapá. A comercialização da produção familiar não é realizada pelas comunidades tradicionais - agricultores-ribeirinhos e pescadores artesanais <sup>23</sup>. Essa dinâmica é evidenciada de acordo com o entrevistado código E004, que menciona o fato de os produtos serem repassados do agricultor-pescador aos atravessadores/empreendedores, e estes são de fato quem exercem a atividade de comercialização dos produtos no Mercado do Pescado. Nas fotografias 7 e 8 é observado a vista aérea do Mercado de Pescado e sua estrutura interna.

<sup>23</sup> O que caracteriza o ribeirinho como população tradicional é a forma como este grupo social constrói o seu modo de vida e a sua territorialidade, um dos elementos definidores é a íntima relação com a mata e o rio, as técnicas tradicionais de caça, pesca, extrativismo e agrícola (LOUREIRO, 1991 APUD FARIAS, 2014).

**Fotografia 7.** Vista aérea frontal do Mercado de Pescado.



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

**Fotografia 8.** Imagem estrutura interna do Mercado de Pescado.



Fonte: Pesquisa de campo (2022).

O local foi revitalizado e inaugurado em março de 2013. O Mercado comercializa diversos produtos além do pescado (peixe, camarão e caranguejo). No recadastramento de 2020 foram detectados 103 empreendedores ativos. Identificou-se que a SDR é responsável pela manutenção e inspeção das condições higiênicas-sanitárias do local; orientação aos empreendedores por meio de treinamento e capacitação técnica para manipulação de alimentos (SDR/AP, 2015 e 2020). A SDR/AP não realiza o controle da receita gerada com a comercialização dos produtos, igualmente é realizado nas feiras dos produtores.

A feira do Produtor Pacoval, formalmente denominada Feira Livre do Pacoval, apesar de ser coordenada pela COAGRO/SDR, está sob a supervisão do Comitê Gestor, representantes da Associação dos Empreendedores e Agricultores Familiares da Feira Livre do Pacoval – FEMICRO, por meio do regulamento firmado em 06 de março de 2008. Esta modalidade de feira, de acordo com o regulamento, tem como finalidade proporcionar aos agricultores familiares e empreendedores, a comercialização de produtos agroextrativista, confecções, plantas medicinais, peixes e mariscos, acessórios diversos, lanches e restaurantes. Esta modalidade de gestão difere das outras feiras que estão sob a gestão integral da SDR.

Nesta feira, participam os agricultores familiares, que não dependem do transporte de escoamento de produção e os empreendedores, ambos segmentos devem estar regularmente cadastrados pela Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (SETE); e os agricultores familiares beneficiários do programa de escoamento, que fazem parte do rodízio de comunidades, preestabelecido pela COAGRO/SDR, para comercialização dos seus produtos, são isentos da obrigação de cadastramento no SETE. Nas fotografias 9 e 10, mostra a estrutura atual da Feira.

**Fotografia 9.** Estrutura externa da Feira do Pacoval.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

**Fotografia 10.** Estrutura interna da Feira do Produtor do Pacoval.



Fonte: Pesquisa de Campo (2023).

Em reportagem realizada em 12 de setembro de 2013, a feira encontrava-se em situação precária, indicando que o modelo de administração implementado não estava tendo êxito. De acordo com os relatos, à época, de feirantes e empreendedores, que trabalhavam no local, além do espaço não oferecer estrutura adequada para vendas de alimentos, em razão do mal cheiro e falta de disposição adequada para o lixo gerado no local, e a falta de segurança, situação que afastava os consumidores (JORNAL DO AMAPÁ 2013). Em visita *in loco* (março, 2023), identificou-se que em relação a limpeza e organização, a feira recebeu melhorias, no entanto a estrutura está bastante desgastada indicando necessidade de reforma e revitalização do local, conforme indicado na fotografia 11.

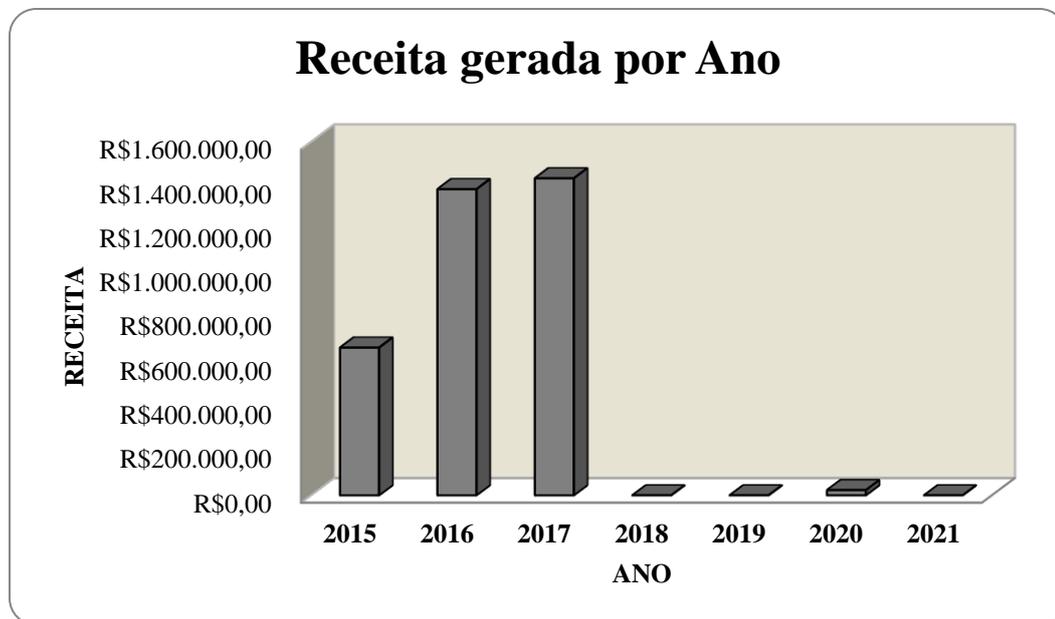
**Fotografia 11.** Estrutura interna da Feira do Pacoval (bancadas para comercialização).



Fonte: Pesquisa de Campo (2023)

O total de receita gerada nos anos de 2015 a 2021, com a comercialização da produção familiar foi de R \$3.521.097,31, conforme gráfico 8.

**Gráfico 8.** Receita gerada por ano para a Feira do Pacoval.



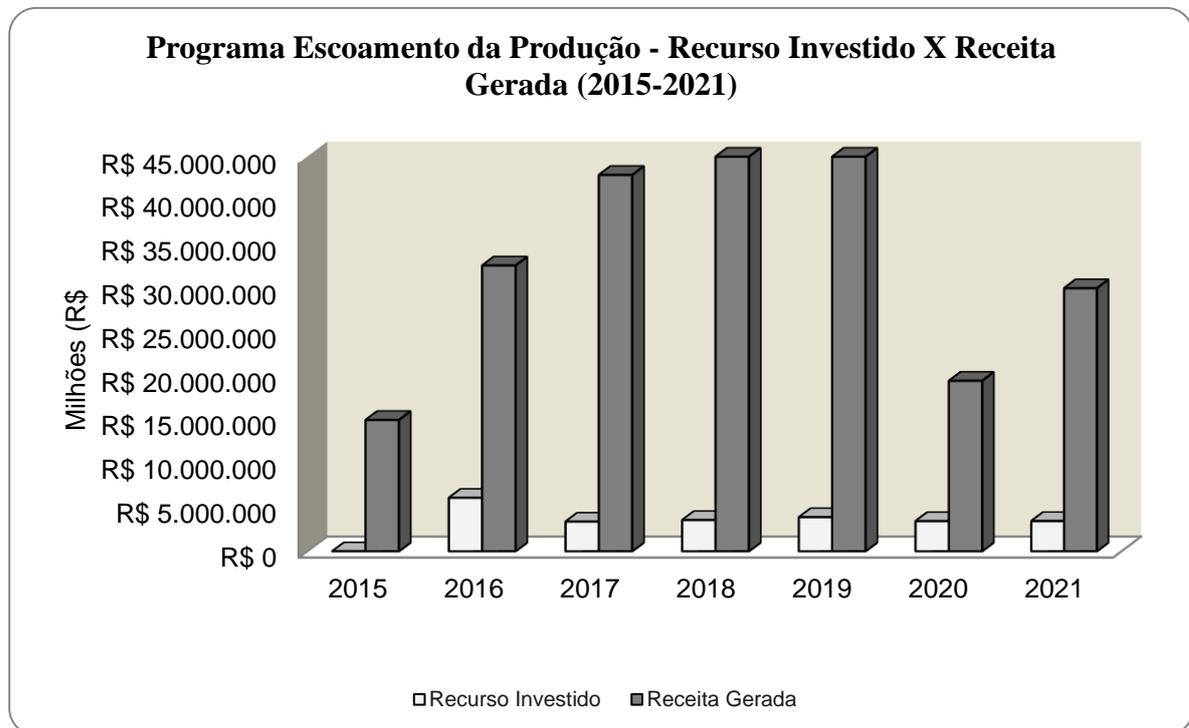
Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2023).

Nos relatórios da COAGRO não há informações das receitas para os anos de 2018, 2019 e 2021, a maioria dos agricultores migraram para as feiras do produtor Jardim e Buritizal.

### **8.1.1 Investimentos no programa de escoamento e comercialização da produção da agricultura familiar nas feiras de Macapá e Santana**

De acordo com os dados demonstrados no gráfico 9, é possível observar que os investimentos neste programa pela SDR, manteve a média anual aproximada no valor de R\$4 milhões durante o período de 2015 a 2021. Não foi possível identificar de forma separada os investimentos realizados somente em melhorias das feiras.

**Gráfico 9.** Programa Escoamento da Produção. Recurso Investido vs Receita Gerada nas feiras com a venda dos produtos durante o período de 2015 a 2021.



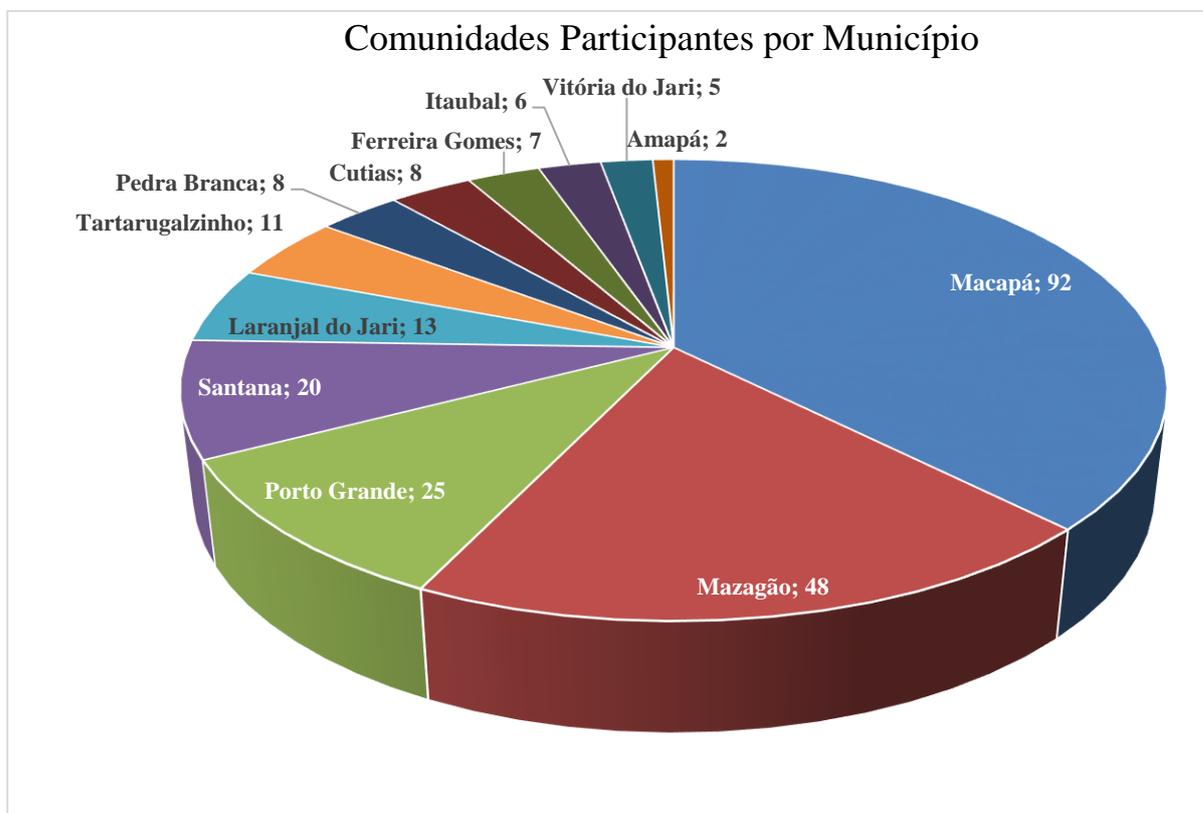
Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022).

Já a receita gerada com a comercialização teve variação com movimento crescente de aproximadamente de R\$15 milhões a R\$45 milhões, no período de 2015 a 2019, mesmo sem investimentos significativos. Observou-se retração expressiva em 2020, primeiro ano de pandemia, mas com recuperação em 2021, segundo ano da pandemia. O resultado indica que há demanda de mercado local para este seguimento com a possibilidade de expandir a participação da agricultura familiar na economia do Amapá por meio da comercialização de seus produtos tanto nas feiras, como nas demais formas de comercialização, o que demonstra também a inserção da agricultura familiar amapaense em suas diversas formas de reprodução e na participação do mercado local (SCHNEIDER & CASSOL, 2013; BECKER, 2015). De acordo com Boneti (2018), esta forma de participação do mercado atua como elemento regulador das relações sociais, considerando a teoria da lei da vantagem comparativa, a qual possibilita que a agricultura familiar tenha maior acesso a este mercado de forma justa. Estas alternativas de modelo de desenvolvimento rural diferenciado já são realidade em algumas áreas rurais do Sul do Brasil (MEDEIROS, 2017).

### 8.1.2 Participação das comunidades rurais amapaenses no programa de escoamento e comercialização da produção familiar nas feiras do agricultor dos municípios de Macapá e Santana

A quantidade de comunidades participantes do programa de escoamento e comercialização da produção familiar, conforme gráfico 10, manteve a média de participação de 245 comunidades em 12 municípios no período analisado entre 2015 a 2021 (ANEXO A).

**Gráfico 10.** Quantidade de comunidades participantes do programa de escoamento e comercialização da produção familiar.



Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022).

Comparando o gráfico 10 com o gráfico 4 (pág. 69), observa-se que nem todas as 245 comunidades participantes do programa comercializaram nas feiras no período de 2015 a 2021.

De forma a complementar a análise de participação no programa, a tabela 1, apresenta a quantidade média de famílias beneficiárias por município. Da mesma forma que no gráfico

10, o município Macapá tem o maior número de comunidades participantes, este também tem o maior número de famílias participando do programa.

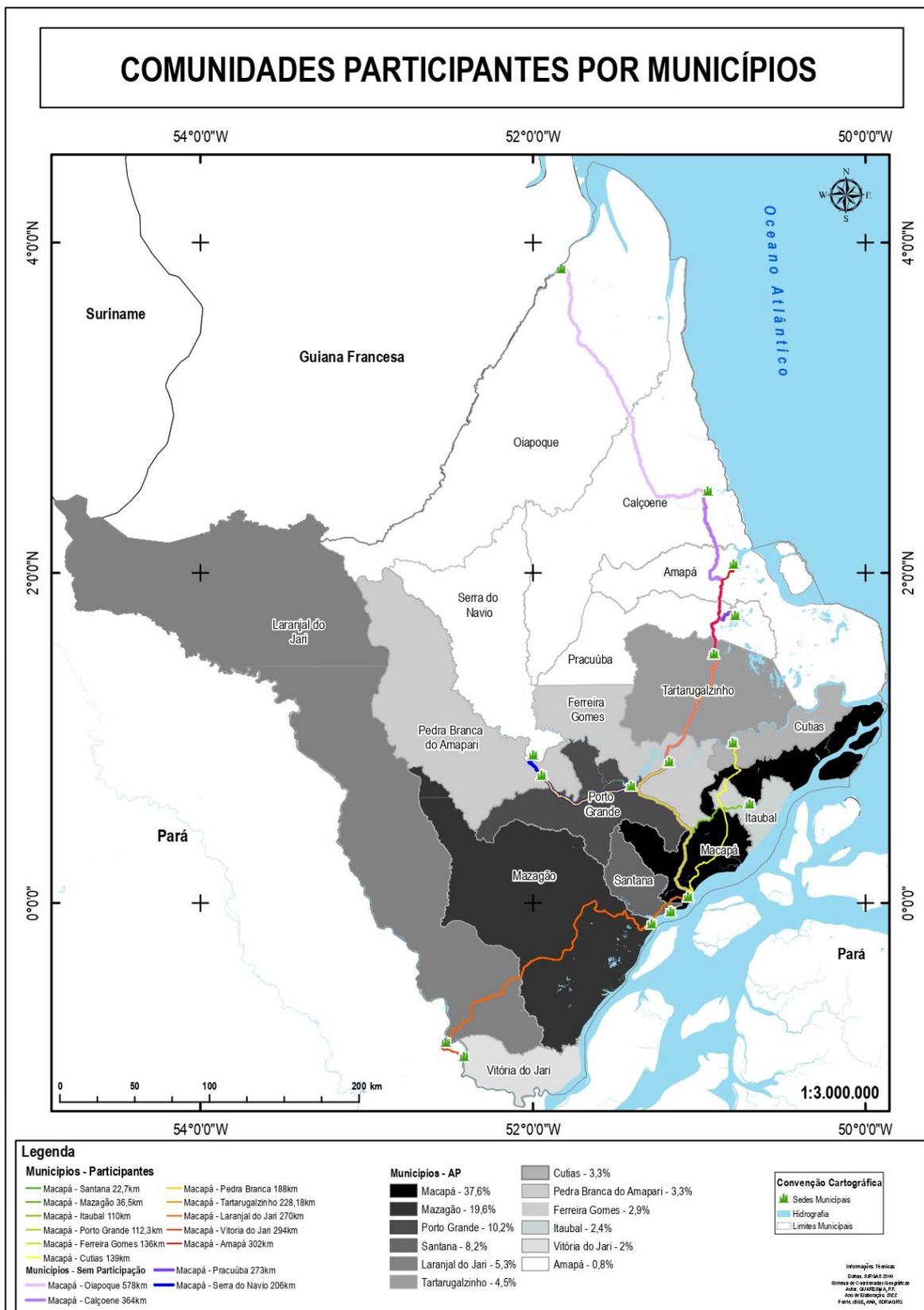
**Tabela 1.** Média de Famílias participantes do Programa de escoamento e Comercialização da Produção Familiar por Município- AP.

<b>Média de Famílias participantes do PECPF</b>	
<b>Município</b>	<b>Média de Famílias</b>
Macapá	1270
Mazagão	267
Porto Grande	265
Pedra Branca	151
Santana	142
Cutias	136
Laranjal do Jari	93
Tartarugalzinho	87
Itaubal	64
Vitoria do Jari	23
Amapá	15
Ferreira Gomes	11

Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022).

No mapa 1, mostra o estado do Amapá, dividido por município, e apresenta espacialmente os municípios com maior participação de comunidades na política de desenvolvimento rural para agricultura familiar pela SDR. Neste contexto, e com base nos estudos sobre dependência do modelo “Centro – Periferia” de Becker (2015), realizado nas regiões brasileiras, compreende-se, que o mesmo padrão de dependência e de desequilíbrio estrutural nas transformações dos sistemas espaciais nas regiões do País causado pela natureza do processo de reprodução capitalista, acontece com a concentração de comunidades participantes do município Macapá em relação aos demais municípios amapaenses, isto é, quanto mais distante a comunidade está da capital Macapá, menor é sua participação no programa de escoamento e comercialização da produção familiar.

Mapa 1. Comunidades participantes por município.



Fonte: IBGE; COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2023)

Percebe-se que a concentração de comunidades beneficiárias do programa de escoamento e comercialização nas feiras do produtor está no município de Macapá e, de forma muito peculiar, as comunidades de agricultores de Mazagão têm a segunda maior participação, com 19,5% e Porto Grande está na terceira posição com 10,2%, comparados aos 8,2% de participantes de Santana, município mais próximo da capital Macapá em relação aos demais municípios.

Mesmo sem grandes investimentos no programa, observa-se que participação das 245 comunidades (2015-2021) tem conseguido produzir e gerar receitas ao longo desses 7 anos, com uma certa constância, conforme tabela 2.

**Tabela 2.** Dados da quantidade de produtos comercializados e receita gerada nas feiras por ano.

<i>Ano</i>	<i>Comercialização de Produtos (ton)</i>	<i>Receita gerada a partir da comercialização nas feiras (R\$)</i>
2015	6.448,22	15.104.515,16
2016	7.667,69	32.653.937,28
2017	8.331,25	42.926.266,62
2018	9.081,717	46.730.647,36
2019	9.317,262	46.267.827,17
2020	4.380,49	19.556.825,22
2021	5.953,985	30.067.036,28

Fonte: COAGRO-SDR/AP, 2015-2021. Elaborado pela autora (2022)

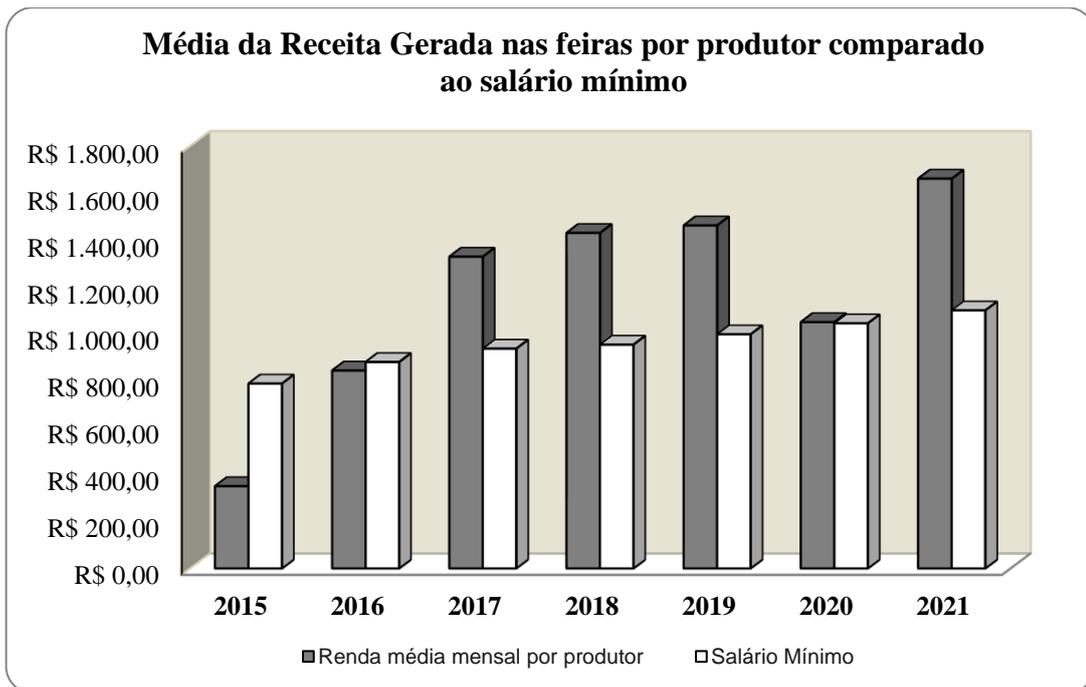
Além da melhoria na produtividade conforme dados de 2015 a 2019, a receita obtida na comercialização da produção familiar teve um resultado crescente, com exceção dos anos 2020 e 2021 e em razão da pandemia do COVID-19, mas com recuperação satisfatória se comparada ao ano de 2015. Desta forma percebe-se que há viabilidade de mercado local para este segmento. Desenvolver o meio rural para melhorar a produtividade e a qualidade de vida da agricultura familiar amapaense, não torna esse núcleo familiar em empresa agrícola capitalista, pelo contrário, o modo de produção é diferenciado e isso deve ser valorizado (CHAYANOV, 1986, p. 78 APUD ABRAMOVAY, 2012, p.70).

Para uma análise comparativa, observa-se que mesmo com a receita gerada, muito acima do recurso investido, a quantidade de agricultores beneficiados com o escoamento da produção e comercialização da produção familiar foi em média de 2.524 famílias/ano

(COAGRO-SDR/AP 2015-2021), com exceção de 2020 e 2021 – 1.500 famílias de agricultores. Este resultado, considerando o total de famílias beneficiadas com a política da reforma agrária no Amapá em 2020, com um total de famílias assentadas de 14.723 mil (INCRA-2022), o que demonstra a pouca adesão das comunidades rurais dos 16 municípios amapaenses; e indica o baixo alcance de beneficiários ao programa de escoamento e comercialização da produção familiar.

Em análise do custo-benefício dos investimentos no referido programa e a complementação da renda para a subsistência das famílias de agricultores, a renda média mensal gerada com a comercialização nas feiras, se comparada com o salário-mínimo, demonstrou que as famílias que comercializam seus produtos nas feiras alcançaram uma renda média mensal, que variou de R\$1.000,00 a R\$ 1.500,00, reais ao longo de 2015 a 2022, isto é, uma renda mensal pouco mais que o salários mínimo, conforme gráfico 11.

**Gráfico 11.** Renda média mensal dos produtores comparado ao salário-mínimo de cada ano.



Fonte: SDR, 2015-2021; FETAPERGS, 2022. Elaborado pela autora (2022).

Conforme destacado nos estudos de Lima (2005), a produção excedente da agricultura familiar, local, não é suficiente para suprir as demandas do estado do Amapá. Observou-se que a produção familiar concentra a sua produção na mandioca, porém vem diversificando seus produtos. No entanto, observa-se que, com investimentos significativos e projetos focados para melhoria da produtividade e expansão do programa para as comunidades não beneficiadas, isto é, a possibilidade de implementação de uma política de desenvolvimento rural que resulte em

maior participação da produção local, melhor qualidade dos produtos, que agregue valor justo; oportunizando a ampliar as outras formas de mercado voltados para a agricultura familiar. Conforme estudos de Schneider (2016), são diversas as interações entre a agricultura familiar e as formas de mercado, compreendendo também os estudos realizados por Grisa e Schneider (2015), sobre a importância desses mercados para atender a política de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse estudo buscou compreender a atuação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR/AP), na gestão das políticas públicas, que contribuem para a integração da agricultura familiar na economia do estado do Amapá. Essa abordagem constitui a compreensão institucional dos processos de gestão da política de desenvolvimento rural que a agricultura familiar amapaense está inserida. Ao longo da pesquisa de campo, buscou-se identificar os processos de gestão, os programas e as ações executadas para este segmento; identificar as políticas públicas implementadas pela SDR, quais sejam, a Política de Desenvolvimento Rural e a Política de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O ponto de discussão partiu da identificação e análise dos resultados efetivos e das limitações na gestão dessas políticas, o qual foi relevante para correlacionar estes resultados com os estudos apresentados no referencial teórico que fundamentou esta pesquisa. Ao analisar a importância da participação deste núcleo social na economia do Amapá, com a comercialização da produção excedente familiar nas feiras de Macapá e Santana trouxe também resultados que indicam o desempenho da referida Secretaria ao longo do período pesquisado (2015 a 2021).

De forma a simplificar as respostas para a problemática, quanto aos resultados alcançados, a questão que norteou a pesquisa foi: Como a Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado do Amapá (SDR/AP) tem atuado na gestão das políticas públicas que contribuem para a integração da agricultura familiar na economia do Amapá, por meio da comercialização dos seus produtos nas feiras de Macapá e Santana? Em tese, a SDR/AP possui uma estrutura organizacional robusta para operacionalizar suas ações e programas voltados para o desenvolvimento rural do Amapá. Foi identificado que 261 funcionários estão atuando na Secretaria, ainda assim, há carência de servidores para compor a equipe técnica com foco na elaboração e execução de projetos.

A finalidade precípua da SDR/AP é implementar a política de desenvolvimento rural para as atividades do primeiro setor econômico: agrícola, pecuária, aquícola, pesqueiro, florestal, extrativista; segundo setor, agroindústria e abastecimento, defesa, inspeção animal e vegetal. De forma muito peculiar, a gestão da SDR permeia desde a captação de recursos para complementar o orçamento anual, parcerias com outras instituições públicas, elaboração de projetos à operacionalização de programas específicos como o programa de escoamento e comercialização da produção agrícola; e ainda, é responsável por operacionalizar ações para o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI) e o programa Tesouro Verde.

A atuação da Secretaria nas comunidades dos 16 municípios amapaenses, no que concerne a sua relação direta com o setor primário, principalmente com os agricultores familiares, com a finalidade maximizar o potencial de cada município, para o desenvolvimento desse núcleo social, permeia em dois programas, o Programa de Produção Integrada de Alimentos e o Programa de Escoamento e Comercialização da Produção Familiar.

A relação entre a instituição e as comunidades participantes, mesmo com um programa estadual operacionalizado a mais de 35 anos, que é o caso do Programa de Escoamento e Comercialização da Produção Familiar, mostra que essa sintonia está enfraquecida na maioria das comunidades beneficiadas, com exceção do município de Macapá, capital do Amapá, que tem a maior participação, apresentando uma média de 1.270 famílias beneficiárias de um total de 2.524 famílias atendidas pelo programa. Contudo, famílias de agricultores de comunidades localizadas nos municípios de Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio e Pracuúba não estão sendo alcançadas pela política de desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar por meio deste programa. Neste caso, os fatores podem ser diversos como a distância, a incapacidade de infraestrutura para acesso às feiras etc.

Um exemplo de melhoria é o município de Mazagão, o qual se destaca como segunda maior participação no Programa de Escoamento e Comercialização da Produção Familiar. Este município teve investimentos em infraestrutura, com asfaltamento de rodovias e construção da ponte que dinamizou o acesso da população para os centros urbanos.

O programa de escoamento e comercialização da produção familiar faz conexão direta entre agricultores e consumidores das feiras dos municípios de Macapá e Santana. O programa tem-se mantido contínuo e responde de forma satisfatória aos investimentos aplicados. No período da pesquisa os resultados da receita na comercialização da produção familiar nas feiras de Macapá e Santana foram positivos e em sentido crescente, apesar disso, a adesão ao programa pelos agricultores familiares, ao longo dos anos vem reduzindo, assim como os

recursos para os investimentos no programa. Não foi possível identificar se a baixa adesão ao programa pelos agricultores é em razão de pouco investimento e falta de inovação ou se a redução de investimento é em razão da falta de interesse do agricultor ao programa

Observou-se a melhoria contínua na receita gerada com a comercialização da produção familiar no período de 2015 a 2019, com exceção dos anos 2020 e 2021 em razão da pandemia do COVID-19, a qual, mostrou a vulnerabilidade das políticas públicas de modo geral; e o impacto na agricultura familiar amapaense não foi diferente, os produtores que comercializam nas feiras tiveram uma redução de -33% no volume transportado da sua produção. Como resposta a esta situação a SDR promoveu vários circuitos da tecnoagro nos municípios mais distantes das feiras de Macapá e Santana. Desta forma, o ideal seria que a tecnoagro fosse implementada de forma permanente naqueles municípios, com o objetivo de atender as famílias de agricultores que não são alcançados pelo programa de escoamento e comercialização da produção familiar.

O programa de produção integrada de alimentos (PPI), tem uma nova configuração voltada para a agroindústria desde 2021, com suporte do FRAP ao agricultor vinculado às Cooperativas e Associações. É um programa com equipe multidisciplinar, envolvendo técnicos de outras instituições. Foi a forma de inovar o programa, com o objetivo de alcançar de forma efetiva as comunidades dos 16 municípios. Pelos recentes resultados, se faz necessário uma contumácia nas ações e projetos por parte dos agentes públicos envolvidos na política de desenvolvimento rural do Amapá, visando expansão dos mercados com investimentos na agroindústria voltada para agricultura familiar. O programa Tesouro Verde até a finalização desta pesquisa estava com os valores de recursos parados por falta de projetos.

De acordo com o desempenho da SDR, vinculado ao resultado da comercialização da produção familiar, entende-se que a gestão da SDR teve um bom desempenho nos cinco últimos anos (2015 a 2019), sofrendo um impacto negativo nos dois anos de pandemia (2020 e 2021). Estes resultados estão evidenciados nos seguintes elementos de análise: recurso financeiro investido na agricultura familiar, execução orçamentária, adesão da agricultura familiar nos programas, receita gerada nas feiras e o quadro de programas e ações planejadas e executadas. As causas para estes resultados parecem ser diversas, desde a retração orçamentária, equipes técnicas muito enxuta para atuar nas elaborações e execução de projetos, recorrentes mudanças na gestão, principalmente nos cargos da alta administração como o de Secretário e Coordenadores dos três setores que desenvolvem a atividade-fim da SDR/AP, identificada aos longos desses sete anos.

O fortalecimento da Agricultura familiar como apoio ao desenvolvimento do primeiro setor econômico do estado do Amapá, mostra-se de suma importância, principalmente por se tratar de uma premissa da terceira geração de políticas públicas, que é o desenvolvimento de mercados para este segmento. Principalmente se tratando de suprir as demandas do mercado local em razão da segurança alimentar. Até hoje o estado do Amapá tem grande dependência de outras regiões consideradas mais desenvolvidas para abastecer mercados e supermercados com produtos do primeiro e segundo setores.

A maneira de testar empiricamente as hipóteses deduzidas nesta pesquisa, foi a análise de discurso e a prática; análise da quantidade de funcionários envolvidos nas ações junto a quantidade de comunidades atendidas por município. A referida análise permitiu concluir que há um diálogo entre os técnicos e agricultores, por meio do levantamento das necessidades e encaminhamento das demandas à Secretaria (SDR/AP). No entanto, por falta de documentos/relatórios dos setores envolvidos, não se pode confirmar a atuação no atendimento às demandas, ou seja, se as necessidades das comunidades foram atendidas, e pelos resultados dos investimentos realizados nestes últimos sete anos (2015-2021). Percebeu-se que há uma sistematização dos dados (SIAFE); uma boa relação interpessoal entre as equipes, porém entre os setores há necessidade de integração que favoreça o fluxo de informações e das ações para melhoria contínua dos processos de implementação de políticas.

Outro fato que confirma a hipótese da pesquisa está na necessidade de elaboração e execução de novos projetos estratégicos voltados para ampliação das diversas formas de mercados para agricultura familiar. Fato que está relacionado a receita gerada nas feiras com as vendas dos produtos, que deveria garantir as necessidades básicas das famílias, ao ponto de não ser mais necessário a agricultura familiar recorrer às políticas assistencialistas.

A presença do atravessador como modalidade de participação na comercialização nas feiras é fato que não pode ser ignorado, indica a existência de falha no processo da gestão de políticas pela SDR/AP quando observado que a situação do atravessador foi formalmente reconhecida, todavia, não foi possível verificar a busca por parte da SDR/AP em compreender a necessidade/motivo de o agricultor repassar sua produção para ser comercializada pelo atravessador nas feiras de Macapá e Santana. É imprescindível a imediata reformulação do modelo do programa de escoamento e comercialização para que possa alcançar de forma efetiva as reais necessidades da agricultura familiar dos 16 Municípios amapaenses.

O presente processo investigativo deparou-se com algumas dificuldades que redundaram em lacunas do ponto de vista dos resultados obtidos ao final do trabalho. A

principal dificuldade está na complexidade de obter dados individuais de investimentos em cada feira, relatórios de visitas técnicas nas comunidades, assim como as atas de reuniões para planejamento e tomadas de decisões estratégicas para solução dos problemas públicos advindos das comunidades rurais amapaenses.

Em análise das informações contidas nos relatórios de gestão e conseqüentemente das tomadas de decisões, que norteiam as ações e os principais programas operacionalizados pela SDR/AP, com base no referencial teórico desta pesquisa, percebe-se a falta de conectividade com a realidade local, quando a gestão envolvida no processo toma suas decisões, na maioria das vezes de forma reativa ou até mesmo subjetiva. A SDR/AP ainda carrega forte influência do modelo de gestão pública com base no modelo econômico capitalista, o qual homogeneiza as relações econômicas de produção e hábitos culturais pré-existentes das instituições públicas.

Os programas implementados pela SDR à agricultura familiar amapaense, estão tomando caminho inverso do que se espera de uma política pública de desenvolvimento rural para este segmento, que é valorizar e redimensionar a importância da reprodução familiar para os mercados, com a finalidade de atender, principalmente, a política de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental. Do ponto de vista de novas possibilidades de pesquisa relacionada ao tema, há um leque de perspectivas de mercados para o agricultor beneficiário dos programas fomentados pela SDR/AP frente às questões que envolvem as políticas para a agricultura familiar no estado do Amapá.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Paradgmas do Capitalismo Agrário em Questão/Ricardo Abramovay.-3ª ed., 1ª reimp. – São Paulo: Edusp, 2012.
- ABRAMOVAY, R. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 16, n. 2, p.58-59, nov., 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12435/14212>>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- AMANAJÁS, J. C. ARAÚJO, R. C. M. Uso do método de contingência para análise da eficácia de previsão da precipitação pluviométrica do modelo ETA para o município de Macapá-Ap em 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Matemática), Universidade do Estado do Amapá-UNIFAP, Macapá, 2008. Disponível em: <<http://www.iepa.ap.gov.br/meteorologia/publicacoes/tccjonathanerone.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- AMAPÁ. Decreto n.º 0209 de 17 de janeiro de 2022. Estabelece critérios para retomada responsável e gradual das atividades econômicas e sociais, considerando a realidade epidemiológica e a rede assistencial. Macapá, Amapá, n. 7.587, p. 217. 17 jan. 2022.
- AMAPÁ. Decreto n.º 2.821 de 2009. Regulamenta a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, conforme disposto nos artigos 1º e 3º, e nos anexos IU e IV da Lei n.º 1.073 de 2 de abril de 2007. Macapá, Amapá, n 4.554, p. 06, 6 ago. 2009.
- AMAPÁ. Diário Oficial Estado do Amapá N.º 4554. Poder Executivo. Publicado em 06 ago., 2009. Tiragem900, exemplar com 28 páginas. Macapá/Ap. IN: AMAPÁ. Decreto n.º 2.821 de 2009. Regulamenta a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural, conforme disposto nos artigos 1º e 3º, e nos anexos IU e IV da Lei n.º 1.073 de 2 de abril de 2007. Macapá, Amapá, n 4.554, p. 05-11, anexo II. 6 ago. 2009.
- AMAPÁ. Relatório da Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2015.
- AMAPÁ. Relatório da Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2016.
- AMAPÁ. Relatório da Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2017.
- AMAPÁ. Relatório da Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2018.
- AMAPÁ. Relatório da Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2019.
- AMAPÁ. Relatório da Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2020.
- AMAPÁ. Relatório da Coordenadoria de Agronegócio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2021.
- AMAPA. Relatório de Auditoria de Gestão da Controladoria-geral do Estado do Amapá. 2020

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2016

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2017

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2021

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural. 2020

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Planejamento. 2015

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Planejamento. 2016

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Planejamento. 2017

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Planejamento. 2018

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Planejamento. 2019

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Planejamento. 2020

AMAPÁ. Relatório de Gestão da Secretaria de Estado do Planejamento. 2021

BARBETA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais/Pedro Aberto Barbeta. 5. Ed. – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002.

BASTOS, M. H. R. et al. Análise de discurso e Análise de Conteúdo: Um levantamento de suas aplicações nas ciências aplicadas membros da Administração. Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 5. N. 11, p 26301-26322, nov. 2019. ISSN 2525-8761. Disponível em:<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/4799/4552>> Acesso em: 9 mar. 2022.

BATISTA, A. J. Políticas de extensão rural no estado do Amapá: história, discurso e prática extensionista. 2018. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento regional da Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2018. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/Andréia-Jayme-dissertação-final.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BECKER, K. B. As Amazônias de Berta k. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Organização: Ima Célia Guimarães Vieira. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2015, 520p.

BELTRAME, G., SPAREMBERGER, A. O impacto dos subsídios do setor público financeiro para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades nas propriedades rurais do município de Ijuí/RS, no ponto de vista do pequeno produtor rural. IN: Salão do conhecimento. XVII Jornada de Pesquisa, Ijuí/RS, 2012, Modalidade do trabalho - Portal de Eventos UNIJUÍ. Disponível em:<<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BONETI, L. W. Políticas Públicas por dentro. 4 ed. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2018. 112 p. ISBN 978-85-419-0251-9.

BONI, Valdete; BOSETT, Cleber José. Agricultura familiar e campesinato: qual desenvolvimento rural? Memoria del Foro Bienal Iberoamericano de Estudios del Desarrollo, 2013. Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. Sede: Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

BRASIL. Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112188](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188)>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:<<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

CARDIM, S. E. C. S., GUANZIROLI, C.E. Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. 1 ed. Brasília: Incra, 2000, p. 74. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

CHAYANOV, A. 1986. Peasant Farm Organization – One of the Works of the Agricultural Economics Scientific Research Institute. The University of Wisconsin Press. In: ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão/Ricardo Abramovay.-3ª ed., 1ª reimp. – São Paulo: Edusp, 2012. 296 p.; 14 x 21cm

CIDADÃO CAPI. Agricultores familiares denunciam ao Senador Capiberibe abandono da Feira do Produtor Rural de Macapá. 2017. Disponível em: <https://www.capi40.com.br/agricultores-familiares-denunciam-ao-senador-capiberibe-abandono-da-feira-do-produtor-rural-de-macap/> Acesso em: 10 de julho de 2022.

COMPARATO, F. K. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. In: BANDEIRA DE MELO, C. A. (Org.). Estudos em homenagem a Geraldo Ataliba. São Paulo: Malheiros, 1997. v 2. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

CONTRAF BRASIL - Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil. A importância da agricultura familiar, enquanto produtora de alimentos e o reconhecimento formal da categoria no mundo do trabalho. Contraf Brasil.org, 2020. Disponível em: <<https://contrafbrasil.org.br/noticias/a-importancia-da-agricultura-familiar-enquanto-produtora-de-alimentos-e-o-reconh-a302/>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

COSTA, J. S. S. Avaliação do grau de desenvolvimento dos municípios amapaenses. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá 2016. Disponível em: <<https://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-completa.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

DALFIOR, E. T. LIMA, R. C. D., CONTARATO, P. C., ANDRADE, M. A. C. Análise do processo de implementação de políticas de saúde: um estudo de caso baseado no enfoque da política institucional. Saúde Debate. v.40, n. 111, p. 128-139, out-dez 2016. DOI: 10.1590/0103-1104201611110. Acesso em: 24 dez. 2021.

DALLARI, D. de A. Elementos de teoria geral do Estado. 32. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.

Diário do Amapá. Prefeitura de Macapá inaugura Posto de Saúde Ressaca da Pedreira. Diário do Amapá. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/prefeitura-de-macapá-inaugurara-posto-de-saude-ressaca-da-pedreira>>. Acesso: 10 fev. 2022.

DROR, Y. Design for policy sciences. New York: American Elsevier Pub. Co., 1971. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

EMBRAPA. A real contribuição da agricultura familiar no Brasil. Portal Embrapa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa/busca-de-noticias//noticia/27405640/a-real-contribuicao-da-agricultura-familiar-no-brasil>>. Acesso em: 04 mai. 2021.

FARIAS, R. T. de. Modo de vida ribeirinho e a territorialidade em transformações na comunidade do Lontra da Pedreira Macapá-ap (1940 a 2012). 2014.104 fls. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá. 2014.

FERNANDO, L. Cenários: Trabalho encomendado ao Ibre/FGV pela CNA destaca evolução de municípios do Centro-Oeste do país Novo índice mapeia desenvolvimento rural. Valor. Disponível em: <[valor.com.br](http://valor.com.br)>. Acesso em: 10 set. 2021.

FILOCREÃO, A. S. M., COSTA, I. S. A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá. PRACS: Revista eletrônica de Humanidade do curso de ciências sociais da UNIFAP. 2016 Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016.

FILOCREÃO, Antônio S. M. Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá. Universidade Federal do Pará Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido - PDTU - Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências: Desenvolvimento SócioAmbienta, ao Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof. Dr. Índio Campos. Belém/PA, 2007

FREDERICKSON, H. G. The repositioning of American public administration. Os: Political Science & Politics, p.701-711, dez.1999. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, Rio de Janeiro, n. 21, p. 211-259, ISSN 0103-138, jun. 2000.

FRIDMAN, John. Regional Development Policy: A case Study of Venezuela, MIT, 1965. In: BECKER, K. B. As Amazônias de Berta K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Organização: Ima Célia Guimarães Vieira. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2015, 520p.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007, p. 352.

GANEM, Ângela. ADAM SMITH E A EXPLICAÇÃO DO MERCADO COMO ORDEM SOCIAL: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-FILOSÓFICA. Universidade Federal

Fluminense, Faculdade de Economia. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 4(2): 9-36, jul./dez. 2000.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. p. 30.

GRISA, K., SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 1 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, p. 624.

HAJER, M. Policy without polity? Policy analysis and the institutional void. Policy Sciences, n. 36, p. 175-195, 2003. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise / Francisco G. Heidemann E José Francisco Salm, organizadores; Tomás de Aquino Guimarães, apresentação. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª Edição, 2014.

HENTZ, C., HESPANHOL, R. A. M. Políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos municípios de Cunha Porã e Saltinho/SC. Revista Campo-Território, v.12, n. 27, p. 29-58, ago., 2017. ISSN 1809-6271. Disponível em:<<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/38407>>.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estado do Amapá Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap>>. Acesso em 03 mar. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama da população. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Publicado em 05 dez. 2022. Acesso em: 10 jan. 2023.

INPE. Estudo do INPE indica que o rio Amazonas é 140 km mais extenso do que o Nilo. INPE, Jul 01, 2008. Disponível em:<[KOOIMAN, J. Modern governance : new government-society interactions. London/California: Newbury Park/Sage, 1993. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=1501#:~:text=gov.br%20INPE-,Estudo%20do%20INPE%20indica%20que%20o%20rio%20Amazonas%20%C3%A9%20140,extenso%20do%20que%20o%20Nilo&text=O%20Instituto%20Nacional%20de%20Pesquisas,o%20maior%20rio%20do%20mundo.></a>>. Acesso em 03 mar. 2022.</p>
</div>
<div data-bbox=)

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. 1ª edição. São Paulo. Companhia das letras, 2019.

LEÃO, W. O processo de transformação: input e output (entrada e saída). 2014. Disponível em:<<https://administradores.com.br/artigos/o-processo-de-transformacao-input-e-output-entrada-e-saida>>. Acesso em: 19 de jan. 2022.

LIMA, R. Â. P. Agricultura camponesa e dinâmica de ocupação do Território no Estado do Amapá. In: PORTO, J. L. R. Amapá: aspecto de uma Geografia em construção. Série

percepções do Amapá, volume 1, p. 35-57. Macapá-Ap, 2005. In: LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Irenildo Costa da. O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá-Brasil. 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/10478/8124>

LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Irenildo Costa da. O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá-Brasil. 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/10478/8124>

LUXEMBURGO, R. A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL. Estudo sobre a Interpretação Econômica do imperialismo. Tradução: Luiz Alberto Moniz Bandeira. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1912, p.343.

MAPA. Agricultura Familiar. Gov.br. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar>>. Acesso em 24 fev. 2022.

MASSA-ARZABE, P. H. Dimensão jurídica das políticas públicas. In: BUCCI, M. P. D. Direito administrativo e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2002. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

MEDEIROS, M. Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185604>>. Acesso em: 28 fev. 2022.

MIGUEL, Z. Meu endereço. Macapá: Zanolho Records, 2008. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/ze-miguel/meu-endereco>>. Acesso em: jul. 2021.

PORTAL GOV/AP. Amapá busca alternativas para fortalecer a agroindústria local. Portal Governo do Amapá. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1206/amapa-busca-alternativas-para-fortalecer-a-agroindustria-local>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PORTAL GOV/AP. Governo do Amapá destina R\$ 8,5 milhões para 1.120 projetos de agricultura familiar. Portal Governo do Amapá. Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0607/governo-do-amapa-destina-r-8-5-milhoes-para-1-120-projetos-de-agricultura-familiar>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RAUD, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 2, 2007. In: SCHNEIDER. S. Mercados e Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER. Sérgio. Construção de Mercados e Agricultura Familiar. 1. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016. Capítulo 4. P. 93-142. (???)

REGONINI, G. Capire le politiche. Bologna: Il Mulino, 2001. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

RHODES, R. A. W. The new Governance: governing without government. Political Studies XLIV, p. 652-667, 1996. In: SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

RUELLAN, A. F. Sete anos de desenvolvimento sustentável na Amazônia: o exemplo do Amapá (Brasil). Montpellier. 2002.

SALVODI, Andréa; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAR e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. Revista geográf. Curitiba, v. 5, n.1, p 25 – 45, jan/jun. 2010. Disponível em: [www.ser.ufpr.br/gografar](http://www.ser.ufpr.br/gografar). ISSN:1981 – 089x. (2010).

SARAIVA, O. N.; BORGES, W. L. Políticas públicas e agricultura familiar: estudo de caso da comunidade vila ressaca da pedreira, Macapá, Amapá. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Macapá, 2019. Disponível em: [agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/23182/14321](http://agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/23182/14321)>. Acesso em 10 jan. 2022.

SBERA. Novo índice mapeia desenvolvimento rural. Sbera. Disponível em: <http://sbera.org.br/pt/2013/07/novo-indice-mapeia-desenvolvimento-rural>>. Acesso em 07 set. 2021.

SCHNEIDER, S. C. A. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile. Septiembre, 2013.

SCHNEIDER. S. Mercados e Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER. Sérgio. Construção de Mercados e Agricultura Familiar. 1. ed. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2016. Capítulo 4. P. 93-142. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/309202008\\_Mercados\\_e\\_Agricultura\\_Familiar](https://www.researchgate.net/publication/309202008_Mercados_e_Agricultura_Familiar)>. Acesso em: 6 jan. 2022.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado do Amapá. Amapá: SDR, 2020.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos / Leonardo Secchi, Fernando de Souza Coelho, Valdemir Pires. 3. Ed. – São Paulo, SP: Cengage, 2022.

Sevilla Gusmán, Eduardo. Sobre a evolução do conceito de campesinato / Eduardo Gusmán Sevilla, Manoel Gonzales de Molina; tradução literal [de] Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. (1990). “Reedescubriendo a Chayanov: Hacia um Neopopulismo Ecológico”, em Agricultura y Sociedad nº55. In: Sevilla Gusmán, Eduardo. Sobre a evolução do conceito de campesinato / Eduardo Gusmán Sevilla, Manoel Gonzales de Molina; tradução literal [de] Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SEVILLA GUZMÁN, E. y MANUEL GONZALEZ DE MOLINA (1992). “Peasant Knowledge in the Old Tradition of Peasant Studies”, em Proceedings of the International Workshop Agricultural Knowledge Systems and the Rol Extension (Bad Boll: University of Hohenheim, 1992), pp. 140-158. In: Sevilla Gusmán, Eduardo. Sobre a evolução do conceito de campesinato / Eduardo Gusmán Sevilla, Manoel Gonzales de Molina; tradução literal [de] Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SOUZA, N. J. Desenvolvimento econômico. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012, p. 242.

SPICKER, P. **Social Policy: theory and practice**. 3. ed. Bristol: Policy Press, 2014. Disponível em: <<http://www2.rgu.ac.uk/publicpolicy/introduction/socadmin.html>>. Acesso em 03 mar. 2022.

STOHR, Walter B., op.cit.; Friedmann, John, The Implementation of Urban-Regional Development Policies: Lessons of Experience, Los Angeles, 1971. In: BECKER, K. B. As Amazônias de Berta k. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Organização: Ima Célia Guimarães Vieira. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2015, 520p.

STOHR, Walter B. Regional Planning as a Necessary Tool for the Comprehensive Development of a Country, Warsaw, 1971. In: BECKER, K. B. As Amazônias de Berta k. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Organização: Ima Célia Guimarães Vieira. 1 ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2015, 520p.

SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul-americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. Novos Cadernos - NAEA, v. 14, n. 2, p. 303- 320, dez.2011. SSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/595/1009>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

VALE, A. R, ALVES, F. A. Faces da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro. 1. ed. Appris, 2016. p 131 - 148.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola – Uma visão histórica. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991. Coleção Estudos Rurais, 11. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, 1939. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa pedagogia médica. Revista SOCERJ. Rio de Janeiro. V. 20, n.05, p.383-386. Set/out. 2007. Disponível em: <[http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007\\_05/a2007\\_v20\\_n05\\_art10.pdf](http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf)>. Acesso em: 8 dez. 2021.

VILHENA, E. S. Etno conhecimento dos fenômenos meteorológicos na ilha de Santana, Amapá, Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Rede - BIONORTE, Macapá, 2017. Disponível em: <<http://www.iepa.ap.gov.br/biblioteca/artigo/2018/Vilhena-2017-Etnoconhecimento-dofenomenos-meteorologicos.pdf>>. Ano 2017. Acesso em: 28 mai. 2021

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, 1939. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução: Daniel G. - 2. ed. - Porto Alegre. Bookman, 2001.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### PESQUISA: DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: INTEGRAÇÃO ECONÔMICA PARA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ

As informações contidas nesta folha, fornecidas por PATRÍCIA FERREIRA QUARESMA têm por objetivo firmar acordo escrito com o(a) voluntária(o) para participação da pesquisa acima referida, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que ela(e) será submetida(o).

1) Natureza da pesquisa: A finalidade desta pesquisa está em analisar a atuação da SDR, no processo de gestão das principais políticas públicas que contribuem para a integração da agricultura familiar na economia do estado do Amapá, teremos como ponto de partida o fato da SDR ser uma das instituições estaduais responsáveis pela gestão das políticas públicas dos programas como o PRONAF, PAA e PPI, e pela característica da estrutura organizacional da referida Secretaria direcionada para o fortalecimento da agricultura familiar.

2) Participantes da pesquisa: Participarão da pesquisa em média 10 (dez) funcionários públicos estaduais lotados na Secretaria de Desenvolvimento Rural, sendo 4 (quatro) gestores e 6 (seis) técnicos (concursados e do contrato administrativo público) com o objetivo de coletar dados quantitativos e qualitativos.

3) Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do coordenador do projeto e, se necessário, por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

4) Sobre as coletas ou entrevistas: Pretende-se adotar o modelo de entrevistas semiestruturadas com os principais gestores e técnicos da SDR envolvidos na implementação e operacionalização das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Além disso, pretende-se também utilizar da abordagem quantitativa, levantando dados (Planejamento orçamentário e operacional, relatórios de resultados) da participação do agricultor familiar na economia do Estado do período de 2015 a 2021.

5) Protocolo experimental: O protocolo experimental será desenvolvido de acordo com mencionado no item 4.

6) Riscos e desconfortos: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais, riscos e desconfortos gerados durante a pesquisa aos participantes. E, os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF.

7) Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados da(o) voluntária(o) serão identificados com um código, e não com o nome. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados, assegurando assim sua privacidade.

8) Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações importantes que devem acrescentar elementos importantes à literatura, onde o pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

9) Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela participação.

10) Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem penalizantes.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ após a leitura e compreensão destas informações, tendo em vista os itens acima apresentados, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Macapá, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Assinatura do Voluntário: \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador Responsável: \_\_\_\_\_

**Pesquisador Principal: Patrícia Ferreira Quaresma**

**Email: pfquaresma2021@gmail.com – Telefone: (96) 99112-2700**

**Professor Orientador: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão - Telefone: (96) 99971-3098**

**Comitê de Ética em Pesquisa: Rod. Josimar Chaves Pinto, km 02 – Macapá-AP**

**Telefone do Comitê: (96) 40092804**

### APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas – Gestores e Técnicos SDR/AP

1 - Existem mecanismos, instrumentos utilizados para identificar e avaliar as necessidades dos agricultores com relação a financiamento, produtividade e comercialização dos produtos?

2 - Em caso positivo. Quais seriam?

3 - Qual o percentual de participação da agricultura familiar na economia do estado do Amapá por meio das comercializações de seus produtos nos últimos 7 sete anos?

Coordenadoria de Agronegócio

1 De acordo com o organograma da SDR, à COAGRO compete planejar, coordenar e acompanhar as atividades e ações de promoção do escoamento, comercialização, abastecimento e informação de mercado dos produtos e do setor produtivo.

1.a) No planejamento destas atividades e ações são levantadas as necessidades dos agricultores?

1.b) Em caso positivo, como é realizado este levantamento?

Coordenadoria de Economia Rural

2 De acordo com o organograma da SDR, à CER compete coordenar, controlar e avaliar as políticas de desenvolvimento rural; elaborar projetos estratégicos, sistematizar e difundir informações estatísticas.

2.a) Quais são as políticas de desenvolvimento rural implementadas pela SDR?

2.b) Como é realizado o controle e avaliação das políticas de desenvolvimento rural implementadas pela SDR?

2.c) Quais os principais projetos estratégicos elaborados nos últimos 7 (sete) anos para o fortalecimento da agricultura familiar beneficiária do programa de escoamento, comercialização, abastecimento da produção agrícola?

Coordenadoria de Desenvolvimento Rural

3 De acordo com o organograma da SDR, a CODER é responsável por planejar, coordenar e acompanhar as políticas de promoção do desenvolvimento da produção rural com ênfase na integração e participação dos poderes públicos e das organizações da sociedade civil, com responsabilidade cultural, social, econômica e ambiental.

3.a) De que forma é realizado o acompanhamento das políticas voltadas para a produção rural familiar?

3.b) Quais as ações realizadas nos últimos 7 sete anos para a melhoria contínua das políticas públicas voltadas para a produção agrícola familiar?

### APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas com os gestores e técnicos da identificados por código

COD.: E001

PATRÍCIA - Eu gostaria de saber se você concorda em responder as perguntas para essa pesquisa. Ela é voltada para desenvolvimento rural e políticas públicas de integração da economia para agricultura familiar no estado do Amapá. Você concorda?

E001 - Sim. Concordo. OK.

PATRICIA - Então, de acordo com o organograma da SDR, a nomenclatura da sua coordenação é a CODER. Ela é responsável por planejar, coordenar e acompanhar as políticas de promoção do desenvolvimento da produção rural com ênfase na integração e participação dos poderes públicos, das organizações da sociedade civil, com responsabilidade cultural, social, econômica e ambiental. Desta forma, como é realizado o acompanhamento das políticas públicas voltada para a produção rural familiar? e a outra pergunta seria: quais as ações realizadas nos últimos sete anos para melhoria contínua das políticas públicas voltada para a produção agrícola familiar.

E001 - Certo. Então, para a primeira pergunta, a coordenação é a coordenadoria de desenvolvimento rural. Ela é a coordenadoria técnica a gente chama. Coordenação técnica da secretaria. E assim a gente está, tabto a secretaria quanto a própria CODER nos dezesseis município.

PATRICIA - Como?

E001 - Em cada em cada região do estado a gente tem um regional. Região Norte e Sul, extremo norte, Região dos Lagos, território ribeirinho, região sul que é a região centro-oeste. A gente tem o que chamamos de regionais. Então esse pessoal é um braço nosso nessas regiões aí. Um exemplo aqui é nosso regional sul, ele é responsável por vitória do Jari e Laranjal do Jari. Já o responsável pelo território ribeirinho é responsável por Mazagão, Macapá, Cotias e certo? Então, dentro desses municípios a gente tem uma pessoa que fica ali ouvindo a comunidade e é de lá que vem essa demanda, pra gente poder trabalhar. É uma política pública voltada ali pra dentro daquela comunidade ou até mesmo do próprio município. E a gente dividiu isso até pra ficar até mais fácil, né? Antes nós tínhamos os chamados, as chamadas UDL, que eram as unidades de desenvolvimento locais, mas aí de um tempo para trás elas foram extintas, saíram da secretaria e foram voltadas todas para o RURAP.

Essas UDLs eram em cada município, havia uma pessoa que nós tínhamos em cada em cada município e distrito. No caso Pacuí, né? Que é Macapá, mas é uma região muito grande, a gente tinha também um uma regional lá, uma UDL lá que nem é Macapá, mas nós tínhamos uma UDL no Bailique em função da distância e também por ser uma comunidade muito grande.

PATRICIA - Aquele arquipélago?

E001 - Isso é muito grande. Então isso foi enxugado e acaba que a gente foi se resumindo apenas aos regionais.

PATRICIA - Deixa eu te fazer uma pergunta então. Complementando. Essa pessoa que faz essa rede de contato

de comunicação entre a SDR e a comunidade, ela é da comunidade, ou seja, um representante da comunidade ou é um funcionário contratado da SDR, como é que funciona?

E001 - É, alguns no caso aqui, o extremo norte, que é Oiapoque, Calçoene e Amapá, é uma região, é uma pessoa da comunidade. É uma pessoa que é de lá e já conhece aquela região. A mesma coisa no sul. Nós temos uma pessoa que também já é de lá, então a gente pegou um uma pessoa que já é capacitada, um técnico no caso daqui do Jari, um técnico agrícola. No extremo norte há um técnico agrícola também. Aqui na região centro-oeste tem um técnico agrícola e eles moram lá.

O ribeirinho que toma conta dessa área ribeirinha é um servidor que mora em Mazagão. Então ele toma conta dessa região, mas todos estão prestando esse serviço para secretaria como regionais, mas grande parte deles são residentes lá na comunidade mesmo. Então é através disso aí que a gente vem trabalhando essas políticas. Ouvindo-os, eles vêm com essa demanda e conforme eles vêm com essas demandas de lá a gente aqui vai ajustando aqui. Fora as cinco regionais, a gente tem aqui 03 núcleos que são: o núcleo de política rural, que trabalha que é o que trabalha mais próximo da própria CODER. Esse núcleo é o que traça essas políticas voltadas pro meio rural. Temos também o núcleo de organização rural, que é um núcleo de que trabalha a organização das associações para estarem legal pra poder acessar essas políticas públicas e o setor de crédito rural também. Esse setor de crédito ele trabalha mais a parte do crédito em si, não envolve tanto as associações. Sendo que elas também podem participar dessa parte do crédito rural, mas ele é muito focado na pessoa física, ao agricultor familiar direto sem ser preciso passar pelas associações. Então a gente tem esses três núcleos que trabalham em conjunto aqui, já muito próximo da CODER pra gente poder disseminar essas políticas aí. Então vamos traçando essas metas. De um tempo pra cá a gente começou a trabalhar no que hoje é um programa de governo, que é o programa de produção integrada (PPI). Esse programa ele já vem não é de hoje, já vem de há tempos atrás, na gestão que foi do atual governador lá atrás era o PPI, mudou gestão, ele apenas mudou de nome, mas continuou com o mesmo foco, né? A mesma coisa que passou pra PROTAF só mudou o nome, mas o foco e o objetivo era o mesmo. E novamente voltamos a chamar de PPI. Mas com um diferencial, a gente voltou o PPI e acrescentou alimentos. Antes era programa de produção integrado. Quando nós retornamos a gente fez uma espécie de reformulação do e passou a ser o programa de produção integrada de alimentos.

PATRICIA - Por quê?

E001 - Houve uma alteração do foco principal. Antes o programa era voltado apenas ao cultivador da mandioca, é o cultivador ao plantador da cultura da mandioca para produção de farinha. Então isso deu a oportunidade de atender outros públicos que ficavam descobertos. Então a gente olhou isso e uma forma de abraçar o restante desses produtores, até porque a gente era cobrado por isso. A demanda também chegava através dos nossos regionais, chegava e eles querendo também ter essas mesmas políticas lá dentro e a gente fez diferente né? Nas duas safras que nós fizemos a 2020-2021 e 2022-2023, vinte e três agora, a gente deu uma mexida e atendemos outro público. Atendemos já o piscicultor, o hortifruti, o extrativista, o camaroeiro. Então tudo isso a gente já deu mais opção.

Porque quando a gente anda no estado em si a gente vê que tem um número muito grande de famílias que estão descobertas por políticas públicas. Então a gente tinha que achar uma forma de atender eles também. E que muitas das vezes a gente olha e vê que o serviço de extensão tem que chegar, mas ele é deficitário, ele não chega e a gente tinha que trabalhar isso. Sendo assim, a SDR veio e apesar de ser uma equipe, mesmo da coordenação ser grande, a gente tem uma uma equipe muito reduzida de servidores. Mesmo assim, a gente conseguiu montar uma equipe de pessoas guerreiras. Pessoa guerreira que vestiu a camisa e foi pra dentro. Tanto é que ele tem locais, que quando se chegava lá o pessoal pegava e dizia: poxa, a gente nunca recebeu uma visita de um órgão que voltasse as atividades para agricultura familiar.

PATRICIA - Legal.

E001 - E nós conseguimos chegar até este público. Principalmente essas regiões ribeirinhas aqui, que estão bem distantes daqui que é às vezes é três quatro horas de viagem de voadeira. E a gente conseguiu chegar lá. E conseguiu fomentar eles, certo? Esse PPI saiu o foco, não é somente do produtor da farinha. E aí expandiu, abriu um leque de possibilidades. Abrimos um leque de opções e uma forma de atender outros públicos. Uma forma diferente de atender, certo?

PATRICIA - E assim, esse programa hoje, como que se dá isso?

E001 - A gente abre uma chamada pública, passa aquele certo período ali, e as associações vem e se credenciam.

Elas, estando todas legalizadas, de acordo com a lei 13019, que é o marco regulatório das organizações sociais. Então a gente não tem pra onde fugir disso. E a gente tem que seguir essa lei. As associações vêm todas legalizadas, com as certidões e faz esse protocolo aqui. O recurso, ele é de um fundo estadual, e que tem essas atividades únicas e exclusivas voltado para atender o agricultor familiar que é o Frap. É Fundo de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá. A gente já tem andado também, a gente fez há uns três meses atrás aí a gente fez uma a gente participou dum reunião do consórcio da Amazônia Legal e quando a gente colocou essa situação do PPI e do próprio Frap houve muita gente de outros estados que ficaram admirados pelo fato de outros estados não ter esse tipo de projeto e o Amapá ter esse fundo que dá apoio a esses agricultores e também a forma como esse programa consegue atingir o agricultor familiar e atender o agricultor familiar. Então quando a gente fez essa apresentação, eles ficaram admirados, pois é uma política pública de governo, o governo quer desenvolver e ele está em função do próprio do fundo.

Então é feito em aberto essa chamada pública a associação vem faz o credenciamento, apresenta a documentação que é exigida, é feita uma análise através de umas comissões que também são montadas para esse processo, né? Feito essa análise, estando tudo certinho, é divulgado e ela vem e apresenta quem são os seus associados a serem beneficiados. A associação, em si, não recebe fomento nenhum. É tudo direcionado ao produtor, ao agricultor associado. Então ela não recebe recurso, não recebe nada. A gente pega o benefício, e ele é repassado diretamente ao agricultor associado. O exemplo aqui do manejo de açaí, a gente colocou lá para trabalho com aquelas ferramentas, pra eles trabalharem na área de de manejo. Terçado, foice, capacete, uma série de coisas, motor rabetá, roçadeira, colheitadeira, bateadeira de açaí e tudo isso aí é direcionado a ele, ele não recebe nenhuma espécie de recurso. Vai diretamente pra ele o material, certo? Entre esses, tem um número também a ser atendido, né? Por atividade, um exemplo aqui, a mandiocultura hoje ela continua também dentro do PPI, inclusive a gente a considera até como carro chefe porque foi o que começou, para a criação desse programa, foi a mandiocultura. Ela não deixou de sair, tanto é que a procura até hoje é grande das associações querendo a mandiocultura. certo? Então a gente tem um limite ali com o número de famílias a serem atendidas. A mandiocultura são 20 nessa safra agora. O pessoal do extrativismo é 25, da Recria de Camarão é 25, a hortaliça convencional, 20, a agroecologicamente são 05, a fruticultura 20, piscicultura 20, a gente entrou também com os pequenos animais que eu esqueci de falar que são o pessoal que trabalha com frango e suíno. E também abelha, então, esse público como ele é uma atividade nova tá entrando agora nessa nova safra, que é agora de 22/23, a gente colocou um número pequeno de 10 famílias por cada arranjo, certo? Mas até foi a procura foi até bem grande também de associações querendo ser credenciadas querendo receber esse benefício, certo? E assim, quando a gente começou a trabalhar a parte já voltando na mandiocultura, a gente olhou um pouco assim o também o lado da preservação ambiental. E hoje quando a gente faz um um processo na roça ali que a gente faz todo mundo é contemplado hoje com um hectare ele vai trabalhar a mecanização né? De toda a área entram os insumos, certo? E como a gente via muito que tinha muita gente que usava o uso de defensivos isso é prejudicial ao solo. O programa em si conseguimos para que cada beneficiário fosse contemplado com uma roçadeira. Pra que ele não viesse mais é usar aquele defensivo ali. Aquele veneno ali no solo. Então tudo isso aí a gente foi e conseguiu.

Quando a gente vem e olha a parte da mandiocultura, que eu venho trabalhar mecanização, a gente olha também o outro lado da questão: Como ele vai trabalhar numa roça ele geralmente vai pra ali faz a derruba e taca fogo né?

Então a gente vendo isso aí que um tempo atrás aí estava muito alto sempre essa questão aí de queimada o programa veio justamente para reduzir isso. E tanto é que a gente entra nas áreas que estão bacanas, que tão legal. E ela vai e faz todo esse serviço de limpeza, e hoje ela não contempla a questão não entra a questão de derruba. Que para isso a gente tem que ter um licenciamento.

PATRICIA - Mais controlado.

E001 - Isso. Aí então pra quem a gente mantenha aquela floresta em pé a gente vai em áreas que às vezes só é aquela capoeira baixa e que em alguns casos até a prefeitura já dá aquele licenciamento que é só pra questão de um hectare. Ou então às vezes são áreas que já foram trabalhadas que a gente chama aquela área de toco que é quando o produtor entra ele mesmo trabalha, ele mesmo trabalha ali naquela área manualmente então a gente já vai já faz o aproveitamento daquela mesma área e faz a mecanização dela, né? Com aplicação de calcário, transforma ela e deixa apta para receber a cultura, né? Receber os novos insumos e também já ficar apto ao plantio.

E aí naquela mesma área que é utilizada na mandioca ele pode, o próprio produtor inserir outras culturas que é diversificação das culturas. E muitos deles também já utilizam, né? Onde fazem o plantio da mandioca, nessa mesma área eles já aproveitam a questão do plantio da melancia, do milho, do feijão então dentro daquela área ali ele tira um rendimento alto em produção e financeiramente também. Então a gente vem trabalhando isso aí muito dentro das comunidades. E conscientizando o próprio agricultor.

E muitas das vezes quando ele retira ali, chegou no tempo de ele retirar aquela mandioca pra que ele não deixe se perder a área, que ele continue ali a trabalhar aquela área, que aquela mesma, como ela já tá calcarizada e o calcário dura um bom tempo ali, que ele pode pegar e aproveitar pra outras cultura receber naquela área.

PATRICIA - Então toda essa atividade, de apoio ao agricultor familiar, ela vem com o subsídio do FRAP ou tem mais algum subsídio que complementa?

E001 - Não. Só o frap consegue atingir. É. Essas duas safras que vieram a 2021/2022 e agora 2022/2023 foi tudo com recurso do fundo. Tem a lei que que é a 0039 ela vem e na própria lei já está colocando de que um estado arrecada ele tem uma parte lá, um percentual que ele pega e aporta pra esse fundo, então já vem justamente para atender o produtor.

PATRICIA - Então no caso da sua coordenação, não trabalha com recurso federal, né? O recurso é todo do Estado para implementar esse PPI?

E001 - Hoje a gente está na iminência de receber um recurso aí que é do BNDES que é pra gente também atuar dentro das áreas de assentamento. Já foram feitas acho que umas três ou quatro reuniões aí com o BNDES e estamos so no start de pequenos detalhes para gente fazer uma nova chamada, mas já com esse recurso do BNDES para atuar dentro de alguns assentamentos aqui, certo?

PATRICIA - Fazer o mesmo trabalho?

E001 - Fazer o mesmo trabalho. E esse recurso já é um recurso assim já federal né? Aí já vem que é pra gente trabalhar exclusivo dentro dos assentamentos certo?

PATRICIA - É no relatório de gestão, que eu eu estive olhando, a SDR tem um recurso vindo do Tesouro Verde, é isso né? Vocês não trabalham ainda com esse recurso?

E001 - É, ainda não. Se eu não me engano, eu acho que ele já está no QDD. A gente está inclusive em planejamento, para que a gente venha trabalhar uma política voltada exclusivamente para ele. Acho que já está aparecendo no QDD da secretaria.

PATRICIA - Eu achei muito pouco o valor, né?

E001 - Assim. É pouco. É. Ainda é pouco.

PATRICIA - Pois é. Eu acho que deve estar atrelado a algum mecanismo de retorno, né?

E001 - É, a gente colocou o PPI, inclusive a gente quer também fazer isso para inclusão dentro do plano ABC, né? Que é pra aquela agricultura de baixo carbono, se a gente consegue capitanear também dentro do plano ABC. Aí dentro da questão dessa economia verde a gente tá nessa tratativa. É um recurso pouco, mas pra quem está começando eu acho que é bom pra pelo menos começar né? Começou e a gente começa a provar que realmente está dando certa determinada atividade. Aí daí a gente pode pegar e vê se consegue mais ainda (recurso), né?

PATRICIA - É, fazer um plano piloto.

E001 - Sim.

PATRICIA - Um projetinho.

E001 - Exatamente. Aí a gente também tem uma outra situação que a gente olhou. A gente via muito o lado social das comunidades. Como a gente andou muito nessas áreas de ribeirinha, a gente notava que o pessoal não tinha questão de energia. Tipo, podia passar em comunidade chegava a noite não tinha energia. vamos por muita das vezes tinha uma comunidade de trinta a cinquenta pessoas que eles utilizam o gerador de energia, né?

Mas é só aquele determinado tempo ali. Negócio de duas, três horas que vai ficar funcionando. E chega determinada hora da noite e para. E a gente sentiu isso porque a gente viu isso de perto, porque a gente estava ali presente, pois às vezes a gente passava de três, quatro dias e noites lá nas comunidades e via isso aí de perto. E pensando nisso aí, no público que foi atendido pela Recria de Camarão, a gente conseguiu inserir a questão da energia solar. E esse público, os vinte e cinco de cada associação que foram contempladas nessa região ribeirinha, cada um deles recebeu um kit de energia solar.

PATRICIA - Mazagão, né? Que você falou?

E001 - É, a maior parte tá no Mazagão, 90% deles estão ali e uma outra parte tá aqui pra essa região aqui do do Igarapé Amazonas, Itaupal. Mas o maior volume é em Mazagão.

Então a gente conseguiu colocar dentro desse arranjo a energia solar. Para que de uma certa forma eles fiquem tranquilos, pois quando chegava com um produto, ele não tinha as vezes onde pegar e guardar, conservar aquilo. Ou ele pegava metia o sal e salgava, ou então ele pegava e perdia aquele produto. Com energia solar, já deu pra ele pegar e já segurar um freezer. Nesse freezer ele pega, vai lá e conserva o produto, a gente já comercializa, congelado, fresquinho. Um ventilador já começou a girar ali e já dormia já no bem bom, já não fica muita das vezes ali, tava calor, tava quente, desliga o ventilador, então conseguia colocar uma energia já 24 horas.

Então isso aí quando a gente foi agora recente na comunidade do Maranata, quando a gente fez a entrega dos kits de energia solar já estavam instalados. O povo falou: meu Deus, olha só tenho a agradecer a vocês. E a gente: não, não tem que agradecer, a gente está fazendo um trabalho que o foco principal são vocês. Então a gente está fazendo o nosso trabalho.

PATRICIA - Esse mesmo agricultor ele é o que vem comercializar seu produto aqui na feira?

E001 - A maioria deles. Uma grande parte sim. Uma outra já às vezes já tem ele produz lá e a pessoa só vai daqui pega lá o traz.

PATRICIA - Tá.

E001 - É o caso do extrativista. O extrativista, é o que trabalha com açaí em si, muita das vezes ele trabalha a partir do manejo. Uma parte deles, hoje, foram contemplados com um Casco, uma embarcação. Hoje a gente tem como pegar essa produção e trazer até o mercado para venda. E consegui um preço melhor. Antes eles tinham a produção lá dentro, não tinham como tirar. E o comprador daqui ia comprar lá. E claro, dava o preço dele. Que muita das vezes, um exemplo: aqui uma saca de açaí pra ele comercializar no porto em torno de duzentos e cinquenta a trezentos reais, chegava aí até trezentos e cinquenta uma saca aqui no porto. Lá quando ele ia comprar saía em torno de duzentos reais, né? Porque ele ia lá, dava o preço, então ele tinha uma perda grande em questão financeira.

Então com essa questão da embarcação que chegou a eles com o Casco, tem como colocar aquela produção no casco dele e vim embora pra fazer a venda aqui e vender no preço de mercado mesmo. Então houve uma mudança na estrutura. Um melhor aumento na renda familiar. Então tudo isso aí chega na comunidade o pessoal fica feliz da vida. Fora os outros programas também que a gente tem, no caso, o PPI hoje está sendo o boom da história. A gente tem um outro programa aqui que é o programa Amapá Cacau, né? Que foi também pela mesma situação da chamada pública e através de associações. O programa Amapá Cacau, tem uma parceria com a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) né? Que é a comissão da da lavoura cacaueira no estado do Pará né? Inclusive o estado do Pará é hoje o maior produtor de cacau do país. Eles ficam entre Pará e Bahia. Um querendo passar na frente do outro. Hoje parece que é o Pará como o maior produtor de cacau. E como a gente tem uma região, ela tem uma um potencial para fruticultura. Mesmo há um tempo atrás, salvo engano, que foi 2011/2012, Veio também um pessoal da CEPLAC. E vieram ver algumas áreas aqui. E eles verificando isso aí, viram que essa região centro-oeste do estado ela tinha um potencial pra isso. O projeto foi trabalhado lá atrás, porém tem que ter interesse de gestor, né? Pegou o processo e parou. Quando o secretário Janer assumiu a secretaria, a gente foi acordar aquele aquele projeto lá. Tava dormente. Fomos lá e resgatamos aquele projeto, fomos fazer uma visita nas áreas e a gente começou avaliando a questão do cacau em si. Um produto de grande aceitação no mercado, um produto que quando você chega na parte mesmo na essência dele, na coleta, a cotação dele vem em dólar. Então tem um bom negócio, mas era um projeto que estava parado. Ele resgatou esse projeto.

PATRICIA - De quantos hectares é esse projeto?

E001 - Para cada associação são contemplados trinta produtores. Cada produtor recebe um hectare, cada hectare dessa tem em torno de mil e duzentas árvores que são plantadas, certo? Então ele foi até o governador, apresentou a proposta, colocou toda a estrutura de rendimento tanto financeiramente quanto em produção. Aí o governador topou seguir. Fizemos essa tratativa com a CEPLAC, fizemos um acordo de cooperação. e a CEPLAC fornece essas sementes pra gente. Hoje a gente tem, com a chamada, a gente tá com um viveiro lá na no Parque de Exposição da Fazendinha. Que já tem, inclusive, as mudas prontas pra ir pra campo, essa próxima semana (entrevista realizada 19-10) a equipe já deve estar indo levar essas muda pra lá. Temos outro viveiro também lá na Colônia do Matapi, no Porto Grande.

PATRICIA - É um projeto novo, né?

E001 - É um projeto novo.

PATRICIA - Então pelo que me falaste é dentro desse processo de desenvolvimento rural voltado para o agricultor familiar, no caso, o produto ligado a digamos a comercialização da farinha é o mais antigo nesse processo?

E001 - Sim.

PATRICIA - Que hoje eu vi uma variedade assim de produtos né? Quando eu verifiquei aqui, principalmente a questão de hortaliça eu não imaginei que fossem tantas hortaliças, uma diversidade. A gente não tinha essa diversificação né? Então eu achei interessante.

E001 - Esse público que trabalha muito com a parte aqui de tipo aqui de hortaliça a farinha, a fruticultura, são esses que estão praticamente aqui nas nas feiras, nas feiras do produtor aqui.

PATRICIA - Só que sai de lá, é o que vem comercializar aqui.

E001 - Já esses outros que tão aqui, mais na área ribeirinha, a forma de acesso aqui se torna um pouco mais complicado, então eles já praticamente vendem quase que tudo lá na comunidade.

PATRICIA - Mas não deixa de ter o apoio de vocês.

E001 - Não, não deixa, a gente sempre dando esse apoio a eles lá.

PATRICIA - E aí esse controle é feito como? Por exemplo, tem a quantidade de cooperativas, existe um relatório, digamos assim, como é que a SDR verifica a efetividade dessas ações, né? Já que é financiado pelo FRAP, né? É pela quantidade de inadimplência, como é que é mensurado isso?

E001 - É, a associação em si ela tem que tá apta. Se ela estiver inadimplente, ela não acessa a política. Porque assim, se ela conseguiu acessar nesta chamada, no término ela assina um termo de colaboração. No término deste termo, ela vem e vai prestar conta do que foi posto nessa termo.

PATRICIA - Sim.

E001 - certo? Prestou conta aqui com a gente, a gente faz toda uma análise, então tudo certinho, a gente vai e demanda a CGE. A CGE também faz uma conferência lá, e pra concluir a gente emite uma declaração pra ela dizendo que prestou conta, que fechou e que está tudo legal. Sendo assim, na próxima safra ela pode concorrer novamente. Em relação aos produtos, da comercialização, temos a COAGRO. A COAGRO que tem a parte de controle, de produto.

Hoje, nessa safra de 2021/2022 nós tivemos um aumento muito grande da safra passada para essa de agora em relação ao número de associações atendidas. Não conseguimos atender mais no ano passado em função de que elas estavam inadimplentes. E uma das certidões que se exige dentro desse processo é da CGE, que a associação deve possuir. Então todo e qualquer convênio que ela consiga fechar com o Estado é demandada pela CGE. Então, automaticamente, a CGE tem que pegar e emitir uma certidão negativa dela. Tanto aqui na secretaria quanto com qualquer outro órgão estadual. Quando se trata de recurso federal também. Só que a gente pede as certidões federais.

PATRICIA - Certo. Como se trata de uma associação tem um determinado número de pessoas, e com certeza deve ter um parâmetro. Porque vamos supor, setenta por cento não está inadimplente, está OK e a associação vai pegar o recurso e esse recurso é para pessoa? Tipo assim, vamos que a gente tem um consórcio, nós dois (E001 e Patrícia), eu e você estamos em dia com relação ao pagamento do financiamento e ela (Anne) não. Aí nós dois no outro ano. nós vamos poder utilizar o recurso e ela não é isso ou a fecha na Associação? Se tiver um inadimplente, como funciona para os outros?

E001 - É isso mesmo, fecha na associação. Pois o Frap tem duas duas linhas de acesso. Tem a linha reembolsável, que é o crédito rural específico mesmo e tem a linha não reembolsável, que é essa que a gente trabalha, o PPI. O PPI e o Amapá cacau.

PATRICIA - Ah então eles não são reembolsáveis.

E001 - É, é todo não reembolsável esse. A associação só tem que prestar conta do que fez dentro desse processo.

PATRICIA - E mostrar produtividade.

E001 - Isso, exatamente. Aí o que a gente exige? Que ele seja agricultor familiar, né? É que tenha DAP (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)) né? E na própria DAP já diz que 80% da renda que é colocada na DAP tem que ser oriunda da agricultura familiar. Que é poder caracterizar que ele realmente é agricultor. Então a gente solicita isso: que sejam áreas aptas. Pois muitas das vezes a gente vai tratar de um plantio, verificamos que a área começa lá em cima, uns 80 metros pra cima e vai terminar bem aqui embaixo e sem condição de plantio. Não tem nem como fazer isso aí. Ou então, você vai fazer aqui um um canteiro de horta, chega em determinado período do ano que quando chove muita na área, não tem condição também de fazer.

Então a gente exige isso e que sejam áreas próximas. Que não sejam áreas muito dispersas. Porque muitas vezes quando vai fazer um trabalho de mecanização, a área dela (aponta para Anne) fica aqui próximo da sede da associação, um exemplo. A minha já fica lá no Brasil Novo. Então esse deslocamento às vezes de máquina dificulta e às vezes até atrasa o processo de dar andamento e conclusão dos outros trabalhos. E até a forma de chegar a essa máquina lá, mas e na hora dele escoar essa produção? Então por isso que a gente exige que as áreas sejam áreas próximas e de fácil acesso.

PATRICIA - Tem área que é ruim?

E001 - Tem área que é ruim. No entanto, já é uma outra política que tem que entrar pra trabalhar naquele acesso, naquele ramal, enfim. Mas a gente dentro do próprio programa ele exige isso.

Deixa eu te passar aqui o número que foram atendidas. Em 2015, quando houve o primeiro, nós tivemos um número bem reduzido, bem pequeno mesmo de associações e ficou voltado só na mandiocultura. E a gente conseguiu implantar ele em 2016/2017. Quando chegou na safra de 2021/2022, a gente conseguiu aumentar esse número de famílias para serem atendidos.

PATRICIA - Sempre você esteve aqui na coordenação?

E001 - Não, eu vim pra coordenação no ano passado (2021).

PATRICIA - Ano passado?

E001 - Foi no ano passado que eu vim pra cá para a coordenação. Eu estava aqui na secretaria, mas eu venho do RURAP. Trabalhei muito tempo no setor de crédito do Rurap e de lá em 2015 eu vim pra cá, pra assumir o setor de crédito daqui. Fiquei todo esse tempo, de 2015 até 2021. Foi em 2021, quando eu saí do setor de crédito aí o Gazel (secretário) que era o coordenador aqui (CODER) assumiu a secretaria. E me chamou pra vim ser o coordenador. Eu fiquei com o pé atrás ainda, “isso não é área para mim, é coisa de doido ficar ali naquela coordenação”.

Coisa de louco mesmo aqui, viu? Mas é uma coisa que a gente não pode baixar a cabeça.

PATRICIA - É um projeto que tá há muito tempo dando certo, né?

E001 - Muito. E olha só: quando a gente foi em Brasília e fizemos uma explanação pro pessoal do consórcio da Amazônia Legal, e saiu da essência só do Amapá fazer isso e já partiu pro Brasil. Aí ficaram sabendo disso. Tanto é que hoje, já querem colocar pra uma conferência, salvo engano que é do Egito. Então já querem colocar que o programa seja também explanado lá, que é pra saber como é feito uma política dessa forma, tanto é que nos outros estados da federação não tem um programa baseado no PPI e é nisso que estamos trabalhando.

Então, baseado nisso, falei com o pessoal que o consórcio pediu isso e a gente precisa expandir, tanto que o BNDES ficou interessado e hoje quer também trabalhar uma uma chamada pública já voltado dentro das áreas de assentamento na mesma blindagem, da mesma do mesmo ritmo do PPI.

PATRICIA - Certo.

E001 - Em 2015-2016 a gente conseguiu atender apenas 12 associações e 120 famílias. Quando a gente fez o programa em 2021-2022, na safra a gente conseguiu expandir ele para 64 associações. Saindo de 12, passamos

para 64. e conseguimos atender 1280 famílias. Isso nos mais diversos arranjos.

Aí já mudamos, saímos da mandiocultura, já começamos a trabalhar as aqueles outros arranjos, né? A piscicultura, a fruticultura, a hortaliça.

PATRICIA - Está expandindo.

E001 - Isso, começamos a trabalhar isso. Outra situação que a gente via é no caso aqui do pessoal do Porto Grande. Muita gente planta lá, né? E ali são grandes plantadores ali, principalmente ali na linha C na Colônia do Matapi. Mesmo plantando, quando chega uma época do ano o sol é tão, tão intenso, tão forte e eles não tinham como fazer aquela irrigação, aí também a gente também olhou pra esse pessoal e fizemos uma específica só com irrigação.

PATRICIA - Então o interessante pelo que eu entendi na coordenação é ir atrás do problema público ali né? Do agricultor. O olhar é o desenvolvimento rural.

E001 - Sim.

PATRICIA - Eh teria um um mecanismo, um formulário, um relatório que essas pessoas encaminham pra ti dizendo a problemática? Ele ouve, faz um relatório dele e traz, como é que funciona pra chegar até aqui contigo? Eh eu vi que depois de você tem um secretário e que às vezes vocês vão até o Governador, né? Então de que forma sai de lá do agricultor mostrando essa necessidade, esse problema por exemplo da irrigação? Para chegar até aqui na tua mesa, como é que tu consegue vislumbrar?

E001 - E através das demandas. Olha só, a gente tem o nosso regional lá, né? Essa demanda da irrigação, inclusive foi o pessoal da Embrapa que demandou, né? Esse específico da irrigação. Isso foi o pessoal da Embrapa porque eles já têm um trabalho lá dentro da própria colônia e eles vieram com essa problemática aí pra nós. Tem um problema lá dentro da colônia do Matapi a gente precisou resolver e tal. E a gente foi até eles, marcamos reunião e foi uma equipe técnica daqui pra ver e ouvir. Aí foi em cima disso que a gente foi traçando e montou-se o planejamento voltado justamente para essas atividades deles. Esse caso específico, mas nos outros casos lá é a situação do nosso regional que demanda. Então vai uma equipe daqui fazer aquela reunião de planejamento então aquela reunião de nivelamento. Sai uma equipe daqui que vai verificar o número de famílias atendidas pelo nosso regional. Então, ele traz de lá o número de família que foram atendidas foi esse aqui e o regional tem toda uma estrutura que é tipo o relatório de atividade deles.

PATRICIA - relatório de atividades?

E001 - Isso, a gente, que a gente pede desde, né?

PATRICIA - Depois que pode marcar a gente por e-mail um modelo, como para vermos a estrutura deste relatório?

E001 - Tem, eu tenho pronto do ano passado, o desse ano ainda não finalizei ainda.

PATRICIA - Não tem problema.

E001 - Eu posso arrumar pra vocês o do ano passado. Posso passar depois em nome do e-mail eu posso passar tranquilo.

PATRICIA - Eu te passo um WhatsApp.

E001 - Isso, aí é em cima disso que eles fazem o relatório de atividade, que é solicitado de três em três meses. Eles fazem e apresentam a gente e baseado nisso que a gente vai trabalhando, nessas demandas. E também nosso núcleo de política rural aqui hoje quem está a frente é a Socorro Carvalho, não sei se ela conhece ela.

PATRICIA - Eu pretendo fazer uma entrevista com ela também.

E001 - Uma agrônoma muito assim expert nessa parte de agricultura. Pense numa mulher. E assim, quando a gente começa conversar com ela, ela fica muito quieta e começa a dizer: “vocês podem falar, pode falar que eu estou ouvindo. Eu estou ouvindo e eu estou planejando.” Tá?

PATRICIA - Não, pra mim basicamente é isso, a gente já tomou muito seu tempo, mas é interessante. Eu gostei da tua dica, é a segunda entrevista já vai ser com a Socorro tá?

E001 – Tá, deixa eu te passar o número aqui que a gente conseguiu atender, já nesta (safra) de agora nós conseguimos cento e sessenta e seis entidades.

PATRICIA - Cento e sessenta e cinco?

E001 - Isso, cento e 66 entidades com número de 3275 famílias a serem atendidas, que vamos executar esse planejamento ainda.

PATRICIA - Interessante. Então, é justamente aqui nesses últimos sete anos. Começou com doze e hoje tem...

E001 - 12 associações e 120 famílias, saímos de 12 e passamos pra 64 e 1280 famílias. Praticamente a cada safra a gente vai dobrando. Em termos de recursos, na primeira lá foi R\$ 1.700.000,00 na segunda foi se não me engano R\$ 11.160.000,00 e nessas de agora a foram R\$ 69.500.000,00.

PATRICIA - Nossa.

E001 - Sessenta e nove milhões e meio. Que foi essa de agora.

PATRICIA - Perfeito. E001, eu gostaria de te agradecer pela entrevista, é que você até nos deu mais informações do que a gente esperava. Geralmente a pessoa trabalha muito a questão da gestão, mas nós trouxemos coisas que nós não tínhamos no relatório de gestão. Porque ele é muito resumido, né? Ele é imenso. Por isso que era interessante falar com cada coordenador para trazer um pouco dessa história. Por isso que eu tô fazendo dos últimos sete anos. Tentando entender essas informações.

E001 - Faltou o projeto RENIVA ainda e ele também faz parte do PPI.

PATRICIA - Qual é o projeto?

E001 - Projeto RENIVA. A gente adquire sementes de Maniva e esta é melhorada geneticamente e pra algumas pessoas a gente doa. Para que a partir dali ele seja um disseminador daquela semente e possa passar pros outros agricultores, pois ela tem um rendimento melhor tanto no rendimento da farinha, quanto na raiz.

PATRÍCIA - Independente do tipo de solo?

E001 - Sim, independente disso.

---

CÓD.: E002

E002 - Vou falar mais na parte do trabalho de educação sanitária. São outras ações. São outras ações. Tá. Você tem quanto tempo aqui nessa? Eu tô desde dois mil e dez. Dois mil e dez. Então nossa função desde que nós entramos aqui no setor foi essa parte de educação sanitária nas feiras.

PATRÍCIA - De que forma?

E002 - Dando curso, palestras e aí essa demanda como eu falei pra você vem das feiras. Eu não me lembro as datas, a minha memória é horrível, mas assim a gente começou a fazer nas comunidades boas práticas de um curso de manipulação nas comunidades. Como eu lhe falei, são mais de duas comunidades. Não atingimos todas essas duzentas, mas em algumas comunidades. Fomos ao mercado in loco e não falaram de fazer na porque eu lhe disse que eram do produtor rural e do mercado de pescado. Na feira do Buritizal não consegui fazer esse curso dentro, interno, sabe? Porque eles têm um tempo lá muito corrido, é o está chegando, desembarcando o produto, vendendo não fazer lá. E é uma feira muito antiga, a gente fez um checklist, nós temos uma resolução da Anvisa, setenta e cinco, lá diz que todo eh todo estabelecimento que produzir, vender, comercializar, alimento tem uma diretriz que deve ser e deve ser como é que eu posso falar? Deve ser.

PATRÍCIA - Você pode me fornecer?

E002 - Posso fornecer. Então na época e então foi antes, foi na época da Dinelma doze. Então na época foi tipo setenta por cento foi inconformidade com a resolução, setenta e cinco da ANVISA. E não, setenta por cento não foi conforme. Ah Setenta. Setenta por cento não foi. Setenta por cento foi em conformidade. Inconformidade.

Então muita coisa e no final a gente concluiu o resultado que qual era o método a um tipo, um oitenta de conformidade. Então essas coisas assim a gente tem tudo escrito, tudo planejado, mas assim como eu falei pra você, depende muito da gestão. Então a gente não conseguiu dar continuidade neste projeto, a gente e sim, uma questão de qualidade do produto que envolve algumas capacitações, mas na parte de estrutura da feira que envolve a questão do produto do alimento não é só envolve instalação. A edificação envolve a qualidade da água, controle de vetores e pragas, e então tem e são várias especificações que a gente nesse projeto conseguiu fazer. Comunidades que o que a gente só fez para algumas pessoas. Lá na feira da feira do produtor do Buritizal. No Mercado do Pescado se eu não me engano na época tinha sessenta por cento de conformidade e aí a gente deu o curso lá foi o curso de quatro horas de teoria e prática. Então a gente ensinou eles a fazer solução clorada, como fazer a limpeza do box, de que forma eles podiam armazenar o produto deles, o pescado. Tudo foi repassado para eles sobre a questão de higienização e segurança. Fomos à fábrica, fizemos uma pesquisa, se podia abrir uma linha de crédito pra eles, fazer esse financiamento, mas é outra coisa que não foi pra frente

PATRICIA - Qual foi no último ano que vocês fizeram?

E002 - Foi 2017. A gente fez na inauguração, em 2013, 2015 e a última em 2017.

PATRICIA - Na feira do pescado?

E002 - Sim

PATRICIA - E na do Buritizal?

E002 - Em 2012. Teve um levantamento que eu tenho aí de um projeto e tal que a gente fez uma um checklist de todas os itens conformes e não conformes segundo a legislação e tem a feira do de Santana, lá também fizemos, esse foi o último trabalho que a gente fez foi na Feira de Santana, que nós fizemos no ano passado (2021), inclusive na pandemia fizemos curso de manipulação de alimentos com eles lá. É por demanda. E aí a gente trabalha assim, eu como engenheira de alimentos e a gente tem essa essa finalidade de trabalhar com produtor passando a legislação, fazendo uma educação sanitária, um curso pra eles terem uma melhoria no produto deles, na venda, comercialização. Atualmente, esse ano, a gente tá num num grupo de que a Marina pode falar melhor que é o grupo de um GT, grupo de trabalho de agroindústria. Que é um um tipo um projeto piloto com as casas de farinha. As casas de farinhas podem ter o registro através da portaria da DIAGRO para poder vender o seu produto em supermercado, atacadões mas aí tem toda uma burocracia, um passo a passo que a gente tem que seguir. Então a gente tem um projeto com várias instituições nesse grupo de trabalho e a gente tá orientando, por exemplo, o seu Valdir lá no Pacuí da Tracajatuba II. Vai ser primeira casa de farinha com registro com CI do estado. Então é ele aí tem outras casas de farinha aqui também mas ele tá mais adiantado.

PATRÍCIA - falando de quantos produtores mais ou menos? A ideia de alcançar esse novo projeto.

E002 - Esse projeto piloto foi cinco. A gente tá acompanhando quatro.

PATRÍCIA - Quais as comunidades?

E002 - Cinco, porque são quatro de farinha e um de mel. De farinha são quatro: Tracajatuba II, Ajuruxi e Piquiazal, e da Pedreira. Então, mas o que tá avançado mesmo é o Tracajatuba II do seu Valdir. Então, atualmente a gente tá trabalhando com essa agregação de valor ao produto, com agroindústria. Porque lá nas feiras a gente vende muito produto in natura. Como o alface, hortaliça, e a gente agora está trabalhando com a questão do beneficiamento, de agregar valor ao produto in natura e por exemplo, estamos trabalhando com a farinha, mas tem mel, tem polpa de fruta então tudo isso ainda a gente vai trabalhar. É um projeto piloto que a gente também está conhecendo porque é a DIAGRO, SEINF, SDR, RURAP e SEBRAE. Então são vários órgãos, é um grupo multidisciplinar, a gente tá tentando alavancar essa parte de agroindústria da agricultura familiar, com os produtos naturais.

PATRICIA - Tu achas que não tem condições de dar continuidade naquele projeto que você acabou de falar, que ele paralisou, por conta da gestão e não teria como trabalhar os dois projetos juntos?

E002 - Sim, sim, mas como eu te falei, é uma questão de gestão, é interesse do gestor, interesse público. A gente tá numa fase agora de mudança de gestão. Atualmente, nós estamos trabalhando com um grupo de agroindústria pra casa de farinha.

PATRICIA - Que é o foco dessa nova gestão.

E002 - É o foco dessa nova gestão.

PATRICIA - Entendi. Essa nova gestão ela tá desde quando?

E002 - Datas eu não sei. O secretário desde março do ano passado.

PATRICIA - Ah tá. Estamos falando da gestão do secretário da SDR?

E002 - Isso.

PATRICIA - Tá? Então esse tá desenvolvendo esse trabalho de agroindústria?

E002 - É. Mas o trabalho como o Iacy falou, o programa Escoamento de Produção nunca foi interrompido. É um programa de governo. Então é como ele falou, tem mensalmente o mapa de escoamento que os caminhões vão nas comunidades, trazem seus produtos do agricultor familiar, esse levantamento o fiscal lá na feira pega, ao levantamento da produção de cada produtor chega pra gente, a gente alimenta o sistema, então isso nunca é um programa que nunca termina, nunca teve interrupções, mas outros vão sendo incluídos.

PATRICIA - Então o que você tá me dizendo é que o programa ele continua, ele permanece, porém as ações é que não conseguem dar continuidade em razão de algumas mudanças na gestão, dependendo do foco da gestão que poderia melhorar, é isso? Digamos, o programa poderia abranger muito mais agricultores, poderiam trabalhar digamos a aumentar o volume dos produtores digamos da estrutura das feiras?

E002 - É, eu acho que esse programa aqui já podia ter melhorado, tinha que ter outras vertentes, assim, a questão de mesmo da reforma do prédio. A questão das instalações reforma, porque isso aí isso aí atrapalha a qualidade do produto final. A gente não consegue, por exemplo, a gente tem muito questionamento dos produtores, ah mas vocês falam que a gente tem lavagem das mãos a gente não tem nem uma pia. Ah, vocês tem vocês falam que a gente tem que ter controle na na limpeza mas a gente não tem nenhuma lixeira.

PATRÍCIA -Então eles cobram isso de vocês? E vocês cobram de quem?

E002 - Então, eles estão muito acostumados com esse assistencialismo. Tudo eles querem que seja dado, que o governo dê. Estão muito acostumados com isso. É culturalmente.

PATRÍCIA - Mas no caso da estrutura, eles estão falando da estrutura da feira. Por mais que vocês proporcionem esse treinamento pra eles, mas a própria estrutura da feira não dá condições deles aplicarem.

E002 - Sim, não tem condições.

PATRÍCIA - Mas eu acredito que não é nem razão dele.

E002 - Realmente ele precisava estruturar melhor as feiras pra por isso que eu falo que esses esse programa poderia ter ter umas melhorias. Um aperfeiçoamento. A questão da parte de edificação mesmo, instalação, não é só o equipamento e pagar o caminhão pra ir buscar. e pronto acabou. É toda uma cadeia, né?

PATRÍCIA - Então você como técnica, são esses dois fatores que você enxerga: a descontinuidade das ações? Seria um programa de maior sucesso, né?

E002 - Não sei se vocês concordam, mas tem muita rotatividade no setor. Tem muita rotatividade no setor público. E efetivamente a gente não consegue dar continuidade no trabalho.

PATRICIA - OK.

E002 - E aí como o Iacy falou é por demanda. A gente trabalha por demanda. Agora a gente está trabalhando nesse GT.

PATRÍCIA - Há quanto tempo?

E002- Desde outubro, há um ano.

PATRÍCIA - Antes dele, qual era o programa?

E002 - A gente tava com umas boas práticas, curso de boas práticas e manipulação de alimentos.

PATRÍCIA - Ficou mais ou menos quantos anos esse programa/ação de boas práticas.

E002 - É assim esporádico. Desde quando eu entrei aqui a gente foi pra dentro do mercado de pescado, feira do buritizal.

PATRÍCIA - Até porque ele vai mudando o agricultor que vai participando.

E002 - Isso. Tem que ter um tratamento semestralmente tem que ter, né?

PATRÍCIA - Ah tá OK.

E002 - Mas assim, eu tenho também que a gente tem todos os levantamentos da feira do Buritizal que a gente aplicou um check-in lá e também no mercado do pescado também posso passar relatório de resultados.

PATRÍCIA Tranquilo. Brigada.

---

CÓD.: E003

E003 - Eu também sou analista de desenvolvimento rural, eu sou da COAGRO desde 2010, mas de 2013 a 2017 eu estive fora, e em março de dois mil e treze voltei pra cá. E aí desde então o que a gente mais tem trabalhado é essa questão de tentar desenvolver um programa de capacitação porque também a gente precisa deles. Isso é difícil de conseguir.

PATRÍCIA - Eles quem?

E003 - Dos produtores.

PATRÍCIA - Ah, dos agricultores.

E003 - É, porque algumas vezes a gente marca o treinamento e não vem ninguém. Ano passado nós fizemos um ciclo na feira de Santana, numa escola para que eles fossem capacitados, mas quando a gente chegou pra fazer aqui no Mercado de Pescado, eles não vinham.

PATRÍCIA - Eles vêm da comunidade?

E003 - A gente fez aqui na comunidade, no mercado, eles moram todos aqui.

PATRÍCIA - E de Santana, eles vêm da onde?

E003 - Vem um monte de gente da Perimetral, muita gente de Porto Grande, Mazagão, Ilha Santana

PATRÍCIA - Então lá teve mais incidentes, participação.

E003 -É isso, eles estão muito mais comprometidos do que o pessoal do pescado, mas em contrapartida, começou a feira do pescado em 2013. Acho que 2013-2013, a gente fez o programa com todos eles. Antes da primeira feira, eles foram todos capacitados, mas ao aperfeiçoamento, o acompanhamento é difícil, porque eles não querem participar. Aí é um pouco difícil. Mas a gente está tentando. Em relação ao grupo de trabalho que a Gleice mencionou antes, a gente chama de GT Agroindústria. Nós estamos com esse trabalho desde outubro de 2021 e nós estamos atendendo agora quatro comunidades. Lá no Lago do Ajuruxi são cinquenta famílias que são atendidas, a casa de farinha no ramal do Piquiazal são 35 famílias atendidas e no Mel da pedreira são 30 famílias. No Tracajatuba II, no Pacui, é o único que não é cooperativa, é um agricultor individual que construiu tudo com recurso próprio, tanto é que 90% do investimento saiu do bolso dele e tem até um prêmio como a melhor farinha. Estão a aproveitar a água do ajuste de cinquenta e três que serão atingidas de farinha atendidas com uma casa de farinha. Ele é tão bom que quando tem a feira do SEBRAE, o SEBRAE manda buscar ele para a feira.

PATRÍCIA - Ele depende, por exemplo, do escoamento?

E003 - Não. Não, ele não depende do escoamento, ele não vende mais, ele não está comercializando na feira. A única feira que comercializa é a feira do SEBRAE, mas o SEBRAE manda buscá-lo, que é uma vez por mês. Ele não vende nem a granel, só na feira do sebrae, ele vende a saca. Então os interessados vão lá na comunidade comprar a farinha. Na propriedade dele, porque é uma qualidade excepcional. E nós estamos nos últimos ajustes para conseguir liberar o registro dele, o selo e assim ele vai poder comercializar em comércios locais, supermercados, que precisa, que precisa desse registro, que é um atestado de sanidade. E aí eu acho que é o nosso maior orgulho, até agora profissional e que a gente tá conseguindo, é uma força tarefa.

PATRICIA -Então é individual, ele não é cooperativo.

E003 -Ele não é cooperativo, ele é individual. Os outros estão dentro da cooperativa. Sim, tem cooperativa e tem associação. Eu não vou saber de cabeça, mas se você precisar eu tenho os dados anotados e eu posso passar. Quem é cooperativa, quem é associação. E tá, agora voltando um pouquinho pra falar em relação à quantidade de feirantes, tem também uma ação que está sendo desenvolvida desde o começo da pandemia. Que é uma feira itinerante. Que ela acontece nos municípios. Já teve Mazagão, já teve Oiapoque, já teve Tartarugalzinho, Amapá e consegue atender alguns agricultores que não vem, porque aí eles vendem lá.

PATRICIA - É a SDR que dá esse suporte?

E003 - Sim, é uma ação da SDR.

PATRICIA - Mas ela é contínua, todo ano tem nos municípios?

E003 - Esse ano teve, houveram menos, mas em 2020 e 2021 era mensal e eu não vou lembrar a questão de municípios, mas a gente também consegue a informação. Pelo relato deles era muito bom, eles ficavam muito satisfeitos porque aí não precisava sair da comunidade, não tinha todo o trabalho de deslocamento e aí eles conseguiam vender tudo, tanto que no último no último dia da feira geralmente não tinha quase nada porque eles conseguiam vender tudo e também fazia uma farra na cidade. Pois alegre a população de um modo geral e acredito que era isso.

PATRICIA - Então além das feiras daqui a SR dá esse suporte para as feiras itinerantes?

E003 - É, a feira itinerante é dentro dos circuitos tecnoagro. Como não teve expofeira, a Tecnoagro veio para substituir essa grande estrutura das expofeiras. Se tornou uma coisa com estrutura menor, mais voltada para o agricultor do próprio município então. Com cursos, palestras, comercialização, assistência técnica. E aí o produtor que tem acesso.

CÓD.: E004

PATRÍCIA - Com relação a coordenadoria de economia rural e de acordo com o organograma da SDR à CER que é a sigla da coordenadoria, compete coordenar, controlar e avaliar as políticas de desenvolvimento rural, elaborar projetos estratégicos, sistematizar e difundir as informações estatísticas. Então a primeira pergunta são as políticas de desenvolvimento rural conhecidas pela SDR uma outra: Como é realizado a avaliação das políticas de desenvolvimento de controle rural e pela SDR? E a última seria quais os principais projetos estratégicos nos últimos sete anos para o fortalecimento da agricultura beneficiária do programa de comercialização, abastecimento e produção agrícola. Tudo bem Fábio?

E004 - Tudo tranquilo, positivo. Bom, em relação as políticas que hoje a SDR vem implementando, a SDR vem falando da questão da política de realização transporte da produção. A gente atende na faixa de nove municípios com essa política. A gente tem locado um contrato de prestação de serviço, se não falha a memória, há trinta e cinco caminhões hoje. Esses veículos têm uma dinâmica de ir na comunidade pegar a produção do agricultor e levar para as feiras do produtor. Que são Pacoval, Buritizal, Santana, Jardim e de certa forma também levam ao mercado do pescado, que não deixa de ser também a feira do produtor. Nesse processo, o produtor não tem custo, a gente mantém funcionários, mantém a limpeza, mantém um monitoramento, então ele sendo também um elo de uma política nossa. Qual é a intenção desse programa? Quando se considerou na feira do produtor, se considerou em garantir aos consumidores um ambiente em que a gente tivesse um preço mais competitivo para disputar com os mercados. Então,

o governo entraria com o subsídio desse escoamento, ele entraria com essa estrutura para que o produtor não tivesse local condições adequadas para que ele possa comercializar o produto dele, pois no início esse produto era tabelado. Sendo assim, havia uma tabela e essa tabela geralmente servia como guia para que os preços estivessem abaixo dos preços do mercado, nos supermercados que a gente tem hoje aqui em atividade. Com o decorrer do tempo essa tabela foi deixada de lado, entendeu? As pessoas pararam de adotar, inclusive, ele tinha uma certa punição. Quando ele não cumpria aquelas regras, ele ficava afastado por um certo período da feira, deixava de comercializar no espaço. Existe um rodízio entre as comunidades e nem sempre o mesmo agricultor é que tá naquele espaço. A gente tem feiras que são semanais, tem feiras que são quinzenais e feiras que são mensais. Então comunidades que vem uma vez por mês, comunidades que vem em quinze, quinze dias e comunidades que vêm hoje são dos locais com maior probabilidade de produção que é a região de Porto Grande e a região daqui da região do Pacuí. Então são regiões que vem com maior frequência. Temos também a política de escoamento, temos as feiras do produtor, que não deixa de ser uma atividade em execução pela SDR. Temos o PPI que é o programa de produção integrada de alimentos, que hoje é o carro chefe da secretaria. Dentro dessa gestão, ocorreu uma mudança no PPI, uma alteração de metodologia. Antigamente sempre se trabalhou com a produção de mandioca, a produção de mandioca era o carro chefe. Então, quando se iniciou em 2021, se considerou em fazer algo diferente, para tentar respeitar a vocação do produtor. Sabemos que na região centro-oeste o polo é fruticultura e que região aqui do Pacuí é a farinha e que em torno de Macapá, que a produção de hortaliça e tem uma região ribeirinha que trabalha com camarão com açai. Se pensou em fazer um programa em que abrangesse o maior número de cadeias produtivas, e aí nasceu o PPI, que é o programa de produção integrada de alimentos. Com o decorrer da execução do PPI, percebemos a necessidade de criar um novo programa que é o Reniva Amapá. O Reniva Amapá surgiu de uma demanda. Quando a gente começou a executar o PPI, principalmente pra parte da mandiocultura que é o foco do Reniva, a gente percebeu que o agricultor estava, literalmente, regredindo a sua área plantada. A gente tinha produtores que quando tinham o apoio do governo, conseguiam manter um hectare ali em atividade, no entanto como o Governo deixou de aportar o recurso, deixou de fomentar essa atividade ele foi diminuindo a área de plantio e diminuiu a quantidade de oferta de semente. Porque aquela mandioca plantada, vai ser também a semente que ele vai utilizar para plantar na outra safra. Então a gente percebeu que comunidades que eram tradicionais da produção de farinha, não tinha semente, e consequentemente, não tinha a produção. Sendo assim, o governo entrou com a mecanização e quando foi na hora de plantar, o agricultor dizia: “mas eu não tenho semente pra plantar, eu não tenho condições de plantar”, surgindo a necessidade da gente fazer uma aquisição de sementes. Então a gente começou a trabalhar esses bancos de sementes. Implantamos na primeira etapa nove bancos de sementes distribuídos em algumas comunidades. Na segunda etapa implantamos mais onze que totalizaram a nossa pretensão: vinte bancos de sementes. Com esses bancos que já estavam em situação de produção, a gente faria a doação de sementes. Qual o objetivo desse banco? Garantir semente de mandioca para os produtores e além disso garantir que esse material seja com uma genética bem superior ao que temos. Existem estudos que a Embrapa já fez, do material que hoje tem a disposição do Estado, ele gera em torno de oito a dez toneladas de mandioca por hectare e esse material é um material referendado pela Embrapa e que chega a fazer de trinta a quarenta toneladas. Então assim, o produtor teria triplicada a renda dele. Isso foi algo que a gente trabalhou e que a gente hoje já vem colhendo algum resultado, pois já temos os primeiros bancos que foram implantados já com uma produção e o rendimento desse material já vem sendo avaliado e sabe-se que é bem superior ao que temos instalado aqui no estado. Além do Reniva, tem também o Amapá Cacau, que nasceu há dez anos atrás. A CEPLAC, que é o órgão do Ministério da Agricultura, responsável pela produção de cacau, esteve no Amapá e avaliou a região Centro-Oeste, que é um potencial produtor de cacau. No ano passado a gente fez uma tratativa com a CEPLAC e nós conseguimos assinar um termo de cooperação que a CEPLAC iria fornecer o treinamento de técnicos e ela também cederia as sementes. E aí competiria, ao pessoal aqui do estado para a produção dessas mudas, haja vista que é um fruto. Então assim, desse fruto tiraria a semente faria a produção da muda e depois faria a distribuição pros agricultores. Foi lançado o Amapá Cacau que era pra garantir a produção dessas mudas e garantir os insumos para que o agricultor pudesse executar o plantio. Esses são praticamente hoje os carros chefes da secretaria: o escoamento, a feira do produtor, o PPI, o Reniva e o Amapá Cacau. A gente também tem a Tecnoagro, que são as feiras agropecuárias, que estão em execução. Esse ano (2022) nós já tivemos duas, existe a pretensão de fazer no Amapá.

PATRICIA - Onde aconteceu?

E004 - Em Porto Grande, Macapá e a pretensão é fazer no Amapá também, esse ano ainda (2022). No ano passado (2021) a gente não executou nenhuma feira, porque estava naquele período pós-pandemia e a gente manteve só uma atividade que era a feira itinerante, que é um projeto dentro do circuito Tecnoagro. A intenção da feira itinerante era montar dentro dos municípios uma estrutura organizada de feira, onde fosse possível garantir ao produtor a comercialização dos produtos dele.

PATRICIA - Entendi. Então, essa feira itinerante já existia dentro do estado e por causa do período pandêmico tentaram expandir aos municípios, é isso?

E004 - Isso. Percebemos que houve a necessidade de se fechar os espaços, fechar as feiras, diminuir e reduzir horários e que, principalmente, o nosso agricultor que só comercializa, praticamente, nas feiras do produtor e a partir do momento que se reduz o horário ou que fecha (a feira), ele fica sem possibilidade de comercialização. Então surgiu a necessidade, já no finalzinho da pandemia de começarmos a estabelecer essas feiras, pois assim daríamos condições para que o produtor pudesse comercializar e além disso ofertaria pra ele algum tipo de palestra, algum tipo de curso em que pudesse melhorar a questão produtiva dele. Então a gente executou em 2021 e agora esse processo foi incluído dentro do circuito Tecnoagro. Ou seja, a feira se mantém dentro do circuito. Então, são essas as atividades que a gente vem executando e trabalhando. O que temos percebido nesse processo são que esses programas vão sempre surgindo e há a necessidade de adaptações e de criações de outros programas. A gente estava conversando informalmente antes de iniciar a entrevista de que alguns produtores já estão tendo autonomia, já não estão sendo mais reféns da feira do produtor. Isso é uma tendência, que com o PPI, hoje, no segundo ano em execução é que se terá uma produção de farinha muito boa. Só que temos uma dificuldade: não conseguimos ofertar a nossa farinha para o PAA e para o PNAE. Porque a gente não tem certificação. Então aqui se criou um grupo de trabalho envolvendo a SDR, o Rurap, o DIAGRO, o MAPA, e o SEBRAE para que a gente pudesse avançar nessa certificação, até a SEINF também. Nesse momento, ainda esse ano (2022) teremos a primeira casa de farinha certificada, que ela é fruto desse grupo de trabalho. No qual o Estado, em parceria com o produtor, garantiu crédito para que o produtor fizesse as adaptações, fizesse aquisição do equipamento dentro desse padrão que é o ideal para certificação. Então a gente vai ter a primeira agroindústria que é do seu Valdir em Tracajatuba II, que vai ser a primeira com o selo. Imagina um estado que sempre teve a vocação produtiva para questão da farinha e que sempre se trabalhou em todos os programas de governo do setor era voltado para a farinha não ter uma indústria certificada? A gente não conseguia vender para o PAA, para o PNAE, a gente não conseguir botar numa prateleira do supermercado um produto que é o carro chefe aqui da produção. Então, graças a Deus, vamos ter a primeira. Temos uma planta, um modelo já de casa de farinha padrão, eu imagino que agora nesse PPI novo a gente já deve iniciar esse processo de construção dessas agroindústrias dentro das áreas que, realmente, são vistas como pólo produtor de farinha. Então isso também não deixa de ser um programa ou uma ação da secretaria. Então, como a gente vem falando, hoje o escoamento da produção, feiras, PPI, reniva, amapá cacau, circuito tecnoagro e essa questão da industrialização, são os programas das políticas que a gente vem executando. Com relação a avaliação das políticas implementadas pela SDR, temos um trabalho, que é de acompanhamento dessas ações. Por exemplo, o PPI e o Reniva e até essa política de escoamento, tem-se feito o trabalho de acompanhamento. Geralmente, os técnicos se deslocam às áreas que estão sendo atendidas e eles emitem relatórios, onde verificamos a eficiência do programa e se esse programa vem trazendo resultado ou não. Por mais que quando se fala em feira do produtor, de escoamento, a gente não tenha mais a tabela de preço, mas, geralmente, tem aqui dentro da CER que é coordenadoria de economia rural, um trabalho de pesquisa de preço nos mercados onde procura-se comparar o preço da feira do produtor com os mercados. Percebemos que ainda se consegue manter um preço acessível, até bastante abaixo do que é ofertado no supermercado. Dessa forma, percebemos que esse subsídio, de certa forma, possibilita ao consumidor que procure a feira e consiga comprar um preço melhor do que de supermercados. Quanto às outras políticas o Reniva, o PPI, Amapá cacau, a gente tem esse processo que é a emissão de relatórios, o agricultor dentro da dinâmica ele é avaliado durante, antes e depois da execução do programa, para podermos mensurar as melhorias que devem ser feitas na rotaçãõ.

PATRICIA - Qual é o período?

E004 - A gente tem uma dificuldade aqui, no início se trabalhava só com uma cadeia, com uma safra. Existe uma sazonalidade. Por exemplo, finalizamos a parte da recria de camarões e do manejo de Açai, no entanto não está no período de colheita e ficam um período de seis meses, praticamente, ociosos. E aí nesses seis meses que eles fazem de atividade, e no final deste ano devemos retornar para fazer avaliação. A questão da mandioca, a colheita do ano passado está acontecendo agora, então a gente já está fazendo um trabalho de avaliação. Percebemos que o produtor está tendo uma colheita em torno de 100 a 130 sacos de farinha e a venda desse saco de farinha está em torno de trezentos reais. Ou seja, o produtor está tirando, no mínimo, trinta mil reais com a comercialização. Esse produto foi fomentado na safra no ano passado. Já a fruticultura tem um tempo. Foi feito o processo de implantação do sistema, de irrigação para a doação das mudas, mas a gente ainda tá muito prematuro para avaliar, porque ainda não está no período de colheita. Então a gente avalia que por enquanto vem suprindo a necessidade devido a questão da execução, a gente conseguiu a implementação das áreas irrigadas, a implantação das culturas, porém a gente ainda não tem essa colheita devido ao tempo. Então a gente avalia que na mandioca e a fruticultura que são as políticas de ciclo mais curto, a gente já obtém resultado, obtém acréscimo de produção e que já teve uma melhoria de renda. Já temos comunidade que não dependem da secretaria para obter semente, então essa comunidade já tem semente de mandioca pra suprir essa safra. Então isso é um trabalho que a gente vai ter que fazer de forma sazonal. A gente já começou em algumas culturas só que, por exemplo, a fruticultura, o manejo de açai e a recria de camarão e a piscicultura a gente ainda não consegue avaliar. Seria só no término ou seja, na colheita que poderíamos avaliar sobre a renda, sobre o que o programa possibilitou de melhoria e de qualidade de vida, para que a produtividade pudesse ser verificada.

PATRÍCIA - Você pode fornecer um relatório pra gente?

E004 - Posso, sim. Sendo assim, vamos falar dos principais projetos estratégicos elaborados nos últimos sete anos e quando falamos nesses sete anos, é praticamente a gestão do governador Waldez. Estamos vindo de um processo, do ano de 2021 de praticamente não ter nenhuma atividade, não ter o carro chefe aqui, tirando o escoamento e a feira. Não tínhamos um programa voltado para que o agricultor tivesse um financiamento, um aporte para que pudesse ampliar a produção. Em 2013 teve, que foi o Protaf, que era voltado só pra mandiocultura, então 2013-2014 teve o PROTAF. De 2015 a 2020 a gente não teve nenhuma política, a gente se manteve praticamente só com o escoamento da produção e as feiras do produtor, juntamente com o circuito tecnoagro e mais uma atividade que são as expofeiras. No entanto, uma atividade voltada para a produção do produtor, nós não tínhamos. Esses dois últimos anos (2021-2022) que a gente teve a retomada do PPI. Então em 2021 a gente teve safra 2021-2022 e em 2022-2023. Eu acho que isso também foi um fator que prejudicou muito. Porque a gente viveu um cenário de crivo. Até eu acho que ainda a gente ainda está dentro desse processo. Houve um acréscimo muito alto de insumos, tem uma dificuldade aqui no estado de compra de insumo agrícola, por exemplo, fora do estado, vamos supor que uma tonelada de calcário seja R\$ 150, aqui é R\$ 400-500 e existe uma ausência, a gente não consegue ter estoque, a gente tem grande quantidade de insumo. Então, o agricultor se viu numa situação difícil. Ele não tinha um local para comercializar, não tinha um aporte em cenário de crise que ele pudesse ter um fôlego financeiro para lhe fazer aquisição dos insumos para que ele pudesse plantar, conseqüentemente ele foi reduzindo, reduzindo a sua área até o tempo que praticamente a renda dele era mínima. Acho que por isso falamos muito da questão do Reniva e estamos trabalhando nisso, porque foi um programa que surgiu de uma demanda. Havia um programa que era o PPI e no decorrer da execução do PPI, percebemos que não haverá resultado se não conseguir semente. E a gente não tinha, então a gente foi pro mercado para comprar. E aí compramos e começamos a implantar esses bancos e colocamos em regiões que já tinham a semente. Então íamos até o produtor, negociávamos com ele, fazia a compra e levava para aquela região que não tinha. Tivemos que fazer essa articulação para que pudéssemos garantir o plantio. Esse ano já vai ser diferente, esse ano vamos ter em grande quantidade, sem sofrer com a escassez. O agricultor vai ter esse fôlego, que vai ser o segundo ano que o estado vem investindo. A gente saiu de 1200 produtores beneficiados no PPI para 3825, mas eu tenho mais de 400 famílias do Amapá Cacau e Reniva, então estamos chegando na faixa de praticamente 4500 famílias beneficiadas só esse ano, só com essa política, tirando o escoamento e tirando a feira do produtor. Sendo assim, vemos que isso vai trazer um retorno. Particularmente, aqui dentro da coordenadoria a gente sempre se pergunta porque não consegue mensurar a participação do setor no PIB, é diferente da soja, é diferente dessas culturas do agronegócio, porque a gente não tem essa industrialização do nosso produto. Sendo assim, o agricultor, leva seu produto para a feira do produtor, vende, mas não tem nota fiscal. Então, não conseguimos mensurar essa arrecadação. Atualmente, com esse processo dessa ampliação e produção e esse início da industrialização a gente já vai conseguir mensurar esses valores.

PATRÍCIA - Então hoje, não tem como o Governo do Estado mensurar a participação desse núcleo social, a comercialização no PIB do estado, é isso?

E004 – Isso, pois a gente teria que gerar nota fiscal. Se o produtor leva seu produto para o supermercado A ou supermercado B, eu preciso emitir uma nota de venda. Mas o nosso produtor não chega nesses mercados. Ele vende na feira e quando se compra na feira, não exige-se uma nota fiscal do produtor e ele acaba não emitindo e esse produto acaba não sendo tributado.

PATRÍCIA - Mas a SDR ela tem um controle, né?

E004 - Tem, nós temos o controle dentro da dinâmica das feiras, a gente sabe o que se comercializa na feira. Por exemplo, a gente tem dentro da feira funcionários que fazem a coleta da produção. Eles observam o que o agricultor traz. Ele vai lá e pontua e pontua valor, que é comercializado. A gente sabe da receita que as feiras movimentam, mas a gente sabe que muito disso não gera imposto. Não se gera arrecadação para o estado, pois não tem emissão de notas fiscais. Atualmente tem-se programas de governo tipo PPA que o agricultor é obrigado a gerar nota fiscal, mas ainda é muito tímido, temos também o PNAE que é pouco acessado.

PATRÍCIA - Que não são programas da SDR?

E004 - São programas do Governo Federal, por exemplo, PAA é o programa de aquisição de alimentos é o da merenda escolar. Mas o nosso produtor acaba não tendo acesso. São poucos os municípios e estados que têm essa dinâmica. Tanto é que no final do ano de 2022 a gente procurou fazer um trabalho através do Estado que fez uma suplementação, a SEPLAN fez uma suplementação para SEAD de R\$ 1.000.000,00 para que fosse feito o piloto em algumas escolas para a aquisição do agricultor. Então assim, pra que o agricultor venda nesse programa, ele vai ter que emitir nota e será possível mensurar um pouco da receita. Então o processo de industrialização de construção

dessas indústrias, vai ajudar de certa forma esse processo de arrecadação do estado porque vai começar a conseguir mensurar essa receita. Porque o produtor vai ter um produto com selo, com certificado e que ele vai poder ofertar nesses supermercados.

PATRÍCIA - Então você fala que essa participação do PIB ainda não pode ser de forma oficial, mas a SDR ela tem uma noção, pois no relatório de gestão da SEPLAN menciona que esse eixo tem a participação do primeiro setor no PIB?

E004 - Isso. Isso, mas aquela dali é oficial mesmo. Aí vem realmente da receita tributária, porque quando você emite a nota fiscal, eles conseguem mensurar as áreas do eixo de governo que estão gerando essa receita.

PATRICIA - Então, o que você tá me dizendo é que pode ser muito maior?

E004 - Se a gente avançar nesse processo de industrialização, a gente vai conseguir aumentar essa nossa participação. Como foi dito anteriormente, imagina o seguinte, ano passado (2021) a gente fomentou na faixa de 48 associações vezes 20 hectares, deixa ver quanto vai dar em milhões, se a gente tiver essa industrialização. Olha, eu teria em média, cerca de 130 sacas de farinha. Ai se eu considerar 100, ele teria trinta milhões de receita com a venda do saco de farinha. Ou seja, no final desse processo teríamos um valor gerado de 30 milhões de reais.

PATRICIA - Se eu considerar só o produtor da farinha eu já consigo ver uma diferença nessa questão, mas quando eu pego esse produtor e mesclo ele com os outros produtores e faço uma média cai essa questão da produtividade porque os outros produtos não tem esse arranque, até porque ele não teve ainda um programa pra alavancar?

E004 - Não, a gente consegue, como eu falei, o PPI ele já atinge essas outras cadeias. A gente ainda não tem ainda a mensuração da produção, porque por exemplo, o cacau vai gerar na época de produção dele, que é entre dois anos e meio a três anos, uma receita para o estado de vinte e seis milhões. O governo está investindo dois milhões e vai tirar daqui a três anos e meio vinte e seis milhões. A cultura do cacau no primeiro ano, é o ano que teoricamente dá um volume menor de produção, segundo ano ele já tem um aumento, então assim, o segundo ano é praticamente só limpeza de área, é só roçagem e a coleta. Então a gente vai ter uma cultura que vai estar estabelecida, que o governo já não vai ter necessidade de investir o recurso, mas que vai tá gerando receita. A fruticultura é um exemplo, por exemplo, a banana, ela tem um tempo, o açaí tem um tempo, o abacaxi tem um tempo, então essas culturas elas têm um ciclo de produção um pouco mais longo, diferente da hortaliça, diferente da mandioca. A mandioca a gente plantou, estamos plantando agora em dezembro e janeiro, aí quando for final do próximo ano a gente já tem uma colheita. Então a gente já consegue mensurar. Qual é o desafio hoje pra gente? Vou dar um exemplo aqui de um cerealista. Nós temos um cerealista aqui no estado que é o Timbiras. Se você chegar no supermercado e pegar a farinha que tem no supermercado, a fécula que é a goma que tem no supermercado, vai ver até várias marcas, mas é o único cerealista. Tu vai olhar e vai ver que é o mesmo endereço. Mas tem uma particularidade, se você for perguntar pra ele, ele vai te dizer que não compra produto daqui, porque a gente não tem essa padronização, a gente não tem essa industrialização ainda de maneira correta. Tipo, cada produtor tem o seu hábito, a sua cultura de plantar, uma farinha um pouco mais amarela, mais baguda, a outra é um pouquinho menor, então você não tem uma padronização. Com esse processo de industrialização a gente já vai conseguir possibilitar essas empresas que estão instaladas aqui mas que compram o produto de fora, poder comprar do nosso produtor. E aí, paralelamente a gente já consegue já emissão de nota fiscal, a gente já consegue já mensurar essa receita. Então, isso é uma dificuldade do estado. E a gente vem trabalhando e tem uma perspectiva de se implantar, depois dessa do Valdir mais cinco unidades já com esse selo, com essa certificação. A gente tá construindo a casa do mel também que vai possibilitar esse selo aqui no quilombo do mel. Então a gente vai avançando nesse processo para que a gente possa garantir essa ampliação. Porque a gente precisa hoje fomentar isso no estado. A polpa de fruta a gente já tem hoje uma indústria aqui conhecida que é o Jacira. Só que tem uma dificuldade, a dona Jacira tem uma dificuldade de produção, ela precisa ter uma oferta maior de produto para que ela possa ampliar seu parque industrial, que possamos criar a sua oferta de produto, porque vem coisa de fora. Se formos verificar a farinha, vem muita farinha de fora. A gente fica impressionado que quando você vai num porto, vai ver muito produto agrícola vindo da região aqui da Baixa Amazonas, que vem do limão até da hortaliça, vem de tudo.

PATRICIA - Então, nesse caso a feira do produtor em Santana, você está me dizendo que pode estar vindo gente das ilhas do Pará.?

E004 - Não, eu estou dizendo o seguinte: que as nossas feiras são produtores nossos. Mas estou dizendo que, hoje a oferta de produtos nossos, o que a gente produz não é suficiente para atender a nossa demanda. Então assim, se você for olhar dentro do supermercado tem a parte de hortaliça, não conseguimos que o nosso produtor tenha periodicidade, toda semana entregando para o supermercado. Então o empresário do supermercado não quer comprar

do nosso produtor porque ele vai falhar. Aí ele vai e compra do cara lá de fora. Então a farinha não há uma padronização, eu não consigo um cerealista que compre a farinha do nosso produtor. Então isso é um gargalo que a gente precisa avançar e resolver. Porque assim não adianta a gente investir na produção pelo segundo ano consecutivo, vai investir agora no terceiro ano, se a gente não trabalhar a industrialização. Porque sempre o produtor fica ali como único local de venda sendo a feira do produtor e não é essa a nossa intenção. A gente quer que ele consiga vender pro PAA, vender pro PNAE e que ele entre no supermercado. A gente precisa avançar nesse processo, porque quanto mais alternativa de venda, maior a receita dele. Imagina você, você vem de longe, vamos supor que venha da Pedra Branca, lá do Tucano, Sete ilhas, você vem, traz a sua produção. Chega na feira, você não consegue vender pelo preço normal ou o produtor vai voltar com aquele produto ou vai praticamente vender a um preço mais baixo, entendeu? Por exemplo, tal produto custa hoje num supermercado nove reais e não se consegue vender, tem uma sobra, eu vou vender a dois, três na feira, ou seja, pra não retornar com o produto. Se a gente conseguir que eles se organizem de uma forma que a gente possa ofertar esse produto para esses centros com periodicidade será possível melhorar esse processo. Por isso que a gente investiu pesado na questão da fruticultura na região do Centro-Oeste, para que o nosso produtor no período de verão, não sofra com ausência e tenha alternativa de produção para que ele possa produzir os doze meses. Com essa periodicidade sempre haverá produto a oferecer.

PATRICIA - Vocês teriam um mapa, justamente com essa divisão de regiões que vocês fazem, que demonstrasse esse planejamento estratégico, ou seja, esse viés que vocês vêm trazendo, dessa nova ação?

E004 - Sim, sim, a gente conseguiria até passar, não consigo passar pra vocês hoje. Mas assim, a gente dividiu o estado, os dezesseis municípios em áreas. A região do Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene, a região de Macapá entendemos como polo produtor de farinha e a farinha é o carro chefe. E a gente tem aqui em Macapá farinha e a hortaliça. Aí a gente entendeu a região centro-oeste que é Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca, Serra do Navio, que são esses quatro municípios, como um polo produtor de fruticultura. Então, foi traçado ali que é preciso fomentar o abacaxi, a banana, o mamão, a pitaya, precisa fomentar o próprio açaí e o cacau nesta região. Então, a gente vem trabalhando essa política. Cutias e Itaúbal também entram nesse pólo da farinha. Então assim, a gente começou a dividir o estado em regiões. A região sul do estado que é Laranjal, Vitória e a gente considera Mazagão nessa região também. Está sendo fomentado a questão do açaí e a questão da recria de camarão. Que era uma demanda que a gente via como grande potencial de produtos. Por exemplo, o açaí tem um valor de mercado bom e o camarão também e a gente precisava fomentar essa atividade. O açaí tem um período de oferta de produto. Atualmente estamos trabalhando o manejo, devido a necessidade de a gente orientar o produtor para que ele possa fazer uma prática de manejo mais adequada e dentro da área tirar um maior rendimento daquele espaço, ou seja, ter uma produtividade maior. Mas num próximo evento, num próximo estágio, a gente vai precisar começar a trabalhar o açaí irrigado. Porque aí no período de entressafra a gente consegue ter uma oferta de açaí. O camarão a gente já pensa na possibilidade de produção da larva. Porque num período que a gente consegue de seis meses a gente consegue ter uma oferta de camarão, sendo assim a gente consegue que o agricultor pegue a larva, coloque na gaiola, e faça essa engorda dele e comercialize. Só que tem um período que ele já não encontra, que é o período do verão. Então assim, temos essa dificuldade e o camarão já fica escasso no mercado. Qual era a nossa intenção? Era que a gente começasse a produzir mini laboratórios. A gente identifica essas comunidades e coloca tanques. Onde a gente teria essa produção dessa larva e aí a gente conseguiria ter que o agricultor pudesse produzir os doze meses. Que ele tiraria lá esse produto e faria, engorda e teria durante doze meses a comercialização à venda. Então assim, são atividades que a gente vem pensando, vem planejando. Para que a gente possa garantir renda e garantir de certa forma uma oferta de alimento o ano todo. Eu vejo que isso foi uma grande sacada que o secretário teve, a equipe teve, pois a gente sempre trabalhou muito a questão da mandiocultura. Pra mim, quando cheguei no estado de 2012, o programa era pra mandiocultura. Só que imagina, regiões que eram produtoras de fruta, os produtores deveriam ser forçados a trabalhar com a mandioca? Regiões que eram produtoras de açaí, eu forçar o produtor a trabalhar com mandioca? Não era a vocação do produtor, ele não entende dessa área, ele não tem a expertise. E aí muitas vezes era investido um recurso que não dava resultado. Então hoje tem a possibilidade de a gente atender o produtor com o que de fato ele está acostumado a trabalhar.

PATRICIA - Que é potencial, o solo dele, da região dele?

E004 - Isso. Claro que tem muita coisa a se melhorar. O estado precisa investir, precisa trabalhar até essa questão da capacitação não só do técnico, mas também do produtor. O produtor precisa ter esse norte de outros horizontes, de como funciona, de se adaptar e procurar melhorias. Além disso, entender que aquela área dele é um negócio. A gente brinca aqui, eu e mais uma colega que a gente tem o hábito de ir na propriedade, e brincamos que às vezes o produtor quer dar alguma coisa pra gente ali. Mas a gente diz: “vocês têm que entender que aqui é o negócio de vocês, vocês não têm que dar nada, vocês têm que vender, tudo que se produzir aqui tem que ser vendido, porque tem um custo.” Então ele tem que ter noção de um mercado e que o excedente dele ele tem que negociar, ele tem que entender que aquilo ali é o negócio e tudo que ele se produz ali ele tem que aproveitar. Então isso é um isso é algo

que a gente vem trabalhando. Como eu falo pra vocês conforme a gente vai avançando, vão surgindo demandas e hoje a gente vem trabalhando para melhorar, mas a gente sabe que num ano a gente não vai resolver todos os problemas. Quando a gente entrar agora com esse processo de industrialização, é um processo complicado. Eu preciso garantir que aquela comunidade ele tenha um associativismo, cooperativismo muito forte porque se eu entregar e construir um prédio lá e eles não forem organizados o suficiente e ficar abandonado, vai chegar uma hora que no início todo mundo vai utilizar, vai chegar uma hora que por questão de briga, por questão de atrito eles vão se afastando e eu vou ter um prédio ali que sem uso, sem aproveitar o potencial dessa área. Então é assim que vamos tentar começar a trabalhar dentro desse próximo programa: essa incubação, que a gente contrate um profissional que comece a organizar a comunidade, que dê uma noção de mercado, de rótulo pra ele, pra que a gente comece a ter esse produto com uma identidade geográfica. Por exemplo, a que a gente fala pra eles que tem a farinha do Pacuí e seria bom comprar tal farinha. Seria o processo das cooperativas. Isso tem que começar porque existem as associações. A gente atende através do PPI e do Amapá Cacau as associações. Só que a gente precisa ligar as regiões. Por exemplo, o cacau a gente sempre diz ah: uma coisa é a senhora individual vender o cacau. Outra coisa é eu tenho um grupo de cinquenta produtores negociando o cacau. Eu posso trabalhar isso que esse grupo negocia o cacau na bolsa de valores porque o cacau é um produto cotado em dólar. Entendeu? O Pará faz desse jeito. Então assim, invés de vender individualmente, eu tenho um grupo trabalhando e vendendo. Então esse é um desafio. Durante a execução desses anos, a gente tem erros que é natural, tem locais que a gente não tem sucesso, a gente teve dificuldade, mas tem muitos locais que a gente já obtém bons resultados, então a gente precisa agora garantir a manutenção desses resultados e precisa avançar numa etapa que é a industrialização.

PATRICIA - Neste caso, você que está fazendo parte do grupo de transição. Está havendo troca de governo justamente neste momento e a perspectiva é ter um trabalho do novo Governador, o novo gestor que tá assumindo, esse trabalho do ano que vem é de visualizar a SDR com esse planejamento estratégico, com essa responsabilidade?

E004 - É o que a gente observa pelo menos assim em discurso. Estamos observando que está sendo o primeiro ano da história do Amapá que estamos tendo uma transição da forma que está sendo feita. Primeiro, porque se tem um tempo, a gente tá conversando sobre a transição praticamente em meados de outubro. Eu tenho de outubro a dezembro para que se trabalhe essas informações e que a equipe que vá assumir as secretarias possa ter informações suficientes para que o serviço não pare, principalmente quando a gente fala na agricultura. O PPI e o Amapá Cacau vão estar em execução, a gente vai ter áreas de plantio, de fruticultura, a gente vai ter a área de plantio de mandioca, que a gente talvez não consiga concluir o plantio em dezembro. Então assim, o gestor que vai entrar, vai precisar manter essas atividades porque imagina: você e eu mecanizamos a área, preparei e eu não garanti condições para que o produtor plante, eu não ofereci a semente, eu não ofereci o adubo para que ele plante... Adianta o trabalho que eu fiz lá, vai perder. Pois eu não vou atingir o meu objetivo, de implantar lá quinhentas hectares de mão de obra. Então assim, a gente vem trabalhando isso, eu e a equipe de transição e vai começar a fazer as reuniões pra que já comece a verificar o que as secretarias estão executando. Eu imagino que o novo Governador vai avaliar dentro do programa dele de governo se é viável a continuidade ou não. Vai depender então para que a SDR possa continuar com toda essa demanda que ela vem trabalhando, para ter esse resultado futuro, ainda vai depender da decisão do novo governador. Vou dar um exemplo para você: Se a gente for olhar no programa de governo do Clécio, era bem claro que ele falava que iria criar a secretaria de pesca. Se você cria a secretaria de pesca eu tenho atividades aqui relacionadas ao camarão não deixa de ser uma atividade de pesca. Eu tenho a piscicultura também que são as escavações de tanque, não deixaria de ser uma atividade dessa secretaria. Talvez a atividade não fique aqui na SDR mas ela migre para outra secretaria. Então, tudo isso vai ser discutido. Porque imagina, eu crio uma estrutura, eu preciso dar aquela estrutura de fato a competência dela. Então, isso é um ponto, foi uma das promessas de campanha dele. Então eu imagino que ele deva criar a secretaria de pesca e as atividades voltadas para essa área que sejam transferidas.

PATRICIA - Isso não significa que vai parar o programa?

E004 - Não vai parar. Eu imagino que o programa não vai parar porque tem a garantia do orçamento. Pois, já tem pactuado para o orçamento do próximo ano sessenta milhões. Então eu imagino que o programa vá continuar. Talvez tenha adaptações e isso é natural. Eu estou aqui desde 2012, mas eu posso garantir pra você, eu acho que vai ser um orçamento histórico da secretaria. Durante toda a sua existência vai ser o maior valor. Porque a gente inicia com 60 milhões. Viemos de 2021 com um aporte na faixa de uns 25-26 milhões, esse ano a gente já está na faixa mais ou menos de 60-70 milhões, mas a gente vem executando a forma de suplementação. Neste ano (2023) que a gente sai mesmo, iniciou o primeiro de janeiro eu já tenho ali sessenta milhões do FRAP e eu tenho na UG da SDR onze milhões, então eu iniciei com setenta e poucos milhões que nos anos passados a gente iniciava com quinze, dezesseis. Então assim, você tem um olhar para secretaria diferenciada, eu vejo que a equipe de transição, o próximo governador, ele vai dar uma atenção diferenciada, porque você vai ter uma secretaria com um orçamento alto. Sendo assim, precisa de ações. Quando eu voltei pra secretaria, eu vim da SEINF, e o orçamento era pequenininho. Aí em

março a gente ia começar a pedir suplementação. Então aqui na secretaria ela tinha uma situação diferente. Por mais que a gente achasse que era que era pouco doze milhões, quinze milhões, só que quando chegava lá no final do ano a gente não gastava nem quatro, nem cinco. Porque só se fazia escoamento da produção e manutenção das feiras. Então, sempre sobrava dinheiro. Aí o que era verificado: o que estava no planejamento se ele eu boto quinze (milhões) lá, eles não gastam. Eu vou botar onze (milhões), e assim foi diminuindo.

PATRÍCIA - E essa falta de ação? Tu achas que é importante aqui pela tua experiência aqui?

E004 - Eu vou ser bastante honesto com você. Aqui a gente tem alguns servidores e esse é praticamente como se fosse um time de futebol. Eles são mais ou menos um meio-campo do time. É o cara que faz as jogadas, que organizam e as atividades. E essas pessoas ficaram um pouco afastadas. O Gazel (secretário) fez um resgate de algumas pessoas e essas pessoas eram as pessoas que praticavam as ações, os problemas passam pela habilidade dessas pessoas de elaborar, de escrever, de redigir as ações.

PATRÍCIA - Então a cada mudança de gestão de secretário tem uma reestruturação e isso pode prejudicar as ações?

E004 - Isso. Porque isso é natural, você entra numa secretaria, você tem aquelas pessoas que você entende que são de confiança absurda. Então assim, é natural que por exemplo, como eu falei, eu fiquei afastado um tempo da secretaria, teve outras pessoas também que ficaram afastadas, então assim é essa organização da equipe que colabora muito para dinâmica da secretaria. Então o que que a gente percebe é que talvez tenha sido a habilidade que os outros gestores não tiveram. Eu vejo sempre em locais de governo e não sei se vocês são funcionárias públicas, mas a gente tem que entender o seguinte: eu já fui gestor e a gente sempre diz que tem locais dentro da secretaria que são estratégicos. Ou seja, eu não posso jamais deixar ser ocupado por uma pessoa que tenha só um cunho político, que a gente brinca que seja um bandeirante, mas tem que ser um cargo técnico, tem que ser um cara técnico mesmo, então assim nesses anos alguns espaços eles foram ocupados por pessoas que talvez não tivessem esse conhecimento, aquele para executar as atividades relacionadas a esse espaço. Eu vou dar um exemplo, ADINS, é um local que tem que ser uma pessoa com conhecimento técnico porque a ADINS discute orçamento, a ADINS discute planejamento da Secretaria.

PATRÍCIA - É essa é a visão do secretário atual?

E004 - Isso. Então assim, ele conseguiu no início a gente talvez não tinha todos esses espaços, mas no decorrer do período a gente foi passando a organizar. Então hoje a gente tem dentro de alguns setores, a gente tem cargos ocupados por pessoas que são técnicas.

CÓD.: E005

PATRÍCIA - Nós vamos iniciar a entrevista com a coordenadoria de economia rural aqui da SDR. Você pode se apresentar, falar um pouco da sua gestão. Antes eu gostaria de pedir a sua permissão, solicito sua autorização no termo de consentimento, livre e esclarecimento para a entrevista e a gravação, você concorda?

E005 - Concordo. OK.

PATRÍCIA - Bem, uma pergunta seria: No caso da coordenadoria da economia rural, e de acordo com o organograma da SDR, a CER é uma sigla de deste setor e compete coordenar, controlar e avaliar as políticas de desenvolvimento rural, projetos estratégicos, sistematizar e difundir as informações elaboradas. Nesse contexto, da gestão da CER, quais são as políticas de desenvolvimento rural pela SDR?

Como é realizado a avaliação das políticas de desenvolvimento rural e controle por vocês, os principais projetos estratégicos elaborados nos últimos sete anos para o fortalecimento da agricultura familiar, que é beneficiada do programa de comercialização, e comercialização da produção agrícola. Você pode fazer um apanhado geral, depois você seleciona o que interessa pra você, tá bom?

E005 - Eu sou economista. Sou concursado aqui desde 2009, como economista e estou na gestão como coordenador há um ano e antes disso eu passei dois anos como gerente de monitoramento.

PATRÍCIA - Qual setor?

E005 - Daqui, sempre fui funcionário da CER. Nossa política principal aqui é a aquisição de equipamentos, para os municípios e para assistência técnica, no caso, nós fazemos projetos juntamente com o RURAP que é um braço

dentro da estrutura, né? E de dois mil e quinze pra cá nós adquirimos bastante equipamentos, a gente não faz a política no campo, a gente adquire os equipamentos e repassa para as prefeituras.

PATRÍCIA - Que tipo de equipamentos?

E005 - Olha, a maioria que nós adquirimos nesse período foi em torno de 15 tratores com seus implementos, arado, roçadeira, perfurador, no sentido assim de repassar para as prefeituras. E adquirimos também nesse período de quarenta e cinco caminhões, que também seria o produto do escoamento da produção. Eles foram repartidos entre os 16 municípios, no mínimo cada município foi entregue dois nós.

PATRÍCIA - Esses caminhões são próprios da SDR e não são terceirizados?

E005 - É, foi um convênio que nós executamos com o Governo Federal, na época o ministério do MDSA, depois mudou para o ministério das cidades e só com esse convênio específico nós adquirimos trinta e seis caminhões, 18 de 12 toneladas e 18 de 8 toneladas que são os de pequeno porte. E todos já foram repassados para os municípios, nós ficamos com um caminhão para a secretaria, para dar suporte e dois caminhões para o RURAP. Nós equipamos também a secretaria aqui com um desses convênios para dar assistência ao monitoramento que é um papel nosso, o monitoramento desses bens federais, o que está sendo produzido, qual é as condições do mesmo e esse município tem obrigação de enviar pra gente, trimestralmente, um relatório de utilização do bem. Todos os convênios foram feitos através do termo cessão de uso e que verificou de 2015 pra cá, que praticamente, não tem mais 30% desse bem em uso. Geralmente as prefeituras não possuem recurso para fazer a manutenção e eles abandonam o bem e esse monitoramento é feito semestralmente pela gente. Então o nosso relatório dos últimos seis meses detectou isso.

PATRÍCIA - Você pode depois fornecer pra gente os relatórios?

E005 - É assim um relatório nosso, os relatórios dos municípios não estão sendo enviados com a exceção do município de Laranjal do Jari e Vitória do Jari que encaminhou, os demais nenhum manda relatório pra gente. Aí essa gerência de monitoramento é pra isso, inclusive.

PATRÍCIA - Não tem controle da depreciação, no caso...

E005 - Tem, no entanto, a gente notifica e não tem um retorno. Como é final agora de gestão vai ter uma posição mais drástica com esse município. Vamos pegar esse último relatório que estamos finalizando dos dezesseis municípios e a gente vai mandar pra nossa PGE pra ver se ela toma providência junto ao Ministério Público Federal pra penalizar porque são recursos federais. E no termo cessão de uso é bem claro: vai ceder os bens, caso o município não queira mais o bem, tem que devolver em boas condições de uso, lógico que tem a depreciação, mas o que se está observando não é isso. Tem caminhão que tá sem os quatro pneus, sem motor, sem nada. Então o que está acontecendo é grave. que tá acontecendo aí. Essa é uma gerência de monitoramento, eu trabalho com três gerências. Monitoramento, estatística e projetos.

PATRÍCIA - A de estatística seria o quê?

E005 - A estatística seria pra fazer o levantamento justamente desses bens antes de entregar os equipamentos, pois são muitos tratores. Tem um projeto da casa de farinha também. Então a gente quer saber o que é antes e o que é depois.

Saber o que aconteceu, se teve essa melhoria, mas só fazemos dos bens federais devido essa falta de retorno desses relatórios a gente não tem relatório nenhum de estatística, ou seja, nenhum dado estatístico sobre a utilização ou o que evoluiu na vida do agricultor, etc. Agora tem um projeto que foi desenvolvido há dois anos atrás, mas não é da minha gerência e nós não fomos envolvidos no projeto que é o PPI.

PATRÍCIA - O que seria esse PPI?

E005 - O PPI é o programa de produção integrada que é coordenado pela CODER que é o Haroldo. E lá eles financiam, um exemplo a mandiocultura. A mandiocultura, vamos financiar vinte associações e dessas vinte associações vai ter vinte cooperados, então mais ou menos vai dar quatrocentas pessoas um exemplo só de mandiocultura.

PATRÍCIA - Isso era pra ter sido era pra ser feito aqui com vocês?

E005 - Teoricamente deveria ter envolvido as três coordenações.

PATRICIA - Esse recurso é estadual ou federal?

E005 - É estadual, é através do FRAP. O PPI. O PPI é o FRAP, recurso específico do FRAP. Como as, eles botaram assim na cabeça que deveria ser verba estadual e a gente na cabeça deles já trabalha com projetos federais eles ficam meio fora do sistema. Mas a gerência de estatística seria aqui conosco, mas no entendimento das outras coordenações, nós não participamos do processo do PPI.

PATRICIA - Então vocês só têm esses dois né?

E005 - Não. Tem os três: gerência de monitoramento que foi a primeira que eu falei pra você que seria junto com a de projetos. A de projetos é o seguinte, é ver as emendas ou demanda voluntária do sistema no SIGOV, aí nós temos um técnico, seu Mário, que é o gerente de elaboração de projetos e a gente coloca junto a equipe toda. Na verdade, a gente trabalha aqui unidos, as três gerências como a demanda é pouca na estatística e monitoramento que é de seis em seis meses, nós juntamos as três gerências, a coordenação e os técnicos praticamente envolvidos em elaborar um projeto, geralmente demanda voluntária que de 2014 a 2017 houve demanda. Em 2017 só tivemos um em torno desses quatro anos, captando em torno de vinte e um milhões.

PATRICIA - As emendas parlamentares?

E005 - A emenda parlamentar e voluntárias. Verbas federais. Que foi por todos esses equipamentos. Essa relação eu consigo passar se você quiser os dados gerais e quantos convênios forma, a gente tem esse os dados aqui. O montante desses anos, de 2015 pra cá tudo que foi captado, tudo que foi gasto. Que foi adquirido, todos os bens. Aí de 2018-2019 não houve captação de recurso, pouco se disponibilizou de verbas para voluntários, que era o nosso carro chefe, a gente precisava de emendas parlamentares. E a emenda parlamentar também não foi disponibilizada nenhuma, praticamente em 2018 a 2022 só foi para executar o que foi captado antes. Pois foi como falei, o maior projeto nosso foi da modernização das feiras com a logística, foi outros caminhões, botamos balanças, botamos basqueta em todas as feiras dos dezesseis município, entendeu? Botamos quatro voadeiras para fazer o monitoramento.

PATRICIA - Então não são essas feiras aqui da capital?

E005 - Não. Essa estruturação é das feiras dos interiores.

Aqui da capital nós repassamos os bens de Macapá para RURAP. É a Feira do PAA todos os municípios da feira do PAA, que acontece nos 16 municípios paralela a feira que já existe em cada município, por exemplo em Porto Grande tem feira municipal que acontece de 15 em 15 dias, mas quem estruturou as feiras foi a gente, com o apoio do RURAP e municípios. Os caminhões foram pro município, veio dar apoio a Rurap e a gente ficou um projeto integrado.

PATRICIA - Então esse apoio que a SDR dá pros municípios, nesse caso, não é nem pra a feira da da Tecnoagro é uma feira específica do município?

E005 - Isso, nem as feiras locais dos municípios, que tem aquelas feiras diárias, não, não é essa. É uma feira do PAA. (Pausa para atender telefone) - Vamos lá. Pegar o raciocínio de novo aqui. Além disso, nós estruturamos com esse convênio, a secretaria também. Nós adquirimos para essas feiras, quarenta computadores desse projeto. Ficou aqui na secretaria dez computadores, os demais foram para o RURAP.

Então, todas as feiras era pra ter um computador, impressora. Nós estruturamos também as feiras do PAA, porque tudo que vem pra esse convênio, são recursos para estruturar as feiras do PAA. Só que a feira acontece de 15 em 15 dias, sendo assim o equipamento vai ficar obsoleto, os caminhões. Então, autorizamos também eles fazerem as feiras municipais, mas o carro-chefe seria para o PAA. Mas damos suporte às outras feiras.

PATRICIA - Ah entendi. É um convênio com o município, né? Com os municípios.

E005 - É. Entra nessa parte também de assistência técnica que seria RURAP, nós repassamos para eles em torno de doze veículos que seria pros escritórios regionais, e assim, dar o apoio pro agricultor. Mas nós observamos também, que tivemos uma fiscalização agora semana passada, que tem cinco veículos abandonados, sem condições de recuperação, praticamente o veículo mesmo com cinco anos de uso já foram abandonados. Através do termo de cessão vão ser responsabilizados também.

PATRICIA - Essas regionais que você fala são aquelas que já estão pela RURAP?

E005 - Pelo RURAP.

PATRICIA - Tá. Ah SDR não têm regionais não, né?

E005 - Não. Tínhamos eu acho que em 2016-2017. Hoje nós temos cinco, eram dezesseis, hoje são cinco, colocamos um em cada região, território sul, norte, centro-oeste, temos um representante.

PATRICIA - Que são aqueles regionais que o Haroldo coordena, não é?

E005 - Isso, ele tem os regionais dele. De projetos futuros não sei se interessa pra vocês, pois na verdade a SDR era uma vitrine do programa de escoamento de produção. Nós tínhamos 44 caminhões alugados, então até 2017, 90% do orçamento era só para pagar o transporte do escoamento de produção. Eram vários carros alugados, hoje em dia devem ser uns 20 ainda. Só que o orçamento de 2015 era muito limitado, tipo assim: 8 milhões e 7 eram só pra pagar caminhões. Quando chegamos em 2021-2022 o nosso orçamento bombou, o que antes eram 8 milhões, foi para cerca de 21 milhões, mas eu não tenho esses dados precisos, mas gira em torno desses valores. E de acordo com o que é discutido, os valores serão ainda maiores. Temos um contato de que os deputados querem colocar aqui um orçamento em torno de 60 milhões de reais para investir na agricultura familiar. Até o Fábio vai dar uma palestra sobre esses dados, hoje em dia é o PPI que comanda. É o PPI que vai tá fazendo diferença, a gente quer tentar resgatar que a CER também, que é a questão de projetos. A gente tem feito aqui no computador, aqui pela equipe da CER, quando abre o período de seleção a gente participa, mas não são nem analisados pelo governo Federal, porque tem que ter um padrinho. Mas nós postamos, a secretaria posta todos os projetos, em torno de doze milhões, de seis em seis meses tô postando aqui.

PATRICIA - No relatório de gestão nós vimos a dotação. E o que a gente percebe é que o valor de dotação é alto e o valor de execução é muito baixo, em relação a dotação. É como se tivesse valor valores a ser utilizado, porém o que a gente entendeu em algum momento é que não teriam projetos ou é falta de execução dos projetos...

E005 - Não. Os nossos projetos aqui da CER estão 100%, os projetos federais estão todos OK. O que eu não estou participando é a questão lá que tem muito orçamento, mas pelo que eu entendi, o que a gente vê em reuniões com o secretário e com os coordenadores é que foi disponibilizado realmente muito orçamento, mas não é dentro da secretaria, é para o FRAP. Tem gente que diz os valores em torno de setenta milhões, mas isso foi executado 2012-2012, aí eu não sei. Quem poderia dizer melhor seria o Fábio que era chefe de coordenava as três condenações ou o Haroldo, que o Haroldo, porque todas essas políticas do PPI são com ele. As feiras são com o Peba e a gente que seriam os projetos, a gente está só executando o que foi captado lá atrás.

PATRÍCIA - Os projetos federais?

E005 - Os federais, a gente não executa projeto estadual. Agora quando as prefeituras vêm aqui conosco, foi o caso de Vitória do Jari, a gente se coloca à disposição. A gente tem projeto para trator, caminhão, placa solar, piscicultura, pirarucu que está inserido na piscicultura, nós temos vários projetos vocês (se referindo às prefeituras) e as prefeituras podem pedir pro seu deputado ou seu senador botar lá uma emenda carimbada que seria no caso pra Vitória, piscicultura, cinco milhões e a gente como secretaria faria o projeto e dava assistência técnica da RURAP, licitava através da PGE, fazia tudo por aqui, mas carimbado pra lá. Porque estamos tentando captar recursos nessa linha, ou seja, se colocar à disposição das prefeituras. O que eu observei, pois eu trabalhei há mais de vinte anos na prefeitura, que as prefeituras não têm corpo técnico. O que parece é que estão fazendo muita consultoria e tal, mas mesmo assim as prefeituras estão muito inadimplentes e por isso não conseguem fazer convênio. E o Governo do Estado não, o Governo do Estado sempre teve aqui através de uma liminar, todo tempo tá limpo. Então se as prefeituras colocassem pra gente, a gente conseguiria fazer esse, esse, esse retorno pra ela lá.

PATRÍCIA - Entendi. Então boa parte dos projetos não são executados porque tem esse convênio, depende das prefeituras pedir e demonstrar essa demanda?

E005 - Não, não, não seria bem assim. As prefeituras tem também os seus corpos, eu trabalhei quando eu cheguei no estado em 1996, cheguei em Porto Grande, trabalhei oito anos lá, eu trabalhava com projeto, contabilidade, fica tudo lá dentro da prefeitura. E o que a gente observou nesse período lá é que a Prefeitura não tem engenheiro, ela não tem estatístico, engenharia sanitária e assim, a gente tinha que recorrer, contratar consultoria fora e buscar pessoas para fazer os projetos, por exemplo: projeto para fazer bloquete. Aí fazia tudinho na hora de fazer o convênio, não tinha certidão, o INSS não tem, era aquela dificuldade. Aqui na secretaria a gente já tá tentando fugir da normalidade ao oferecer o nosso corpo técnico de graça mesmo, pois assim eles podem recorrer à SDR e

a gente faz o projeto que a gente tem todo corpo técnico pra isso. Temos engenheiro, agrônomo, veterinário, enfim aí só que não está tendo essa demanda dos municípios. É a gente está aqui pra isso e até porque o governo do estado tem a Secretaria da Cidade né? Que lá também é só trazer projeto também. Enfim, na área de agricultura é isso.

PATRICIA - O agricultor familiar seria isso, né?

E005 - É, agricultura familiar é isso. Desenvolvimento rural.

---

CÓD.: E006

PATRICIA - A entrevista a seguir será com o coordenador de agronegócio. Gostaríamos de agradecer a oportunidade da entrevista. Ao final da entrevista você vai assinar o termo de consentimento livre e esclarecido, que é uma obrigatoriedade do pesquisador. Nesse termo você está respaldado quanto ao anonimato, e as informações que vão ser divulgadas. Vou iniciar com as perguntas que são pertinentes a pesquisa, certo? A primeira pergunta seria, de acordo com o organograma da SDR à Coagro compete planejar, coordenar, acompanhar as atividades e ações de promoção do escoamento, comercialização, abastecimento, informação de mercado dos produtos e do setor produtivo. No planejamento dessas atividades e ações, são levantadas as necessidades dos agricultores, né? Digamos assim, quando é feito, digamos, todas essas atividades para operacionalizar é feito um planejamento, né? E isso é feito com base em informações já pré-estabelecidas, da coordenadoria ou de um conselho? É ouvido o agricultor? Nesse caso, você poderia explicar como se desenvolvem essas atividades?

E006 - O papel da Coagro é cuidar da parte de logística de produção, escoamento da produção, do abastecimento e dar o suporte para que o agricultor possa comercializar seus produtos dentro de um ambiente favorável, e que esteja ali recebendo as orientações técnicas, as orientações de escoamento, de manuseio com seus produtos e assim após o trabalho. Também à manutenção de todas as nossas feiras, fazendo com que o produtor se sinta inserido dentro do processo de produção dentro do estado.

PATRICIA - Nesse processo, digamos, há essa conectividade com o agricultor na hora de fazer essas atividades?

E006 - Sim. Na verdade, na verdade nós temos estudos e técnicos que norteiam, dentro da cadeia produtiva de cada região, para que a gente possa trabalhar, por exemplo: mandiocultura, ou seja, de cada segmento dentro do do setor produtivo e a Coagro ela faz esse acompanhamento junto aos produtores nas áreas específicas de cada um para que a gente consiga avançar e não haja perda de tempo ao se fazer muitos estudos, então fazemos as visitas técnicas e o levantamento da capacidade de produção. Agora mesmo estamos trabalhando, com um grupo, a questão da certificação das casas de farinha. Acho que no Amapá não tinha nenhuma casa de farinha certificada. Então hoje a gente já começou com trabalho e a gente já certificou uma casa de farinha que é lá no Tracajatuba II, onde essa casa recebeu o certificado, o título de certificação. Com essa certificação o produtor vai poder comercializar os seus produtos com uma qualidade melhor, vai poder escoar essa produção, inclusive para outros estados. Vai receber a garantia do selo Amapá, que vai dar mais um respaldo e uma garantia para o consumidor, para o comerciante e vindo através disso outras certificações. Dia 19-20/12/2021 a gente vai fazer uma inauguração lá no Tracajatuba pra fazer entrega de uma casa de farinha toda mecanizada. E a procura tá sendo grande, as pessoas estão vendo acontecer. A gente tá com um processo do PPI que é o projeto de produção integrada para trabalhar todas essas cadeias produtivas com isso aumentar a produção dentro do estado. Nesse caso, o papel da Coagro é fazer com que essa produção seja escoada, fazendo o trabalho de logística, de trazer a produção do campo pra cidade pra que possa ser comercializado e assim, ser oferecido à população.

PATRICIA - Então é nesse caso do agricultor já certificado, ele vai continuar tendo esse apoio do escoamento e a comercialização não só na feira, como é certificada vai atender outras demandas de mercado, supermercado, é isso?

E006 - Sim, até mesmo aqui pras Guianas, né?

PATRICIA – Ah dá essa possibilidade de exportar...

E006 - Sim, dá essa possibilidade, essa dessa garantia para o consumidor de ter um produto de qualidade.

PATRÍCIA – E esse projeto iniciou quando?

E006 - Na verdade o projeto do PPI que é o projeto de produção integrada ele já vem acontecendo há alguns anos. Por conta da questão econômica, dá uma parada, depois volta com uma outra formatação. E de 2021 pra cá ele veio fortalecido por conta do investimento do Governo do Estado, do governador, pra que o setor primário ele desse realmente um salto de produção e pudesse garantir à população produto de qualidade e assim, ter continuidade, não parar.

PATRÍCIA – Aqui diz que vocês fazem um estudo de mercado, levantam informação sobre o mercado.

E006 - Sim, sim. A gente faz o acompanhamento.

PATRÍCIA – O mercado local?

E006 - Sim, o mercado local. É mais um mercado local. Quando o produtor vem, com a sua produção, nós temos os técnicos da secretaria que fazem o acompanhamento dentro das feiras. Ele recebe esses produtores, eles mapeiam todos os produtos e aí nessa planilha eles vão acrescentando os dados necessário que é questão de preço, de comercialização. Atacado, varejo e as entregas, o quantitativo de cada produto. Esse levantamento é total, de tudo que é produzido e comercializado dentro do estado.

PATRÍCIA – Em termos de gestão da equipe hoje que está sob a tua coordenação, como é que ela tá dividida?

E006 - Na verdade, hoje nós temos cinco feiras dentro do estado. A feira do pescado que fica no Igarapé das Mulheres, Perpétuo Socorro, lá é comercializada a parte de pescado, hortifrúti. E nós temos uma equipe com um chefe de feira, da unidade de feira e o restante são técnicos, para que eles possam dar atenção e os cuidados necessário com o nosso empreendedor. Eles não produzem, eles comercializam. Aí a gente tem a Feira de Santana, a Feira do Produtor Rural de Santana que são realmente produtores rurais, comercializam, mas também produzem. Temos também uma equipe lá com uma chefe de unidade de feira. Nós temos a Feira do Buritizal, temos a feira do Jardim. Além disso, a gente tem uma feira que é a feira do Pacoval, em virtude de pedidos constantes que a gente passasse a administração da feira para uma associação deles. Eles achavam que com a associação eles poderiam administrar a feira com uma autonomia mais rápida, mais célere do que acontece no setor público. O setor público às vezes tem dificuldade de processo, toda uma burocracia e lá eles solicitaram em virtude disso, que a gente conseguisse resolver as coisas com muito mais rapidez. Tem os associados as contribuições e assim foi feita uma permissão de uso para que eles utilizassem o espaço. Nós temos também uma feira lá no Amapá, inclusive a gente está indo fazer agora dia 30/11 até o dia 04/12 na feira de exposição de produtores e são essas feiras que nós temos sob a responsabilidade da COAGRO. Que é fazer com que a gente possa escoar toda essa produção e comercializar.

PATRÍCIA - Então essa feira do Pacoval, praticamente virou uma cooperativa, né?

E006 - É. Uma associação e não está sob a nossa administração, eles têm documento formalizando isso, recebendo a feira para que eles possam ali fazer a gestão, da necessidade deles.

PATRÍCIA - Eu posso ter acesso, por exemplo, a esse documento que é feito com o agricultor, pra contato, pra informar sobre a produção dele, a dificuldade dele no processo?

E006 - Nós temos um mapa, nesse mapa técnico dentro das feiras eles anotam quando o produtor chega, todos os produtos ali.

PATRÍCIA - Você pode tá tirando o modelo dele?

E006 - Só um minutinho, vou pedir pro xxx [analista]. Nós temos um formulário. Antes, esses formulários vinham pra cá pra dentro da COAGRO e aqui se fazia a digitação. Hoje nós temos uma pessoa aqui dentro da feira, ela pega os mapas e já coloca no sistema todinho. E aí tem uma pessoa que já faz isso e aí facilita, quando ele recebe aqui ele já recebe tudo já com as anotações devidas na identificação de onde é e tudo da feira do Buritizal a gente tem os fixos, as pessoas que participam, o segmento, as comunidades, é mesma coisa que Santana, Jardim, tem toda essa parte da logística para que isso aí funcione de maneira bem tranquila. Então assim, a cooperativa que faz esse trabalho de logística, de trazer, o produtor, ele traz (seus produtos). Quando ele não consegue vender, comercializar toda a sua produção, que resta, o caminhão, ele tem também que levar de volta essa produção quando não for comercializada para que na próxima feira ele possa trazer. No buritizal a gente tem dois dias de feira. Na quinta, na terça e na feira do Jardim terça e quinta. O pescado todos os dias da semana de domingo a domingo. E em Santana a gente tem uma feira dia de segunda-feira. É por conta da produção ser menor, agora com a questão do PPI, do projeto da mandioca vai aumentar a produção e aí a gente já está pensando em colocar mais um dia de comercialização, entendeu? A gente já fez esse trabalho de tentar convencer eles pra que a gente utilize mais o espaço, pra que o espaço não fique ocioso. Eu já fiz reuniões com eles, mas eu senti uma certa resistência. “Não, a gente não tem muita condução para estar trazendo duas vezes e tal. Deixa melhorar e aí a gente vai sinalizar aí”.

PATRÍCIA - Até porque enquanto ele está aqui comercializando, ele poderia estar lá produzindo.

E006 - Sim, também tem essa justificativa. como é que eu vou vim aí se minha produção está lá eu não consigo tomar conta?! Tem alguns produtos que levam alguns dias também pra colher, pra deixar pronto.

PATRÍCIA – Não, não, realmente é um processo. Falastes de uma coisa bem interessante que a feira do o mercado de pescado na realidade o pescador, vamos colocar assim ele vem, traz, ele vende pra já a pessoa que vai comercializar.

E006 - Isso, a gente não chama mais de atravessador, a gente passou a utilizar o empreendedor, ele foi empreendendo. Ele tá comprando para revender. E aí eles não produzem o pescado, é comprado chega dentro do estado.

PATRÍCIA - E a pessoa digamos assim, o agricultor. No caso aí o pescador volta?

E006 - Isso. Só que a gente não tem responsabilidade sobre essas pessoas que trazem isso pra cá. A nossa responsabilidade é dentro da feira do pescado e fazer a manutenção e fazer com que o ambiente seja ali um ambiente saudável pra comercializar os produtos. Ao tratar a questão do resíduo sólido. Do resíduo que todo dia tem que fazer a retirada dos resíduos em tempo real por conta do mau cheiro, a manutenção de limpeza diária.

PATRÍCIA - Essa questão da figura do empreendedor, que antigamente era chamado como você falou de atravessador. Ela acontece nas outras feiras?

E006 - Acontece. Quando eu entrei ano passado a gente tinha um problema muito sério com o pessoal da feira do Buritizal. Buritizal é uma feira com um movimento bem maior. Feira grande e a quantidade de produtores também é grande. Então tinha um pessoal ali na no meio da calçada, no canteiro central que fazia e vendia tudo quanto é tipo de coisa. Ali era uma bagunça. O que que a gente fez? Não sei se a senhora já foi na frente a gente tinha um espaço de três metros antes de entrar dentro da feira, com grade. A gente aproveitou esse espaço pra pegar, porque o Ministério Público veio em cima. Pra aproveitar esse pessoal, pra tirar aquele pessoal ali do canteiro central, que era uma bagunça e colocou eles ali pra dentro. Cada um num espaço, mesmo espaço pra todos que a gente tentou organizar aqui, fazer cobertura, entrada para que eles pudessem ter acesso, porque tinha que pular ou então tinha que roubar, porque só tinham duas entradas aqui no início. E aí a gente tentou dar uma melhorada ali, não deixar eles utilizarem o passeio público na frente da feira acabou aquele pessoal que ficava na fronteira central, né? Apagou e aí junto disso que que nós fizemos? Nós fizemos um termo de permissão de uso pra eles com as penalidades, a responsabilidade. A gente escreveu tudo que era necessário dentro desse termo, para que eles ficassem respaldados. E também não virasse bagunça, porque um vendia pro outro. A gente tem fiscalização, a

gente tem acompanhamento. E aí antes da gente colocar eles ali, que que eu fiz? Eu fiz um curso de manipulação de alimentos, boas práticas e fiz um curso de empreendedorismo.

PATRÍCIA - Quando foi esse?

E006 - Foi ano passado.

PATRÍCIA - Tens o relatório, alguma coisa sobre?

E006 - Nós temos relatório da xxx[analista] e xxx[analista], duas engenheiras de alimentos que é a xxx e xxx que elas que ministraram os cursos.

PATRÍCIA - Eu posso pegar com elas?

E006 - Pode. Na Feira de Santana também foi feito. Então assim, nós os capacitamos para que eles pudessem manusear melhor com os produtos, não ter perda, pra não estragar, entendeu? Pra dar uma visibilidade melhor à sua indústria. O ambiente está saudável também. Nesse início esse trabalho foi feito. Chamei também um rapaz da SETE que era parceiro nosso para dar o curso de empreendedorismo. Como melhorar suas vendas, né? Como jogar e divulgar em sua rede social, usar as redes sociais. Então a gente tem uma preocupação de fazer com que eles não fiquem ali de qualquer jeito e possam se sentir inseridos também. E da mesma forma nós fizemos em Santana e no Jardim. E aí e aí a gente vai avançando conscientizando. Entrou uma nova empresa de manutenção das feiras, que é a CLEAN e melhorou bastante, a gente pode acompanhar o processo de seleção, entendeu? E hoje assim, a gente tem dificuldade? Tem. Mas em relação ao passado já melhorou bastante. E a cada dia a gente vem trabalhando, orientando, fazendo com que os próprios produtores tenham consciência de que ali é o ambiente deles. Eles não podem chegar ali e como muitos, eu ouvia muito “ah não tem um pessoal de limpeza”, tem um pessoal que faz isso agora. Meu amigo, se você vende a sua mandioca, você vai vender, você descarta, descasca, era aquela coisa “linda” (ironia), trazendo roedores. O que que eu fiz? Coloquei alguns tambores lá dentro. Bora manter o nosso ambiente saudável, agradável pra que o consumidor chegue aqui, pô veja, já pensou ver rato andando. Nessas coisas assim que a gente foi trabalhando com eles pra que eles pudessem ter uma noção lá de como comercializar. Receberam o certificado desses cursos e até uma qualificação pra isso.

PATRÍCIA - Sim. Eu acredito que é o desenvolvimento. E é uma forma de trazer também o aspecto de atualização, para que eles participem.

E006 - Outra ação que nós fizemos também, eu fiz um levantamento não só do produtor mas da família das produtoras, para trabalhar a questão da saúde do produtor, exames que as não tem acesso, dificuldade, mora longe para vir à cidade, perde tempo, não é verdade? Então, eu pedi pra fazer um levantamento sobre laqueadura, colocação de DIU, PCCU. E eu quero ver se eu consigo implantar agora esse ano de 2023.

PATRÍCIA - Foi feita essa questão do apoio para, digamos, preventivo da agricultora mulher?

E006 - Foi feita uma entrevista com cada produtora. Para fazer esse levantamento do quantitativo, muitas produtoras precisam fazer o preventivo, precisam fazer uma colocação de DIU. Às vezes é nova, tem vários filhos e tem interesse, quer fazer laqueadura. Então a gente teve essa preocupação também de tá olhando pra eles pra que eles tenham uma saúde, eles precisam de saúde, é essencial, porque eles trabalham no campo com força.

PATRÍCIA - Esse foi o pedido delas?

E006 - Não, foi uma iniciativa nossa de dentro da COAGRO.

PATRÍCIA - E esse trabalho já foi feito alguma vez?

E006 - Eu tenho o levantamento, mas a vontade é que isso seja concretizado em 2023. Eu já fiz uma articulação com algumas pessoas da saúde e eles podem colocar em prática. É uma ação que está para 2023. Agora com essa mudança de governo a gente está aguardando para ver como é que as coisas vão ficar. Tentar colocar em prática. A aceitação foi muito grande.

PATRÍCIA - É um projeto que pode, digamos, solidificar? Nós temos muitas agricultoras mulheres.

E006 - Sim. Tem bastante. É dona de casa, o rendimento vem delas, ela é a principal.

PATRÍCIA - OK, mais alguma coisa que você acha interessante?

E006 - Outra coisa que a gente faz visita técnica também nas comunidades pra ver a questão dos ramais. Eu fiz o trabalho na região do Maruanum. Ele estava há vinte anos, mais de vinte anos sem receber manutenção. Então com isso o produtor tem dificuldade para fazer o escoamento da produção. Entendeu, os ramais fecham e o caminhão não consegue entrar e aí o produtor não consegue escoar a produção dele. Porque também o proprietário do caminhão não vai colocar o caminhão lá pra quebrar, entendeu? Para ele é prejuízo e ele não aceita, mesmo você tendo um contrato. E aí o que que eu fiz, desde o desse ano agora, acho que foi em julho. Julho a gente começou a fazer um trabalho na região do Maruanum. Já preparando essa próxima safra agora em 2022/2023, para que eles possam comercializar. Aí a gente com parceria do SETRAP. A gente foi para outra região para abrir os ramais, entrar ou arrumar os ramais que estava com uma dificuldade maior. Dentro dos ramais, foi bem produtivo, a gente ainda tá com máquina ainda lá, só que já é em outra região. Nós fizemos no Monte das Oliveiras, Fátima, São João, Maçaranduba, umas regiões ali próximo. As máquinas vão entrar agora no maçaranduba II, que é uma região muito forte ali também de produtor.

PATRÍCIA - Então o Maruanum seria, digamos, a localidade onde mais tem dificuldade pra esse acesso ou tem outras comunidades?

E006 - Não, Maruanum na verdade, é que estava sem essa manutenção de ramais.

PATRÍCIA - Nos outros está mais tranquilo?

E006 - Tá mais tranquila. A gente estava lá no 117 com uma dificuldade também por conta de terreno lá. Arenoso, muita areia, caminhão também atolava e ainda atrasava, então aí a gente conseguiu fazer uma articulação com o pessoal da prefeitura de Porto Grande pra utilizar a máquina deles que é bem próximo do 117, pra que eles pudessem fazer manutenção lá e fazer com que o caminhão chegasse até o produtor.

PATRÍCIA - E este, digamos assim, essa iniciativa de cooperação, com a prefeitura, com outras instituições. Parte da coordenação aqui da SDR? Ela vê a necessidade direta do agricultor?

E006 - E aí a gente vai, faz as visitas, vê a necessidade e vai fazer as articulações, buscar os parceiros pra que a coisa aconteça. A prefeitura não tem responsabilidade nenhuma de fazer essa manutenção lá.

PATRÍCIA - Talvez teria, né? Como prefeitura, já que é um distrito.

E006 - É, mas o produtor não comercializa dentro do município lá de Porto Grande. Então, eles não querem nem saber. Mas assim, a gente vai e tem toda uma conversa, uma justificativa, entendeu? Uma articulação, isso aí vai ser bom pro município. Ele vai vender lá (Macapá), mas o recurso que ele vem trazendo pode trazer pra todo mundo.

PATRÍCIA - Então tem esse impasse do prefeito não querer a apoiar?

E006 - Olha, a prefeitura aqui de Macapá era pra dar apoio no distrito do Maruanum. A responsabilidade da prefeitura fica ali no distrito do Maruanum que faz parte de Macapá. E é assim há vinte e poucos anos, entendeu?

Se eu via a necessidade, eu vi a dificuldade, do produtor da gente foi pra cima mesmo pra tentar ajudar. Ficar próximo do agricultor sentindo dificuldade, a necessidade.

PATRÍCIA - Excelente. Mais alguma questão que tu achas interessante colocar?

E006 - A gente tem uma programação de reforma e manutenção das feiras, para o ano que vem. Essas feiras já não recebem manutenção nem reforma há muito tempo. A Feira de Santana foi feita uma licitação com a construção daquele prédio lá. Não sei se a senhora conhece.

PATRÍCIA - Conheço.

E006 - Ali foi entregue pela empresa, a empresa abandonou a obra. Como os produtores comercializavam ali na frente, eles resolveram entrar por conta própria. Entendeu? Então, aí o que a gente fez, não tinha recurso, estava paralisado a obra, estava toda embargada.

PATRÍCIA - E a obra era da responsabilidade de quem?

E006 - Da SEINF, tinha um contrato. Com uma empresa que não entregou, entendeu? Aí foi uma questão judicial. E ficou, só que eu não esperei se desenrolar e aí o que que eu fiz? Eu fui atrás de parceiro, para fazer pintura, arrumar banheiro, eu consegui dentro da Rurap num prédio antigo do Rurap que tem lá na Zona Norte, eles saíram do prédio lá e foram para outro espaço e eu precisava organizar os banheiros. Eu fui lá, fiz uma visita, e verificamos a questão de recuperar uma central, essa pia, esse vaso e aí fiz o documento. A gente fez um documento, o secretário assinou, foi lá pro diretor do RURAP e ele aceitou. Foi passado um patrimônio aí o que que eu fiz? Arrumei lá em Santana, larguei os banheiros, arrumei sala, fiz a pintura, arrumei dinheiro do parceiro, pedi de um empresário lá pra ajudar, pra fazer parte da parte elétrica, né? Iluminação que era precária.

PATRÍCIA - E os agricultores foram pra lá mesmo sem essa estrutura?

E006 - Sem nada.

PATRÍCIA - E vocês tiveram que fazer isso com eles lá dentro?

E006 - Sim, foi fazendo, eles nunca tinham tido apoio, se achava abandonado, a frente lá era horrível, lama escuro e aí isso quando eu entrei tinha essa resistência. E eu falei pra eles: eu vim pra trabalhar, eu quero trabalhar eu quero que vocês me permitam trabalhar, eu vou fazer por você, não vou fazer por mim, vou fazer por vocês e aí eu comecei. Se a senhora for lá hoje está asfaltado, eu conseguir fazer a parte de tubulação ali em frente, manilha todinha. Arrumei a parte de iluminação na frente da feira. É mais quem quer ir hoje pra lá. Mudou a realidade deles. O cliente não pisa mais na lama como ele como era antes. Assim eles aí eles foram vendo as coisas acontecer. Então assim, quando eu vou lá, eles dizem que melhorou muito, a gente tá conseguindo vender mais. É outra coisa. Então assim, eu acho que o papel da secretaria é esse, né? Cuidar e fazer com que as coisas realmente aconteçam, preparou eles também lá pra questão de recebimento de produto. Uma situação que eu quero fazer é identificar os nossos carregadores pelo pessoal que descarrega o caminhão e porque se o cliente for lá, ele não consegue identificar quem, entendeu? Seria colocar um colete. Eu tô aqui nessa briga pra ver se eu consigo identificar pessoal pra não ter porque às vezes estar em outro mercado. Cadastrar esse pessoal e qualificar eles. E assim, pra que as coisas aconteçam, de forma tranquila ali, que todo mundo conhece todo mundo, mas de vez em quando tá acontecendo de sumir algumas coisas. Porquê? Porque não tem tido identificação.

PATRÍCIA - Mas acontece isso em todas as feiras? Não?!

E006 - Mais lá em Santana e no Buritizal.

PATRÍCIA - Digamos com mais volume.

E006 - Do Buritizal principalmente, que é bem maior. O fluxo é muito grande lá e acaba acontecendo. Pelo Jardim é mais tranquilo, o Mercado do Pescado também. Então são coisas assim que a gente está com pra 2023, eu quero ver se eu consigo implementar.

PATRÍCIA - Dos questionamentos, foram bem fornecidas as informações. Eu achei interessante aqui, (sobre o formulário). Esse formulário é como se fosse um inventário dos produtos.

E006 - A gente tem um levantamento de todas as feiras e todos os dias de feira, os produtos que são comercializados.

PATRÍCIA - Eu falo assim, por exemplo, justamente dessa necessidade a mais que o agricultor tem, pra saber é das necessidades desse agricultor. Por exemplo: se ele precisa de uma assistência técnica.

E006 - Sim, nós temos a parte do RURAP, que faz essa assistência direto com o produtor. Que é uma extensão da secretaria, tanto o RURAP como o DIAGRO, que é uma agência de defesa. E nós temos uma outra coordenadoria que é a CODER, que faz essas ações diretamente com eles. Como os programas são executados pela CODER, então surge a necessidade, por exemplo: olha, aqui nós temos essa vocação, lá no Mazagão nós temos vocação de quê? Piscicultura. Então eles se identificam e aí eles fazem os programas. Nós trabalhamos a questão do escoamento, da manutenção das feiras.

PATRÍCIA - Uma quantidade muito grande de informação da COAGRO.

E006 - Sim.

PATRÍCIA - Entendi. Então essa relação sobre a necessidade do agricultor familiar é mais pela CODER.

E006 - Isso.

PATRÍCIA - Tá. Entendi.

E006 - A CODER, ela que trabalha a questão dos programas, de implantação dos programas. O PPI, programa de produção integrada que vai trabalhar todas as cadeias produtivas. Esse PPI é assim: para cada cadeia produtiva, a secretaria tem um plano. A associação tem as características de cada uma. E dentro disso os investimentos que são feitos para cada cadeia.

PATRÍCIA - Então é como se a Coagro ficasse com um processo final, de escoamento da produção, manutenção de feira, e é praticamente através de vocês que tem o reflexo das ações de outras coordenadorias. Eu estou satisfeita, pra mim está tranquilo. Por isso as perguntas foram direcionadas, para entender um pouco mais da gestão e a responsabilidade da COAGRO nesse processo. Tem um volume muito grande de informações pra controlar.

E006 - É. A gente tem duas engenheiras de alimento que nos ajudam muito. São elas que fazem os cursos com eles.

PATRÍCIA - Eu já conversei com elas.

E006 - Tem outros técnicos também, então o pessoal de apoio ajuda bastante.

PATRÍCIA - Te agradeço. Tranquilo

---

CÓD.: E007

PATRÍCIA - A pesquisa fala sobre o desenvolvimento rural e políticas públicas, integração da agricultura familiar, na economia do estado do Amapá. E a SDR é uma instituição que precisamente trabalha com programas para desenvolver essa política de desenvolvimento rural. A primeira pergunta é sobre a COAGRO, que de acordo com

o organograma da SDR para a COAGRO compete planejar, coordenar e acompanhar as atividades e ações de promoção do marketing, comercialização abastecimento e informação do mercado dos produtos e do setor produtivo. Pergunta um, é feito um planejamento destas atividades e ações, são levantadas as necessidades do agricultor, existe essa preocupação de levantar a necessidade do agricultor, de melhoria desse programa? Pois é um programa que vem sendo desenvolvido há muito tempo. Caso a resposta seja positiva, como é realizado esse levantamento e como é a gestão da coordenadoria?

E007 - Eu me chamo Iaci Alcântara Junior sou formado em economia. Sou lotado como analista de desenvolvimento rural. Eu estou aqui na secretaria desde 2011. Eu vou fazer onze anos agora em dezembro, tenho dez anos de casa. E, a gente trata a questão do planejamento do setor com relação às atividades que a gente desenvolve para o atendimento a agricultura familiar. A gente geralmente tem planejamento, ele é pautado em dois segmentos: planejamento interno que é aquele onde você vai ver a estrutura tais como as condições para os servidores que são lotados nas unidades, questão de material, os utensílios. E tem o planejamento estratégico que é mais externo, é onde você vai ver lá na ponta. Verifica-se as necessidades e o68s gargalos. Então a gente fala dos agricultores e não é só a questão da gente tá disponibilizando o veículo, que é a condução para o transporte da produção, mas as condições de ramais e de que forma a gente pode atender ele da melhor forma possível, porque a capacidade do veículo é limitada e às vezes muitas vezes tem produtor com uma produção um pouco mais elevada e isso acaba comprometendo até mesmo o desenvolvimento produtivo dele e aí a gente, até início de 2015, criou uma rotina de fazer reuniões com os representantes de feiras, que eram as reuniões trimestrais. Então, a cada três meses a gente reunia pessoas no centro de convenções, onde convivemos com o agricultor e tivemos os resultados, as nossas propostas. Tinha essa contrapartida, esse feedback ouvindo os anseios e as necessidades, buscando levar esses questionamentos a outros órgãos. Naquele primeiro momento, o que era mais cobrado era a questão dos ramais, os acessos.

PATRÍCIA - E até hoje é cobrado ou vem?

E007 - Não, hoje a gente trabalha mais sobre demanda. Então os produtores pedem uma secretaria, trazem essas pautas e fazemos a locução com o órgão responsável, no caso SETRAP, tentando viabilizar. Então é dessa forma.

PATRÍCIA - Mas como era feito antes de fazer essa reunião e montar um documento, uma ata para ser registrado tudo aquilo que foi discutido, não se faz mais?

E007 - Então a COAGRO não trabalha isoladamente, a gente tem a CODER que tem esse trabalho de estar mais no campo. De assistir mais o agricultor na questão do incentivo. Quanto a produção, essas informações elas chegam até nós através dessas interlocuções que existe aí com relação a gerência regional e eles me trazem as questões do campo e aí é feito o debate na Secretaria para saber de que forma a gente pode atender.

Nesses últimos anos a secretaria ela ficou um pouco omissa, até por questões orçamentárias. De 2015 até 2020, tivemos um contingenciamento de um orçamento muito grande, devido à crise também. Dificuldade do próprio Estado, a gente não conseguiu tá mais presente no campo, de tentar realmente viabilizar melhorias para o agricultor, mas é que não é o foco, nossa ação aqui, que é o escoamento. A gente sempre tem buscado trabalhar, atender da melhor forma possível. Estamos em um contrato onde a gente conseguiu enxugar o custo operacional. Antigamente o contrato era feito por veículo e hoje a gente trabalha com quilômetro rodado, todos os veículos têm GPS, então a gente consegue ter um monitoramento melhor e fazer a execução desse serviço. Então a gente conseguiu também dimensionar todas as rotas através levantamento por GPS a gente tem tudo isso monitorado. Então isso ajuda a entender e conhecer um pouco mais sobre essa questão do espaço. Pois estamos trabalhando e tem uma distância e os gargalos existem dentro desse contexto. Então, mas com relação à estrutura das feiras a gente vem fazendo reparos, melhorias para que a estrutura possa ter as condições de funcionamento. Claro que a gente já discutiu, em ter uma estrutura melhor, em ampliar e por muito tempo a gente também debateu aqui a questão da criação de uma CEASA. Numa central de abastecimento, mas como eu falo, tudo vai da questão orçamentária, a capacidade de investimento da gente pode realmente montar um centro que possa reunir uma concentração, um maior número de produtores que poderia comercializar os produtos e também tratar a questão da qualidade, a melhor oferta desse produto para os empreendedores locais. Então esse sistema que a gente trabalha hoje é um sistema que se arrasta por trinta anos, de se tratar da comercialização do excedente, do agricultor produzir e trazer esse excedente pra ser comercializado. Muitos hoje já não veem isso como uma alternativa econômica devido essas limitações que eu expliquei, a questão do uso do caminhão, a limitação do espaço devido atender um determinado número de produtores. Aqueles produtores que procuraram melhorias financiaram o veículo e contrataram pessoas pra trabalhar na fazenda, terreno e aí já tem as suas vendas na cidade, é só um fornecedor. Então esses produtores já se tornaram empreendedores. A gente tem alguns casos de produtores, hoje, que não só mais dependem da secretaria com Feira do Produtor, com o caminhão que a secretaria disponibiliza. Mas a

tendência é que o produtor ele venha melhorar essas condições, essa relação econômica e comercial, que ele venha ampliar esse leque de mercado, para que seja só na feira que ele ofereça o produto, mas também em mercados, supermercados, tem mercantil, comércio, varejistas que já trabalham com vendas mais específica nesse segmento. E aí o produto ele pode ser o canal, um fornecedor. Então a hoje a gente fala que o produtor sozinho ele sofre essas dificuldades, devido a suas limitações.

PATRÍCIA – Mas o associativismo, o cooperativismo ele vem pra ajudar, né?

E007 - Então a própria CODER, que é outra coordenadoria aqui dentro da SDR, tem um núcleo que tem esse a esse auxílio, esse apoio a esse tipo de entidade, que é o Núcleo de Organização Rural onde tem esse estímulo pra cuidar das associações, orientar, principalmente a questão da orientação, questão das cooperativas também e cada vez mais a gente vê que tem já tem cooperativas aqui no estado estruturadas, que funcionam, já estão em atividade, mas é como é uma evolução, então esses produtores eles estão não só sobrevivendo, mas estão evoluindo, saindo do desenvolvimento desse núcleo social.

PATRÍCIA – Então, só pra eu entender. Durante a tua experiência aqui na SDR você vê hoje agricultores que participavam desse programa de escoamento, que dependiam, que eram beneficiários desse programa e a partir daí eles desenvolveram e não tem mais essa necessidade, mas continuam comercializando?

E007 - Sim, sem esse apoio já são independentes.

PATRÍCIA - Você não tem esse controle, a SDR sabe quem são, quantos são?

E007 - Olha. Não, a gente tem alguns que ainda comercializam na feira, mas outros já não comercializam, e a gente já não tem esse controle. Porque como eu expliquei as nossas fichas de produção é aquilo que entra na feira, o caminhão chega, desembarca, a produção e é feito o registro. Então, o meu trabalho basicamente aqui é não só ter acesso a essas informações através da coleta, mas fazer a inserção e também fazer o tratamento desses dados através dos relatórios. Através dos relatórios que a gente consegue gerar dessas informações, a gente consegue dar subsídio ao secretário com informações da feira, a gente também ajuda ao próprio IBGE, quando ele vai fazer os levantamentos da atividade agropecuária aqui no estado. A gente fornece as informações porque são dados oficiais e também pro próprio planejamento da secretaria. Então basicamente a gente tem os relatórios, vale ressaltar que ele trabalha com duas frentes. Tem o relatório físico, que são as informações reais, as informações quantitativas e tem o relatório financeiro que é o desembolso do programa. Então a gente tem um orçamento que é definido dentro do PPA, da lei de utilize orçamentária dentro do orçamento da secretaria, aí no final do ano a gente tem que prestar conta de como esse dinheiro foi executado e essas ações foi executada, tal como é que foi feito o desembolso e quais foram os resultados que esse investimento proporcionou. Então, a gente encaminha para a Secretaria de Planejamento pra que seja convalidado essas informações. Então, é um trabalho que a gente não pode se omitir porque é a manutenção desse serviço e é até uma forma também da gente provocar a gestão de que maneira a gente pode atuar pra melhorar as condições de comercialização, até mesmo parte de produção. Porque por exemplo, depender só das informações que o RURAP fornece de expectativa de cultivo, de produção, isso não é suficiente. Então, na verdade tem que analisar toda a cadeia, desde lá do cultivo, do plantio até a comercialização e aí geralmente essa ponta, essa parte final já ocorre nas feiras.

PATRÍCIA - Você diz que é feita essa coleta, essas informações. Como é que é feito? Vocês a tem sistematizada? Esse relatório é gerado mensal? Esse controle é feito? É feito um planejamento? O que vai ser feito pra esse programa funcionar aqui dentro da COAGRO é a COAGRO, por exemplo, dar esse apoio e de que forma ela faz esse controle? Existe um sistema próprio?

E007 - Sim, sim, a gente tem um banco de dados, que é o sistema de informação agropecuária, aonde existe um cadastro de todos os produtores, comunidade e aí é feito a inserção da comercialização por produtor. Então, essas informações são inseridas, dentro do banco a gente consegue fazer a mensuração dos dados, através da extração, dos relatórios. Estamos também com um plano em conjunto com a própria CETEC, de expandir o sistema, pois hoje tem um banco de dados que é mais interno.

Provavelmente, ano que vem (2023) a gente já vai ter um banco que vai ser online. Então, o próprio produtor vai ter acesso às informações.

PATRÍCIA - A própria sociedade pode consultar? Vai ter uma plataforma? É pra quando?

E007 - Já foi desenvolvido, mas a gente ainda tá em teste, está aprimorando essa ferramenta, que ela vai ser o sucessor do SIAGRO. É o sistema que a gente utiliza. Então, eu digo assim, que o SIAGRO foi um avanço muito

grande, porque antes de 2007 essas informações eram muito manuais, só em ficha, planilha, anotações e se usava até um livro ata que era um caderno pra computar essas informações. E aí foi pensado nessa possibilidade de ter um uma ferramenta que pudesse auxiliar, uma melhor forma e aí foi criado o banco de dados.

PATRÍCIA - Ele é interno da SDR, só da COAGRO?

E007 - Isso, porque ele é um banco que a gente trabalha com senhas, com login. Tem o usuário cadastrado, para ter controle, de quem inseriu as informações, quando foram inseridas e onde. Essas informações são muito úteis para o nosso trabalho aqui. Inclusive, com relação ao que você mencionou, a gente tem um trabalho também paralelo a esses relatórios que são a alimentação do SIAFE, o sistema da SEPLAN. Então, lá dentro do campo do planejamento, da parte de acompanhamento das ações, todo mês é montado um relatório e a gente faz a inserção dessas informações. Então, hoje a SEPLAN já tem um acompanhamento, digamos assim, mensal do que a gente está realizando aqui na SDR. Então, antigamente deixávamos concluir o ano para fazer um relatório geral e caminhar. Hoje já tem esses dados mais pontuais.

PATRÍCIA - Só a COAGRO tem acesso a SEPLAN?

E007 - Não. Todos os setores, todos. Todos os setores que tem alguma ação dentro do planejamento da secretaria e alinhamento. Aí cada setor é responsável por fazer alimentação desse dessas informações dentro da plataforma.

PATRÍCIA - Como é o nome da plataforma?

E007 - É o SIAFE.

PATRÍCIA - Então é um sistema que interage?

E007 - Isso mesmo.

CÓD.: E008

PATRÍCIA - Nesse trabalho dentro da SDR, nós temos o programa de PPI e quando foi que surgiu o programa de PPI e qual foi a finalidade dele?

E008 - Em 2007, uma equipe de técnicos, foi até o estado do Pará, na cidade de Bragança, ver um trabalho lá que estava acontecendo em áreas alteradas, degradadas, surradas. Ou seja, as áreas improdutivas. E lá tinha um trabalho de um maniveiro, que se tornou o maior maniveiro do Brasil, que é o engenheiro agrônomo Dutra. E daqui saiu uma comitiva de técnicos e agricultores que viram o antes e o depois e comprovaram que o sistema Bragantino foi dado porque estava em Bragança, na cidade de Tracuateua, precisamente na comunidade de Fátima, no município de Tracuateua. Esse trabalho está sendo desenvolvido naquela região, com os agricultores familiares, ou seja, as áreas entraram em exaustão e baixa produtividade praticamente. E a tecnologia é muito simples. A área é preparada, arada, gradeada e é feita a correção. E fazendo a correção dentro da análise de solo, você vai verificar quais são as necessidades de quantitativo de elementos, nutrientes para aquela cultura. Então esse trabalho foi feito. Essa comitiva retornou para cá pro Amapá em 2007. Esse relatório é passado ao secretário. E o secretário não hesitou em também fazer os primeiros experimentos. Então como é que deve ser feito isso? Então, foi feito na região do Maruanum, aqui na região da Pedreira. O resultado dessa mandiocultura, do tamanho das raízes, o estudo que foi feito de bom aumento da produtividade em toneladas de raiz por área foi muito exitoso. E chegou ao ponto de que aquelas áreas, o secretário começou a trazer produtores de outros municípios, de outras comunidades para verificar essa tecnologia lá de Tracuateua, da Vila Fátima, sobre o que estava acontecendo na região bragantina, por isso que é brabo, sistema Bragantino. Então, a partir daí, ela passa a ter uma dispersão para os outros municípios das outras comunidades e se instituiu o primeiro programa PPI, que é o programa de produção integrada de alimentos. Então não sei dizer precisamente, mas foram quase todos os municípios recebendo tecnologia. Calcário, fósforo, uréia, enfim, todos os elementos necessários para a produção da mandioca. E de 2007, a gestão agora de 2000, então nós tivemos que PPI. Nós tivemos o PROTAF, mudança de governo, né? Então entra um, sai o outro, então nós só mudamos para PROTAF.

PATRÍCIA - O PPI era o PROTAF?

E008 - Sim, são siamês, tem o mesmo DNA. Então, a partir de então, a gente começa a ver que não é só os agricultores da mandioca, cultura, nós temos o horticultor, nós temos o piscicultor, nós temos o agricultor, nós

temos o extrativista, nós temos o indígena, nós temos o quilombola, que tem outras atividades a fio. Então por que que o estado só investiria na mandiocultura? Então, na concepção da versão do PPI. Então a gente passou por esse hiato de tempo. PPI, PROTAF e depois volta ao PPI e a gente atende 6 entidades no PPI de 2017. Dado à questão da nova lei, antes era tudo pela 8.666, que era a assinatura de convênios. A associação trazia, lá a lei dizia o que era para trazer e a gente aqui na gestão de 2015, como é que vai se colocar os recursos novamente? Se há uma vedação da forma de que os convênios tinham que ser revistos. Então, na gestão de 2015, Waldez Góes. Todos esses projetos foram para ser analisados, avaliados os convênios de todas as secretarias. Então tinha uma força tarefa lá para analisar. Nós temos a Controladoria, mas foi criado para poder definir isso aí, nós ficamos aí um tempo sem ter orientação dos órgãos de controle.

PATRÍCIA – Então em 2016 não teve atividade?

E008 – Isso, pois foi detectado os convênios. E aqui a gente fica naquela, aos agricultores, fazendo cobranças. Isso é natural que ele queira saber se vai ter PPI, se vai ter recursos. Enfim, então a gente recebe a orientação do procurador, que tinha a lei 13019. Só basta, nós a seguimos.

PATRÍCIA - Que é FRAP?

E008 - hoje não. O FRAP é regido por uma outra lei estadual foi criado, esse é pra poder os recursos chegar até a unidade familiar, convencionou chamar a unidade familiar como era o PPI. Então, na safra 17-18, a gente trabalhou já sobre a égide da 13019, através do termo de colaboração, não era mais convênio porque essa lei foi criada em 2014. Para atender as OS 6 não era a forma de atender as OS 6 através dessa lei, então ela é uma lei nova. Ainda em 2014-17, a gente já está trabalhando com ela. Em 2019, 2020, se passa essas experiências da lei, então as associações têm de apresentar certidões, enfim, tem o edital de chamada pública, tudo norteado. Tudo sob a égide da lei. Então, 2019-2020, onde assume o xxx, Secretário xxx [último secretário da SDR até dez 2022] e ele tem não só olhar pela mandiocultura, mas que lembrasse de todos, e aí a gente começa a construir o PPI. Uma equipe de técnicos e a gente começa a ver o camaroeiro, começa a ver o piscicultor, começa a ver o da fruticultura, ou seja, a pessoa que já tinha pré-existente que nós chamamos que nós convencionamos chamar isso de arranjos produtivos, então a gente alcançou a não atender mais só a mandiocultura. Claro que a mandiocultura continuaria sendo o carro chefe como é hoje, então o quantitativo de atendimento é da mandiocultura, porque a maior tradição dos nossos agricultores. Então a gente reescreve o PPI com essa vertente de atender os outros segmentos, né? Então, o agricultor, que trabalha com a horta. O horticultor que tem uma tendência de trabalhar com agroecologia. Então nós fizemos um arranjo produtivo para aquele agricultor que tem já uma tendência que já está trabalhando, então ele vai também receber os recursos. E assim foi feito para os demais arranjos produtivos. Então, o PPI safra 21-22 veio com essa vertente. Em 2022 e 2023 amplia-se ainda mais, porque ficou alguns segmentos ainda fora fruto de que fruto daquilo que a gente vinha falando no programa, não é para você dizer onde é que está, onde é que o que é que você necessita. O certo é você ouvir os agricultores. Aí nós temos a demanda, por exemplo, energia lá na comunidade, então onde fizemos um PPI que atendia a energia solar para atender aquela atividade, então foi muito dinâmico. Então isso é importante para a gente ter escutado, ouvido o beneficiário. Enfim, o PPI e a gente precisa avançar ainda. A participação do agricultor que estava na ponta é que sabe realmente o que necessita e a gente diz que aqui no escritório, dentro do ar-condicionado a gente prospecta, mas essa prospecção da atividade não é a real. Na realidade, era importante que a demanda viesse do campo para cá e a gente deu uma invertida, mas uma invertida, com a possibilidade que nós acertamos 95%. Da ansiedade desses 5%, falta os agricultores virem cobrar mais e dizer onde é que a sua, onde é que precisa melhorar. O problema, então, em síntese, é isso aí. O PPI tem essa dinâmica. Foi evidenciado que tem que ser atendido todos não só aquele segmento, então, de 2007 a 2022-23, tivemos um avanço positivo. Eu avalio, do ponto de vista de todos estarem sendo beneficiados, ou seja, desde a dar o indígena, do extrativista, do quilombola. Das áreas de quilombolas e os agricultores, os demais segmentos da agricultura familiar foram atendidos. Com certeza, com o nosso programa de produção integrada de alimentos desde 22-23.

PATRÍCIA - Esses agricultores que são beneficiários do programa PPI, a maioria deles são os mesmos que comercializam na feira ou não?

E008 - Bem hoje, a dinâmica do mercado, hoje a gente tem uma parte deles. Não vou dizer a maioria, mas uma boa parte desses agricultores ainda utilizam o meio de escoamento da produção que a SDR mantém. E o Amapá é o único estado da federação que tem esse serviço, de fazer o escoamento de forma oficial é o estado do Amapá. Então isso é uma política pública que no meu entendimento é bastante valiosa. Você está mantendo o agricultor familiar no campo, dando as condições para que ele permaneça no campo. Nós evitaremos problemas sociais que vai desde dos filhos, dos jovens e cair na droga, prostituição, enfim, não tem emprego na cidade, essa que é a

verdade. Então, é uma política que eu avalio como positiva. O escoamento da produção, o programa de produção integrados de alimentos, o programa Amapá cacau, são programas que eu entendo que é acertado o estado dar um olhar para esses agricultores familiares. Não é somente isso, nós temos o projeto RENIVA, por exemplo, que é um projeto que traz material genético de alta qualidade, com alta produtividade aos nossos agricultores, que a nossa maniva. Ela é reproduzida de ano a ano. Então ela vai deteriorando sua capacidade de produção de produtividade e aí o estado também investe no outro material, em variedades já testadas. Já é consolidada pela pesquisa, pela empresa Brasileira de pesquisa, Embrapa, então isso aí também é uma outra vertente. É um programa que a gente avalia e analisa como positivo.

PATRÍCIA – O que é RENIVA?

E008 – É um projeto de melhoramento genético da mandioca, da cultura da mandioca.

E008 - E a gente espera não perder, digamos assim, nesse momento queremos conseguir levar o projeto. Acho que para o lote 4 poderá ser o salvador da lavoura. Bem, eu estou aqui na Secretaria desde 2007. Sou extensionista rural desde a época de 90-91 e desenvolvi minhas atividades como técnico em agropecuária. Lá no distrito do Maruanum. Passei uma temporada lá de 10-11 anos, eu vim para o crédito, passei boa temporada elaborando os projetos para os agricultores. E de lá, em 2007, eu fui convidado para vir para cá Secretaria para trabalhar nas feiras. No setor do núcleo de mercado de comercialização. Eu já estou formado em economia e isso aí pesou muito. Na época, em 2005 a gente começou a trabalhar nos dados, esses dados de feira. O que me chamou a atenção na época é que os agricultores, quando iam se aposentar, o INSS pedia para ele fazer uma declaração daqui da Secretaria. E aí chegava aqui, um agricultor já cansado, pedindo para se aposentar, então ele passava por toda a sabatina do INSS. Não está escrito na lei, essa declaração nossa não existe. São 27 itens que você pode apresentar, o 28 é entrar até a declaração de feirante, no manual deles, mas incrível que pareça é o que te dava convicção dos analistas. O pessoal estava lá atendendo e aquilo me chamou a atenção. Então eu tinha 4 informações: o nome do agricultor, a comunidade e o produto e o valor que ele vendia, que era uma ficha. Eu comecei a trabalhar em um banco de dados no Excel e daí a gente passou por um coax. A gente conseguiu trabalhar um programa chamado SIAGRO que a gente desenvolveu na época, temos pra mais de 2000 relatórios. Então a gente sabe que o agricultor que vende mais, a gente sabe qual é o produto de cada agricultor que está na ficha, uma ficha que eles fazem e a gente digita. Isso faz um estudo de mercado, o preço praticado, então a gente contribuiu bastante nesse aspecto. Quando eu passei na COAGRO, fui coordenador da coax desde 2015. E lá a gente pagava 62 caminhões para fazer o escoamento da produção. E de 62 caminhões que a gente pagava, eu chamei o responsável pelos caminhões e o governador na época xxx [último governador do estado do Amapá até dezembro de 2022], dizia na televisão, vou cuidar da cidade, das pessoas. E esse era o jargão dele, né? Vou cuidar da cidade das pessoas. E quando eu sou convidado para assumir a COAGRO, eu fiz o meu jargão, eu vou cuidar dos agricultores da cidade, das pessoas ou das comunidades, das pessoas, dos agricultores. E aí eu chamo o meu responsável pelos caminhões. Pergunto para ele: quantos caminhões quer mais para a gente atender bem? Quantos eu devo tirar? A orientação era que tínhamos que baixar o custo. A reunião do secretário com o governador era para que todos os secretários chegassem com todos os setores em excesso, o estado estava quebrado que vinha da gestão anterior. Essa era a ladainha da época. O meu responsável, disse para tirar 8 caminhões. Naquele tempo, estava a cada caminhão 12000. 973,36 BRL. Então, se ele multiplica por 8, já dá uma economia. Nós pagávamos 564000 por mês. E aí a gente recebe uma orientação da PGE que era para pagar o caminhão. Tínhamos que mudar, a gente tinha uma recomendação, os caminhões seriam contratados para um trabalho por quilômetro rodado. E nós temos todos os mapas, todas as voltas nós temos anotado. A licitação, então, havia 7 lotes, 8 lotes com valores diferentes, nós baixamos de 42 caminhões para 28 caminhões, baixamos de 560.000 para 200.000 e os cacareco. Então essa foi a contribuição. Quando eu passei para a COAGRO como coordenador, houve mudança de secretário e eu fiquei na CODER. A gente começou a fazer esse trabalho e hoje eu estou na CODER e hoje eu sou, digamos assim, sou o técnico, chamou, eu faço, chamou, tem missão, eu vou. Eu estava como disse anteriormente na coordenação do Amapá cacau, saí, mas continuei fazendo todas as tratativas, fiz 2 viagens a Medicilândia, para conhecer, para verificar o que está acontecendo lá. Então nós estamos mudando a nossa produção. O Brasil inteiro já se fala, Medicilândia 80-90% dos agricultores estão comprando clones, plantando clones ou variedades produtivas e tal. A CEPLAC faz isso há muito tempo. Ela tem uma linha de pesquisa sobre o cacau e a CEPLAC, no final do ano passado, depois de uma discussão, ela instituiu junto com a Embrapa uma instrução normativa validando os clones. Então a gente tem, hoje, a possibilidade de ter o cacau a pleno sol sem precisar de sombreamento provisório, definitivo, com uma alta produtividade e a gente foi atrás disso. Para verificar o que está acontecendo lá na região do Pará. E a gente está numa transição. Eu acredito que vai depender também do secretário. Em que uma nova cacauicultura na vertente de um cacau enxertado aqui, não precisaríamos mais cortar a floresta definitiva que ficava complicado para o nosso agricultor. Mas, enfim, é isso aí. A gente está nessa luta, né?

PATRÍCIA - Na época da COAGRO como coordenador, qual foi a contribuição da COAGRO nas feiras?

E008 - Bem, a gente coordenava as feiras de Santana, Jardim, Pacoval, Buritizal a nível de capital e Santana. Nós tínhamos a gestão nas feiras do Amapá, Cruzeiro e Piquiá. Tínhamos um caminhão que faz o escoamento da produção. Tínhamos também em Pracuúba e tínhamos também Laranjal do Jari, Vitória do Jari e com caminhões levando para a feira municipal. E esse era o trabalho da COAGRO, coordenava 80% do orçamento para esses caminhões, uma política que já há muito tempo é o único estado da federação que este serviço é oferecido ao agricultor familiar, ou seja, fazer o escoamento da produção. Nenhum estado ou município da maneira que está.

PATRÍCIA - Essa política do escoamento foi implementada na época, por quem você lembra?

E008 – Olha, o escoamento da produção segundo os relatos, eu tenho até um trabalho sobre isso. A colega Gilda, relata que essa feira começou lá difusora, na Cândido Mendes, com João Alberto Rodrigues Capiberibe, que era secretário e naquele tempo não tinha como escoar essa produção. Os agricultores vinham de Remo, um a 2 aqui, com uma farinha, bacaba, açai, fazendo um escambo e vendia aqui para comprar a feirinha deles e para retornar, então isso era fato. Eu tentei saber qual foi a data da primeira feira para a gente ter uma data referência. Não consegui, falei com os velhos, onde eu andei atrás dessa data. Quem se lembra? Você lembra que foi a primeira feira? Foi lá em frente a Difusora, na Cândido Mendes, foi cercada e outra feira, um quiosque, né? Então daí começa a construção da feira do Pacoval.

E010

PATRÍCIA - Breve histórico dos órgãos de coordenação da produção e desenvolvimento agropecuário do Território ao atual Estado do Amapá.

E010 - O governo federal nos termos do Decreto-Lei nº 5.812 de 13/09/1943 cria o Território Federal do Amapá. Na estrutura administrativa do Território entre as unidades governamentais continha:

> Departamento de Produção e Pesquisa que possuía a competência dos serviços de coordenação, fomento da produção vegetal, fomento da produção animal, fomento da produção mineral, fomento da produção industrial, postos agropecuários de Macapá e Posto Agropecuário do Amapá.

> Departamento de Terras e Colonização, Geografia e Estatística que tinha a competência de executar os serviços de terras e colonização, serviços de geografia e serviços de estatística. Esta estrutura administrativa foi modificada pelo Decreto-Lei 7.773 de 23/07/1945, com os seguintes termos:

O Departamento de Produção e Pesquisa passa a ser denominado de Divisão de Produção-DP. O Departamento de Terras e Colonização, Geografia e Estatística passa a ser denominado de Divisão de Terras e Colonização-DTC. A Divisão de Produção-DP tinha a competência de pesquisar, executar levantamentos dos recursos naturais visando sua defesa, exploração e desenvolvimento, fomentar as atividades produtivas pelo auxílio técnico e material, o aproveitamento industrial das matérias primas, executar medidas que tenham o aproveitamento racional dos recursos animais, vegetais e minerais, e o aproveitamento industrial das matérias primas locais. A Divisão de Terras e Colonização-DTC tinha a finalidade de promover a colonização, realizar estudos e cadastro de terras, promover a utilização das terras disponíveis através de política de colonização adequada.

Esta estrutura vigorou até em junho de 1972. O último Diretor da DP foi o Engenheiro Agrônomo Abmor Coutinho e o da DTC foi Tomaz Gonçalves de Brito.

Em 01/07/1972 no governo de Ivanhoé Martins, foi modificada a estrutura governativa do Território do Amapá, é criada a Secretaria de Economia, Agricultura e Colonização-SEAC, na prática simbolizava a união das competências das Divisões DP e DTC.

O primeiro Secretário da SEAC foi o Engenheiro Agrônomo Abmor Coutinho e o último o Engenheiro Agrônomo Walter dos Santos Sobrinho.

Em novembro de 1979 no governo de Annibal Barcellos a SEAC foi extinta e criada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento-SEAGA, sendo o primeiro Secretário o Engenheiro Agrônomo Walter dos Santos Sobrinho e o último a Advogada Maria Benigno Oliveira do Nascimento Jucá.

Em 24/12/1996 no governo de João Alberto Capiberibe a SEAGA foi extinta e criada a Secretaria de Agricultura, Pesca, Floresta e Abastecimento-SEAF, sendo o primeiro Secretário a Advogada Maria Benigna Oliveira do Nascimento Jucá e o último o Tecnólogo José de Ribamar Oliveira Quintas.

Em 02/04/2007 no governo de Waldez Góes a SEAF foi extinta e criada a Secretaria de Desenvolvimento Rural- SDR, sendo o primeiro Secretário o Tecnólogo José de Ribamar Oliveira Quintas.

A SDR tem por finalidade a formulação e coordenação da política estadual de desenvolvimento agrícola, pecuária, aquícola, pesqueira, florestal, extrativista, da agroindústria e do abastecimento, defesa e inspeção animal e vegetal do Estado do Amapá, e exercer outras atribuições correlatas, na forma do regulamento. Órgãos vinculados: RURAP, DIAGRO e Amapá Terras.

**ANEXOS**  
**ANEXO A – QUANTIDADE DE PRODUTORES QUE COMERCIALIZAM NAS**  
**FEIRAS POR COMUNIDADE E MUNICÍPIO**

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)							Município	Média de produtores por ano
		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021		
Nº	Comunidade									
1	Corre Água/Pacuí	119	132	127	127	150	80	77	Macapá	116
2	Ponta Grossa/Pacuí/Macapá	116	93	84	74	71	59	60	Macapá	80
3	Lago do Ajuruxi	107	40	68	91	111	21	8	Mazagão	64
4	Garimpo do São Tomé/Pacuí	104	87	45	38	53	17	27	Macapá	53
5	Catanzal/Pacuí	87	67	61	63	52	31	18	Macapá	54
6	Tracajatuba I/Pacuí	79	70	67	66	0	27	28	Macapá	48
7	Colônia Agrícola do Matapi/L"B"	73	74	69	66	62	70	57	Porto Grande	67
8	Livramento	71	75	57	52	76	42	47	Cutias	60
9	Campina do São Benedito/Pacuí	71	65	72	73	67	38	53	Macapá	63
10	Colônia Agrícola do Matapi/L"C"	70	74	71	72	78	71	66	Porto Grande	72
11	Km-09	67	66	65	68	67	58	58	Macapá	64
12	São Sebastião da Boa Vista/Pacuí	61	50	57	49	37	21	21	Macapá	42
13	Santa Luzia do Pacuí/Pacuí	57	53	26	33	39	16	10	Macapá	33
14	São Benedito/Pacuí	57	71	57	42	47	26	33	Macapá	48
15	São Tomé/Pacuí	55	72	25	36	25	2	6	Macapá	32
16	Tucano II	51	46	50	44	41	26	33	Pedra Branca	42
17	São Sebastião	48	48	47	41	35	15	25	Cutias	37
18	São Francisco do Alto/Pacuí	47	43	39	37	30	27	33	Macapá	37
19	Itaboca	47	33	36	37	30	15	21	Mazagão	31
20	São Joaquim/Pacuí	46	43	16	21	13	8	2	Macapá	21
21	Liberdade/Pacuí	45	27	31	17	14	8	8	Macapá	21
22	Sete Ilhas	43	29	33	40	33	30	35	Pedra Branca	35
23	São Tomé do Breu	40	29	31	36	41	20	24	Mazagão	32
24	Gurupora	40	31	9	9	6	9	10	Cutias	16
25	Damásio/Pacuí	37	28	25	22	15	8	5	Macapá	20
26	Polo Hortifrutigranjeiro / Fazendinha	35	45	40	31	37	25	28	Macapá	34
27	São Raimundo/Pacuí	34	27	24	29	16	2	4	Santana	19

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
28	Lago do Papagaio/Pacuí	34	32	18	14	16	17	17	Macapá	21
29	Alta Floresta	34	43	28	29	19	11	11	Macapá	25
30	Ramal do Limão-II	33	23	13	15	16	13	3	Santana	17
31	Km-117/Perimetral Norte	33	25	24	31	34	16	18	Porto Grande	26
32	Ponte do Vila Nova	32	26	17	19	0	14	8	Mazagão	17
33	Tracajatuba II/Pacuí	31	32	36	54	35	20	20	Macapá	33
34	Riozinho	30	21	31	23	26	19	12	Pedra Branca	23
35	Tucano I	29	36	38	30	28	20	26	Pedra Branca	30
36	Maruim	29	19	0	8	11	4	8	Mazagão	11
37	Ilha de Santana	29	33	35	36	29	23	22	Santana	30
38	Dois Irmãos/Pacuí	28	23	26	17	18	9	20	Macapá	20
39	Inajá/Itaubal	28	28	30	33	30	25	20	Itaubal	28
40	Ramal do Canuto/Pacuí	27	28	9	16	20	2	4	Macapá	15
41	Capinzal	25	20	19	16	13	10	9	Pedra Branca	16
42	Caraobal/Pacuí	24	23	25	17	19	11	13	Macapá	19
43	Ramal Bom Jesus/Pacuí	24	28	29	24	24	20	15	Macapá	23
44	Lontra da Pedreira/Pedreira	24	40	39	34	20	10	9	Macapá	25
45	Cajari	24	19	20	31	42	16	5	Vitória do Jari	22
46	Cruzeiro/Assentamento Cruzeiro	24	29	0	0	0	0	0	Amapá	8
47	Piquiá/Assentamento Piquiá	23	27	0	1	0	0	0	Amapá	7
48	Ramal do Salamito/Pacuí	23	18	16	11	11	5	1	Macapá	12
49	Bom Jesus/Assentamento Bom Jesus	22	27	11	11	0	4	6	Tartarugalzinho	12
50	Nova Vida/Assentamento Nova Vida	22	22	28	21	15	13	12	Tartarugalzinho	19
51	Ramal São Francisco/Pacuí	21	29	26	20	12	11	17	Macapá	19
52	Mini Polo/Fazendinha	21	18	19	24	25	18	24	Macapá	21

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
53	São João do Maruanum	21	19	4	12	0	0	3	Macapá	8
54	Itaubal do Pírim	21	8	3	3	0	0	2	Itaubal	5
55	Ramal do Mutum/Assentamento Bom Jesus	20	30	20	17	17	13	22	Tartarugalzinho	20
56	Anauerapucú	20	15	22	28	28	23	25	Santana	23
57	Nova Canaã	20	22	25	31	33	25	24	Porto Grande	26
58	Entre Rios/Assentamento Cedro	20	21	13	0	9	10	8	Tartarugalzinho	12
59	São José	20	20	20	18	27	14		Santana	20
60	Ramal do Darci/Pacuí	20	21	16	19	0	4	4	Macapá	12
61	Vila do Agostinho/Pacuí	20	11	20	17	13	4	5	Macapá	13
62	Ramal do Joãozinho/Pacuí	20	17	18	14	12	7	8	Macapá	14
63	Martins	19	14	14	15	13	11	9	Laranjal do Jari	14
64	Simião do Maruanum	19	14	8	14	16	10	9	Macapá	13
65	Água Branca	19	16	24	23	23	9	3	Laranjal do Jari	17
66	Dona Maria	18	18	10	14	11	5	9	Laranjal do Jari	12
67	Santo André/Lago do Ajuruxi	17	11	12	18	20	4	1	Mazagão	12
68	Bom Destino	17	11	8	8	13	11	10	Cutias	11
69	Cedro/Assentamento Cedro	17	32	30	34	24	9	15	Tartarugalzinho	23
70	Colônia Agrícola do Matapi/L"A"	17	18	16	5	6	10	5	Porto Grande	11
71	Campo Verde	16	14	12	11	11	8	9	Porto Grande	12
72	Joaquina	16	8		7	9	6	0	Mazagão	8
73	Retiro Boa Vista/Pacuí	16	11	10	13	10	5	5	Macapá	10
74	Boa Vista/Pacuí	16	10	0	3	0	0	0	Macapá	4
75	Coração de Jesus	15	10	9	8	8	1	3	Cutias	8
76	Ramal São Raimundo/Pacuí	15	4	11	7	0	3	7	Macapá	7

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
77	Ramal do Curicaca/Itaubal	15	18	19	21	21	14	13	Itaubal	17
78	Padre Josimo/Assentamento Padre Josimo/Pedreira	15	21	21	18	17	16	11	Macapá	17
79	Vila do Gordo	15	5	9	10	14	6	6	Macapá	9
80	São José/Lago do Ajuruxi	15	1	5	7	0	1	1	Mazagão	4
81	Ramal do Ilário/Itaubal do Pírim	14	8	2	1	0	3	2	Itaubal	4
82	Km-120/Perimetral Norte	14	9	15	11	14	5	10	Porto Grande	11
83	Açaizal	14	11	10	10	6	2	3	Laranjal do Jari	8
84	Ramal São Sebastião/Pacuí	14	7	5	9	0	6	6	Macapá	7
85	Igarapé do Felipe	14	6	1	5	7	4	0	Mazagão	5
86	Santa Luzia do Maruanum	13	15	5	8	0	1	0	Macapá	6
87	Boa Vista	12	10	2	2	0	2	1	Mazagão	4
88	Ponte do Rio Preto	12	21	4	14	0	3	6	Mazagão	9
89	Ramal do Jeremias/Pacuí	12	5	3		6	1	0	Macapá	5
90	Ramal do Jacundá/Pacuí	12	3	1	1	0	1	0	Macapá	3
91	Ramal do Armentino/Pacuí	12	13	13	10	10	5	3	Macapá	9
92	<b>Monte das Oliveiras</b>	12	13	5	5	6	0	0	Macapá	6
93	Nova Divisão	12	11	14	9	11	7	11	Porto Grande	11
94	Conceição do Maruanum	12	21	0	15	11	5	2	Macapá	9
95	Ramal São Tiago	11	10	4	5	0	1	1	Santana	5
96	São Francisco do Pírim/Pacuí	11	14	10	8	6	3	0	Macapá	7
97	Estação Ferroviária	11	7	9	6	6	2	1	Santana	6
98	Acampamento	11	8	4	1	0	5	2	Laranjal do Jari	4
99	Ramal da Biló/Itaubal	11	11	5	7	0	4	3	Itaubal	6

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
100	Varador	11	7	7	6	7	6	0	Mazagão	6
101	Retiro Rosa de Maio/Pacuí	10	6	5	3	6	2	5	Macapá	5
102	Nova Esperança	10	6	3	1	0	1	0	Cutias	3
103	Ananazal/Pacuí	10	12	12	7	11	2	1	Macapá	8
104	Ferreirinha/Assentamento Ferreirinha	10	5	3	3	0	1	2	Ferreira Gomes	3
105	Cachoeira do Breu	10	7	1	6	13	1	1	Mazagão	6
106	Santa Clara	10	6	5	8	9	3	1	Mazagão	6
107	Marinho	10	7	8	7	7	2	4	Laranjal do Jari	6
108	Mangueiro	10	10	8	9	9	8	11	Laranjal do Jari	9
109	Itaubal do Maracá	10	6	3	3	6	1	0	Mazagão	4
110	Igarapé do Meio	10	20	25	13	20	13	5	Laranjal do Jari	15
111	Vai-Quem-Quer/Pacuí	9	13	7	5		2	1	Macapá	6
112	São Sebastião/Pacuí	9	7	5	4	0	1	2	Macapá	4
113	São Francisco do Ariri	9	3	0	5	0	0	0	Macapá	2
114	Ponte do Laranjal	9	5	0	1	0	2	0	Mazagão	2
115	Bonito/Pedreira	8	7	8	6	6	4	4	Macapá	6
116	Carmo do Maruanum	8	6	1	1	0	0	0	Macapá	2
117	Jesus Bom Pastor	8	11	1	7	0	2	0	Mazagão	4
118	São Pedro do Maruanum	7	7	2	1	0	0	0	Macapá	2
119	Curralinho	7	0	3	1	0	0	3	Macapá	2
120	Aningal	7	7	4	4	0	4	2	Mazagão	4
121	São João	7	7	7	5	0	1	0	Santana	4
122	Carvão	7	7	1	3	0	0	1	Mazagão	3
123	Ressaca/Pedreira	7	8	11	10	7	6	4	Macapá	8
124	Km-107/Perimetral Norte	7	4	5	8	10	3	1	Porto Grande	5
125	São Tomé/Lago do Ajuruxi	6	3	3	6	7	0	1	Mazagão	4
126	Infraero	6	6	4	0	0	0	1	Macapá	2
127	Terra Preta	6	3	0	4	0	2	1	Ferreira Gomes	2

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
128	Alto Pirativa	6	5	7	7	7	1	2	Santana	5
129	Km-132/Perimetral Norte	6	7	6	9	0	2	1	Porto Grande	4
130	Colônia Agrícola do Matapi/L"H"	6	10	8	2	0	2	2	Porto Grande	4
131	São Jorge/Pacuí	5	6	1	2	0	0	0	Macapá	2
132	Retiro São Pedro/Pacuí	5	10	10	13	0	9	7	Macapá	8
133	Fortaleza	5	2	0	0	6	2	0	Mazagão	2
134	São Francisco da Casa Grande/Pedreira	5	9	4	6	0	2	3	Macapá	4
135	Cachorrinho	5	3	5	9	8	2	0	Pedra Branca	5
136	Km-123/Perimetral Norte	5	3	3	3	0	2	2	Porto Grande	3
137	São Pedro dos Bois	5	18	8	10	0	1	0	Macapá	6
138	Santo Antonio/Assentamento Santo Antonio Pedreira	5	4	3	6	13	10	7	Macapá	7
139	São João/Lago do Ajuruxi	5	3	2	3	0	2	0	Mazagão	2
140	Santa Maria do Rio Preto	5	3	1	3	0	1	0	Mazagão	2
141	Ramal do Matias/Pacuí	4	1		1	0	0	0	Macapá	1
142	São Miguel	4	2	1	3	0	1	0	Mazagão	2
143	São Pedro/Lago do Ajuruxi	4	3	2	2	6	2	2	Mazagão	3
144	Ramal Boca do Braço	4	10	2	4	0	1	0	Laranjal do Jari	3
145	São Lázaro	4	5	3	9	0	1	2	Mazagão	3
146	Vila Betel	4	1	3	4	0	0	0	Mazagão	2
147	São Tomé da Terra Preta	4	3	1	0	0	0	0	Ferreira Gomes	1
148	Santo Antônio/Pedreira	4	6	11	7	7	7	5	Macapá	7
149	Coração	4	4	4	0	0	3	3	Santana	3
150	Ponte do Maracá	4	4	1	4	0	1	0	Mazagão	2

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
151	Santa Maria do Maruratum	4	3	0	1	0	0	0	Macapá	1
152	Nova Vida	3	3	3	5	0	1	2	Ferreira Gomes	2
153	São Tiago	3	3	2	2	0	0	0	Santana	1
154	Bethania	3	3	0	5	0	2	3	Mazagão	2
155	Ramal São Benedito	3	5	3	4	0	1	0	Santana	2
156	São Benedito/Pedreira	3	1	2	1	0	1	0	Macapá	1
157	Ramal São Sebastião do Igarapé do Lago	3	3	3	3	0	1	1	Santana	2
158	Mazagão Velho	3	4	2	3	0	2	1	Mazagão	2
159	Km-121/Perimetral Norte	3	3	3	3	0	2	1	Porto Grande	2
160	Ramal do Limão-III	3	2	0	1	0	2	0	Santana	1
161	Cupixi	3	0	4	1	0	0	0	Porto Grande	1
162	Ramal Santo Antônio/Pacuí	3	4	2	2	0	1	1	Macapá	2
163	Km-145/Perimetral Norte	2	3	2	2	0	1	1	Porto Grande	2
164	Ramal Areia Branca/Itaubal	2	4	6	6	0	2	2	Itaubal	3
165	Pirativa	2	1	0	1	0	0	0	Santana	1
166	Areal/Macapá	2	1	0	0	0	0	0	Macapá	0
167	Abacate da Pedreira/Pedreira	2	2	2	0	0	0	0	Macapá	1
168	Vicente Monteiro	2	1	0	1	0	0	0	Ferreira Gomes	1
169	Macedônia do Lago do Ajuruxi	2	0	0	0	0	0	0	Mazagão	0
170	Santarém	2	7	2	8	9	1	0	Laranjal do Jari	4
171	Colônia Agrícola do Matapi/L"G"	2	2	2	1	0	0	1	Porto Grande	1
172	Camaipi	2	5	1	1	0	1	1	Mazagão	2
173	Km-166/Perimetral Norte	2	1	1	1	0	1	0	Pedra Branca	1
174	Torrão do Maruanum	2	7	1	1	0	0	0	Macapá	2
175	Piaçacá/Assentamento Piaçacá	2	2	1	0	0	0	0	Santana	1

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
176	Santo Antônio do Maruanum	2	1	0	0	0	0	0	Macapá	0
177	Rio Preto	2	0	0	0	0	0	0	Mazagão	0
178	São Pedro do Caranã	2	1	0	1	0	0	0	Macapá	1
179	São João do Matapi	2	0	0	0	0	0	0	Macapá	0
180	Santo Antônio do Rio Preto	2	2	1	3	0	1	2	Mazagão	2
181	Ramal da Leocádia/Pacuí	2	1	2	3	8	6	8	Macapá	4
182	Km-126/Perimetral Norte	2	1	0	0	0	0	0	Porto Grande	0
183	Piquiazal/Assentamento Piquiazal	2	0	1	2	0	0	0	Mazagão	1
184	Km-142/Perimetral Norte	2	2	0	3	0	1	1	Porto Grande	1
185	Pracumê	2	0	1	0	0	0	0	Mazagão	0
186	Km-11/Macapá	2	2	2	0	0	3	0	Macapá	1
187	Ponte do Vila Nova II	2	1	0	2	0	1	0	Mazagão	1
188	Vila Santana/Cajari	1	0	0	0	0	0	0	Vitória do Jari	0
189	Km-138/Perimetral Norte	1	2	1	4	0	1	2	Porto Grande	2
190	Foz do Pirativa	1	2	1	1	0	2	0	Santana	1
191	Cristo Salvador	1	0	0	0	0	0	0	Macapá	0
192	São Sebastião/Cajari	1	0	0	0	0	0	0	Vitória do Jari	0
193	Km-141/Perimetral Norte	1	1	1	1	0	0	1	Porto Grande	1
194	Igarapé do Mutum	1	1	1	1	0	0	0	Tartarugalzinho	1
195	Marí	1	0	0	0	0	0	0	Mazagão	0
196	Km-115/Perimetral Norte	1	1	0	1	0	0	1	Porto Grande	1
197	São Benedito do Aporema/Aporema	1	1	1	0	0	0	0	Tartarugalzinho	0
198	Conceição	1	1	1	1	0	0	0	Mazagão	1
199	Limoeiro	1	2	1	2	0	0	0	Ferreira Gomes	1
200	São Raimundo/Cutias do Aragará	1	1	0	3	0	0	0	Cutias	1

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
201	Km-124/Perimetral Norte	1	0	0	1	0	0	0	Porto Grande	0
202	Igarapé do Bispo	1	1	0	0	0	2	0	Mazagão	1
203	Itaubal do Amapá	1	1	0	0	0	0	0	Tartarugalzinho	0
204	Ramal do Piquiazal	1	2	0	0	0	1	0	Mazagão	1
205	Retiro Deus e Amor	1	0	0	0	0	0	0	Mazagão	0
206	Retiro São Miguel	1	1	0	1	0	0	0	Mazagão	0
207	Ponte do Breu	1	0	1	0	0	0	0	Mazagão	0
208	Ramal do Banha	1	1	0	0	0	0	0	Macapá	0
209	Tracajatuba III/Pacuí	1	2	1	1	0	0	0	Macapá	1
210	Mel da Pedreira	1	2	0	0	0	0	0	Macapá	0
211	Cachaço/Serra do Navio	1	0	0	0	0	0	0	Macapá	0
212	Fátima do Maruanum	1	2	1	1	0	0	1	Macapá	1
213	Nova Canaã	1	1	1	1	0	1	1	Pedra Branca	1
214	São Raimundo do Maruanum	1	7	3	2	8	5	4	Macapá	4
215	Bom Jesus	1	0	0	0	0	0	0	Tartarugalzinho	0
216	Curiaú Mirim / Macapá	1	5	2	2	0	1	1	Macapá	2
217	Nova Canaã/Assentamento Nova Canaã	1	1	2	1	0	5	4	Porto Grande	2
218	Ramal do Limão-I	1	0	0	1	0	0	0	Santana	0
219	Limão/Assentamento Bom Jesus	1	2	0	0	0	0	0	Tartarugalzinho	0
220	Rio Amapari	1	0	0	0	0	0	0	Porto Grande	0
221	Cinco Chagas	1	1	2	1	0	1	1	Santana	1
222	São Sebastião do Pirativa	1	0	0	0	0	1	0	Santana	0
223	Bacaba do Maruanum	1	1	0	0	0	0	0	Macapá	0
224	Pancada do Maracá	1	1	1	1	0	0	0	Mazagão	1
225	Alegre/Pedreira	1	1	1	1	0	1	0	Macapá	1
226	Sororoca	1	0	0	0	0	0	0	Laranjal do Jari	0
227	Ramal Muriacá	1	0	0	0	0	0	0	Laranjal do Jari	0

Nº de Produtores que comercializam nas feiras por Comunidades		Nº de Produtores (Ano)								
Nº	Comunidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Município	Média de produtores por ano
228	Pancada do Camaipi	1	0	0	0	0	1	0	Mazagão	0
229	Curiaú/Pedreira	1	1	1	1	0	0	0	Macapá	1
230	Igarapé das Armas	0	2	1	1	0	0	1	Macapá	1
231	São José do Maruanum	0	1	1	0	0	0	0	Macapá	0
232	Conceição Do Maracá	0	1	0	1	0	0	0	Mazagão	0
233	Km-14/Macapá	0	0	5	6	0	4	3	Macapá	3
234	Governador Janary/Assentamento Governador Janary	0	0	1	1	0	0	0	Tartarugalzinho	0
235	Retiro São Raimundo	0	0	1	1	0	0	0	Cutias	0
236	Igarapé do Lago	0	0	1	1	0	0	1	Santana	0
237	Retiro Salmo 40	0	0	1	0	0	0	0	Mazagão	0
238	Carnot	0	0	0	2	0	1	0	Calçoene	0
239	Conceição do Muriacá/Cajari	0	0	0	1	0	0	0	Vitória do Jari	0
240	Ramal do Miranda (Km16/17)	0	0	0	1	0	1	0	Macapá	0
241	Vila Nova/Cajari	0	0	0	1	0	0	0	Vitória do Jari	0
242	Paredão	0	0	0	0	0	1	1	Ferreira Gomes	0
243	Recreio do Rio Preto	0	0	0	0	0	1	0	Mazagão	0
244	Km-130/Perimetral Norte	0	0	0	0	0	0	1	Porto Grande	0
245	São Raimundo	0	0	0	0	0	0	1	Laranjal do Jari	0
		3.589	3.258	2.671	2.727	2.337	1.552	1.501		2.519

## ANEXO B – RELAÇÃO DE PRODUTOS VENDIDOS NAS FEIRAS DE PRODUTORES DURANTE 2015 A 2021

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Produção Comercializada nas Feiras de Produtores no Estado do Amapá, no Ano de 2015. Produto, Número de Produtores, Quantidade, Equivalente Tonelada, Receita e Médias dos Produtos por Maior Receita.**

Período de 01/01/2015 à 31/12/2015

Nº Preço Médio (Kg)	Produto por Unidade	Nº de Peso Médio por Produtores	Unid Unidade (Kg)	Quant	Eq/T	%	Receita	%	Receita Média	por Produtor	Produção	Média por
									por Produtor	Média por Produtor	por Unidade	Unidade
1	Abacate	34	Kg	5.520	5,52	0,1%	R\$ 6.678,00	0,04%	R\$ 196,41	162	R\$ 1,21	1,0000
2	Abacaxi	103	Fruto	259.511	217,79	3,4%	R\$ 524.542,31	3,47%	R\$ 5.092,64	2.520	R\$ 2,02	0,8392
3	Abiu	21	Und	6.663	0,65	0,0%	R\$ 866,19	0,01%	R\$ 41,25	317	R\$ 0,13	0,0975
4	Abóbora Ou Jerimun	332	Und	73.500	295,00	4,5%	R\$ 198.601,06	1,31%	R\$ 598,20	221	R\$ 2,70	4,0136
5	Abobrinha Verde	5	Kg	405	0,41	0,0%	R\$ 202,50	0,00%	R\$ 40,50	81	R\$ 0,50	1,0000
6	Açaí (Muda)	15	Und	1.416	1,42	0,0%	R\$ 2.832,00	0,02%	R\$ 188,80	94	R\$ 2,00	1,0000
7	Açaí Fruto	41	L20	6.814	108,89	1,7%	R\$ 136.280,00	0,90%	R\$ 3.323,90	166	R\$ 20,00	15,9810
8	Açaí Vinho	117	L1	18.320	29,44	0,5%	R\$ 73.288,00	0,49%	R\$ 626,39	157	R\$ 4,00	1,6068
9	Acará (peixe)	33	Kg	3.266	3,27	0,1%	R\$ 6.544,00	0,04%	R\$ 198,30	99	R\$ 2,00	1,0000
10	Acerola	55	Kg	9.446	9,45	0,1%	R\$ 18.892,00	0,13%	R\$ 343,49	172	R\$ 2,00	1,0000
11	Agrião	5	Mç	330	0,05	0,0%	R\$ 330,00	0,00%	R\$ 66,00	66	R\$ 1,00	0,1625
12	Alface	172	Pé	430.814	58,28	0,9%	R\$ 286.338,60	1,90%	R\$ 1.664,76	2.505	R\$ 0,66	0,1353
13	Alfavaca	12	Mç	540	0,17	0,0%	R\$ 540,00	0,00%	R\$ 45,00	45	R\$ 1,00	0,3200
14	Ameixa	1	Kg	10	0,01	0,0%	R\$ 20,20	0,00%	R\$ 20,20	10	R\$ 2,02	1,0000
15	Amor Crescido	19	Mç	1.829	0,46	0,0%	R\$ 1.829,00	0,01%	R\$ 96,26	96	R\$ 1,00	0,2500
16	Andiroba	4	Pct	48	0,01	0,0%	R\$ 96,00	0,00%	R\$ 24,00	12	R\$ 2,00	0,2500
17	Apaiari	4	Kg	455	0,46	0,0%	R\$ 1.365,00	0,01%	R\$ 341,25	114	R\$ 3,00	1,0000
18	Areá	19	Pct	591	0,27	0,0%	R\$ 591,00	0,00%	R\$ 31,11	31	R\$ 1,00	0,4500
19	Arueira	3	Pct	167	0,04	0,0%	R\$ 167,00	0,00%	R\$ 55,67	56	R\$ 1,00	0,2500
20	Ata	5	Fruto	1.319	1,32	0,0%	R\$ 1.319,00	0,01%	R\$ 263,80	264	R\$ 1,00	1,0000
21	Azeite de Andiroba	1	L1	4	0,00	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 60,00	4	R\$ 15,00	1,0000
22	Bacaba (Muda)	3	Und	120	0,12	0,0%	R\$ 240,00	0,00%	R\$ 80,00	40	R\$ 2,00	1,0000
23	Bacaba Fruto	24	L20	5.264	86,87	1,3%	R\$ 105.280,00	0,70%	R\$ 4.386,67	219	R\$ 20,00	16,5025
24	Bacaba Vinho	94	L1	15.332	32,43	0,5%	R\$ 69.433,50	0,46%	R\$ 738,65	163	R\$ 4,53	2,1155

25	Bacuri	9	Fruto	2.095	1,89	0,0%	R\$ 2.765,40	0,02%	R\$ 307,27	233	R\$ 1,32	0,9000
26	Banana	437	Ch	39.535	785,74	12,1%	R\$ 237.484,00	1,57%	R\$ 543,44	90	R\$ 6,01	19,8747
27	Banana Branca	1	Ch	5	0,10	0,0%	R\$ 87,50	0,00%	R\$ 87,50	5	R\$ 17,50	20,0000
28	Banana Pacuçu/Mingau	3	Und	71	1,00	0,0%	R\$ 106,50	0,00%	R\$ 35,50	24	R\$ 1,50	14,1289
29	Batata Doce	173	Kg	45.410	45,11	0,7%	R\$ 136.446,10	0,90%	R\$ 788,71	262	R\$ 3,00	0,9935
30	Beijú (Mandioca)	3	Und	330	0,33	0,0%	R\$ 330,00	0,00%	R\$ 110,00	110	R\$ 1,00	1,0000
31	Berinjela	36	Kg	8.353	8,35	0,1%	R\$ 16.761,00	0,11%	R\$ 465,58	232	R\$ 2,01	1,0000
32	Biribá	30	Fruto	5.546	4,46	0,1%	R\$ 16.638,00	0,11%	R\$ 554,60	185	R\$ 3,00	0,8050
33	Biscoito De Castanha	2	Pct	130	0,03	0,0%	R\$ 130,00	0,00%	R\$ 65,00	65	R\$ 1,00	0,2000
34	Boldo	5	Mç	70	0,07	0,0%	R\$ 35,00	0,00%	R\$ 7,00	14	R\$ 0,50	1,0000
35	Caatinga de Mulata (Muda)	4	Und	170	0,17	0,0%	R\$ 340,00	0,00%	R\$ 85,00	43	R\$ 2,00	1,0000
36	Cacau	39	Pct	10	0,00	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 0,51	0	R\$ 2,00	0,3260
37	Cacau	39	Und	7.500	2,45	0,0%	R\$ 2.475,00	0,02%	R\$ 63,46	192	R\$ 0,33	0,3260
38	Cajarana	17	Und	3.762	0,46	0,0%	R\$ 940,50	0,01%	R\$ 55,32	221	R\$ 0,25	0,1219
39	Cajú	15	Fruto	2.412	1,60	0,0%	R\$ 603,00	0,00%	R\$ 40,20	161	R\$ 0,25	0,6638
40	Caldo de Cana	4	L1	1.798	3,60	0,1%	R\$ 3.616,00	0,02%	R\$ 904,00	450	R\$ 2,01	2,0000
41	Camapú	8	Pct	404	0,18	0,0%	R\$ 404,00	0,00%	R\$ 50,50	51	R\$ 1,00	0,4500
42	Camarão Regional	1	Kg	75	0,08	0,0%	R\$ 1.275,00	0,01%	R\$ 1.275,00	75	R\$ 17,00	1,0000
43	Cana De Açúcar	34	M	2.212	3,76	0,1%	R\$ 4.662,00	0,03%	R\$ 137,12	65	R\$ 2,11	1,7020
44	Cana De Açúcar	34	Pct	50	0,09	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 2,94	1	R\$ 2,00	1,7020
45	Capim Marinho	10	Mç	1.362	0,34	0,0%	R\$ 1.362,00	0,01%	R\$ 136,20	136	R\$ 1,00	0,2500
46	Cará	101	Kg	13.871	13,87	0,2%	R\$ 15.149,50	0,10%	R\$ 150,00	137	R\$ 1,09	1,0000
47	Carambola	2	Fruto	120	0,01	0,0%	R\$ 42,00	0,00%	R\$ 21,00	60	R\$ 0,35	0,0600
48	Cariru	79	Mç	14.498	9,39	0,1%	R\$ 11.747,37	0,08%	R\$ 148,70	184	R\$ 0,81	0,6474
49	Casca de Ananin	1	Pct	80	0,03	0,0%	R\$ 160,00	0,00%	R\$ 160,00	80	R\$ 2,00	0,3900
50	Casca de Barbatimão	2	Pct	18	0,01	0,0%	R\$ 36,00	0,00%	R\$ 18,00	9	R\$ 2,00	0,3900
51	Casca de Verônica	2	Pct	40	0,02	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 30,00	20	R\$ 1,50	0,3900
52	Castanha De Cajú	8	L1	843	0,18	0,0%	R\$ 843,00	0,01%	R\$ 105,38	105	R\$ 1,00	0,2100
53	Castanha De Cajú Assada	1	Pct	30	0,00	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 30,00	30	R\$ 1,00	0,0550
54	Castanha Do Brasil (Amêndoa)	117	L1	102.461	5,76	0,1%	R\$ 204.922,00	1,36%	R\$ 1.751,47	876	R\$ 2,00	0,0562
55	Castanha do Brasil (Doce)	1	Pt	30	0,02	0,0%	R\$ 461,40	0,00%	R\$ 461,40	30	R\$ 15,38	0,5000
56	Castanha Do Brasil (Ouriço)	8	Und	635	0,60	0,0%	R\$ 1.270,00	0,01%	R\$ 158,75	79	R\$ 2,00	0,9378
57	Castanha Do Brasil (Paçoca)	2	Pct	130	0,05	0,0%	R\$ 130,00	0,00%	R\$ 65,00	65	R\$ 1,00	0,4077
58	Cebolinha	33	Mç	12.462	6,23	0,1%	R\$ 7.758,20	0,05%	R\$ 235,10	378	R\$ 0,62	0,5000

59	Cheiro Verde	309	Mç	2.684.147	67,75	1,0%	R\$ 545.256,80	3,61%	R\$ 1.764,59	8.687	R\$ 0,20	0,0252
60	Chicória	209	Mç	1.097.984	38,47	0,6%	R\$ 559.055,60	3,70%	R\$ 2.674,91	5.254	R\$ 0,51	0,0350
61	Coalhada	3	L1	3.158	3,79	0,1%	R\$ 7.895,00	0,05%	R\$ 2.631,67	1.053	R\$ 2,50	1,2000
62	Cocada	3	Und	276	0,01	0,0%	R\$ 414,00	0,00%	R\$ 138,00	92	R\$ 1,50	0,0500
63	Coco (Gelado)	6	Und	860	0,82	0,0%	R\$ 1.720,00	0,01%	R\$ 286,67	143	R\$ 2,00	0,9500
64	Coco Seco	137	Und	53.936	34,59	0,5%	R\$ 107.747,00	0,71%	R\$ 786,47	394	R\$ 2,00	0,6414
65	Coco Verde	167	Und	165.984	155,91	2,4%	R\$ 93.750,04	0,62%	R\$ 561,38	994	R\$ 0,56	0,9393
66	Coentro	131	Mç	61.317	4,29	0,1%	R\$ 61.317,00	0,41%	R\$ 468,07	468	R\$ 1,00	0,0700
67	Cominho	1	Mç	10	0,00	0,0%	R\$ 5,00	0,00%	R\$ 5,00	10	R\$ 0,50	0,0245
68	Copaiba (Muda)	1	Und	1	0,00	0,0%	R\$ 2,00	0,00%	R\$ 2,00	1	R\$ 2,00	1,0000
69	Couve	256	Mç	1.002.596	74,63	1,2%	R\$ 203.403,00	1,35%	R\$ 794,54	3.916	R\$ 0,20	0,0744
70	Creme de Cupuaçu	5	Pote	253	0,02	0,0%	R\$ 379,50	0,00%	R\$ 75,90	51	R\$ 1,50	0,0600
71	Cubiu	11	Pct	1.483	1,47	0,0%	R\$ 1.483,00	0,01%	R\$ 134,82	135	R\$ 1,00	0,9922
72	Cupuaçu	252	Fruto	67.705	59,89	0,9%	R\$ 135.731,00	0,90%	R\$ 538,62	269	R\$ 2,00	0,8846
73	Espinafre	1	Mç	105	0,11	0,0%	R\$ 65,10	0,00%	R\$ 65,10	105	R\$ 0,62	1,0000
74	Farinha De Mandioca	2.362	L1	2.132.926	1.426,18	22,0%	R\$ 4.304.991,00	28,50%	R\$ 1.822,60	903	R\$ 2,02	0,6687
75	Farinha De Tapioca	224	L1	32.713	32,26	0,5%	R\$ 67.163,00	0,44%	R\$ 299,83	146	R\$ 2,05	0,9862
76	Fava	6	Kg	225	0,20	0,0%	R\$ 225,00	0,00%	R\$ 37,50	38	R\$ 1,00	0,8860
77	Feijão Carioca	41	Kg	2.775	2,78	0,0%	R\$ 2.775,00	0,02%	R\$ 67,68	68	R\$ 1,00	1,0000
78	Feijão Caupi	37	Kg	2.802	2,80	0,0%	R\$ 2.802,00	0,02%	R\$ 75,73	76	R\$ 1,00	1,0000
79	Feijão Verde (Descascado)	30	Kg	7.063	7,06	0,1%	R\$ 21.189,00	0,14%	R\$ 706,30	235	R\$ 3,00	1,0000
80	Feijão Verde (salada)	131	Mç	120.611	80,10	1,2%	R\$ 24.338,70	0,16%	R\$ 185,79	921	R\$ 0,20	0,6641
81	Feijão Verde (Vagem)	50	Mç	22.732	10,50	0,2%	R\$ 22.732,00	0,15%	R\$ 454,64	455	R\$ 1,00	0,4620
82	Flexa	1	Und	10	0,01	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 20,00	10	R\$ 2,00	1,0000
83	Folha De Algodão	24	Mç	4.205	1,47	0,0%	R\$ 2.102,50	0,01%	R\$ 87,60	175	R\$ 0,50	0,3500
84	Folha de Maniva	2	Kg	70	0,07	0,0%	R\$ 35,00	0,00%	R\$ 17,50	35	R\$ 0,50	1,0000
85	Fruta Pão	5	Pct	353	0,13	0,0%	R\$ 353,00	0,00%	R\$ 70,60	71	R\$ 1,00	0,3600
86	Galinha Caipira	49	Und	3.382	6,08	0,1%	R\$ 47.972,00	0,32%	R\$ 979,02	69	R\$ 14,18	1,7975
87	Gengibre	7	Pct	170	0,04	0,0%	R\$ 170,00	0,00%	R\$ 24,29	24	R\$ 1,00	0,2500
88	Goiaba	45	Kg	12.372	12,37	0,2%	R\$ 24.744,00	0,16%	R\$ 549,87	275	R\$ 2,00	1,0000
89	Goma De Tapioca (Amido)	624	Kg	135.408	135,41	2,1%	R\$ 408.577,20	2,71%	R\$ 654,77	217	R\$ 3,02	1,0000
90	Graviola	54	Fruto	2.217	2,74	0,0%	R\$ 4.461,00	0,03%	R\$ 82,61	41	R\$ 2,01	1,2350
91	Hortelã	65	Mç	23.552	7,04	0,1%	R\$ 17.431,08	0,12%	R\$ 268,17	362	R\$ 0,74	0,2988
92	Hortelã	65	Muda	30	0,03	0,0%	R\$ 159,90	0,00%	R\$ 2,46	0	R\$ 5,33	1,0000
93	Inajá	16	L1	1.070	0,79	0,0%	R\$ 4.280,00	0,03%	R\$ 267,50	67	R\$ 4,00	0,7400
94	Ingá	50	Und	13.235	4,43	0,1%	R\$ 13.235,00	0,09%	R\$ 264,70	265	R\$ 1,00	0,3350

95	Jaca Da Bahia	94	Fruto	6.792	44,87	0,7%	R\$ 57.732,00	0,38%	R\$ 614,17	72	R\$ 8,50	6,6060
96	Jambo	8	Pct	1.490	0,91	0,0%	R\$ 1.490,00	0,01%	R\$ 186,25	186	R\$ 1,00	0,6121
97	Jambú	227	Mç	142.385	5,52	0,1%	R\$ 47.578,45	0,31%	R\$ 209,60	627	R\$ 0,33	0,0387
98	Jiju	3	Kg	100	0,10	0,0%	R\$ 500,00	0,00%	R\$ 166,67	33	R\$ 5,00	1,0000
99	Jiló	26	Kg	1.874	1,84	0,0%	R\$ 1.889,00	0,01%	R\$ 72,65	72	R\$ 1,01	0,9828
100	Laranja	201	Fruto	1.309.318	158,02	2,4%	R\$ 262.213,60	1,74%	R\$ 1.304,55	6.514	R\$ 0,20	0,1207
101	Laranja Da Terra	7	Fruto	1.653	0,21	0,0%	R\$ 413,25	0,00%	R\$ 59,04	236	R\$ 0,25	0,1290
102	Leite De Gado	5	L1	1.058	1,21	0,0%	R\$ 2.116,00	0,01%	R\$ 423,20	212	R\$ 2,00	1,1393
103	Leite Do Amapá	2	L1	37	0,04	0,0%	R\$ 555,00	0,00%	R\$ 277,50	19	R\$ 15,00	1,2000
104	Leite Sucuíba	1	L1	2	0,00	0,0%	R\$ 10,00	0,00%	R\$ 10,00	2	R\$ 5,00	1,2000
105	Lima	18	Fruto	3.830	0,49	0,0%	R\$ 766,00	0,01%	R\$ 42,56	213	R\$ 0,20	0,1290
106	Limão	378	Fruto	477.532	22,69	0,3%	R\$ 47.876,20	0,32%	R\$ 126,66	1.263	R\$ 0,10	0,0475
107	Limão	378	Pct	450	0,09	0,0%	R\$ 900,00	0,01%	R\$ 2,38	1	R\$ 2,00	0,2000
108	Limão Galego	55	Fruto	13.619	1,75	0,0%	R\$ 4.771,15	0,03%	R\$ 86,75	248	R\$ 0,35	0,1284
109	Macaxeira (Descascada)	12	Kg	1.380	1,38	0,0%	R\$ 3.795,00	0,03%	R\$ 316,25	115	R\$ 2,75	1,0000
110	Macaxeira (Raiz)	303	Kg	261.858	261,70	4,0%	R\$ 524.841,50	3,47%	R\$ 1.732,15	864	R\$ 2,00	0,9994
111	Mamão Comum	134	Kg	96.446	96,47	1,5%	R\$ 98.322,00	0,65%	R\$ 733,75	720	R\$ 1,02	1,0003
112	Mamão Havai	11	Kg	2.940	2,94	0,0%	R\$ 5.880,00	0,04%	R\$ 534,55	267	R\$ 2,00	1,0000
113	Mandioca	3	Kg	106	0,11	0,0%	R\$ 106,00	0,00%	R\$ 35,33	35	R\$ 1,00	1,0000
114	Manga Comum	96	Kg	38.497	38,50	0,6%	R\$ 48.506,22	0,32%	R\$ 505,27	401	R\$ 1,26	1,0000
115	Manga Comum	96	Pct	744	0,74	0,0%	R\$ 1.674,00	0,01%	R\$ 17,44	8	R\$ 2,25	1,0000
116	Mangericão	25	Mç	7.076	0,23	0,0%	R\$ 3.538,00	0,02%	R\$ 141,52	283	R\$ 0,50	0,0328
117	Maniva Pré Cozida	47	Kg	114.986	114,99	1,8%	R\$ 288.395,00	1,91%	R\$ 6.136,06	2.447	R\$ 2,51	1,0000
118	Maracujá	162	Kg	57.521	57,60	0,9%	R\$ 116.912,00	0,77%	R\$ 721,68	355	R\$ 2,03	1,0014
119	Mari-Mari	3	Pct	650	0,65	0,0%	R\$ 650,00	0,00%	R\$ 216,67	217	R\$ 1,00	1,0000
120	Massa De Macaxeira	57	Kg	100.835	100,84	1,6%	R\$ 202.260,00	1,34%	R\$ 3.548,42	1.769	R\$ 2,01	1,0000
121	Mastruz	145	Mç	88.992	20,47	0,3%	R\$ 88.992,00	0,59%	R\$ 613,74	614	R\$ 1,00	0,2300
122	Maxixe	285	Mç	388.695	69,57	1,1%	R\$ 391.626,00	2,59%	R\$ 1.374,13	1.364	R\$ 1,01	0,1790
123	Mel De Abelha	17	L1	1.297	2,43	0,0%	R\$ 19.405,00	0,13%	R\$ 1.141,47	76	R\$ 14,96	1,8700
124	Melancia	81	Und	44.705	353,97	5,5%	R\$ 357.314,00	2,37%	R\$ 4.411,28	552	R\$ 7,99	7,9180
125	Milho (Grão)	12	Kg	4.860	4,86	0,1%	R\$ 4.860,00	0,03%	R\$ 405,00	405	R\$ 1,00	1,0000
126	Milho Verde	84	Und	203.131	33,52	0,5%	R\$ 101.565,50	0,67%	R\$ 1.209,11	2.418	R\$ 0,50	0,1650
127	Murici	25	Kg	839	0,84	0,0%	R\$ 1.678,00	0,01%	R\$ 67,12	34	R\$ 2,00	1,0000
128	Mururé	2	Mç	20	0,02	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 10,00	10	R\$ 1,00	1,0000
129	none	1	Pct	2	0,00	0,0%	R\$ 2,00	0,00%	R\$ 2,00	2	R\$ 1,00	0,4430
130	Óleo de Copafba	2	L1	20	0,02	0,0%	R\$ 300,00	0,00%	R\$ 150,00	10	R\$ 15,00	1,0600
131	Oriza (Muda)	7	Und	317	0,32	0,0%	R\$ 634,00	0,00%	R\$ 90,57	45	R\$ 2,00	1,0000

132	Ovos	14	Dz	22.646	12,76	0,2%	R\$ 90.884,00	0,60%	R\$ 6.491,71	1.618	R\$ 4,01	0,5633
133	Ovos (Codorna)	1	Dz	5	0,01	0,0%	R\$ 25,00	0,00%	R\$ 25,00	5	R\$ 5,00	1,0000
134	Pacu	1	Kg	60	0,06	0,0%	R\$ 120,00	0,00%	R\$ 120,00	60	R\$ 2,00	1,0000
135	Pato	4	Und	114	0,25	0,0%	R\$ 2.925,00	0,02%	R\$ 731,25	29	R\$ 25,66	2,2000
136	Pepino	251	Kg	255.940	255,87	3,9%	R\$ 518.066,10	3,43%	R\$ 2.064,01	1.020	R\$ 2,02	0,9997
137	Pimenta (Condimentos)	46	Pote	2.598	0,52	0,0%	R\$ 2.598,00	0,02%	R\$ 56,48	56	R\$ 1,00	0,2000
138	Pimenta Do Reino	4	Kg	790	0,78	0,0%	R\$ 3.160,00	0,02%	R\$ 790,00	198	R\$ 4,00	0,9848
139	Pimenta Queimosa	136	Pct	53.860	3,06	0,0%	R\$ 54.078,47	0,36%	R\$ 397,64	396	R\$ 1,00	0,0568
140	Pimenta Tempero(Verde)	409	Kg	155.721	155,38	2,4%	R\$ 1.176.678,92	7,79%	R\$ 2.876,97	381	R\$ 7,56	0,9978
141	Pimentão	15	Kg	827	0,83	0,0%	R\$ 2.911,04	0,02%	R\$ 194,07	55	R\$ 3,52	1,0000
142	Piquiá	114	Und	46.415	30,88	0,5%	R\$ 92.830,00	0,61%	R\$ 814,30	407	R\$ 2,00	0,6654
143	Pirarucu	10	Kg	548	0,55	0,0%	R\$ 3.288,00	0,02%	R\$ 328,80	55	R\$ 6,00	1,0000
144	Pitomba	1	Pct	100	0,05	0,0%	R\$ 200,00	0,00%	R\$ 200,00	100	R\$ 2,00	0,4500
145	Plantas Medicinai	16	Mç	5.982	1,02	0,0%	R\$ 35.892,00	0,24%	R\$ 2.243,25	374	R\$ 6,00	0,1700
146	Polpa De Abacaxi	49	Kg	26.542	26,54	0,4%	R\$ 72.175,57	0,48%	R\$ 1.472,97	542	R\$ 2,72	0,9999
147	Polpa De Acerola	51	Kg	36.311	36,31	0,6%	R\$ 109.282,65	0,72%	R\$ 2.142,80	712	R\$ 3,01	1,0000
148	Polpa de Bacuri	1	Kg	4	0,00	0,0%	R\$ 14,00	0,00%	R\$ 14,00	4	R\$ 3,50	1,0000
149	Polpa De Cajú	24	Kg	1.355	1,36	0,0%	R\$ 4.857,50	0,03%	R\$ 202,40	56	R\$ 3,58	1,0000
150	Polpa De Cupuaçu	292	Kg	68.137	68,60	1,1%	R\$ 242.416,85	1,60%	R\$ 830,19	233	R\$ 3,56	1,0068
151	Polpa De Goiaba	41	Kg	28.363	28,36	0,4%	R\$ 103.947,05	0,69%	R\$ 2.535,29	692	R\$ 3,66	1,0000
152	Polpa De Graviola	35	Kg	1.341	1,34	0,0%	R\$ 4.894,65	0,03%	R\$ 139,85	38	R\$ 3,65	1,0000
153	Polpa de Manga	9	Kg	453	0,45	0,0%	R\$ 2.134,95	0,01%	R\$ 237,22	50	R\$ 4,71	1,0000
154	Polpa De Maracujá	55	Kg	35.020	35,02	0,5%	R\$ 128.163,40	0,85%	R\$ 2.330,24	637	R\$ 3,66	1,0000
155	Polpa De Muruci	35	Kg	7.313	7,31	0,1%	R\$ 25.313,54	0,17%	R\$ 723,24	209	R\$ 3,46	1,0000
156	Polpa De Taperebá	42	Kg	34.186	34,19	0,5%	R\$ 124.931,40	0,83%	R\$ 2.974,56	814	R\$ 3,65	1,0000
157	Pupunha (Cozida)	64	Pct	11.516	4,49	0,1%	R\$ 11.676,00	0,08%	R\$ 182,44	180	R\$ 1,01	0,3900
158	Pupunha In Natura	366	Kg	127.402	126,99	2,0%	R\$ 318.953,00	2,11%	R\$ 871,46	348	R\$ 2,50	0,9967
159	Queijo Manteiga	1	Kg	30	0,03	0,0%	R\$ 450,00	0,00%	R\$ 450,00	30	R\$ 15,00	1,0000
160	Quiabo	129	Mç	142.111	48,32	0,7%	R\$ 142.661,00	0,94%	R\$ 1.105,90	1.102	R\$ 1,00	0,3400
161	Rabanete	1	Mç	10	0,00	0,0%	R\$ 10,00	0,00%	R\$ 10,00	10	R\$ 1,00	0,2000
162	Ramputã	20	Pct	1.252	0,47	0,0%	R\$ 3.756,00	0,02%	R\$ 187,80	63	R\$ 3,00	0,3770
163	Repolho	36	Kg	5.935	5,94	0,1%	R\$ 18.169,60	0,12%	R\$ 504,71	165	R\$ 3,06	1,0000
164	Rúcula	9	Mç	1.625	0,31	0,0%	R\$ 812,50	0,01%	R\$ 90,28	181	R\$ 0,50	0,1900
165	Salsa	41	Mç	28.755	6,33	0,1%	R\$ 10.070,25	0,07%	R\$ 245,62	701	R\$ 0,35	0,2200
166	Tambaqui	12	Kg	735	0,74	0,0%	R\$ 3.675,00	0,02%	R\$ 306,25	61	R\$ 5,00	1,0000
167	Tamoatá	12	Kg	1.300	1,25	0,0%	R\$ 1.300,00	0,01%	R\$ 108,33	108	R\$ 1,00	0,9590
168	Tangerina	102	Fruto	144.340	15,70	0,2%	R\$ 36.085,00	0,24%	R\$ 353,77	1.415	R\$ 0,25	0,1088

169	Taperebá	17	Kg	1.779	1,78	0,0%	R\$ 3.118,25	0,02%	R\$ 183,43	105	R\$ 1,75	1,0000
170	Tomate	13	Kg	859	0,86	0,0%	R\$ 859,00	0,01%	R\$ 66,08	66	R\$ 1,00	1,0000
171	Tomate Cereja	2	Kg	25	0,03	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 50,00	13	R\$ 4,00	1,0000
172	Traíra	20	Kg	3.995	3,74	0,1%	R\$ 19.975,00	0,13%	R\$ 998,75	200	R\$ 5,00	0,9367
173	Tucumã	10	L1	707	0,63	0,0%	R\$ 707,00	0,00%	R\$ 70,70	71	R\$ 1,00	0,8931
174	Tucunaré	5	Kg	280	0,28	0,0%	R\$ 1.120,00	0,01%	R\$ 224,00	56	R\$ 4,00	1,0000
175	Tucupi	537	L1	119.374	238,00	3,7%	R\$ 239.520,50	1,59%	R\$ 446,03	222	R\$ 2,01	1,9938
176	Tucupi (Molho Apimentado)	18	L1	1.073	1,34	0,0%	R\$ 1.609,50	0,01%	R\$ 89,42	60	R\$ 1,50	1,2500
177	Urucum (Cachopa)	9	Mç	392	0,39	0,0%	R\$ 392,00	0,00%	R\$ 43,56	44	R\$ 1,00	1,0000
178	Urucum Vinho	17	L1	479	0,44	0,0%	R\$ 720,00	0,00%	R\$ 42,35	28	R\$ 1,50	0,9220
179	Uxi	26	Fruto	6.095	6,10	0,1%	R\$ 2.011,35	0,01%	R\$ 77,36	234	R\$ 0,33	1,0000
180	Vinagreira	22	Mç	1.383	0,17	0,0%	R\$ 1.383,00	0,01%	R\$ 62,86	63	R\$ 1,00	0,1250
<b>Total Geral</b>				<b>6.488</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 15.104.515,16</b>	<b>100,00%</b>					

**Produção Comercializada nas Feiras de Produtores no Estado do Amapá, no Ano de 2016. Produto, Número de Produtores, Quantidade, Equivalente Tonelada, Receita e Médias dos Produtos por Maior Receita.**

Período de 01/01/2016 à 31/12/2016

Nº Preço Médio (Kg)	Produto por Unidade	Nº de Peso Médio por Produtores	Unid por Unidade (Kg)	Quant	Eq/T	%	Receita	%	Receita Média	por Produtor	Produção	Média por
									por Produtor	Média por Produtor	por Unidade	Unidade
1	Abacate	35	Kg	4.096	4,10	0,1%	R\$ 4.927,20	0,02%	R\$ 140,78	117	R\$ 1,20	1,0000
2	Abacaxi	112	Fruto	494.193	414,54	5,4%	R\$ 1.955.350,12	5,99%	R\$ 17.458,48	4.412	R\$ 3,96	0,8388
3	Abiu	15	Und	3.190	0,31	0,0%	R\$ 414,70	0,00%	R\$ 27,65	213	R\$ 0,13	0,0975
4	Abóbora Ou Jerimun	336	Und	82.795	328,96	4,3%	R\$ 720.982,42	2,21%	R\$ 2.145,78	246	R\$ 8,71	3,9732
5	Abobrinha Verde	3	Kg	60	0,06	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 10,00	20	R\$ 0,50	1,0000
6	Açaí (Muda)	9	Und	806	0,81	0,0%	R\$ 1.612,00	0,00%	R\$ 179,11	90	R\$ 2,00	1,0000
7	Açaí Fruto	47	L20	4.965	54,29	0,7%	R\$ 99.315,00	0,30%	R\$ 2.113,09	106	R\$ 20,00	10,9348
8	Açaí Vinho	112	L1	17.626	26,11	0,3%	R\$ 70.771,00	0,22%	R\$ 631,88	157	R\$ 4,02	1,4813
9	Acará (peixe)	11	Kg	1.035	1,04	0,0%	R\$ 2.070,00	0,01%	R\$ 188,18	94	R\$ 2,00	1,0000
10	Acerola	74	Kg	19.158	19,10	0,2%	R\$ 40.453,00	0,12%	R\$ 546,66	259	R\$ 2,11	0,9971
11	Agrião	12	Mç	2.729	0,44	0,0%	R\$ 2.729,00	0,01%	R\$ 227,42	227	R\$ 1,00	0,1625
12	Alface	200	Pé	535.077	72,24	0,9%	R\$ 933.067,66	2,86%	R\$ 4.665,34	2.675	R\$ 1,74	0,1350
13	Alface Americano	1	Pé	30	0,00	0,0%	R\$ 90,00	0,00%	R\$ 90,00	30	R\$ 3,00	0,1350

14	Alfavaca	14	Mç	251	0,08	0,0%	R\$ 251,00	0,00%	R\$ 17,93	18	R\$ 1,00	0,3200
15	Algodão	17	Mç	1.176	0,12	0,0%	R\$ 1.176,00	0,00%	R\$ 69,18	69	R\$ 1,00	0,1006
16	Ameixa	6	Kg	205	0,21	0,0%	R\$ 592,00	0,00%	R\$ 98,67	34	R\$ 2,89	1,0000
17	Amor Crescido	31	Mç	1.845	0,46	0,0%	R\$ 1.845,00	0,01%	R\$ 59,52	60	R\$ 1,00	0,2500
18	Amor Crescido	31	Muda	1.740	1,74	0,0%	R\$ 5.655,00	0,02%	R\$ 182,42	56	R\$ 3,25	1,0000
19	Anador	2	Muda	20	0,02	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 50,00	10	R\$ 5,00	1,0000
20	Andiroba	1	Pct	10	0,00	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 20,00	10	R\$ 2,00	0,2500
21	Apaiari	3	Kg	90	0,09	0,0%	R\$ 270,00	0,00%	R\$ 90,00	30	R\$ 3,00	1,0000
22	Areá	23	Pct	1.082	0,49	0,0%	R\$ 1.082,00	0,00%	R\$ 47,04	47	R\$ 1,00	0,4500
23	Arroz Beneficiado	1	Kg	160	0,16	0,0%	R\$ 193,60	0,00%	R\$ 193,60	160	R\$ 1,21	1,0000
24	Arroz em Casca	1	Kg	30	0,03	0,0%	R\$ 22,50	0,00%	R\$ 22,50	30	R\$ 0,75	1,0000
25	Arruda	10	Muda	4.396	4,40	0,1%	R\$ 51.301,32	0,16%	R\$ 5.130,13	440	R\$ 11,67	1,0000
26	Aruanã	1	Kg	50	0,05	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	50	R\$ 1,00	1,0000
27	Arueira	1	Pct	30	0,01	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 30,00	30	R\$ 1,00	0,2500
28	Ata	8	Fruto	1.268	1,27	0,0%	R\$ 1.268,00	0,00%	R\$ 158,50	159	R\$ 1,00	1,0000
29	Azeite de Andiroba	1	L1	17	0,01	0,0%	R\$ 255,00	0,00%	R\$ 255,00	17	R\$ 15,00	0,8629
30	Babatimão	3	Pct	44	0,04	0,0%	R\$ 220,00	0,00%	R\$ 73,33	15	R\$ 5,00	1,0000
31	Babosa	5	Muda	353	0,35	0,0%	R\$ 1.765,00	0,01%	R\$ 353,00	71	R\$ 5,00	1,0000
32	Bacaba (Muda)	6	Und	385	0,33	0,0%	R\$ 770,00	0,00%	R\$ 128,33	64	R\$ 2,00	0,8616
33	Bacaba Fruto	16	L20	1.584	27,81	0,4%	R\$ 21.880,00	0,07%	R\$ 1.367,50	99	R\$ 13,81	17,5541
34	Bacaba Vinho	85	L1	13.252	9,97	0,1%	R\$ 113.637,00	0,35%	R\$ 1.336,91	156	R\$ 8,58	0,7525
35	Banana	478	Ch	47.902	948,09	12,4%	R\$ 314.518,00	0,96%	R\$ 657,99	100	R\$ 6,57	19,7922
36	Banana Branca	14	Ch	224	4,48	0,1%	R\$ 3.920,00	0,01%	R\$ 280,00	16	R\$ 17,50	20,0000
37	Banana Pacuçu	11	Ch	100	2,00	0,0%	R\$ 2.500,00	0,01%	R\$ 227,27	9	R\$ 25,00	20,0000
38	Banana Pacuçu/Mingau	17	Und	1.695	1,43	0,0%	R\$ 2.542,50	0,01%	R\$ 149,56	100	R\$ 1,50	0,8409
39	Banana Prata	45	Ch	1.065	21,30	0,3%	R\$ 23.962,50	0,07%	R\$ 532,50	24	R\$ 22,50	20,0000
40	Batata Doce	220	Kg	76.376	75,89	1,0%	R\$ 344.322,50	1,05%	R\$ 1.565,10	347	R\$ 4,51	0,9936
41	Beijú (Mandioca)	1	Und	20	0,02	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 20,00	20	R\$ 1,00	1,0000
42	Berinjela	40	Kg	11.330	11,33	0,1%	R\$ 34.055,00	0,10%	R\$ 851,38	283	R\$ 3,01	1,0000
43	Biribá	67	Fruto	15.231	12,26	0,2%	R\$ 45.693,00	0,14%	R\$ 681,99	227	R\$ 3,00	0,8050
44	Boldo	11	Mç	124	0,12	0,0%	R\$ 62,00	0,00%	R\$ 5,64	11	R\$ 0,50	1,0000
45	Buriti	1	Fruto	5	0,00	0,0%	R\$ 5,00	0,00%	R\$ 5,00	5	R\$ 1,00	0,2000
46	Caatinga de Mulata (Muda)	9	Muda	675	0,68	0,0%	R\$ 4.387,50	0,01%	R\$ 487,50	75	R\$ 6,50	1,0000
47	Caatinga de Mulata (Muda)	9	Und	835	0,84	0,0%	R\$ 1.670,00	0,01%	R\$ 185,56	93	R\$ 2,00	1,0000
48	Cacau	26	Pct	820	0,27	0,0%	R\$ 1.640,00	0,01%	R\$ 63,08	32	R\$ 2,00	0,3260
49	Cacau	26	Und	4.121	1,34	0,0%	R\$ 1.359,93	0,00%	R\$ 52,31	159	R\$ 0,33	0,3260

50	Cajarana	11	Und	992	0,14	0,0%	R\$ 248,00	0,00%	R\$ 22,55	90	R\$ 0,25	0,1383
51	Cajú	21	Fruto	17.480	11,60	0,2%	R\$ 4.370,00	0,01%	R\$ 208,10	832	R\$ 0,25	0,6638
52	Caldo de Cana	3	L1	1.274	0,94	0,0%	R\$ 1.945,50	0,01%	R\$ 648,50	425	R\$ 1,53	0,7392
53	Camapú	12	Pct	1.828	0,82	0,0%	R\$ 1.828,00	0,01%	R\$ 152,33	152	R\$ 1,00	0,4500
54	Camarão Fresco com Casca	1	Kg	40	0,04	0,0%	R\$ 706,80	0,00%	R\$ 706,80	40	R\$ 17,67	1,0000
55	Camarão Regional	1	Kg	50	0,05	0,0%	R\$ 850,00	0,00%	R\$ 850,00	50	R\$ 17,00	1,0000
56	Cana De Açúcar	54	M	2.168	3,65	0,0%	R\$ 2.168,00	0,01%	R\$ 40,15	40	R\$ 1,00	1,6858
57	Cana De Açúcar	54	Pct	2.481	4,22	0,1%	R\$ 4.962,00	0,02%	R\$ 91,89	46	R\$ 2,00	1,7020
58	Canela	6	Mç	280	0,04	0,0%	R\$ 280,00	0,00%	R\$ 46,67	47	R\$ 1,00	0,1250
59	Capim Marinho	19	Mç	3.175	0,79	0,0%	R\$ 3.175,00	0,01%	R\$ 167,11	167	R\$ 1,00	0,2500
60	Capim Marinho	19	Muda	2.796	2,80	0,0%	R\$ 13.980,00	0,04%	R\$ 735,79	147	R\$ 5,00	1,0000
61	Cará	179	Kg	24.501	24,42	0,3%	R\$ 94.313,50	0,29%	R\$ 526,89	137	R\$ 3,85	0,9967
62	Carambola	4	Fruto	1.435	0,09	0,0%	R\$ 502,25	0,00%	R\$ 125,56	359	R\$ 0,35	0,0600
63	Cariru	75	Mç	13.809	8,98	0,1%	R\$ 13.786,20	0,04%	R\$ 183,82	184	R\$ 1,00	0,6500
64	Casca de Verônica	1	Pct	40	0,02	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 60,00	40	R\$ 1,50	0,3900
65	Castanha De Cajú	45	Kg	628	0,63	0,0%	R\$ 12.980,76	0,04%	R\$ 288,46	14	R\$ 20,67	1,0000
66	Castanha De Cajú	45	L1	7.828	1,64	0,0%	R\$ 7.834,00	0,02%	R\$ 174,09	174	R\$ 1,00	0,2100
67	Castanha De Cajú Assada	4	Pct	670	0,39	0,0%	R\$ 670,00	0,00%	R\$ 167,50	168	R\$ 1,00	0,5858
68	Castanha Do Brasil (Amêndoa)	81	L1	33.238	4,12	0,1%	R\$ 82.001,00	0,25%	R\$ 1.012,36	410	R\$ 2,47	0,1239
69	Castanha Do Brasil (Ouriço)	5	Und	115	0,12	0,0%	R\$ 230,00	0,00%	R\$ 46,00	23	R\$ 2,00	1,0000
70	Castanha Do Brasil (Paçoca)	2	Pct	125	0,06	0,0%	R\$ 125,00	0,00%	R\$ 62,50	63	R\$ 1,00	0,5000
71	Cebolinha	30	Mç	10.919	5,46	0,1%	R\$ 10.919,00	0,03%	R\$ 363,97	364	R\$ 1,00	0,5000
72	Chama	17	Muda	11.687	11,69	0,2%	R\$ 75.965,50	0,23%	R\$ 4.468,56	687	R\$ 6,50	1,0000
73	Cheiro Verde	311	Mç	3.235.893	83,60	1,1%	R\$ 1.862.549,35	5,70%	R\$ 5.988,90	10.405	R\$ 0,58	0,0258
74	Chicória	227	Mç	1.368.759	47,90	0,6%	R\$ 754.449,86	2,31%	R\$ 3.323,57	6.030	R\$ 0,55	0,0350
75	Coalhada	10	L1	2.746	2,63	0,0%	R\$ 7.115,00	0,02%	R\$ 711,50	275	R\$ 2,59	0,9560
76	Cocada	1	Und	200	0,16	0,0%	R\$ 220,00	0,00%	R\$ 220,00	200	R\$ 1,10	0,8100
77	Coco (Gelado)	2	Und	556	0,53	0,0%	R\$ 1.112,00	0,00%	R\$ 556,00	278	R\$ 2,00	0,9500
78	Coco (muda)	1	und	20	0,02	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 100,00	20	R\$ 5,00	1,0000
79	Coco Seco	105	Und	29.637	19,00	0,2%	R\$ 54.350,50	0,17%	R\$ 517,62	282	R\$ 1,83	0,6410
80	Coco Verde	108	Und	62.914	59,11	0,8%	R\$ 94.141,64	0,29%	R\$ 871,68	583	R\$ 1,50	0,9395
81	Coeja	2	Muda	320	0,32	0,0%	R\$ 2.560,00	0,01%	R\$ 1.280,00	160	R\$ 8,00	1,0000
82	Coentro	121	Mç	93.405	6,55	0,1%	R\$ 93.405,00	0,29%	R\$ 771,94	772	R\$ 1,00	0,0701
83	Cominho	6	Muda	86	0,09	0,0%	R\$ 430,00	0,00%	R\$ 71,67	14	R\$ 5,00	1,0000

84	Couve	244	Mç	1.146.923	84,81	1,1%	R\$ 792.836,52	2,43%	R\$ 3.249,33	4.701	R\$ 0,69	0,0739
85	Creme de Cupuaçu	10	Pote	365	0,02	0,0%	R\$ 547,50	0,00%	R\$ 54,75	37	R\$ 1,50	0,0600
86	Cubiu	4	Pct	184	0,18	0,0%	R\$ 184,00	0,00%	R\$ 46,00	46	R\$ 1,00	1,0000
87	Cupuaçu	206	Fruto	29.050	25,69	0,3%	R\$ 94.065,00	0,29%	R\$ 456,63	141	R\$ 3,24	0,8842
88	Desinflama	3	Muda	50	0,05	0,0%	R\$ 250,00	0,00%	R\$ 83,33	17	R\$ 5,00	1,0000
89	Espinafre	2	Mç	180	0,18	0,0%	R\$ 466,50	0,00%	R\$ 233,25	90	R\$ 2,59	1,0000
90	Farinha De Mandioca	2.392	L1	2.698.574	1.806,24	23,6%	R\$ 11.615.689,07	35,57%	R\$ 4.856,06	1.128	R\$ 4,30	0,6693
91	Farinha De Tapioca	201	L1	30.394	26,99	0,4%	R\$ 149.982,00	0,46%	R\$ 746,18	151	R\$ 4,93	0,8881
92	Fava	10	Kg	420	0,42	0,0%	R\$ 1.276,00	0,00%	R\$ 127,60	42	R\$ 3,04	1,0000
93	Feijão Carioca	53	Kg	15.603	15,60	0,2%	R\$ 39.007,50	0,12%	R\$ 735,99	294	R\$ 2,50	1,0000
94	Feijão Caupi	68	Kg	8.112	8,11	0,1%	R\$ 20.280,00	0,06%	R\$ 298,24	119	R\$ 2,50	1,0000
95	Feijão Verde (Descascado)	28	Kg	3.953	3,95	0,1%	R\$ 14.339,00	0,04%	R\$ 512,11	141	R\$ 3,63	1,0000
96	Feijão Verde (salada)	168	Mç	162.729	107,86	1,4%	R\$ 102.714,35	0,31%	R\$ 611,39	969	R\$ 0,63	0,6628
97	Feijão Verde (Vagem)	14	Mç	2.455	1,56	0,0%	R\$ 2.553,75	0,01%	R\$ 182,41	175	R\$ 1,04	0,6373
98	Flexa	2	Und	585	0,59	0,0%	R\$ 1.170,00	0,00%	R\$ 585,00	293	R\$ 2,00	1,0000
99	Folha De Algodão	36	Mç	4.673	1,64	0,0%	R\$ 2.346,50	0,01%	R\$ 65,18	130	R\$ 0,50	0,3500
100	Fruta Pão	7	Pct	1.200	0,43	0,0%	R\$ 1.200,00	0,00%	R\$ 171,43	171	R\$ 1,00	0,3600
101	Galinha Caipira	51	Und	6.140	11,04	0,1%	R\$ 142.968,00	0,44%	R\$ 2.803,29	120	R\$ 23,28	1,7972
102	Geléia de Cupuaçu	1	Pote	20	0,00	0,0%	R\$ 40,00	0,00%	R\$ 40,00	20	R\$ 2,00	0,1700
103	Gengibre	21	Pct	2.824	0,71	0,0%	R\$ 2.844,00	0,01%	R\$ 135,43	134	R\$ 1,01	0,2497
104	Goiaba	82	Kg	13.994	13,99	0,2%	R\$ 28.008,00	0,09%	R\$ 341,56	171	R\$ 2,00	1,0000
105	Goma De Tapioca (Amido)	564	Kg	115.287	115,21	1,5%	R\$ 455.238,90	1,39%	R\$ 807,16	204	R\$ 3,95	0,9993
106	Graviola	69	Fruto	3.117	3,85	0,1%	R\$ 9.626,00	0,03%	R\$ 139,51	45	R\$ 3,09	1,2350
107	Hortelã	78	Mç	14.000	4,20	0,1%	R\$ 14.213,60	0,04%	R\$ 182,23	179	R\$ 1,02	0,3000
108	Hortelã	78	Muda	10.661	10,66	0,1%	R\$ 56.823,13	0,17%	R\$ 728,50	137	R\$ 5,33	1,0000
109	Inajá	19	L1	790	0,57	0,0%	R\$ 1.700,00	0,01%	R\$ 89,47	42	R\$ 2,15	0,7215
110	Ingá	52	Und	14.918	5,00	0,1%	R\$ 14.918,00	0,05%	R\$ 286,88	287	R\$ 1,00	0,3350
111	Inhame	3	Kg	66	0,07	0,0%	R\$ 132,00	0,00%	R\$ 44,00	22	R\$ 2,00	1,0000
112	Jaca Da Bahia	139	Fruto	11.829	77,94	1,0%	R\$ 100.546,50	0,31%	R\$ 723,36	85	R\$ 8,50	6,5893
113	Jambo	7	Pct	640	0,64	0,0%	R\$ 640,00	0,00%	R\$ 91,43	91	R\$ 1,00	1,0000
114	Jambú	218	Mç	156.349	5,84	0,1%	R\$ 221.699,61	0,68%	R\$ 1.016,97	717	R\$ 1,42	0,0373
115	Japana	2	Muda	135	0,14	0,0%	R\$ 675,00	0,00%	R\$ 337,50	68	R\$ 5,00	1,0000
116	Jiju	6	Kg	270	0,27	0,0%	R\$ 1.350,00	0,00%	R\$ 225,00	45	R\$ 5,00	1,0000
117	Jiló	25	Kg	967	0,97	0,0%	R\$ 2.139,00	0,01%	R\$ 85,56	39	R\$ 2,21	1,0000
118	Laranja	236	Fruto	1.341.152	164,09	2,1%	R\$ 373.701,00	1,14%	R\$ 1.583,48	5.683	R\$ 0,28	0,1224
119	Laranja Da Terra	16	Fruto	3.200	0,41	0,0%	R\$ 1.140,00	0,00%	R\$ 71,25	200	R\$ 0,36	0,1290

120	Leite De Gado	10	L1	817	0,74	0,0%	R\$ 1.634,00	0,01%	R\$ 163,40	82	R\$ 2,00	0,9019
121	Leite Do Amapá	3	L1	62	0,05	0,0%	R\$ 1.550,00	0,00%	R\$ 516,67	21	R\$ 25,00	0,7702
122	Lima	22	Fruto	7.502	0,97	0,0%	R\$ 1.500,40	0,00%	R\$ 68,20	341	R\$ 0,20	0,1290
123	Limão	376	Fruto	336.298	15,89	0,2%	R\$ 66.984,50	0,21%	R\$ 178,15	894	R\$ 0,20	0,0473
124	Limão	376	Pct	95.660	19,13	0,2%	R\$ 191.320,00	0,59%	R\$ 508,83	254	R\$ 2,00	0,2000
125	Limão Galego	60	Fruto	16.333	2,11	0,0%	R\$ 6.478,40	0,02%	R\$ 107,97	272	R\$ 0,40	0,1290
126	Limão Tanja	3	Pct	280	0,12	0,0%	R\$ 560,00	0,00%	R\$ 186,67	93	R\$ 2,00	0,4286
127	Macaxeira (Descascada)	198	Kg	134.542	134,54	1,8%	R\$ 369.990,50	1,13%	R\$ 1.868,64	680	R\$ 2,75	1,0000
128	Macaxeira (Raiz)	253	Kg	205.653	204,82	2,7%	R\$ 611.407,50	1,87%	R\$ 2.416,63	813	R\$ 2,97	0,9959
129	Mamão Comum	170	Kg	164.201	164,20	2,1%	R\$ 491.433,00	1,50%	R\$ 2.890,78	966	R\$ 2,99	1,0000
130	Mamão Havai	1	Kg	80	0,08	0,0%	R\$ 280,00	0,00%	R\$ 280,00	80	R\$ 3,50	1,0000
131	Mandioca	3	Kg	35	0,04	0,0%	R\$ 35,00	0,00%	R\$ 11,67	12	R\$ 1,00	1,0000
132	Manga Comum	115	Kg	33.708	33,21	0,4%	R\$ 42.943,88	0,13%	R\$ 373,43	293	R\$ 1,27	0,9852
133	Manga Comum	115	Pct	8.334	8,33	0,1%	R\$ 18.751,50	0,06%	R\$ 163,06	72	R\$ 2,25	1,0000
134	Manga Enxertada	4	Fruto	225	0,07	0,0%	R\$ 435,00	0,00%	R\$ 108,75	56	R\$ 1,93	0,3000
135	Mangaba	6	Pct	485	0,49	0,0%	R\$ 2.425,00	0,01%	R\$ 404,17	81	R\$ 5,00	1,0000
136	Mangericão	39	Mç	5.166	0,20	0,0%	R\$ 2.845,50	0,01%	R\$ 72,96	132	R\$ 0,55	0,0386
137	Mangericão	39	Muda	6.330	6,33	0,1%	R\$ 18.990,00	0,06%	R\$ 486,92	162	R\$ 3,00	1,0000
138	Maniva Pré Cozida	59	Kg	165.705	165,71	2,2%	R\$ 662.220,00	2,03%	R\$ 11.224,07	2.809	R\$ 4,00	1,0000
139	Maracujá	155	Kg	90.572	90,49	1,2%	R\$ 362.780,00	1,11%	R\$ 2.340,52	584	R\$ 4,01	0,9991
140	Mari-Mari	1	Pct	50	0,05	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	50	R\$ 1,00	1,0000
141	Massa De Macaxeira	61	Kg	118.335	118,34	1,5%	R\$ 354.890,00	1,09%	R\$ 5.817,87	1.940	R\$ 3,00	1,0000
142	Mastruz	140	Mç	89.661	20,66	0,3%	R\$ 111.531,00	0,34%	R\$ 796,65	640	R\$ 1,24	0,2304
143	Maxixe	281	Mç	376.156	65,96	0,9%	R\$ 459.021,50	1,41%	R\$ 1.633,53	1.339	R\$ 1,22	0,1754
144	Mel De Abelha	18	L1	526	0,68	0,0%	R\$ 13.030,00	0,04%	R\$ 723,89	29	R\$ 24,77	1,2914
145	Melancia	96	Und	61.463	491,70	6,4%	R\$ 448.070,00	1,37%	R\$ 4.667,40	640	R\$ 7,29	8,0000
146	Milho (Grão)	4	Kg	5.600	5,60	0,1%	R\$ 5.600,00	0,02%	R\$ 1.400,00	1.400	R\$ 1,00	1,0000
147	Milho Verde	73	Und	79.201	13,17	0,2%	R\$ 39.600,50	0,12%	R\$ 542,47	1.085	R\$ 0,50	0,1663
148	Murici	42	Kg	2.907	2,91	0,0%	R\$ 6.033,00	0,02%	R\$ 143,64	69	R\$ 2,08	1,0000
149	Mururé	1	Mç	15	0,02	0,0%	R\$ 15,00	0,00%	R\$ 15,00	15	R\$ 1,00	1,0000
150	none	4	Pct	170	0,08	0,0%	R\$ 170,00	0,00%	R\$ 42,50	43	R\$ 1,00	0,4430
151	Oriza (Muda)	5	Muda	636	0,64	0,0%	R\$ 4.134,00	0,01%	R\$ 826,80	127	R\$ 6,50	1,0000
152	Oriza (Muda)	5	Und	286	0,29	0,0%	R\$ 572,00	0,00%	R\$ 114,40	57	R\$ 2,00	1,0000
153	Ovos	19	Dz	65.210	36,73	0,5%	R\$ 317.936,00	0,97%	R\$ 16.733,47	3.432	R\$ 4,88	0,5633
154	Pacu	5	Kg	290	0,29	0,0%	R\$ 1.450,00	0,00%	R\$ 290,00	58	R\$ 5,00	1,0000
155	Pato	8	Und	350	0,77	0,0%	R\$ 8.750,00	0,03%	R\$ 1.093,75	44	R\$ 25,00	2,2000
156	Pepino	247	Kg	300.857	300,86	3,9%	R\$ 771.083,38	2,36%	R\$ 3.121,80	1.218	R\$ 2,56	1,0000

157	Pimenta (Condimentos)	41	Pote	2.438	0,49	0,0%	R\$ 4.866,50	0,01%	R\$ 118,70	59	R\$ 2,00	0,2000
158	Pimenta Do Reino	11	Kg	962	0,95	0,0%	R\$ 7.696,00	0,02%	R\$ 699,64	87	R\$ 8,00	0,9917
159	Pimenta Queimosa	170	Pct	53.536	12,21	0,2%	R\$ 113.765,54	0,35%	R\$ 669,21	315	R\$ 2,13	0,2280
160	Pimenta Tempero(Verde)	436	Kg	218.030	217,98	2,8%	R\$ 1.929.114,10	5,91%	R\$ 4.424,57	500	R\$ 8,85	0,9998
161	Pimentão	12	Kg	635	0,64	0,0%	R\$ 1.814,16	0,01%	R\$ 151,18	53	R\$ 2,86	1,0000
162	Pimentinha (Muda)	1	Muda	10	0,01	0,0%	R\$ 80,00	0,00%	R\$ 80,00	10	R\$ 8,00	1,0000
163	Piquiá	86	Und	19.826	13,18	0,2%	R\$ 39.652,00	0,12%	R\$ 461,07	231	R\$ 2,00	0,6650
164	Pirarucu	8	Kg	270	0,27	0,0%	R\$ 1.620,00	0,00%	R\$ 202,50	34	R\$ 6,00	1,0000
165	Pitomba	2	Pct	110	0,05	0,0%	R\$ 220,00	0,00%	R\$ 110,00	55	R\$ 2,00	0,4500
166	Plantas Medicinais	24	Mç	13.287	3,41	0,0%	R\$ 79.722,00	0,24%	R\$ 3.321,75	554	R\$ 6,00	0,2563
167	Polpa De Abacaxi	57	Kg	38.243	38,24	0,5%	R\$ 189.056,41	0,58%	R\$ 3.316,78	671	R\$ 4,94	0,9999
168	Polpa De Acerola	65	Kg	35.803	35,80	0,5%	R\$ 201.868,02	0,62%	R\$ 3.105,66	551	R\$ 5,64	1,0000
169	Polpa De Cajú	31	Kg	1.714	1,70	0,0%	R\$ 10.886,00	0,03%	R\$ 351,16	55	R\$ 6,35	0,9941
170	Polpa De Cupuaçu	300	Kg	63.056	62,93	0,8%	R\$ 374.107,32	1,15%	R\$ 1.247,02	210	R\$ 5,93	0,9979
171	Polpa De Goiaba	54	Kg	36.807	36,81	0,5%	R\$ 225.324,93	0,69%	R\$ 4.172,68	682	R\$ 6,12	1,0000
172	Polpa De Graviola	59	Kg	3.481	3,48	0,0%	R\$ 21.856,10	0,07%	R\$ 370,44	59	R\$ 6,28	1,0000
173	Polpa de Manga	11	Kg	523	0,52	0,0%	R\$ 4.155,40	0,01%	R\$ 377,76	48	R\$ 7,95	1,0000
174	Polpa De Maracujá	84	Kg	43.073	43,04	0,6%	R\$ 284.099,32	0,87%	R\$ 3.382,13	513	R\$ 6,60	0,9992
175	Polpa De Muruci	25	Kg	1.941	1,94	0,0%	R\$ 15.244,05	0,05%	R\$ 609,76	78	R\$ 7,85	1,0000
176	Polpa De Taperebá	53	Kg	38.443	38,44	0,5%	R\$ 200.915,36	0,62%	R\$ 3.790,86	725	R\$ 5,23	1,0000
177	Pupunha (Cozida)	103	Pct	13.540	5,37	0,1%	R\$ 27.050,00	0,08%	R\$ 262,62	131	R\$ 2,00	0,3968
178	Pupunha In Natura	310	Kg	77.811	77,77	1,0%	R\$ 466.442,00	1,43%	R\$ 1.504,65	251	R\$ 5,99	0,9995
179	Queijo Manteiga	6	Kg	124	0,12	0,0%	R\$ 2.237,00	0,01%	R\$ 372,83	21	R\$ 18,04	1,0000
180	Quiabo	142	Mç	147.164	50,04	0,7%	R\$ 261.534,00	0,80%	R\$ 1.841,79	1.036	R\$ 1,78	0,3400
181	Ramputã	14	Pct	689	0,26	0,0%	R\$ 2.067,00	0,01%	R\$ 147,64	49	R\$ 3,00	0,3770
182	Repolho	28	Kg	7.630	7,63	0,1%	R\$ 34.164,55	0,10%	R\$ 1.220,16	273	R\$ 4,48	1,0000
183	Rúcula	12	Mç	3.305	0,63	0,0%	R\$ 3.647,50	0,01%	R\$ 303,96	275	R\$ 1,10	0,1900
184	Salsa	35	Mç	14.748	3,24	0,0%	R\$ 7.516,50	0,02%	R\$ 214,76	421	R\$ 0,51	0,2200
185	Sapoti	4	Pct	175	0,18	0,0%	R\$ 175,00	0,00%	R\$ 43,75	44	R\$ 1,00	1,0000
186	Tambaqui	9	Kg	1.439	1,44	0,0%	R\$ 9.268,50	0,03%	R\$ 1.029,83	160	R\$ 6,44	1,0000
187	Tamoatá	10	Kg	615	0,62	0,0%	R\$ 3.215,00	0,01%	R\$ 321,50	62	R\$ 5,23	1,0000
188	Tangerina	118	Fruto	130.949	14,24	0,2%	R\$ 43.126,21	0,13%	R\$ 365,48	1.110	R\$ 0,33	0,1088
189	Tangerina	118	Pct	32.567	32,57	0,4%	R\$ 65.134,00	0,20%	R\$ 551,98	276	R\$ 2,00	1,0000
190	Taperebá	18	Kg	1.612	1,61	0,0%	R\$ 3.264,00	0,01%	R\$ 181,33	90	R\$ 2,02	1,0000
191	Tomate	12	Kg	570	0,57	0,0%	R\$ 2.280,00	0,01%	R\$ 190,00	48	R\$ 4,00	1,0000
192	Tomate	12	Pct	426	0,43	0,0%	R\$ 1.278,00	0,00%	R\$ 106,50	36	R\$ 3,00	1,0000
193	Tomate Cereja	7	Kg	658	0,66	0,0%	R\$ 5.264,00	0,02%	R\$ 752,00	94	R\$ 8,00	1,0000

194	Traíra	20	Kg	1.865	1,78	0,0%	R\$ 12.175,00	0,04%	R\$ 608,75	93	R\$ 6,53	0,9554
195	Trairão	1	Kg	100	0,10	0,0%	R\$ 1.300,00	0,00%	R\$ 1.300,00	100	R\$ 13,00	1,0000
196	Tucumã	12	L1	572	0,51	0,0%	R\$ 572,00	0,00%	R\$ 47,67	48	R\$ 1,00	0,8999
197	Tucunaré	10	Kg	660	0,66	0,0%	R\$ 5.332,00	0,02%	R\$ 533,20	66	R\$ 8,08	1,0000
198	Tucupi	612	L1	122.627	178,86	2,3%	R\$ 280.464,50	0,86%	R\$ 458,28	200	R\$ 2,29	1,4585
199	Tucupi (Molho Apimentado)	26	L1	3.641	3,08	0,0%	R\$ 16.007,43	0,05%	R\$ 615,67	140	R\$ 4,40	0,8451
200	Urucum (Cachopa)	8	Mç	373	0,37	0,0%	R\$ 373,00	0,00%	R\$ 46,63	47	R\$ 1,00	0,9969
201	Urucum Vinho	29	L1	965	0,74	0,0%	R\$ 3.400,50	0,01%	R\$ 117,26	33	R\$ 3,52	0,7642
202	Uxi	46	Fruto	13.276	13,28	0,2%	R\$ 4.381,08	0,01%	R\$ 95,24	289	R\$ 0,33	1,0000
203	Vick	1	Muda	10	0,01	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	10	R\$ 5,00	1,0000
204	Vinagreira	40	Mç	3.157	0,44	0,0%	R\$ 3.157,00	0,01%	R\$ 78,93	79	R\$ 1,00	0,1397
<b>Total Geral</b>					<b>7.668</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 32.653.937,28</b>	<b>100,00%</b>				

**Produção Comercializada nas Feiras de Produtores no Estado do Amapá, no Ano de 2017. Produto, Número de Produtores, Quantidade, Equivalente Tonelada, Receita e Médias dos Produtos por Maior Receita.**

Período de 01/01/2017 à 31/12/2017

Nº Preço Médio (Kg)	Produto por Unidade	Nº de Peso Médio por Produtores	Unid por Unidade (Kg)	Quant	Eq/T	%	Receita	%	Receita Média	por Produtor	Produção	Média por
									por Produtor	Média por Produtor	por Unidade	Unidade
1	Abacate	45	Kg	5.233	5,23	0,1%	R\$ 6.279,60	0,01%	R\$ 139,55	116	R\$ 1,20	1,0000
2	Abacaxi	145	Fruto	633.584	531,62	6,4%	R\$ 3.275.629,28	7,63%	R\$ 22.590,55	4.370	R\$ 5,17	0,8391
3	Abiu	37	Und	14.621	1,43	0,0%	R\$ 1.900,73	0,00%	R\$ 51,37	395	R\$ 0,13	0,0975
4	Abóbora Ou Jerimun	321	Und	61.094	244,03	2,9%	R\$ 346.342,98	0,81%	R\$ 1.078,95	190	R\$ 5,67	3,9943
5	Abobrinha Verde	2	Kg	90	0,24	0,0%	R\$ 45,00	0,00%	R\$ 22,50	45	R\$ 0,50	2,6778
6	Açaí (Muda)	2	Und	170	0,17	0,0%	R\$ 340,00	0,00%	R\$ 170,00	85	R\$ 2,00	1,0000
7	Açaí Fruto	24	L20	1.956	30,04	0,4%	R\$ 39.120,00	0,09%	R\$ 1.630,00	82	R\$ 20,00	15,3582
8	Açaí Vinho	110	L1	24.419	22,05	0,3%	R\$ 97.676,00	0,23%	R\$ 887,96	222	R\$ 4,00	0,9032
9	Acará (peixe)	13	Kg	585	0,59	0,0%	R\$ 1.170,00	0,00%	R\$ 90,00	45	R\$ 2,00	1,0000
10	Acerola	100	Kg	22.215	22,21	0,3%	R\$ 44.430,00	0,10%	R\$ 444,30	222	R\$ 2,00	0,9996
11	Agrião	10	Mç	1.183	0,19	0,0%	R\$ 1.183,00	0,00%	R\$ 118,30	118	R\$ 1,00	0,1625
12	Alface	197	Pé	693.502	93,61	1,1%	R\$ 1.039.845,20	2,42%	R\$ 5.278,40	3.520	R\$ 1,50	0,1350
13	Alface Roxo	2	Mç	220	0,03	0,0%	R\$ 330,00	0,00%	R\$ 165,00	110	R\$ 1,50	0,1350
14	Alfavaca	13	Mç	576	0,18	0,0%	R\$ 576,00	0,00%	R\$ 44,31	44	R\$ 1,00	0,3153

15	Algodão	38	Mç	6.549	0,65	0,0%	R\$ 6.549,00	0,02%	R\$ 172,34	172	R\$ 1,00	0,1000
16	Almeirão	1	Mç	10	0,00	0,0%	R\$ 25,00	0,00%	R\$ 25,00	10	R\$ 2,50	0,3500
17	Ameixa	11	Kg	604	0,60	0,0%	R\$ 1.220,08	0,00%	R\$ 110,92	55	R\$ 2,02	1,0000
18	Amor Crescido	34	Muda	4.624	4,60	0,1%	R\$ 15.028,00	0,04%	R\$ 442,00	136	R\$ 3,25	0,9957
19	Anador	2	Muda	15	0,02	0,0%	R\$ 75,00	0,00%	R\$ 37,50	8	R\$ 5,00	1,0000
20	Andiroba	1	Pct	30	0,01	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 60,00	30	R\$ 2,00	0,2500
21	Aracú	8	Kg	3.855	3,86	0,0%	R\$ 38.550,00	0,09%	R\$ 4.818,75	482	R\$ 10,00	1,0000
22	Areá	37	Pct	1.897	0,85	0,0%	R\$ 1.897,00	0,00%	R\$ 51,27	51	R\$ 1,00	0,4496
23	Arroz Beneficiado	1	Kg	15	0,02	0,0%	R\$ 18,15	0,00%	R\$ 18,15	15	R\$ 1,21	1,0000
24	Arruda	19	Muda	12.302	12,30	0,1%	R\$ 142.784,04	0,33%	R\$ 7.514,95	647	R\$ 11,61	1,0000
25	Aruanã	1	Kg	200	0,20	0,0%	R\$ 200,00	0,00%	R\$ 200,00	200	R\$ 1,00	1,0000
26	Ata	4	Fruto	1.732	1,73	0,0%	R\$ 1.732,00	0,00%	R\$ 433,00	433	R\$ 1,00	1,0000
27	Azeite de Andiroba	2	L1	11	0,01	0,0%	R\$ 165,00	0,00%	R\$ 82,50	6	R\$ 15,00	0,6670
28	Babatimão	5	Pct	102	0,10	0,0%	R\$ 510,00	0,00%	R\$ 102,00	20	R\$ 5,00	1,0000
29	Babosa	12	Muda	1.471	1,47	0,0%	R\$ 7.355,00	0,02%	R\$ 612,92	123	R\$ 5,00	1,0000

30	Bacaba (Muda)	3	Und	183	0,18	0,0%	R\$ 366,00	0,00%	R\$ 122,00	61	R\$ 2,00	1,0000
31	Bacaba Fruto	24	L20	3.005	46,08	0,6%	R\$ 30.050,00	0,07%	R\$ 1.252,08	125	R\$ 10,00	15,3359
32	Bacaba Vinho	107	L1	19.164	12,83	0,2%	R\$ 191.340,00	0,45%	R\$ 1.788,22	179	R\$ 9,98	0,6692
33	Bacuri	5	Fruto	370	0,33	0,0%	R\$ 488,40	0,00%	R\$ 97,68	74	R\$ 1,32	0,9000
34	Banana	462	Ch	60.533	1.199,26	14,4%	R\$ 363.150,00	0,85%	R\$ 786,04	131	R\$ 6,00	19,8117
35	Banana Branca	41	Ch	1.079	21,58	0,3%	R\$ 18.882,50	0,04%	R\$ 460,55	26	R\$ 17,50	20,0000
36	Banana Pacuçu	29	Ch	667	13,30	0,2%	R\$ 16.675,00	0,04%	R\$ 575,00	23	R\$ 25,00	19,9405
37	Banana Pacuçu/Mingau	17	Und	1.785	3,44	0,0%	R\$ 2.677,50	0,01%	R\$ 157,50	105	R\$ 1,50	1,9293
38	Banana Prata	92	Ch	3.587	71,74	0,9%	R\$ 80.707,50	0,19%	R\$ 877,26	39	R\$ 22,50	20,0000
39	Batata Doce	209	Kg	61.891	61,82	0,7%	R\$ 232.091,25	0,54%	R\$ 1.110,48	296	R\$ 3,75	0,9989
40	Berinjela	49	Kg	9.637	9,64	0,1%	R\$ 28.911,00	0,07%	R\$ 590,02	197	R\$ 3,00	1,0000
41	Beterraba	1	Kg	10	0,01	0,0%	R\$ 17,40	0,00%	R\$ 17,40	10	R\$ 1,74	1,0000
42	Biribá	36	Fruto	7.213	5,81	0,1%	R\$ 21.639,00	0,05%	R\$ 601,08	200	R\$ 3,00	0,8050
43	Boldo	6	Mç	283	0,28	0,0%	R\$ 141,50	0,00%	R\$ 23,58	47	R\$ 0,50	1,0000
44	Caatinga de Mulata (Muda)	11	Muda	1.745	1,75	0,0%	R\$ 11.342,50	0,03%	R\$ 1.031,14	159	R\$ 6,50	1,0000
45	Cacau	18	Pct	2.937	0,96	0,0%	R\$ 5.874,00	0,01%	R\$ 326,33	163	R\$ 2,00	0,3260
46	Cacau	18	Und	30	0,01	0,0%	R\$ 9,90	0,00%	R\$ 0,55	2	R\$ 0,33	0,3260
47	Cajarana	8	Und	5.006	0,61	0,0%	R\$ 1.251,50	0,00%	R\$ 156,44	626	R\$ 0,25	0,1219
48	Cajú	16	Fruto	5.805	3,82	0,0%	R\$ 1.451,25	0,00%	R\$ 90,70	363	R\$ 0,25	0,6581
49	Caldo de Cana	8	L1	3.233	2,16	0,0%	R\$ 4.849,50	0,01%	R\$ 606,19	404	R\$ 1,50	0,6670
50	Camapú	12	Pct	1.573	0,71	0,0%	R\$ 1.573,00	0,00%	R\$ 131,08	131	R\$ 1,00	0,4500
51	Camarão Regional	2	Kg	325	0,33	0,0%	R\$ 4.225,00	0,01%	R\$ 2.112,50	163	R\$ 13,00	1,0000
52	Cana De Açúcar	54	Pct	5.487	9,34	0,1%	R\$ 10.974,00	0,03%	R\$ 203,22	102	R\$ 2,00	1,7020
53	Canela	11	Mç	1.006	0,13	0,0%	R\$ 1.006,00	0,00%	R\$ 91,45	91	R\$ 1,00	0,1250
54	Capim Marinho	30	Muda	11.247	11,23	0,1%	R\$ 56.235,00	0,13%	R\$ 1.874,50	375	R\$ 5,00	0,9980
55	Cará	217	Kg	37.873	37,81	0,5%	R\$ 170.078,50	0,40%	R\$ 783,77	175	R\$ 4,49	0,9983
56	Cará-Açu	1	Kg	20	0,02	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 100,00	20	R\$ 5,00	1,0000
57	Carambola	8	Fruto	2.043	0,12	0,0%	R\$ 715,05	0,00%	R\$ 89,38	255	R\$ 0,35	0,0600
58	Cariru	77	Mç	23.159	15,08	0,2%	R\$ 23.159,00	0,05%	R\$ 300,77	301	R\$ 1,00	0,6512
59	Casca de Verônica	1	Pct	10	0,00	0,0%	R\$ 15,00	0,00%	R\$ 15,00	10	R\$ 1,50	0,3900
60	Castanha De Cajú	5	Kg	237	0,24	0,0%	R\$ 4.898,79	0,01%	R\$ 979,76	47	R\$ 20,67	1,0000
61	Castanha De Cajú Assada	1	Pct	50	0,01	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	50	R\$ 1,00	0,2500
62	Castanha Do Brasil (Amêndoa)	56	L1	17.381	11,61	0,1%	R\$ 121.667,00	0,28%	R\$ 2.172,63	310	R\$ 7,00	0,6678
63	Castanha do Brasil (Bolo)	1	Und	50	0,05	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	50	R\$ 1,00	1,0000

64	Castanha do Brasil (BomBom)	1	Pct	40	0,04	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 60,00	40	R\$ 1,50	1,0000
65	Castanha Do Brasil (Ouriço)	9	Und	841	0,84	0,0%	R\$ 1.682,00	0,00%	R\$ 186,89	93	R\$ 2,00	0,9952
66	Castanha Do Brasil (Paçoca)	3	Pct	156	0,08	0,0%	R\$ 156,00	0,00%	R\$ 52,00	52	R\$ 1,00	0,5000
67	Cebolinha	27	Mç	7.737	3,87	0,0%	R\$ 7.737,00	0,02%	R\$ 286,56	287	R\$ 1,00	0,5000
68	Chama	22	Muda	14.558	14,56	0,2%	R\$ 86.133,00	0,20%	R\$ 3.915,14	662	R\$ 5,92	1,0000
69	Cheiro Verde	299	Mç	3.833.751	111,87	1,3%	R\$ 3.462.963,90	8,07%	R\$ 11.581,82	12.822	R\$ 0,90	0,0292
70	Chicória	244	Mç	1.821.543	63,81	0,8%	R\$ 1.079.027,94	2,51%	R\$ 4.422,25	7.465	R\$ 0,59	0,0350
71	Coalhada	9	L1	3.553	2,37	0,0%	R\$ 8.882,50	0,02%	R\$ 986,94	395	R\$ 2,50	0,6670
72	Cocada	4	Und	324	0,32	0,0%	R\$ 324,00	0,00%	R\$ 81,00	81	R\$ 1,00	1,0000
73	Coco (Gelado)	4	Und	580	0,55	0,0%	R\$ 1.450,00	0,00%	R\$ 362,50	145	R\$ 2,50	0,9500
74	Coco Seco	122	Und	44.276	28,41	0,3%	R\$ 66.414,00	0,15%	R\$ 544,38	363	R\$ 1,50	0,6418
75	Coco Verde	189	Und	160.337	150,69	1,8%	R\$ 240.505,50	0,56%	R\$ 1.272,52	848	R\$ 1,50	0,9398
76	Coeja	2	Muda	1.020	1,02	0,0%	R\$ 8.160,00	0,02%	R\$ 4.080,00	510	R\$ 8,00	1,0000
77	Coentro	152	Mç	157.937	11,52	0,1%	R\$ 157.937,00	0,37%	R\$ 1.039,06	1.039	R\$ 1,00	0,0730
78	Cominho	10	Muda	320	0,32	0,0%	R\$ 1.600,00	0,00%	R\$ 160,00	32	R\$ 5,00	1,0000
79	Couve	248	Mç	1.462.678	108,42	1,3%	R\$ 1.786.095,05	4,16%	R\$ 7.202,00	5.898	R\$ 1,22	0,0741
80	Creme de Cupuaçu	5	Pote	95	0,01	0,0%	R\$ 142,50	0,00%	R\$ 28,50	19	R\$ 1,50	0,0600
81	Cubiu	3	Pct	352	0,35	0,0%	R\$ 352,00	0,00%	R\$ 117,33	117	R\$ 1,00	1,0000
82	Cupuaçu	241	Fruto	46.435	41,07	0,5%	R\$ 232.175,00	0,54%	R\$ 963,38	193	R\$ 5,00	0,8845
83	Desinflama	3	Muda	278	0,28	0,0%	R\$ 1.390,00	0,00%	R\$ 463,33	93	R\$ 5,00	1,0000
84	Escarola	1	Mç	40	0,03	0,0%	R\$ 40,00	0,00%	R\$ 40,00	40	R\$ 1,00	0,7000
85	Espinafre	1	Mç	265	0,27	0,0%	R\$ 1.060,00	0,00%	R\$ 1.060,00	265	R\$ 4,00	1,0000
86	Farinha De Mandioca	1.873	L1	1.984.569	1.324,02	15,9%	R\$ 11.532.839,47	26,87%	R\$ 6.157,42	1.060	R\$ 5,81	0,6672
87	Farinha De Tapioca	163	L1	28.891	19,28	0,2%	R\$ 144.455,00	0,34%	R\$ 886,23	177	R\$ 5,00	0,6672
88	Fava	14	Kg	577	0,58	0,0%	R\$ 1.731,00	0,00%	R\$ 123,64	41	R\$ 3,00	1,0000
89	Feijão Carioca	15	Kg	2.289	2,28	0,0%	R\$ 5.722,50	0,01%	R\$ 381,50	153	R\$ 2,50	0,9978
90	Feijão Caupi	96	Kg	13.370	13,36	0,2%	R\$ 33.425,00	0,08%	R\$ 348,18	139	R\$ 2,50	0,9990
91	Feijão Verde (Descascado)	24	Kg	3.619	3,62	0,0%	R\$ 25.333,00	0,06%	R\$ 1.055,54	151	R\$ 7,00	1,0000
92	Feijão Verde (salada)	166	Mç	181.362	120,24	1,4%	R\$ 181.362,00	0,42%	R\$ 1.092,54	1.093	R\$ 1,00	0,6630
93	Feijão Verde (Vagem)	16	Mç	3.003	1,39	0,0%	R\$ 3.753,75	0,01%	R\$ 234,61	188	R\$ 1,25	0,4620
94	Folha De Algodão	32	Mç	2.707	0,93	0,0%	R\$ 1.353,50	0,00%	R\$ 42,30	85	R\$ 0,50	0,3452
95	Folha de Maniva	3	Kg	430	0,43	0,0%	R\$ 215,00	0,00%	R\$ 71,67	143	R\$ 0,50	1,0000
96	Fruta Pão	14	Pct	2.465	0,89	0,0%	R\$ 2.465,00	0,01%	R\$ 176,07	176	R\$ 1,00	0,3600
97	Galinha Caipira	50	Und	5.617	10,07	0,1%	R\$ 168.510,00	0,39%	R\$ 3.370,20	112	R\$ 30,00	1,7933
98	Galinha Caipira (Pelada)	1	Und	12	0,02	0,0%	R\$ 408,00	0,00%	R\$ 408,00	12	R\$ 34,00	1,8000

99	Gengibre	36	Pct	3.172	0,79	0,0%	R\$ 3.172,00	0,01%	R\$ 88,11	88	R\$ 1,00	0,2500
100	Genipapo	2	Fruto	32	0,01	0,0%	R\$ 32,00	0,00%	R\$ 16,00	16	R\$ 1,00	0,4500
101	Goiaba	61	Kg	17.202	16,70	0,2%	R\$ 34.404,00	0,08%	R\$ 564,00	282	R\$ 2,00	0,9711
102	Goma De Tapioca (Amido)	432	Kg	138.889	138,84	1,7%	R\$ 785.885,34	1,83%	R\$ 1.819,18	322	R\$ 5,66	0,9997
103	Graviola	96	Fruto	7.459	9,16	0,1%	R\$ 22.377,00	0,05%	R\$ 233,09	78	R\$ 3,00	1,2278
104	Hortelã	82	Muda	39.593	39,59	0,5%	R\$ 210.697,69	0,49%	R\$ 2.569,48	483	R\$ 5,32	1,0000
105	Inajá	19	L1	1.199	0,80	0,0%	R\$ 2.398,00	0,01%	R\$ 126,21	63	R\$ 2,00	0,6670
106	Ingá	65	Und	16.801	5,66	0,1%	R\$ 16.801,00	0,04%	R\$ 258,48	258	R\$ 1,00	0,3370
107	Inhame	7	Kg	196	0,20	0,0%	R\$ 392,00	0,00%	R\$ 56,00	28	R\$ 2,00	1,0000
108	Jaca Da Bahia	163	Fruto	16.743	111,13	1,3%	R\$ 142.293,50	0,33%	R\$ 872,97	103	R\$ 8,50	6,6372
109	Jambo	12	Pct	1.745	1,65	0,0%	R\$ 1.745,00	0,00%	R\$ 145,42	145	R\$ 1,00	0,9448
110	Jambú	233	Mç	229.326	8,61	0,1%	R\$ 458.652,00	1,07%	R\$ 1.968,46	984	R\$ 2,00	0,0375
111	Japana	5	Muda	460	0,46	0,0%	R\$ 2.300,00	0,01%	R\$ 460,00	92	R\$ 5,00	1,0000
112	Jiju	5	Kg	725	0,73	0,0%	R\$ 3.625,00	0,01%	R\$ 725,00	145	R\$ 5,00	1,0000
113	Jiló	35	Kg	4.137	4,14	0,0%	R\$ 8.274,00	0,02%	R\$ 236,40	118	R\$ 2,00	1,0000
114	Juru	6	L1	103	0,07	0,0%	R\$ 221,45	0,00%	R\$ 36,91	17	R\$ 2,15	0,6670
115	Laranja	235	Fruto	1.446.374	172,34	2,1%	R\$ 433.242,20	1,01%	R\$ 1.843,58	6.155	R\$ 0,30	0,1192
116	Laranja Da Terra	8	Fruto	3.065	0,40	0,0%	R\$ 1.532,50	0,00%	R\$ 191,56	383	R\$ 0,50	0,1290
117	Leite De Gado	5	L1	1.672	1,09	0,0%	R\$ 3.344,00	0,01%	R\$ 668,80	334	R\$ 2,00	0,6535
118	Leite Do Amapá	7	L1	114	0,08	0,0%	R\$ 2.850,00	0,01%	R\$ 407,14	16	R\$ 25,00	0,6670
119	Lima	19	Fruto	6.770	0,87	0,0%	R\$ 1.354,00	0,00%	R\$ 71,26	356	R\$ 0,20	0,1290
120	Limão	381	Pct	388.442	78,61	0,9%	R\$ 776.884,00	1,81%	R\$ 2.039,07	1.020	R\$ 2,00	0,2024
121	Limão Galego	90	Fruto	23.562	3,09	0,0%	R\$ 11.781,00	0,03%	R\$ 130,90	262	R\$ 0,50	0,1313
122	Limão Tanja	3	Pct	73	0,07	0,0%	R\$ 146,00	0,00%	R\$ 48,67	24	R\$ 2,00	1,0000
123	Macaxeira (Descascada)	310	Kg	339.801	340,24	4,1%	R\$ 934.452,75	2,18%	R\$ 3.014,36	1.096	R\$ 2,75	1,0013
124	Macaxeira (Raiz)	167	Kg	90.011	89,96	1,1%	R\$ 224.857,50	0,52%	R\$ 1.346,45	539	R\$ 2,50	0,9994
125	Mamão Comum	206	Kg	133.366	133,20	1,6%	R\$ 400.098,00	0,93%	R\$ 1.942,22	647	R\$ 3,00	0,9988
126	Mamão Havai	4	Kg	150	0,15	0,0%	R\$ 525,00	0,00%	R\$ 131,25	38	R\$ 3,50	1,0000
127	Mandioca	1	Kg	100	0,10	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 100,00	100	R\$ 1,00	1,0000
128	Manga Comum	111	Pct	62.931	62,93	0,8%	R\$ 141.594,75	0,33%	R\$ 1.275,63	567	R\$ 2,25	1,0000
129	Manga Enxertada	4	Fruto	1.170	0,37	0,0%	R\$ 468,00	0,00%	R\$ 117,00	293	R\$ 0,40	0,3120
130	Mangaba	9	Pct	463	0,46	0,0%	R\$ 2.315,00	0,01%	R\$ 257,22	51	R\$ 5,00	1,0000
131	Mangericão	50	Muda	20.552	20,54	0,2%	R\$ 61.656,00	0,14%	R\$ 1.233,12	411	R\$ 3,00	0,9994
132	Maniva Pré Cozida	64	Kg	190.739	190,74	2,3%	R\$ 762.956,00	1,78%	R\$ 11.921,19	2.980	R\$ 4,00	1,0000
133	Maracujá	192	Kg	103.843	108,04	1,3%	R\$ 519.205,00	1,21%	R\$ 2.704,19	541	R\$ 5,00	1,0404
134	Mari-Mari	4	Pct	312	0,31	0,0%	R\$ 312,00	0,00%	R\$ 78,00	78	R\$ 1,00	1,0000
135	Marupazinho	6	Muda	56	0,06	0,0%	R\$ 168,00	0,00%	R\$ 28,00	9	R\$ 3,00	1,0000

136	Massa De Macaxeira	72	Kg	148.137	148,08	1,8%	R\$ 444.411,00	1,04%	R\$ 6.172,38	2.057	R\$ 3,00	0,9996
137	Mastruz	142	Mç	138.975	32,13	0,4%	R\$ 162.033,00	0,38%	R\$ 1.141,08	979	R\$ 1,17	0,2312
138	Matrinchá	1	Kg	50	0,05	0,0%	R\$ 750,00	0,00%	R\$ 750,00	50	R\$ 15,00	1,0000
139	Maxixe	327	Mç	442.587	77,63	0,9%	R\$ 663.870,50	1,55%	R\$ 2.030,19	1.353	R\$ 1,50	0,1754
140	Mel De Abelha	15	L1	1.226	0,82	0,0%	R\$ 30.650,00	0,07%	R\$ 2.043,33	82	R\$ 25,00	0,6670
141	Melancia	89	Und	41.396	319,31	3,8%	R\$ 248.376,00	0,58%	R\$ 2.790,74	465	R\$ 6,00	7,7135
142	Milho (Grão)	2	Kg	1.800	1,80	0,0%	R\$ 1.800,00	0,00%	R\$ 900,00	900	R\$ 1,00	1,0000
143	Milho Verde	71	Und	140.136	24,48	0,3%	R\$ 70.068,00	0,16%	R\$ 986,87	1.974	R\$ 0,50	0,1747
144	Mirra	1	Muda	40	0,04	0,0%	R\$ 320,00	0,00%	R\$ 320,00	40	R\$ 8,00	1,0000
145	Murici	42	Kg	2.317	2,32	0,0%	R\$ 4.634,00	0,01%	R\$ 110,33	55	R\$ 2,00	1,0000
146	Mururé	1	Mç	2	0,00	0,0%	R\$ 2,00	0,00%	R\$ 2,00	2	R\$ 1,00	1,0000
147	none	2	Pct	9	0,00	0,0%	R\$ 9,00	0,00%	R\$ 4,50	5	R\$ 1,00	0,4430
148	Óleo de Copafba	1	L1	11	0,01	0,0%	R\$ 275,00	0,00%	R\$ 275,00	11	R\$ 25,00	0,6670
149	Oriza (Muda)	11	Muda	1.449	1,45	0,0%	R\$ 9.418,50	0,02%	R\$ 856,23	132	R\$ 6,50	1,0000
150	Ovos	15	Dz	70.399	39,85	0,5%	R\$ 422.394,00	0,98%	R\$ 28.159,60	4.693	R\$ 6,00	0,5661
151	Ovos (Codorna)	3	Dz	925	0,92	0,0%	R\$ 4.625,00	0,01%	R\$ 1.541,67	308	R\$ 5,00	0,9953
152	Pacu	6	Kg	200	0,20	0,0%	R\$ 1.000,00	0,00%	R\$ 166,67	33	R\$ 5,00	1,0000
153	Pato	8	Und	184	0,40	0,0%	R\$ 4.600,00	0,01%	R\$ 575,00	23	R\$ 25,00	2,2000
154	Pepino	283	Kg	276.839	277,59	3,3%	R\$ 921.754,17	2,15%	R\$ 3.257,08	978	R\$ 3,33	1,0027
155	Pepino Japonês	1	Kg	120	0,12	0,0%	R\$ 600,00	0,00%	R\$ 600,00	120	R\$ 5,00	1,0000
156	Pimenta (Condimentos)	2	Pote	24	0,02	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 15,00	12	R\$ 1,25	0,8613
157	Pimenta Do Reino	5	Kg	243	0,24	0,0%	R\$ 1.944,00	0,00%	R\$ 388,80	49	R\$ 8,00	1,0000
158	Pimenta Queimosa	188	Pct	63.084	31,72	0,4%	R\$ 146.776,24	0,34%	R\$ 780,72	336	R\$ 2,33	0,5028
159	Pimenta Tempero(Verde)	473	Kg	260.631	260,11	3,1%	R\$ 2.606.160,00	6,07%	R\$ 5.509,85	551	R\$ 10,00	0,9980
160	Pimentão	19	Kg	850	0,85	0,0%	R\$ 1.700,00	0,00%	R\$ 89,47	45	R\$ 2,00	1,0000
161	Piquiá	66	Und	20.523	13,65	0,2%	R\$ 41.046,00	0,10%	R\$ 621,91	311	R\$ 2,00	0,6650
162	Pitomba	2	Pct	150	0,07	0,0%	R\$ 300,00	0,00%	R\$ 150,00	75	R\$ 2,00	0,4500
163	Plantas Medicinais	28	Mç	15.233	15,22	0,2%	R\$ 91.398,00	0,21%	R\$ 3.264,21	544	R\$ 6,00	0,9989
164	Polpa De Abacaxi	63	Kg	53.939	53,94	0,6%	R\$ 323.634,00	0,75%	R\$ 5.137,05	856	R\$ 6,00	1,0000
165	Polpa De Acerola	77	Kg	62.042	62,04	0,7%	R\$ 392.725,86	0,91%	R\$ 5.100,34	806	R\$ 6,33	1,0000
166	Polpa De Cajú	22	Kg	2.975	2,97	0,0%	R\$ 19.337,50	0,05%	R\$ 878,98	135	R\$ 6,50	0,9983
167	Polpa De Cupuaçú	323	Kg	86.842	86,69	1,0%	R\$ 752.703,39	1,75%	R\$ 2.330,35	269	R\$ 8,67	0,9982
168	Polpa De Goiaba	71	Kg	58.624	58,62	0,7%	R\$ 449.646,08	1,05%	R\$ 6.333,04	826	R\$ 7,67	1,0000
169	Polpa De Graviola	78	Kg	5.315	5,32	0,1%	R\$ 47.815,00	0,11%	R\$ 613,01	68	R\$ 9,00	1,0009
170	Polpa de Manga	7	Kg	335	0,34	0,0%	R\$ 3.015,00	0,01%	R\$ 430,71	48	R\$ 9,00	1,0000
171	Polpa De Maracujá	87	Kg	72.831	72,83	0,9%	R\$ 606.682,23	1,41%	R\$ 6.973,36	837	R\$ 8,33	1,0000
172	Polpa De Muruci	47	Kg	6.437	6,44	0,1%	R\$ 64.370,00	0,15%	R\$ 1.369,57	137	R\$ 10,00	1,0000

173	Polpa De Taperebá	71	Kg	68.495	68,50	0,8%	R\$ 388.366,65	0,90%	R\$ 5.469,95	965	R\$ 5,67	1,0000	
174	Pupunha (Cozida)	7	Pct	411	0,30	0,0%	R\$ 822,00	0,00%	R\$ 117,43	59	R\$ 2,00	0,7403	
175	Pupunha In Natura	314	Kg	122.437	126,15	1,5%	R\$ 734.622,00	1,71%	R\$ 2.339,56	390	R\$ 6,00	1,0303	
176	Queijo Manteiga	7	Kg	174	0,17	0,0%	R\$ 4.872,00	0,01%	R\$ 696,00	25	R\$ 28,00	1,0000	
177	Queijo Qualho	2	Kg	62	0,06	0,0%	R\$ 1.271,00	0,00%	R\$ 635,50	31	R\$ 20,50	1,0000	
178	Quiabo	155	Mç	183.218	62,31	0,7%	R\$ 549.654,00	1,28%	R\$ 3.546,15	1.182	R\$ 3,00	0,3401	
179	Rabanete	2	Mç	39	0,01	0,0%	R\$ 39,00	0,00%	R\$ 19,50	20	R\$ 1,00	0,2000	
180	Ramputã	13	Pct	561	0,21	0,0%	R\$ 1.683,00	0,00%	R\$ 129,46	43	R\$ 3,00	0,3770	
181	Repolho	37	Kg	6.099	6,10	0,1%	R\$ 30.495,00	0,07%	R\$ 824,19	165	R\$ 5,00	1,0000	
182	Rúcula	26	Mç	22.907	4,35	0,1%	R\$ 45.814,00	0,11%	R\$ 1.762,08	881	R\$ 2,00	0,1900	
183	Salsa	75	Mç	51.032	11,23	0,1%	R\$ 25.516,00	0,06%	R\$ 340,21	680	R\$ 0,50	0,2200	
184	Tambaqui	10	Kg	996	1,00	0,0%	R\$ 11.454,00	0,03%	R\$ 1.145,40	100	R\$ 11,50	1,0000	
185	Tamoatá	18	Kg	1.065	1,07	0,0%	R\$ 7.987,50	0,02%	R\$ 443,75	59	R\$ 7,50	1,0000	
186	Tangerina	140	Pct	218.997	218,76	2,6%	R\$ 437.994,00	1,02%	R\$ 3.128,53	1.564	R\$ 2,00	0,9989	
187	Taperebá	28	Kg	4.070	4,07	0,0%	R\$ 8.140,00	0,02%	R\$ 290,71	145	R\$ 2,00	1,0000	
188	Tomate	6	Pct	715	0,72	0,0%	R\$ 2.145,00	0,00%	R\$ 357,50	119	R\$ 3,00	1,0000	
189	Tomate Cereja	5	Kg	116	0,12	0,0%	R\$ 928,00	0,00%	R\$ 185,60	23	R\$ 8,00	1,0000	
190	Traíra	25	Kg	4.005	3,81	0,0%	R\$ 30.037,50	0,07%	R\$ 1.201,50	160	R\$ 7,50	0,9501	
191	Trairão	5	Kg	310	0,28	0,0%	R\$ 4.030,00	0,01%	R\$ 806,00	62	R\$ 13,00	0,9033	
192	Tucumã	7	L1	197	0,13	0,0%	R\$ 197,00	0,00%	R\$ 28,14	28	R\$ 1,00	0,6670	
193	Tucunaré	8	Kg	1.080	1,08	0,0%	R\$ 14.040,00	0,03%	R\$ 1.755,00	135	R\$ 13,00	1,0000	
194	Tucupi	631	L1	172.152	114,84	1,4%	R\$ 353.680,00	0,82%	R\$ 560,51	273	R\$ 2,05	0,6671	
195	Tucupi (Molho Apimentado)	35	L1	3.706	2,47	0,0%	R\$ 21.013,02	0,05%	R\$ 600,37	106	R\$ 5,67	0,6674	
196	Urucum (Cachopa)	8	Mç	137	0,14	0,0%	R\$ 137,00	0,00%	R\$ 17,13	17	R\$ 1,00	1,0000	
197	Urucum Vinho	33	L1	1.442	0,97	0,0%	R\$ 7.210,00	0,02%	R\$ 218,48	44	R\$ 5,00	0,6693	
198	Uxi	16	Fruto	3.273	3,07	0,0%	R\$ 1.080,09	0,00%	R\$ 67,51	205	R\$ 0,33	0,9370	
199	Vick	5	Muda	277	0,28	0,0%	R\$ 1.385,00	0,00%	R\$ 277,00	55	R\$ 5,00	1,0000	
200	Vinagreira	48	Mç	4.110	0,51	0,0%	R\$ 4.110,00	0,01%	R\$ 85,63	86	R\$ 1,00	0,1250	
<b>Total Geral</b>				<b>8.331</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 42.926.266,62</b>	<b>100,00%</b>						

**Produção Comercializada nas Feiras de Produtores no Estado do Amapá, no Ano de 2018. Produto, Número de Produtores, Quantidade, Equivalente Tonelada, Receita e Médias dos Produtos por Maior Receita.**

Período de 01/01/2018 à 31/12/2018

Nº	Produto	Nº de	Unid	Quant	Eq/T	%	Receita	%	Receita Média	por Produtor	Produção	Média por
----	---------	-------	------	-------	------	---	---------	---	---------------	--------------	----------	-----------

Preço Médio por Unidade		Peso Médio por Unidade (Kg)		Produtores		por Produtor		Média por	por Unidade	Unidade		
(Kg)								Produtor				
1	Abacate	56	Kg	7.513	7,51	0,1%	R\$ 9.015,60	0,02%	R\$ 160,99	134	R\$ 1,20	1,0000
2	Abacaxi	179	Fruto	705.441	591,69	6,5%	R\$ 3.647.129,97	7,80%	R\$ 20.375,03	3.941	R\$ 5,17	0,8388
3	Abiu	13	Und	3.744	0,37	0,0%	R\$ 486,72	0,00%	R\$ 37,44	288	R\$ 0,13	0,0975
4	Abóbora Ou Jerimun	316	Und	82.933	332,23	3,7%	R\$ 471.246,61	1,01%	R\$ 1.491,29	262	R\$ 5,68	4,0060
5	Abobrinha Verde	6	Kg	55	0,06	0,0%	R\$ 27,50	0,00%	R\$ 4,58	9	R\$ 0,50	1,0000
6	Açaí (Muda)	17	Und	3.995	4,00	0,0%	R\$ 7.990,00	0,02%	R\$ 470,00	235	R\$ 2,00	1,0000
7	Açaí Fruto	40	L20	2.469	38,77	0,4%	R\$ 53.460,00	0,11%	R\$ 1.336,50	62	R\$ 21,65	15,7032
8	Açaí Vinho	105	L1	28.099	20,99	0,2%	R\$ 112.543,00	0,24%	R\$ 1.071,84	268	R\$ 4,01	0,7469
9	Acará (peixe)	8	Kg	970	0,97	0,0%	R\$ 1.940,00	0,00%	R\$ 242,50	121	R\$ 2,00	1,0000
10	Acerola	118	Kg	26.730	26,73	0,3%	R\$ 53.500,00	0,11%	R\$ 453,39	227	R\$ 2,00	1,0000
11	Agrião	20	Mç	4.279	0,70	0,0%	R\$ 4.279,00	0,01%	R\$ 213,95	214	R\$ 1,00	0,1625
12	Alface	199	Pé	716.929	97,03	1,1%	R\$ 1.075.018,50	2,30%	R\$ 5.402,10	3.603	R\$ 1,50	0,1353
13	Alface Americano	1	Pé	150	0,02	0,0%	R\$ 450,00	0,00%	R\$ 450,00	150	R\$ 3,00	0,1350
14	Alface Roxo	1	Mç	50	0,01	0,0%	R\$ 75,00	0,00%	R\$ 75,00	50	R\$ 1,50	0,1350
15	Alfavaca	26	Mç	3.132	1,00	0,0%	R\$ 3.132,00	0,01%	R\$ 120,46	120	R\$ 1,00	0,3194
16	Algodão	29	Mç	7.295	0,73	0,0%	R\$ 7.295,00	0,02%	R\$ 251,55	252	R\$ 1,00	0,1000
17	Almeirão	9	Mç	1.505	0,53	0,0%	R\$ 3.762,50	0,01%	R\$ 418,06	167	R\$ 2,50	0,3500
18	Ameixa	12	Kg	306	0,31	0,0%	R\$ 618,12	0,00%	R\$ 51,51	26	R\$ 2,02	1,0000
19	Amor Crescido	28	Muda	6.901	6,90	0,1%	R\$ 22.428,25	0,05%	R\$ 801,01	246	R\$ 3,25	1,0000
20	Anador	10	Muda	1.576	1,58	0,0%	R\$ 7.880,00	0,02%	R\$ 788,00	158	R\$ 5,00	1,0000
21	Andiroba	2	Pct	16	0,00	0,0%	R\$ 32,00	0,00%	R\$ 16,00	8	R\$ 2,00	0,2500
22	Aracú	6	Kg	1.280	1,28	0,0%	R\$ 12.800,00	0,03%	R\$ 2.133,33	213	R\$ 10,00	1,0000
23	Areá	35	Pct	2.636	1,19	0,0%	R\$ 2.636,00	0,01%	R\$ 75,31	75	R\$ 1,00	0,4500
24	Arruda	21	Muda	8.531	8,53	0,1%	R\$ 99.206,67	0,21%	R\$ 4.724,13	406	R\$ 11,63	1,0000
25	Aruanã	1	Kg	30	0,03	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 30,00	30	R\$ 1,00	1,0000
26	Ata	3	Fruto	2.718	2,72	0,0%	R\$ 2.718,00	0,01%	R\$ 906,00	906	R\$ 1,00	1,0000
27	Azeite de Andiroba	5	L1	22	0,01	0,0%	R\$ 330,00	0,00%	R\$ 66,00	4	R\$ 15,00	0,6670
28	Babatimão	5	Pct	102	0,10	0,0%	R\$ 510,00	0,00%	R\$ 102,00	20	R\$ 5,00	1,0000
29	Babosa	23	Muda	3.786	3,79	0,0%	R\$ 18.930,00	0,04%	R\$ 823,04	165	R\$ 5,00	1,0000
30	Bacaba (Muda)	11	Und	439	0,44	0,0%	R\$ 878,00	0,00%	R\$ 79,82	40	R\$ 2,00	1,0000
31	Bacaba Fruto	47	L20	9.457	151,94	1,7%	R\$ 93.790,00	0,20%	R\$ 1.995,53	201	R\$ 9,92	16,0660
32	Bacaba Vinho	87	L1	19.819	13,40	0,1%	R\$ 196.965,00	0,42%	R\$ 2.263,97	228	R\$ 9,94	0,6761
33	Bacuri	8	Fruto	1.937	1,74	0,0%	R\$ 2.556,84	0,01%	R\$ 319,61	242	R\$ 1,32	0,9000

34	Banana	510	Ch	67.806	1.354,05	14,9%	R\$ 406.790,00	0,87%	R\$ 797,63	133	R\$ 6,00	19,9695
35	Banana Branca	44	Ch	864	17,14	0,2%	R\$ 15.120,00	0,03%	R\$ 343,64	20	R\$ 17,50	19,8392
36	Banana Pacuçu	41	Ch	523	10,46	0,1%	R\$ 13.075,00	0,03%	R\$ 318,90	13	R\$ 25,00	20,0000
37	Banana Pacuçu/Mingau	25	Und	1.891	3,32	0,0%	R\$ 2.836,50	0,01%	R\$ 113,46	76	R\$ 1,50	1,7561
38	Banana Prata	95	Ch	2.342	46,84	0,5%	R\$ 52.695,00	0,11%	R\$ 554,68	25	R\$ 22,50	20,0000
39	Batata Doce	231	Kg	57.704	57,62	0,6%	R\$ 216.390,00	0,46%	R\$ 936,75	250	R\$ 3,75	0,9986
40	Berinjela	44	Kg	6.280	6,26	0,1%	R\$ 18.840,00	0,04%	R\$ 428,18	143	R\$ 3,00	0,9973
41	Beterraba	6	Kg	365	0,37	0,0%	R\$ 635,10	0,00%	R\$ 105,85	61	R\$ 1,74	1,0000
42	Biribá	41	Fruto	4.500	3,62	0,0%	R\$ 13.500,00	0,03%	R\$ 329,27	110	R\$ 3,00	0,8050
43	Boldo	20	Mç	4.838	4,84	0,1%	R\$ 2.419,00	0,01%	R\$ 120,95	242	R\$ 0,50	1,0000
44	Buriti	1	Fruto	60	0,01	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 60,00	60	R\$ 1,00	0,2000
45	Caatinga de Mulata (Muda)	17	Muda	5.776	5,78	0,1%	R\$ 37.544,00	0,08%	R\$ 2.208,47	340	R\$ 6,50	1,0000
46	Cacau	44	Pct	6.942	2,26	0,0%	R\$ 13.884,00	0,03%	R\$ 315,55	158	R\$ 2,00	0,3260
47	Cajarana	7	Und	1.251	0,15	0,0%	R\$ 312,75	0,00%	R\$ 44,68	179	R\$ 0,25	0,1219
48	Cajú	18	Fruto	4.055	2,64	0,0%	R\$ 1.013,75	0,00%	R\$ 56,32	225	R\$ 0,25	0,6504
49	Caldo de Cana	9	L1	4.996	3,39	0,0%	R\$ 7.494,00	0,02%	R\$ 832,67	555	R\$ 1,50	0,6786
50	Camapú	10	Pct	989	0,45	0,0%	R\$ 989,00	0,00%	R\$ 98,90	99	R\$ 1,00	0,4500
51	Camarão Fresco com Casca	1	Kg	50	0,05	0,0%	R\$ 883,50	0,00%	R\$ 883,50	50	R\$ 17,67	1,0000
52	Cana De Açúcar	51	Pct	7.509	12,77	0,1%	R\$ 15.018,00	0,03%	R\$ 294,47	147	R\$ 2,00	1,7001
53	Canela	26	Mç	6.200	0,78	0,0%	R\$ 6.200,00	0,01%	R\$ 238,46	238	R\$ 1,00	0,1250
54	Capim Marinho	26	Muda	6.171	6,17	0,1%	R\$ 30.855,00	0,07%	R\$ 1.186,73	237	R\$ 5,00	1,0000
55	Cará	204	Kg	42.475	42,38	0,5%	R\$ 191.025,00	0,41%	R\$ 936,40	208	R\$ 4,50	0,9978
56	Carambola	10	Fruto	1.244	0,07	0,0%	R\$ 435,40	0,00%	R\$ 43,54	124	R\$ 0,35	0,0600
57	Cariru	90	Mç	27.348	17,81	0,2%	R\$ 27.338,50	0,06%	R\$ 303,76	304	R\$ 1,00	0,6512
58	Casca de Ananin	2	Pct	300	0,12	0,0%	R\$ 600,00	0,00%	R\$ 300,00	150	R\$ 2,00	0,3900
59	Casca de Barbatimão	1	Pct	5	0,00	0,0%	R\$ 10,00	0,00%	R\$ 10,00	5	R\$ 2,00	0,3900
60	Casca de Verônica	1	Pct	5	0,00	0,0%	R\$ 7,50	0,00%	R\$ 7,50	5	R\$ 1,50	0,3900
61	Castanha De Cajú	92	Kg	31.554	31,44	0,3%	R\$ 652.221,18	1,40%	R\$ 7.089,36	343	R\$ 20,67	0,9965
62	Castanha De Cajú Assada	2	Pct	230	0,06	0,0%	R\$ 230,00	0,00%	R\$ 115,00	115	R\$ 1,00	0,2500
63	Castanha Do Brasil (Amêndoa)	65	L1	30.378	20,34	0,2%	R\$ 212.646,00	0,46%	R\$ 3.271,48	467	R\$ 7,00	0,6696
64	Castanha do Brasil (Bolo)	1	Und	60	0,06	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 60,00	60	R\$ 1,00	1,0000
65	Castanha do Brasil (Doce)	1	Pt	41	0,02	0,0%	R\$ 630,58	0,00%	R\$ 630,58	41	R\$ 15,38	0,5000
66	Castanha Do Brasil (Ouriço)	11	Und	925	0,90	0,0%	R\$ 1.850,00	0,00%	R\$ 168,18	84	R\$ 2,00	0,9712
67	Cebolinha	25	Mç	9.641	4,82	0,1%	R\$ 9.641,00	0,02%	R\$ 385,64	386	R\$ 1,00	0,5000

68	Chama	19	Muda	8.620	8,62	0,1%	R\$ 53.550,00	0,11%	R\$ 2.818,42	454	R\$ 6,21	1,0000
69	Cheiro Verde	301	Mç	3.830.966	111,61	1,2%	R\$ 3.689.354,20	7,89%	R\$ 12.256,99	12.727	R\$ 0,96	0,0291
70	Chicória	257	Mç	2.078.713	73,26	0,8%	R\$ 1.207.724,36	2,58%	R\$ 4.699,32	8.088	R\$ 0,58	0,0352
71	Cipó pra Tudo	5	Pct	440	0,01	0,0%	R\$ 880,00	0,00%	R\$ 176,00	88	R\$ 2,00	0,0200
72	Coalhada	7	L1	2.711	1,81	0,0%	R\$ 6.777,50	0,01%	R\$ 968,21	387	R\$ 2,50	0,6670
73	Cocada	3	Und	223	0,22	0,0%	R\$ 223,00	0,00%	R\$ 74,33	74	R\$ 1,00	1,0000
74	Coco (Gelado)	20	Und	3.270	3,10	0,0%	R\$ 8.175,00	0,02%	R\$ 408,75	164	R\$ 2,50	0,9485
75	Coco (muda)	2	Und	110	0,11	0,0%	R\$ 220,00	0,00%	R\$ 110,00	55	R\$ 2,00	1,0000
76	Coco Seco	176	Und	74.960	48,06	0,5%	R\$ 112.260,00	0,24%	R\$ 637,84	426	R\$ 1,50	0,6412
77	Coco Verde	219	Und	205.308	192,91	2,1%	R\$ 307.962,00	0,66%	R\$ 1.406,22	937	R\$ 1,50	0,9396
78	Coeja	2	Muda	45	0,05	0,0%	R\$ 360,00	0,00%	R\$ 180,00	23	R\$ 8,00	1,0000
79	Coentro	157	Mç	250.748	18,10	0,2%	R\$ 250.658,00	0,54%	R\$ 1.596,55	1.597	R\$ 1,00	0,0722
80	Cominho	11	Muda	691	0,69	0,0%	R\$ 3.455,00	0,01%	R\$ 314,09	63	R\$ 5,00	1,0000
81	Copaiba (Muda)	1	Und	1	0,00	0,0%	R\$ 2,00	0,00%	R\$ 2,00	1	R\$ 2,00	1,0000
82	Couve	259	Mç	1.482.955	109,97	1,2%	R\$ 1.964.246,80	4,20%	R\$ 7.583,96	5.726	R\$ 1,32	0,0742
83	Cubiu	4	Pct	48	0,05	0,0%	R\$ 48,00	0,00%	R\$ 12,00	12	R\$ 1,00	1,0000
84	Cupuaçú	277	Fruto	58.870	52,11	0,6%	R\$ 294.350,00	0,63%	R\$ 1.062,64	213	R\$ 5,00	0,8851
85	Desinflama	15	Muda	2.418	2,42	0,0%	R\$ 12.090,00	0,03%	R\$ 806,00	161	R\$ 5,00	1,0000
86	Escada de Jabuti	1	Pct	20	0,01	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 20,00	20	R\$ 1,00	0,2500
87	Escarola	2	Mç	80	0,06	0,0%	R\$ 80,00	0,00%	R\$ 40,00	40	R\$ 1,00	0,7000
88	Espinafre	7	Mç	372	0,37	0,0%	R\$ 1.488,00	0,00%	R\$ 212,57	53	R\$ 4,00	1,0000
89	Farinha De Mandioca	1.952	L1	2.218.738	1.487,66	16,4%	R\$ 12.930.263,04	27,67%	R\$ 6.624,11	1.137	R\$ 5,83	0,6705
90	Farinha De Tapioca	168	L1	32.737	21,84	0,2%	R\$ 163.685,00	0,35%	R\$ 974,32	195	R\$ 5,00	0,6670
91	Fava	9	Kg	330	0,33	0,0%	R\$ 990,00	0,00%	R\$ 110,00	37	R\$ 3,00	1,0000
92	Feijão Carioca	57	Kg	29.467	29,47	0,3%	R\$ 73.667,50	0,16%	R\$ 1.292,41	517	R\$ 2,50	1,0000
93	Feijão Caupi	83	Kg	10.949	10,94	0,1%	R\$ 27.372,50	0,06%	R\$ 329,79	132	R\$ 2,50	0,9992
94	Feijão Verde (Descascado)	63	Kg	17.318	17,55	0,2%	R\$ 121.226,00	0,26%	R\$ 1.924,22	275	R\$ 7,00	1,0132
95	Feijão Verde (salada)	183	Mç	137.568	91,22	1,0%	R\$ 147.468,00	0,32%	R\$ 805,84	752	R\$ 1,07	0,6631
96	Feijão Verde (Vagem)	27	Mç	5.063	2,39	0,0%	R\$ 6.328,75	0,01%	R\$ 234,40	188	R\$ 1,25	0,4716
97	Flexa	2	Und	70	0,07	0,0%	R\$ 140,00	0,00%	R\$ 70,00	35	R\$ 2,00	1,0000
98	Folha De Algodão	20	Mç	1.499	0,52	0,0%	R\$ 749,50	0,00%	R\$ 37,48	75	R\$ 0,50	0,3500
99	Folha de Maniva	1	Kg	80	0,08	0,0%	R\$ 40,00	0,00%	R\$ 40,00	80	R\$ 0,50	1,0000
100	Fruta Pão	27	Pct	5.652	2,03	0,0%	R\$ 5.652,00	0,01%	R\$ 209,33	209	R\$ 1,00	0,3600
101	Galinha Caipira	52	Und	10.630	19,07	0,2%	R\$ 318.900,00	0,68%	R\$ 6.132,69	204	R\$ 30,00	1,7940
102	Galinha Caipira (Pelada)	3	Und	105	0,19	0,0%	R\$ 3.570,00	0,01%	R\$ 1.190,00	35	R\$ 34,00	1,8000
103	Gengibre	52	Pct	3.796	0,95	0,0%	R\$ 3.806,00	0,01%	R\$ 73,19	73	R\$ 1,00	0,2500

104	Genipapo	4	Fruto	143	0,06	0,0%	R\$ 143,00	0,00%	R\$ 35,75	36	R\$ 1,00	0,4500
105	Goiaba	88	Kg	18.609	18,80	0,2%	R\$ 37.218,00	0,08%	R\$ 422,93	211	R\$ 2,00	1,0101
106	Goma De Tapioca (Amido)	598	Kg	164.101	163,86	1,8%	R\$ 928.670,16	1,99%	R\$ 1.552,96	274	R\$ 5,66	0,9985
107	Graviola	85	Fruto	5.017	6,20	0,1%	R\$ 15.051,00	0,03%	R\$ 177,07	59	R\$ 3,00	1,2350
108	Hortelã	90	Muda	63.815	63,96	0,7%	R\$ 340.133,95	0,73%	R\$ 3.779,27	709	R\$ 5,33	1,0022
109	Inajá	36	L1	3.545	2,36	0,0%	R\$ 7.090,00	0,02%	R\$ 196,94	98	R\$ 2,00	0,6670
110	Ingá	79	Und	25.554	8,74	0,1%	R\$ 25.554,00	0,05%	R\$ 323,47	323	R\$ 1,00	0,3421
111	Inhame	2	Kg	60	0,06	0,0%	R\$ 120,00	0,00%	R\$ 60,00	30	R\$ 2,00	1,0000
112	Jaca Da Bahia	163	Fruto	13.115	87,07	1,0%	R\$ 111.452,00	0,24%	R\$ 683,75	80	R\$ 8,50	6,6392
113	Jambo	48	Pct	12.288	12,29	0,1%	R\$ 12.288,00	0,03%	R\$ 256,00	256	R\$ 1,00	1,0000
114	Jambú	213	Mç	231.356	8,74	0,1%	R\$ 462.522,00	0,99%	R\$ 2.171,46	1.086	R\$ 2,00	0,0378
115	Japana	3	Muda	130	0,13	0,0%	R\$ 650,00	0,00%	R\$ 216,67	43	R\$ 5,00	1,0000
116	Jiju	2	Kg	45	0,05	0,0%	R\$ 225,00	0,00%	R\$ 112,50	23	R\$ 5,00	1,0000
117	Jiló	40	Kg	4.204	4,20	0,0%	R\$ 8.408,00	0,02%	R\$ 210,20	105	R\$ 2,00	1,0000
118	Juru	5	L1	127	0,08	0,0%	R\$ 273,05	0,00%	R\$ 54,61	25	R\$ 2,15	0,6670
119	Laranja	235	Fruto	1.239.078	151,64	1,7%	R\$ 371.103,40	0,79%	R\$ 1.579,16	5.273	R\$ 0,30	0,1224
120	Laranja Da Terra	5	Fruto	1.013	0,13	0,0%	R\$ 506,50	0,00%	R\$ 101,30	203	R\$ 0,50	0,1290
121	Leite De Gado	5	L1	1.151	0,77	0,0%	R\$ 2.302,00	0,00%	R\$ 460,40	230	R\$ 2,00	0,6670
122	Leite Do Amapá	10	L1	575	0,38	0,0%	R\$ 14.375,00	0,03%	R\$ 1.437,50	58	R\$ 25,00	0,6670
123	Leite Sucuúba	2	L1	70	0,05	0,0%	R\$ 1.750,00	0,00%	R\$ 875,00	35	R\$ 25,00	0,6670
124	Lima	9	Fruto	1.968	0,25	0,0%	R\$ 393,60	0,00%	R\$ 43,73	219	R\$ 0,20	0,1290
125	Limão	343	Pct	264.589	53,43	0,6%	R\$ 529.178,00	1,13%	R\$ 1.542,79	771	R\$ 2,00	0,2020
126	Limão Galego	74	Fruto	17.629	2,30	0,0%	R\$ 8.814,50	0,02%	R\$ 119,11	238	R\$ 0,50	0,1306
127	Limão Tanja	5	Pct	197	0,20	0,0%	R\$ 394,00	0,00%	R\$ 78,80	39	R\$ 2,00	1,0000
128	Macaxeira (Descascada)	274	Kg	220.493	220,45	2,4%	R\$ 609.790,75	1,30%	R\$ 2.225,51	805	R\$ 2,77	0,9998
129	Macaxeira (Raiz)	281	Kg	259.804	259,68	2,9%	R\$ 649.065,00	1,39%	R\$ 2.309,84	925	R\$ 2,50	0,9995
130	Mamão Comum	236	Kg	117.824	117,68	1,3%	R\$ 353.178,00	0,76%	R\$ 1.496,52	499	R\$ 3,00	0,9988
131	Mamão Havai	35	Kg	8.732	8,73	0,1%	R\$ 30.562,00	0,07%	R\$ 873,20	249	R\$ 3,50	1,0000
132	Mandioca	3	Kg	433	0,43	0,0%	R\$ 433,00	0,00%	R\$ 144,33	144	R\$ 1,00	1,0000
133	Manga Comum	75	Pct	47.526	47,61	0,5%	R\$ 106.933,50	0,23%	R\$ 1.425,78	634	R\$ 2,25	1,0017
134	Manga Enxertada	6	Fruto	1.165	0,35	0,0%	R\$ 802,00	0,00%	R\$ 133,67	194	R\$ 0,69	0,3000
135	Mangaba	2	Pct	25	0,03	0,0%	R\$ 125,00	0,00%	R\$ 62,50	13	R\$ 5,00	1,0000
136	Mangericão	36	Muda	15.390	15,39	0,2%	R\$ 46.170,00	0,10%	R\$ 1.282,50	428	R\$ 3,00	1,0000
137	Maniva Pré Cozida	81	Kg	195.019	195,02	2,1%	R\$ 780.076,00	1,67%	R\$ 9.630,57	2.408	R\$ 4,00	1,0000
138	Manteiga(Caseira)	1	Kg	50	0,05	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 100,00	50	R\$ 2,00	1,0000
139	Maracujá	224	Kg	112.155	112,05	1,2%	R\$ 560.695,00	1,20%	R\$ 2.503,10	501	R\$ 5,00	0,9990
140	Mari-Mari	8	Pct	279	0,28	0,0%	R\$ 279,00	0,00%	R\$ 34,88	35	R\$ 1,00	1,0000

141	Marupazinho	11	Muda	713	0,71	0,0%	R\$ 2.139,00	0,00%	R\$ 194,45	65	R\$ 3,00	1,0000
142	Massa De Macaxeira	79	Kg	80.423	80,42	0,9%	R\$ 241.269,00	0,52%	R\$ 3.054,04	1.018	R\$ 3,00	1,0000
143	Mastruz	145	Mç	119.808	27,57	0,3%	R\$ 122.260,00	0,26%	R\$ 843,17	826	R\$ 1,02	0,2301
144	Maxixe	340	Mç	423.560	74,18	0,8%	R\$ 635.039,50	1,36%	R\$ 1.867,76	1.246	R\$ 1,50	0,1751
145	Mel De Abelha	19	L1	1.679	1,12	0,0%	R\$ 41.975,00	0,09%	R\$ 2.209,21	88	R\$ 25,00	0,6670
146	Melancia	74	Und	54.290	434,11	4,8%	R\$ 325.740,00	0,70%	R\$ 4.401,89	734	R\$ 6,00	7,9961
147	Milho (Grão)	5	Kg	1.750	1,75	0,0%	R\$ 1.750,00	0,00%	R\$ 350,00	350	R\$ 1,00	1,0000
148	Milho Verde	70	Und	46.459	8,67	0,1%	R\$ 23.229,50	0,05%	R\$ 331,85	664	R\$ 0,50	0,1866
149	Mirra	10	Muda	1.172	1,17	0,0%	R\$ 9.376,00	0,02%	R\$ 937,60	117	R\$ 8,00	1,0000
150	Murici	24	Kg	2.369	2,37	0,0%	R\$ 4.738,00	0,01%	R\$ 197,42	99	R\$ 2,00	1,0000
151	Mururé	1	Mç	50	0,05	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	50	R\$ 1,00	1,0000
152	none	2	Pct	52	0,02	0,0%	R\$ 52,00	0,00%	R\$ 26,00	26	R\$ 1,00	0,4430
153	Óleo de Copafba	1	L1	1	0,00	0,0%	R\$ 25,00	0,00%	R\$ 25,00	1	R\$ 25,00	1,0000
154	Oriza (Muda)	17	Muda	2.381	2,38	0,0%	R\$ 15.476,50	0,03%	R\$ 910,38	140	R\$ 6,50	1,0000
155	Ovos	12	Dz	77.648	43,83	0,5%	R\$ 465.888,00	1,00%	R\$ 38.824,00	6.471	R\$ 6,00	0,5644
156	Ovos (Codorna)	3	Dz	2.881	2,88	0,0%	R\$ 14.405,00	0,03%	R\$ 4.801,67	960	R\$ 5,00	0,9992
157	Ovos (Marron)	1	Dz	450	0,45	0,0%	R\$ 2.700,00	0,01%	R\$ 2.700,00	450	R\$ 6,00	1,0000
158	Pacu	1	Kg	10	0,01	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	10	R\$ 5,00	1,0000
159	Paricá	1	Pct	5	0,00	0,0%	R\$ 5,00	0,00%	R\$ 5,00	5	R\$ 1,00	0,2500
160	Pato	6	Und	310	0,68	0,0%	R\$ 7.750,00	0,02%	R\$ 1.291,67	52	R\$ 25,00	2,2000
161	Pau de Verônica	1	Pct	30	0,01	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 30,00	30	R\$ 1,00	0,3750
162	Pepino	272	Kg	254.518	254,51	2,8%	R\$ 846.582,77	1,81%	R\$ 3.112,44	936	R\$ 3,33	1,0000
163	Pescada Branca	1	Kg	30	0,03	0,0%	R\$ 270,00	0,00%	R\$ 270,00	30	R\$ 9,00	1,0000
164	Piaba	2	Kg	90	0,09	0,0%	R\$ 720,00	0,00%	R\$ 360,00	45	R\$ 8,00	1,0000
165	Pimenta (Condimentos)	47	Pote	4.043	0,97	0,0%	R\$ 5.053,75	0,01%	R\$ 107,53	86	R\$ 1,25	0,2406
166	Pimenta Do Reino	4	Kg	395	0,40	0,0%	R\$ 3.160,00	0,01%	R\$ 790,00	99	R\$ 8,00	1,0000
167	Pimenta Queimosa	209	Pct	93.903	47,29	0,5%	R\$ 218.560,99	0,47%	R\$ 1.045,75	449	R\$ 2,33	0,5036
168	Pimenta Tempero(Verde)	432	Kg	256.217	255,72	2,8%	R\$ 2.545.132,00	5,45%	R\$ 5.891,51	593	R\$ 9,93	0,9981
169	Pimentão	14	Kg	278	0,28	0,0%	R\$ 556,00	0,00%	R\$ 39,71	20	R\$ 2,00	0,9928
170	Pimentinha (Muda)	4	Muda	70	0,07	0,0%	R\$ 560,00	0,00%	R\$ 140,00	18	R\$ 8,00	1,0000
171	Piquiá	148	Und	48.709	32,40	0,4%	R\$ 97.418,00	0,21%	R\$ 658,23	329	R\$ 2,00	0,6651
172	Pirarucu	13	Kg	1.365	1,37	0,0%	R\$ 8.190,00	0,02%	R\$ 630,00	105	R\$ 6,00	1,0000
173	Pitomba	5	Pct	322	0,14	0,0%	R\$ 644,00	0,00%	R\$ 128,80	64	R\$ 2,00	0,4500
174	Plantas Medicinais	8	Mç	996	1,00	0,0%	R\$ 5.976,00	0,01%	R\$ 747,00	125	R\$ 6,00	1,0000

175	Polpa De Abacaxi	102	Kg	58.985	58,96	0,6%	R\$ 353.595,50	0,76%	R\$ 3.466,62	578	R\$ 5,99	0,9996
176	Polpa De Acerola	76	Kg	68.085	68,04	0,7%	R\$ 430.444,41	0,92%	R\$ 5.663,74	896	R\$ 6,32	0,9993
177	Polpa de Bacuri	2	Kg	15	0,02	0,0%	R\$ 375,00	0,00%	R\$ 187,50	8	R\$ 25,00	1,0000
178	Polpa De Cajú	18	Kg	803	0,80	0,0%	R\$ 5.219,50	0,01%	R\$ 289,97	45	R\$ 6,50	0,9958
179	Polpa De Cupuaçu	338	Kg	105.314	106,20	1,2%	R\$ 910.724,41	1,95%	R\$ 2.694,45	312	R\$ 8,65	1,0084
180	Polpa De Goiaba	57	Kg	59.771	59,77	0,7%	R\$ 457.728,68	0,98%	R\$ 8.030,33	1.049	R\$ 7,66	1,0000
181	Polpa De Graviola	75	Kg	8.506	8,53	0,1%	R\$ 76.554,00	0,16%	R\$ 1.020,72	113	R\$ 9,00	1,0031
182	Polpa de Manga	4	Kg	194	0,19	0,0%	R\$ 1.746,00	0,00%	R\$ 436,50	49	R\$ 9,00	1,0000
183	Polpa De Maracujá	79	Kg	68.123	68,12	0,8%	R\$ 566.088,62	1,21%	R\$ 7.165,68	862	R\$ 8,31	1,0000
184	Polpa De Muruci	49	Kg	9.572	9,57	0,1%	R\$ 95.720,00	0,20%	R\$ 1.953,47	195	R\$ 10,00	1,0000
185	Polpa De Taperebá	91	Kg	68.047	68,05	0,7%	R\$ 385.164,16	0,82%	R\$ 4.232,57	748	R\$ 5,66	1,0000
186	Pupunha (Cozida)	88	Pct	9.440	3,69	0,0%	R\$ 18.880,00	0,04%	R\$ 214,55	107	R\$ 2,00	0,3913
187	Pupunha In Natura	365	Kg	146.903	143,32	1,6%	R\$ 884.953,00	1,89%	R\$ 2.424,53	402	R\$ 6,02	0,9756
188	Queijo Manteiga	3	Kg	164	0,16	0,0%	R\$ 4.592,00	0,01%	R\$ 1.530,67	55	R\$ 28,00	1,0000
189	Quiabo	147	Mç	158.621	53,96	0,6%	R\$ 475.418,00	1,02%	R\$ 3.234,14	1.079	R\$ 3,00	0,3402
190	Rabanete	7	Mç	416	0,08	0,0%	R\$ 416,00	0,00%	R\$ 59,43	59	R\$ 1,00	0,2000
191	Ramputã	20	Pct	2.032	0,77	0,0%	R\$ 6.096,00	0,01%	R\$ 304,80	102	R\$ 3,00	0,3770
192	Repolho	51	Kg	8.833	8,83	0,1%	R\$ 43.665,00	0,09%	R\$ 856,18	173	R\$ 4,94	1,0000
193	Rúcula	48	Mç	29.921	5,68	0,1%	R\$ 59.842,00	0,13%	R\$ 1.246,71	623	R\$ 2,00	0,1900
194	Salsa	83	Mç	88.300	19,43	0,2%	R\$ 44.148,00	0,09%	R\$ 531,90	1.064	R\$ 0,50	0,2200
195	Sapoti	1	Pct	300	0,30	0,0%	R\$ 300,00	0,00%	R\$ 300,00	300	R\$ 1,00	1,0000
196	Tambaqui	1	Kg	30	0,03	0,0%	R\$ 345,00	0,00%	R\$ 345,00	30	R\$ 11,50	1,0000
197	Tamoatã	2	Kg	74	0,07	0,0%	R\$ 555,00	0,00%	R\$ 277,50	37	R\$ 7,50	1,0000
198	Tangerina	115	Pct	116.934	116,93	1,3%	R\$ 233.868,00	0,50%	R\$ 2.033,63	1.017	R\$ 2,00	1,0000
199	Taperebá	51	Kg	5.049	5,05	0,1%	R\$ 10.098,00	0,02%	R\$ 198,00	99	R\$ 2,00	1,0000
200	Tomate	21	Pct	1.077	1,08	0,0%	R\$ 3.231,00	0,01%	R\$ 153,86	51	R\$ 3,00	1,0000
201	Tomate Cereja	8	Kg	293	0,29	0,0%	R\$ 2.344,00	0,01%	R\$ 293,00	37	R\$ 8,00	1,0000
202	Traíra	6	Kg	563	0,56	0,0%	R\$ 4.222,50	0,01%	R\$ 703,75	94	R\$ 7,50	0,9870
203	Trairão	5	Kg	612	0,59	0,0%	R\$ 7.956,00	0,02%	R\$ 1.591,20	122	R\$ 13,00	0,9619
204	Tucumã	16	L1	645	0,43	0,0%	R\$ 645,00	0,00%	R\$ 40,31	40	R\$ 1,00	0,6670
205	Tucunaré	1	Kg	20	0,02	0,0%	R\$ 260,00	0,00%	R\$ 260,00	20	R\$ 13,00	1,0000
206	Tucupi	661	L1	181.417	121,65	1,3%	R\$ 362.834,00	0,78%	R\$ 548,92	274	R\$ 2,00	0,6706
207	Tucupi (Molho Apimentado)	19	L1	1.052	0,70	0,0%	R\$ 5.964,84	0,01%	R\$ 313,94	55	R\$ 5,67	0,6670
208	Urucum (Cachopa)	49	Mç	5.479	5,48	0,1%	R\$ 5.479,00	0,01%	R\$ 111,82	112	R\$ 1,00	0,9996
209	Urucum Vinho	36	L1	631	0,45	0,0%	R\$ 3.155,00	0,01%	R\$ 87,64	18	R\$ 5,00	0,7076
210	Uxi	38	Fruto	19.561	19,56	0,2%	R\$ 6.455,13	0,01%	R\$ 169,87	515	R\$ 0,33	1,0000
211	Vick	10	Muda	1.193	1,19	0,0%	R\$ 5.965,00	0,01%	R\$ 596,50	119	R\$ 5,00	1,0000

212	Vinagreira	51	Mç	7.312	0,91	0,0%	R\$ 7.312,00	0,02%	R\$ 143,37	143	R\$ 1,00	0,1250
<b>Total Geral</b>				<b>9.082</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 46.730.647,36</b>	<b>100,00%</b>					

**Produção Comercializada nas Feiras de Produtores no Estado do Amapá, no Ano de 2019. Produto, Número de Produtores, Quantidade, Equivalente Tonelada, Receita e Médias dos Produtos por Maior Receita.**

Período de 01/01/2019 à 31/12/2019

Nº Preço Médio (Kg)	Produto por Unidade	Nº de Peso Médio por Produtores	Unid Unidade (Kg)	Quant	Eq/T	%	Receita	%	Receita Média por Produtor	por Produtor Média por Produtor	Produção por Unidade	Média por Unidade
1	Abacate	63	Kg	13.680	14,22	0,2%	R\$ 16.416,00	0,04%	R\$ 260,57	217	R\$ 1,20	1,0397
2	Abacaxi	195	Fruto	736.087	617,81	6,6%	R\$ 3.805.569,79	8,23%	R\$ 19.515,74	3.775	R\$ 5,17	0,8393
3	Abiu	36	Und	7.131	0,70	0,0%	R\$ 1.123,63	0,00%	R\$ 31,21	198	R\$ 0,16	0,0975
4	Abóbora Ou Jerimun	307	Und	84.548	339,16	3,6%	R\$ 478.843,36	1,03%	R\$ 1.559,75	275	R\$ 5,66	4,0115
5	Abobrinha Verde	27	Kg	4.660	4,66	0,1%	R\$ 2.405,00	0,01%	R\$ 89,07	173	R\$ 0,52	1,0000
6	Açaí (Muda)	6	Und	303	0,30	0,0%	R\$ 606,00	0,00%	R\$ 101,00	51	R\$ 2,00	1,0000
7	Açaí Fruto	40	L20	2.967	48,04	0,5%	R\$ 59.340,00	0,13%	R\$ 1.483,50	74	R\$ 20,00	16,1924
8	Açaí Vinho	88	L1	28.980	28,42	0,3%	R\$ 117.096,00	0,25%	R\$ 1.330,64	329	R\$ 4,04	0,9806
9	Acará (peixe)	10	Kg	3.188	3,19	0,0%	R\$ 6.376,00	0,01%	R\$ 637,60	319	R\$ 2,00	1,0000
10	Acerola	86	Kg	21.823	21,80	0,2%	R\$ 43.780,00	0,09%	R\$ 509,07	254	R\$ 2,01	0,9992
11	Agrião	24	Mç	5.014	0,81	0,0%	R\$ 5.014,00	0,01%	R\$ 208,92	209	R\$ 1,00	0,1625
12	Alface	216	Pé	675.725	91,34	1,0%	R\$ 1.035.862,50	2,24%	R\$ 4.795,66	3.128	R\$ 1,53	0,1352
13	Alface Americano	3	Pé	45	0,01	0,0%	R\$ 135,00	0,00%	R\$ 45,00	15	R\$ 3,00	0,1350
14	Alfavaca	27	Mç	3.243	1,03	0,0%	R\$ 3.243,00	0,01%	R\$ 120,11	120	R\$ 1,00	0,3191
15	Algodão	47	Mç	10.533	1,05	0,0%	R\$ 10.533,00	0,02%	R\$ 224,11	224	R\$ 1,00	0,1000
16	Almeirão	11	Mç	2.160	0,76	0,0%	R\$ 5.400,00	0,01%	R\$ 490,91	196	R\$ 2,50	0,3500
17	Ameixa	11	Kg	279	0,28	0,0%	R\$ 563,58	0,00%	R\$ 51,23	25	R\$ 2,02	1,0000
18	Amor Crescido	38	Muda	9.608	9,61	0,1%	R\$ 31.226,00	0,07%	R\$ 821,74	253	R\$ 3,25	1,0000
19	Anador	10	Muda	1.743	1,74	0,0%	R\$ 8.715,00	0,02%	R\$ 871,50	174	R\$ 5,00	1,0000

20	Andiroba	1	Pct	2	0,00	0,0%	R\$ 4,00	0,00%	R\$ 4,00	2	R\$ 2,00	0,2500
21	Apaiari	3	Kg	103	0,10	0,0%	R\$ 664,00	0,00%	R\$ 221,33	34	R\$ 6,45	1,0000
22	Areá	42	Pct	3.386	1,52	0,0%	R\$ 3.386,00	0,01%	R\$ 80,62	81	R\$ 1,00	0,4500
23	Arroz Beneficiado	1	Kg	30	0,03	0,0%	R\$ 36,30	0,00%	R\$ 36,30	30	R\$ 1,21	1,0000
24	Arruda	21	Muda	15.192	15,18	0,2%	R\$ 177.290,64	0,38%	R\$ 8.442,41	723	R\$ 11,67	0,9991
25	Ata	4	Fruto	1.310	1,31	0,0%	R\$ 1.310,00	0,00%	R\$ 327,50	328	R\$ 1,00	1,0000
26	Azeite de Andiroba	3	L1	12	0,01	0,0%	R\$ 180,00	0,00%	R\$ 60,00	4	R\$ 15,00	0,6670
27	Babatimão	8	Pct	670	0,67	0,0%	R\$ 3.350,00	0,01%	R\$ 418,75	84	R\$ 5,00	1,0000
28	Babosa	31	Muda	8.578	8,58	0,1%	R\$ 42.890,00	0,09%	R\$ 1.383,55	277	R\$ 5,00	1,0000
29	Bacaba (Muda)	17	Und	2.712	7,73	0,1%	R\$ 5.424,00	0,01%	R\$ 319,06	160	R\$ 2,00	2,8486
30	Bacaba Fruto	65	L20	17.720	261,02	2,8%	R\$ 175.680,00	0,38%	R\$ 2.702,77	273	R\$ 9,91	14,7300
31	Bacaba Vinho	125	L1	24.284	17,07	0,2%	R\$ 232.160,00	0,50%	R\$ 1.857,28	194	R\$ 9,56	0,7028
32	Bacuri	2	Fruto	208	0,19	0,0%	R\$ 274,56	0,00%	R\$ 137,28	104	R\$ 1,32	0,9000
33	Banana	498	Ch	64.586	1.287,83	13,8%	R\$ 387.322,00	0,84%	R\$ 777,76	130	R\$ 6,00	19,9397
34	Banana Branca	52	Ch	1.661	33,10	0,4%	R\$ 29.067,50	0,06%	R\$ 558,99	32	R\$ 17,50	19,9283
35	Banana Pacuçu	46	Ch	1.052	21,04	0,2%	R\$ 26.300,00	0,06%	R\$ 571,74	23	R\$ 25,00	20,0000
36	Banana Pacuçu/Mingau	47	Und	9.128	6,43	0,1%	R\$ 13.692,00	0,03%	R\$ 291,32	194	R\$ 1,50	0,7045
37	Banana Prata	96	Ch	3.261	65,22	0,7%	R\$ 73.372,50	0,16%	R\$ 764,30	34	R\$ 22,50	20,0000
38	Batata Doce	201	Kg	50.720	51,20	0,5%	R\$ 190.200,00	0,41%	R\$ 946,27	252	R\$ 3,75	1,0094
39	Beijú (Mandioca)	3	Und	140	0,14	0,0%	R\$ 140,00	0,00%	R\$ 46,67	47	R\$ 1,00	1,0000
40	Berinjela	46	Kg	3.497	3,50	0,0%	R\$ 10.491,00	0,02%	R\$ 228,07	76	R\$ 3,00	1,0000
41	Beterraba	5	Kg	274	0,27	0,0%	R\$ 476,76	0,00%	R\$ 95,35	55	R\$ 1,74	1,0000
42	Biribá	59	Fruto	11.197	9,01	0,1%	R\$ 33.671,00	0,07%	R\$ 570,69	190	R\$ 3,01	0,8050
43	Boldo	30	Mç	8.219	8,22	0,1%	R\$ 4.109,50	0,01%	R\$ 136,98	274	R\$ 0,50	1,0000
44	Caatinga de Mulata (Muda)	18	Muda	6.433	6,39	0,1%	R\$ 41.814,50	0,09%	R\$ 2.323,03	357	R\$ 6,50	0,9935
45	Cacau	41	Pct	4.357	1,42	0,0%	R\$ 8.714,00	0,02%	R\$ 212,54	106	R\$ 2,00	0,3260
46	Cajarana	9	Und	2.089	0,25	0,0%	R\$ 522,25	0,00%	R\$ 58,03	232	R\$ 0,25	0,1219
47	Cajú	20	Fruto	4.939	3,25	0,0%	R\$ 1.234,75	0,00%	R\$ 61,74	247	R\$ 0,25	0,6588
48	Caldo de Cana	6	L1	4.362	2,91	0,0%	R\$ 6.543,00	0,01%	R\$ 1.090,50	727	R\$ 1,50	0,6670
49	Camapú	14	Pct	783	0,35	0,0%	R\$ 783,00	0,00%	R\$ 55,93	56	R\$ 1,00	0,4500
50	Cana De Açúcar	63	Pct	6.905	11,75	0,1%	R\$ 13.810,00	0,03%	R\$ 219,21	110	R\$ 2,00	1,7020
51	Canela	27	Mç	5.017	0,63	0,0%	R\$ 5.017,00	0,01%	R\$ 185,81	186	R\$ 1,00	0,1250
52	Capim Marinho	36	Muda	15.598	15,60	0,2%	R\$ 77.960,00	0,17%	R\$ 2.165,56	433	R\$ 5,00	1,0000
53	Cará	195	Kg	37.663	37,46	0,4%	R\$ 169.483,50	0,37%	R\$ 869,15	193	R\$ 4,50	0,9945
54	Carambola	6	Fruto	345	0,02	0,0%	R\$ 120,75	0,00%	R\$ 20,13	58	R\$ 0,35	0,0600
55	Cariru	79	Mç	30.570	19,87	0,2%	R\$ 30.570,00	0,07%	R\$ 386,96	387	R\$ 1,00	0,6500

56	Casca de Barbatimão	2	Pct	45	0,02	0,0%	R\$ 90,00	0,00%	R\$ 45,00	23	R\$ 2,00	0,3900
57	Casca de Verônica	2	Pct	27	0,01	0,0%	R\$ 40,50	0,00%	R\$ 20,25	14	R\$ 1,50	0,3900
58	Castanha De Cajú	25	Kg	5.672	5,27	0,1%	R\$ 117.240,24	0,25%	R\$ 4.689,61	227	R\$ 20,67	0,9295
59	Castanha De Cajú Assada	2	Pct	53	0,01	0,0%	R\$ 53,00	0,00%	R\$ 26,50	27	R\$ 1,00	0,2500
60	Castanha Do Brasil (Amêndoa)	82	L1	55.377	37,60	0,4%	R\$ 387.639,00	0,84%	R\$ 4.727,30	675	R\$ 7,00	0,6790
61	Castanha do Brasil (Doce)	1	Pt	50	0,03	0,0%	R\$ 769,00	0,00%	R\$ 769,00	50	R\$ 15,38	0,5000
62	Castanha Do Brasil (Ouriço)	12	Und	1.030	1,03	0,0%	R\$ 2.060,00	0,00%	R\$ 171,67	86	R\$ 2,00	1,0000
63	Cebolinha	29	Mç	19.175	9,59	0,1%	R\$ 19.175,00	0,04%	R\$ 661,21	661	R\$ 1,00	0,5000
64	Chama	21	Muda	11.726	11,73	0,1%	R\$ 76.219,00	0,16%	R\$ 3.629,48	558	R\$ 6,50	1,0000
65	Cheiro Verde	333	Mç	3.585.827	102,30	1,1%	R\$ 3.454.099,60	7,47%	R\$ 10.372,67	10.768	R\$ 0,96	0,0285
66	Chicória	272	Mç	2.386.078	85,27	0,9%	R\$ 1.393.139,16	3,01%	R\$ 5.121,84	8.772	R\$ 0,58	0,0357
67	Cipó pra Tudo	15	Pct	4.179	0,08	0,0%	R\$ 8.358,00	0,02%	R\$ 557,20	279	R\$ 2,00	0,0200
68	Cipó-Paratudo	2	Pct	88	0,02	0,0%	R\$ 176,00	0,00%	R\$ 88,00	44	R\$ 2,00	0,2500
69	Coalhada	9	L1	2.769	1,87	0,0%	R\$ 6.922,50	0,01%	R\$ 769,17	308	R\$ 2,50	0,6752
70	Cocada	1	Und	50	0,05	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	50	R\$ 1,00	1,0000
71	Coco (Gelado)	13	Und	2.950	2,80	0,0%	R\$ 7.375,00	0,02%	R\$ 567,31	227	R\$ 2,50	0,9500
72	Coco (muda)	1	Und	40	0,03	0,0%	R\$ 80,00	0,00%	R\$ 80,00	40	R\$ 2,00	0,8654
73	Coco Seco	186	Und	82.876	53,11	0,6%	R\$ 124.314,00	0,27%	R\$ 668,35	446	R\$ 1,50	0,6409
74	Coco Verde	270	Und	212.166	199,41	2,1%	R\$ 318.033,00	0,69%	R\$ 1.177,90	786	R\$ 1,50	0,9399
75	Coeja	4	Muda	360	0,36	0,0%	R\$ 2.880,00	0,01%	R\$ 720,00	90	R\$ 8,00	1,0000
76	Coentro	178	Mç	223.328	16,19	0,2%	R\$ 263.178,00	0,57%	R\$ 1.478,53	1.255	R\$ 1,18	0,0725
77	Cominho	20	Muda	1.628	1,63	0,0%	R\$ 8.140,00	0,02%	R\$ 407,00	81	R\$ 5,00	1,0000
78	Copaiba (Muda)	1	Und	20	0,02	0,0%	R\$ 40,00	0,00%	R\$ 40,00	20	R\$ 2,00	1,0000
79	Copaiba(Casca)	1	Pct	4	0,00	0,0%	R\$ 4,00	0,00%	R\$ 4,00	4	R\$ 1,00	0,1000
80	Couve	277	Mç	1.317.644	97,99	1,1%	R\$ 1.698.182,75	3,67%	R\$ 6.130,62	4.757	R\$ 1,29	0,0744
81	Cubiu	11	Pct	525	0,53	0,0%	R\$ 525,00	0,00%	R\$ 47,73	48	R\$ 1,00	1,0000
82	Cupuaçú	248	Fruto	48.960	43,33	0,5%	R\$ 242.440,00	0,52%	R\$ 977,58	197	R\$ 4,95	0,8850
83	Desinflama	15	Muda	4.933	4,93	0,1%	R\$ 24.665,00	0,05%	R\$ 1.644,33	329	R\$ 5,00	1,0000
84	Escarola	2	Mç	100	0,07	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 50,00	50	R\$ 1,00	0,7000
85	Espinafre	3	Mç	135	0,14	0,0%	R\$ 540,00	0,00%	R\$ 180,00	45	R\$ 4,00	1,0000
86	Farinha De Mandioca	1.841	L1	2.362.849	1.576,10	16,9%	R\$ 12.164.859,80	26,29%	R\$ 6.607,75	1.283	R\$ 5,15	0,6670
87	Farinha De Tapioca	184	L1	36.912	24,62	0,3%	R\$ 184.528,00	0,40%	R\$ 1.002,87	201	R\$ 5,00	0,6670
88	Fava	1	Kg	10	0,01	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 30,00	10	R\$ 3,00	1,0000
89	Feijão Carioca	64	Kg	11.439	11,44	0,1%	R\$ 28.597,50	0,06%	R\$ 446,84	179	R\$ 2,50	1,0000
90	Feijão Caupi	61	Kg	7.754	7,48	0,1%	R\$ 19.388,00	0,04%	R\$ 317,84	127	R\$ 2,50	0,9640

91	Feijão Verde (Descascado)	72	Kg	28.872	28,87	0,3%	R\$ 202.104,00	0,44%	R\$ 2.807,00	401	R\$ 7,00	1,0000
92	Feijão Verde (salada)	138	Mç	88.760	59,98	0,6%	R\$ 88.760,00	0,19%	R\$ 643,19	643	R\$ 1,00	0,6758
93	Feijão Verde (Vagem)	139	Mç	63.288	29,49	0,3%	R\$ 79.070,00	0,17%	R\$ 568,85	455	R\$ 1,25	0,4660
94	Flexa	2	Und	765	0,77	0,0%	R\$ 1.530,00	0,00%	R\$ 765,00	383	R\$ 2,00	1,0000
95	Folha De Algodão	26	Mç	2.719	0,95	0,0%	R\$ 1.359,50	0,00%	R\$ 52,29	105	R\$ 0,50	0,3491
96	Fruta Pão	23	Pct	6.208	2,24	0,0%	R\$ 6.208,00	0,01%	R\$ 269,91	270	R\$ 1,00	0,3608
97	Galinha Caipira	46	Und	13.650	24,57	0,3%	R\$ 408.150,00	0,88%	R\$ 8.872,83	297	R\$ 29,90	1,8000
98	Galinha Caipira (Pelada)	13	Und	484	0,87	0,0%	R\$ 16.456,00	0,04%	R\$ 1.265,85	37	R\$ 34,00	1,8000
99	Gengibre	52	Pct	6.281	1,58	0,0%	R\$ 6.367,00	0,01%	R\$ 122,44	121	R\$ 1,01	0,2512
100	Genipapo	8	Fruto	818	0,37	0,0%	R\$ 818,00	0,00%	R\$ 102,25	102	R\$ 1,00	0,4500
101	Goiaba	93	Kg	22.407	22,64	0,2%	R\$ 44.814,00	0,10%	R\$ 481,87	241	R\$ 2,00	1,0105
102	Goma De Tapioca (Amido)	632	Kg	192.190	192,02	2,1%	R\$ 1.079.459,14	2,33%	R\$ 1.708,00	304	R\$ 5,62	0,9991
103	Graviola	112	Fruto	6.178	7,62	0,1%	R\$ 19.003,00	0,04%	R\$ 169,67	55	R\$ 3,08	1,2339
104	Hortelã	102	Mç	50	0,02	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 0,49	0	R\$ 1,00	0,3000
105	Hortelã	102	Muda	69.737	69,71	0,7%	R\$ 371.611,81	0,80%	R\$ 3.643,25	684	R\$ 5,33	0,9997
106	Inajá	32	L1	3.097	2,07	0,0%	R\$ 6.194,00	0,01%	R\$ 193,56	97	R\$ 2,00	0,6670
107	Ingá	69	Und	17.966	6,02	0,1%	R\$ 17.966,00	0,04%	R\$ 260,38	260	R\$ 1,00	0,3350
108	Inhame	2	Kg	97	0,10	0,0%	R\$ 194,00	0,00%	R\$ 97,00	49	R\$ 2,00	1,0000
109	Jaca Da Bahia	163	Fruto	13.063	86,85	0,9%	R\$ 110.370,50	0,24%	R\$ 677,12	80	R\$ 8,45	6,6483
110	Jambo	66	Pct	13.352	13,35	0,1%	R\$ 13.302,00	0,03%	R\$ 201,55	202	R\$ 1,00	1,0000
111	Jambú	238	Mç	259.336	10,00	0,1%	R\$ 518.512,00	1,12%	R\$ 2.178,62	1.090	R\$ 2,00	0,0386
112	Japana	20	Muda	5.506	5,51	0,1%	R\$ 27.530,00	0,06%	R\$ 1.376,50	275	R\$ 5,00	1,0000
113	Jiló	29	Kg	4.154	4,15	0,0%	R\$ 8.308,00	0,02%	R\$ 286,48	143	R\$ 2,00	1,0000
114	Juru	10	L1	249	0,17	0,0%	R\$ 535,35	0,00%	R\$ 53,54	25	R\$ 2,15	0,6670
115	Laranja	225	Fruto	1.113.329	133,01	1,4%	R\$ 333.998,70	0,72%	R\$ 1.484,44	4.948	R\$ 0,30	0,1195
116	Laranja Da Terra	12	Fruto	1.628	0,21	0,0%	R\$ 814,00	0,00%	R\$ 67,83	136	R\$ 0,50	0,1289
117	Leite De Gado	12	L1	2.593	1,73	0,0%	R\$ 5.146,00	0,01%	R\$ 428,83	216	R\$ 1,98	0,6670
118	Leite Do Amapá	11	L1	1.121	0,75	0,0%	R\$ 28.025,00	0,06%	R\$ 2.547,73	102	R\$ 25,00	0,6670
119	Leite Sucuúba	1	L1	10	0,01	0,0%	R\$ 250,00	0,00%	R\$ 250,00	10	R\$ 25,00	0,6670
120	Lima	21	Fruto	6.883	0,89	0,0%	R\$ 1.376,60	0,00%	R\$ 65,55	328	R\$ 0,20	0,1290
121	Limão	332	Pct	265.970	53,62	0,6%	R\$ 531.940,00	1,15%	R\$ 1.602,23	801	R\$ 2,00	0,2016
122	Limão Galego	78	Fruto	16.657	2,15	0,0%	R\$ 8.328,50	0,02%	R\$ 106,78	214	R\$ 0,50	0,1291
123	Limão Tanja	6	Pct	622	0,62	0,0%	R\$ 1.244,00	0,00%	R\$ 207,33	104	R\$ 2,00	1,0000
124	Macaxeira (Descascada)	263	Kg	268.771	268,77	2,9%	R\$ 743.590,25	1,61%	R\$ 2.827,34	1.022	R\$ 2,77	1,0000
125	Macaxeira (Raiz)	279	Kg	203.687	203,69	2,2%	R\$ 509.217,50	1,10%	R\$ 1.825,15	730	R\$ 2,50	1,0000
126	Mamão Comum	217	Kg	103.726	105,94	1,1%	R\$ 311.132,00	0,67%	R\$ 1.433,79	478	R\$ 3,00	1,0214

127	Mamão Havai	15	Kg	2.566	2,57	0,0%	R\$ 8.981,00	0,02%	R\$ 598,73	171	R\$ 3,50	1,0000
128	Mandioca	6	Kg	890	0,89	0,0%	R\$ 890,00	0,00%	R\$ 148,33	148	R\$ 1,00	1,0000
129	Manga Comum	115	Pct	90.604	90,39	1,0%	R\$ 203.859,00	0,44%	R\$ 1.772,69	788	R\$ 2,25	0,9976
130	Manga Enxertada	5	Fruto	1.889	0,57	0,0%	R\$ 1.301,60	0,00%	R\$ 260,32	378	R\$ 0,69	0,3000
131	Mangaba	3	Pct	230	0,23	0,0%	R\$ 1.200,00	0,00%	R\$ 400,00	77	R\$ 5,22	1,0000
132	Mangericão	51	Muda	21.021	21,02	0,2%	R\$ 63.063,00	0,14%	R\$ 1.236,53	412	R\$ 3,00	1,0000
133	Maniva Pré Cozida	79	Kg	210.016	209,92	2,3%	R\$ 839.664,00	1,81%	R\$ 10.628,66	2.658	R\$ 4,00	0,9996
134	Manteiga(Caseira)	1	Kg	40	0,04	0,0%	R\$ 80,00	0,00%	R\$ 80,00	40	R\$ 2,00	1,0000
135	Maracujá	231	Kg	106.898	106,82	1,1%	R\$ 534.430,00	1,16%	R\$ 2.313,55	463	R\$ 5,00	0,9993
136	Mari-Mari	8	Pct	411	0,41	0,0%	R\$ 411,00	0,00%	R\$ 51,38	51	R\$ 1,00	1,0000
137	Marupazinho	11	Muda	1.257	1,26	0,0%	R\$ 3.771,00	0,01%	R\$ 342,82	114	R\$ 3,00	1,0000
138	Massa De Macaxeira	68	Kg	143.370	143,37	1,5%	R\$ 430.110,00	0,93%	R\$ 6.325,15	2.108	R\$ 3,00	1,0000
139	Mastruz	151	Mç	136.596	31,51	0,3%	R\$ 140.938,00	0,30%	R\$ 933,36	905	R\$ 1,03	0,2307
140	Maxixe	341	Mç	450.755	79,31	0,9%	R\$ 679.194,00	1,47%	R\$ 1.991,77	1.322	R\$ 1,51	0,1759
141	Mel De Abelha	30	L1	1.955	1,30	0,0%	R\$ 46.375,00	0,10%	R\$ 1.545,83	65	R\$ 23,72	0,6670
142	Melancia	96	Und	41.260	330,08	3,5%	R\$ 247.560,00	0,54%	R\$ 2.578,75	430	R\$ 6,00	8,0000
143	Milho (Grão)	12	Kg	4.370	4,37	0,0%	R\$ 4.370,00	0,01%	R\$ 364,17	364	R\$ 1,00	1,0000
144	Milho Verde	49	Und	50.547	8,76	0,1%	R\$ 25.273,50	0,05%	R\$ 515,79	1.032	R\$ 0,50	0,1733
145	Mirra	10	Muda	1.601	1,60	0,0%	R\$ 12.808,00	0,03%	R\$ 1.280,80	160	R\$ 8,00	1,0000
146	Murici	36	Kg	4.997	5,00	0,1%	R\$ 10.404,00	0,02%	R\$ 289,00	139	R\$ 2,08	1,0000
147	Mururé	2	Mç	50	0,05	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 25,00	25	R\$ 1,00	1,0000
148	none	4	Pct	98	0,04	0,0%	R\$ 98,00	0,00%	R\$ 24,50	25	R\$ 1,00	0,4430
149	Óleo de Copaíba	1	L1	20	0,01	0,0%	R\$ 500,00	0,00%	R\$ 500,00	20	R\$ 25,00	0,6670
150	Oriza (Muda)	15	Muda	3.791	3,76	0,0%	R\$ 24.641,50	0,05%	R\$ 1.642,77	253	R\$ 6,50	0,9921
151	Ovos	22	Dz	83.513	47,04	0,5%	R\$ 497.478,00	1,08%	R\$ 22.612,64	3.796	R\$ 5,96	0,5633
152	Ovos (Codorna)	3	Dz	2.866	2,86	0,0%	R\$ 14.330,00	0,03%	R\$ 4.776,67	955	R\$ 5,00	0,9977
153	Ovos (Marron)	2	Dz	160	0,16	0,0%	R\$ 960,00	0,00%	R\$ 480,00	80	R\$ 6,00	1,0000
154	Paricá	1	Pct	20	0,01	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 20,00	20	R\$ 1,00	0,2500
155	Pato	6	Und	310	0,68	0,0%	R\$ 7.750,00	0,02%	R\$ 1.291,67	52	R\$ 25,00	2,2000
156	Pepino	285	Kg	268.850	268,36	2,9%	R\$ 903.024,20	1,95%	R\$ 3.168,51	943	R\$ 3,36	0,9982
157	Pimenta (Condimentos)	97	Pote	8.041	1,61	0,0%	R\$ 10.051,25	0,02%	R\$ 103,62	83	R\$ 1,25	0,2000
158	Pimenta Do Reino	11	Kg	1.075	1,08	0,0%	R\$ 8.600,00	0,02%	R\$ 781,82	98	R\$ 8,00	1,0000
159	Pimenta Queimosa	195	Pct	91.978	46,53	0,5%	R\$ 211.508,70	0,46%	R\$ 1.084,66	472	R\$ 2,30	0,5059
160	Pimenta Tempero(Verde)	436	Kg	234.227	232,93	2,5%	R\$ 2.342.370,00	5,06%	R\$ 5.372,41	537	R\$ 10,00	0,9944
161	Pimentão	10	Kg	177	0,18	0,0%	R\$ 354,00	0,00%	R\$ 35,40	18	R\$ 2,00	1,0000
162	Pimentinha (Muda)	8	Muda	261	0,24	0,0%	R\$ 2.088,00	0,00%	R\$ 261,00	33	R\$ 8,00	0,9138
163	Piquiá	112	Und	34.712	23,11	0,2%	R\$ 69.424,00	0,15%	R\$ 619,86	310	R\$ 2,00	0,6657

164	Pirarucu	17	Kg	2.018	2,02	0,0%	R\$ 12.108,00	0,03%	R\$ 712,24	119	R\$ 6,00	1,0000
165	Pitomba	2	Pct	61	0,03	0,0%	R\$ 122,00	0,00%	R\$ 61,00	31	R\$ 2,00	0,4500
166	Plantas Medicinaias	33	Mç	23.562	23,56	0,3%	R\$ 141.372,00	0,31%	R\$ 4.284,00	714	R\$ 6,00	1,0000
167	Polpa De Abacaxi	68	Kg	51.976	51,93	0,6%	R\$ 313.456,00	0,68%	R\$ 4.609,65	764	R\$ 6,03	0,9991
168	Polpa de Açaí	1	Kg	10	0,01	0,0%	R\$ 65,00	0,00%	R\$ 65,00	10	R\$ 6,50	1,0000
169	Polpa De Acerola	74	Kg	53.473	53,47	0,6%	R\$ 343.345,43	0,74%	R\$ 4.639,80	723	R\$ 6,42	1,0000
170	Polpa De Cajú	15	Kg	602	0,60	0,0%	R\$ 4.018,00	0,01%	R\$ 267,87	40	R\$ 6,67	1,0000
171	Polpa De Cupuaçu	337	Kg	106.124	106,08	1,1%	R\$ 930.245,16	2,01%	R\$ 2.760,37	315	R\$ 8,77	0,9996
172	Polpa De Goiaba	59	Kg	56.089	56,09	0,6%	R\$ 430.426,25	0,93%	R\$ 7.295,36	951	R\$ 7,67	1,0000
173	Polpa De Graviola	89	Kg	26.623	26,64	0,3%	R\$ 241.854,00	0,52%	R\$ 2.717,46	299	R\$ 9,08	1,0005
174	Polpa de Manga	13	Kg	416	0,42	0,0%	R\$ 3.744,00	0,01%	R\$ 288,00	32	R\$ 9,00	1,0000
175	Polpa De Maracujá	77	Kg	54.861	54,86	0,6%	R\$ 459.597,44	0,99%	R\$ 5.968,80	712	R\$ 8,38	1,0000
176	Polpa De Muruci	44	Kg	5.769	5,77	0,1%	R\$ 57.690,00	0,12%	R\$ 1.311,14	131	R\$ 10,00	1,0000
177	Polpa De Taperebá	74	Kg	65.189	65,19	0,7%	R\$ 376.496,27	0,81%	R\$ 5.087,79	881	R\$ 5,78	1,0000
178	Pupunha (Cozida)	110	Pct	22.876	8,94	0,1%	R\$ 46.322,00	0,10%	R\$ 421,11	208	R\$ 2,02	0,3908
179	Pupunha In Natura	353	Kg	147.737	146,84	1,6%	R\$ 885.972,00	1,91%	R\$ 2.509,84	419	R\$ 6,00	0,9939
180	Queijo Manteiga	8	Kg	170	0,17	0,0%	R\$ 4.760,00	0,01%	R\$ 595,00	21	R\$ 28,00	1,0000
181	Queijo Qualho	3	Kg	14	0,01	0,0%	R\$ 287,00	0,00%	R\$ 95,67	5	R\$ 20,50	1,0000
182	Quiabo	162	Mç	140.570	47,80	0,5%	R\$ 411.859,00	0,89%	R\$ 2.542,34	868	R\$ 2,93	0,3401
183	Rabanete	3	Mç	110	0,02	0,0%	R\$ 110,00	0,00%	R\$ 36,67	37	R\$ 1,00	0,2000
184	Ramputã	32	Pct	3.384	1,28	0,0%	R\$ 10.152,00	0,02%	R\$ 317,25	106	R\$ 3,00	0,3770
185	Repolho	35	Kg	6.900	6,90	0,1%	R\$ 34.500,00	0,07%	R\$ 985,71	197	R\$ 5,00	1,0000
186	Rúcula	61	Mç	33.560	6,39	0,1%	R\$ 67.120,00	0,15%	R\$ 1.100,33	550	R\$ 2,00	0,1905
187	Salsa	93	Mç	110.562	24,39	0,3%	R\$ 55.499,50	0,12%	R\$ 596,77	1.189	R\$ 0,50	0,2206
188	Sapoti	1	Pct	75	0,08	0,0%	R\$ 75,00	0,00%	R\$ 75,00	75	R\$ 1,00	1,0000
189	Sucuúba	1	Pct	5	0,01	0,0%	R\$ 25,00	0,00%	R\$ 25,00	5	R\$ 5,00	1,0000
190	Tambaqui	1	Kg	20	0,02	0,0%	R\$ 230,00	0,00%	R\$ 230,00	20	R\$ 11,50	1,0000
191	Tamoatá	9	Kg	595	0,60	0,0%	R\$ 4.462,50	0,01%	R\$ 495,83	66	R\$ 7,50	1,0000
192	Tangerina	102	Pct	92.924	92,75	1,0%	R\$ 185.858,00	0,40%	R\$ 1.822,14	911	R\$ 2,00	0,9982
193	Taperebá	57	Kg	4.058	4,06	0,0%	R\$ 8.116,00	0,02%	R\$ 142,39	71	R\$ 2,00	1,0000
194	Tomate	9	Pct	271	0,27	0,0%	R\$ 813,00	0,00%	R\$ 90,33	30	R\$ 3,00	1,0000
195	Tomate Cereja	10	Kg	559	0,56	0,0%	R\$ 4.472,00	0,01%	R\$ 447,20	56	R\$ 8,00	1,0000
196	Traíra	8	Kg	664	0,66	0,0%	R\$ 4.980,00	0,01%	R\$ 622,50	83	R\$ 7,50	1,0000
197	Tucumã	16	L1	1.579	1,05	0,0%	R\$ 1.579,00	0,00%	R\$ 98,69	99	R\$ 1,00	0,6670
198	Tucunaré	4	Kg	230	0,23	0,0%	R\$ 2.990,00	0,01%	R\$ 747,50	58	R\$ 13,00	1,0000
199	Tucupi	616	L1	189.268	126,26	1,4%	R\$ 378.536,00	0,82%	R\$ 614,51	307	R\$ 2,00	0,6671
200	Tucupi (Molho Apimentado)	24	L1	718	0,48	0,0%	R\$ 4.057,66	0,01%	R\$ 169,07	30	R\$ 5,65	0,6670

201	Urucum (Cachopa)	28	Mç	1.844	1,84	0,0%	R\$ 1.844,00	0,00%	R\$ 65,86	66	R\$ 1,00	0,9964
202	Urucum Vinho	52	L1	2.801	1,89	0,0%	R\$ 14.005,00	0,03%	R\$ 269,33	54	R\$ 5,00	0,6734
203	Uxi	24	Fruto	5.518	5,52	0,1%	R\$ 1.820,94	0,00%	R\$ 75,87	230	R\$ 0,33	1,0000
204	Vick	11	Muda	2.297	2,30	0,0%	R\$ 11.485,00	0,02%	R\$ 1.044,09	209	R\$ 5,00	1,0000
205	Vinagreira	43	Mç	5.448	0,68	0,0%	R\$ 5.448,00	0,01%	R\$ 126,70	127	R\$ 1,00	0,1250
<b>Total Geral</b>				<b>9.317</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 46.267.827,17</b>	<b>100,00%</b>					

**Produção Comercializada nas Feiras de Produtores no Estado do Amapá, no Ano de 2020. Produto, Número de Produtores, Quantidade, Equivalente Tonelada, Receita e Médias dos Produtos por Maior Receita.**

Período de 01/01/2020 à 31/12/2020

Nº	Produto	Nº de	Unid	Quant	Eq/T	%	Receita	%	Receita Média	por Produtor	Produção	Média por
Preço Médio	por Unidade	Peso Médio por	Unidade (Kg)						por Produtor	Média por	por Unidade	Unidade
(Kg)		Produtores								Produtor		
1	Abacate	24	Kg	2.979	2,98	0,1%	R\$ 3.840,80	0,02%	R\$ 160,03	124	R\$ 1,29	1,0000
2	Abacaxi	107	Fruto	259.231	217,59	5,0%	R\$ 1.339.223,06	6,85%	R\$ 12.516,10	2.423	R\$ 5,17	0,8394
3	Abiu	22	Und	13.210	1,29	0,0%	R\$ 1.717,30	0,01%	R\$ 78,06	600	R\$ 0,13	0,0975
4	Abóbora Ou Jerimum	168	Und	30.114	120,88	2,8%	R\$ 170.746,38	0,87%	R\$ 1.016,35	179	R\$ 5,67	4,0140
5	Açaí (Muda)	1	Und	15	0,02	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 30,00	15	R\$ 2,00	1,0000
6	Açaí Fruto	12	L20	517	8,62	0,2%	R\$ 10.340,00	0,05%	R\$ 861,67	43	R\$ 20,00	16,6670
7	Açaí Vinho	75	L1	15.859	13,44	0,3%	R\$ 64.076,00	0,33%	R\$ 854,35	211	R\$ 4,04	0,8476
8	Acará (peixe)	3	Kg	570	0,57	0,0%	R\$ 1.140,00	0,01%	R\$ 380,00	190	R\$ 2,00	1,0000
9	Acerola	74	Kg	12.531	12,53	0,3%	R\$ 25.542,00	0,13%	R\$ 345,16	169	R\$ 2,04	1,0000
10	Agrião	20	Mç	970	0,17	0,0%	R\$ 970,00	0,00%	R\$ 48,50	49	R\$ 1,00	0,1798
11	Alface	149	Pé	248.529	33,55	0,8%	R\$ 372.643,50	1,91%	R\$ 2.500,96	1.668	R\$ 1,50	0,1350
12	Alface Roxo	1	Mç	50	0,01	0,0%	R\$ 75,00	0,00%	R\$ 75,00	50	R\$ 1,50	0,1350
13	Alfavaca	16	Mç	674	0,22	0,0%	R\$ 674,00	0,00%	R\$ 42,13	42	R\$ 1,00	0,3200
14	Algodão	45	Mç	5.422	0,54	0,0%	R\$ 5.422,00	0,03%	R\$ 120,49	120	R\$ 1,00	0,0998
15	Almeirão	2	Mç	35	0,01	0,0%	R\$ 87,50	0,00%	R\$ 43,75	18	R\$ 2,50	0,3500
16	Ameixa	5	Kg	130	0,13	0,0%	R\$ 262,60	0,00%	R\$ 52,52	26	R\$ 2,02	1,0000
17	Amor Crescido	23	Muda	2.450	2,45	0,1%	R\$ 7.962,50	0,04%	R\$ 346,20	107	R\$ 3,25	1,0000
18	Areá	20	Pct	1.264	0,57	0,0%	R\$ 1.264,00	0,01%	R\$ 63,20	63	R\$ 1,00	0,4500
19	Arruda	10	Muda	2.831	2,83	0,1%	R\$ 32.454,27	0,17%	R\$ 3.245,43	283	R\$ 11,46	1,0000
20	Babatimão	3	Pct	166	0,17	0,0%	R\$ 830,00	0,00%	R\$ 276,67	55	R\$ 5,00	1,0000

21	Babosa	16	Muda	1.772	1,77	0,0%	R\$ 8.860,00	0,05%	R\$ 553,75	111	R\$ 5,00	1,0000
22	Bacaba (Muda)	2	Und	480	0,48	0,0%	R\$ 960,00	0,00%	R\$ 480,00	240	R\$ 2,00	1,0000
23	Bacaba Fruto	16	L20	6.291	103,60	2,4%	R\$ 62.910,00	0,32%	R\$ 3.931,88	393	R\$ 10,00	16,4678
24	Bacaba Vinho	79	L1	14.875	9,93	0,2%	R\$ 142.840,00	0,73%	R\$ 1.808,10	188	R\$ 9,60	0,6677
25	Banana	333	Ch	40.700	811,70	18,5%	R\$ 244.159,00	1,25%	R\$ 733,21	122	R\$ 6,00	19,9435
26	Banana Branca	6	Ch	81	1,62	0,0%	R\$ 1.417,50	0,01%	R\$ 236,25	14	R\$ 17,50	20,0000
27	Banana Pacuçu	13	Ch	165	3,30	0,1%	R\$ 4.125,00	0,02%	R\$ 317,31	13	R\$ 25,00	20,0000
28	Banana Pacuçu/Mingau	8	Und	945	0,14	0,0%	R\$ 1.417,50	0,01%	R\$ 177,19	118	R\$ 1,50	0,1500
29	Banana Prata	32	Ch	865	17,30	0,4%	R\$ 19.462,50	0,10%	R\$ 608,20	27	R\$ 22,50	20,0000
30	Batata Doce	110	Kg	20.479	21,05	0,5%	R\$ 76.796,25	0,39%	R\$ 698,15	186	R\$ 3,75	1,0278
31	Berinjela	12	Kg	897	0,90	0,0%	R\$ 2.691,00	0,01%	R\$ 224,25	75	R\$ 3,00	1,0000
32	Beterraba	1	Kg	5	0,01	0,0%	R\$ 8,70	0,00%	R\$ 8,70	5	R\$ 1,74	1,0000
33	Biribá	14	Fruto	1.143	0,92	0,0%	R\$ 3.429,00	0,02%	R\$ 244,93	82	R\$ 3,00	0,8050
34	Boldo	23	Mç	3.259	3,26	0,1%	R\$ 1.629,50	0,01%	R\$ 70,85	142	R\$ 0,50	1,0000
35	Caatinga de Mulata (Muda)	9	Muda	555	0,56	0,0%	R\$ 3.607,50	0,02%	R\$ 400,83	62	R\$ 6,50	1,0000
36	Cacau	22	Pct	2.733	0,89	0,0%	R\$ 5.466,00	0,03%	R\$ 248,45	124	R\$ 2,00	0,3260
37	Cajarana	1	Und	80	0,01	0,0%	R\$ 20,00	0,00%	R\$ 20,00	80	R\$ 0,25	0,1219
38	Cajú	8	Fruto	1.790	1,18	0,0%	R\$ 472,50	0,00%	R\$ 59,06	224	R\$ 0,26	0,6607
39	Caldo de Cana	3	L1	642	0,43	0,0%	R\$ 963,00	0,00%	R\$ 321,00	214	R\$ 1,50	0,6670
40	Camapú	3	Pct	300	0,14	0,0%	R\$ 300,00	0,00%	R\$ 100,00	100	R\$ 1,00	0,4500
41	Cana De Açúcar	24	Pct	1.870	3,15	0,1%	R\$ 3.740,00	0,02%	R\$ 155,83	78	R\$ 2,00	1,6871
42	Canela	7	Mç	723	0,09	0,0%	R\$ 723,00	0,00%	R\$ 103,29	103	R\$ 1,00	0,1250
43	Capim Marinho	30	Muda	5.542	5,49	0,1%	R\$ 27.710,00	0,14%	R\$ 923,67	185	R\$ 5,00	0,9901
44	Cará	116	Kg	20.478	20,43	0,5%	R\$ 92.151,00	0,47%	R\$ 794,41	177	R\$ 4,50	0,9977
45	Cariru	50	Mç	14.417	9,35	0,2%	R\$ 14.417,00	0,07%	R\$ 288,34	288	R\$ 1,00	0,6484
46	Castanha De Cajú	1	Kg	120	0,12	0,0%	R\$ 2.480,40	0,01%	R\$ 2.480,40	120	R\$ 20,67	1,0000
47	Castanha Do Brasil (Amêndoa)	65	L1	36.516	24,36	0,6%	R\$ 254.712,00	1,30%	R\$ 3.918,65	562	R\$ 6,98	0,6670
48	Castanha Do Brasil (Ouriço)	3	Und	160	0,14	0,0%	R\$ 320,00	0,00%	R\$ 106,67	53	R\$ 2,00	0,8959
49	Cebolinha	26	Mç	13.399	6,70	0,2%	R\$ 13.399,00	0,07%	R\$ 515,35	515	R\$ 1,00	0,5000
50	Chama	8	Muda	690	0,69	0,0%	R\$ 4.485,00	0,02%	R\$ 560,63	86	R\$ 6,50	1,0000
51	Cheiro Verde	257	Mç	1.574.117	40,93	0,9%	R\$ 1.574.145,50	8,05%	R\$ 6.125,08	6.125	R\$ 1,00	0,0260
52	Chicória	194	Mç	1.368.180	48,03	1,1%	R\$ 794.716,80	4,06%	R\$ 4.096,48	7.052	R\$ 0,58	0,0351
53	Cipó pra Tudo	5	Pct	1.785	0,04	0,0%	R\$ 3.570,00	0,02%	R\$ 714,00	357	R\$ 2,00	0,0200
54	Coalhada	8	L1	820	0,55	0,0%	R\$ 2.050,00	0,01%	R\$ 256,25	103	R\$ 2,50	0,6670
55	Coco (Gelado)	10	Und	822	0,78	0,0%	R\$ 2.055,00	0,01%	R\$ 205,50	82	R\$ 2,50	0,9500

56	Coco (muda)	1	Und	115	0,11	0,0%	R\$ 230,00	0,00%	R\$ 230,00	115	R\$ 2,00	0,9913
57	Coco Seco	102	Und	46.701	29,97	0,7%	R\$ 70.051,50	0,36%	R\$ 686,78	458	R\$ 1,50	0,6416
58	Coco Verde	173	Und	117.981	110,84	2,5%	R\$ 186.821,50	0,96%	R\$ 1.079,89	682	R\$ 1,58	0,9394
59	Coentro	115	Mç	91.536	6,52	0,1%	R\$ 91.536,00	0,47%	R\$ 795,97	796	R\$ 1,00	0,0712
60	Cominho	6	Muda	550	0,55	0,0%	R\$ 2.750,00	0,01%	R\$ 458,33	92	R\$ 5,00	1,0000
61	Couve	205	Mç	632.232	47,28	1,1%	R\$ 831.473,70	4,25%	R\$ 4.055,97	3.084	R\$ 1,32	0,0748
62	Cubiu	3	Pct	260	0,26	0,0%	R\$ 260,00	0,00%	R\$ 86,67	87	R\$ 1,00	1,0000
63	Cupuaçu	127	Fruto	14.790	12,85	0,3%	R\$ 73.950,00	0,38%	R\$ 582,28	116	R\$ 5,00	0,8685
64	Desinflama	7	Muda	465	0,47	0,0%	R\$ 2.325,00	0,01%	R\$ 332,14	66	R\$ 5,00	1,0000
65	Espinafre	3	Mç	930	0,93	0,0%	R\$ 3.720,00	0,02%	R\$ 1.240,00	310	R\$ 4,00	1,0000
66	Farinha De Mandioca	880	L1	787.058	525,07	12,0%	R\$ 4.275.473,19	21,86%	R\$ 4.858,49	894	R\$ 5,43	0,6671
67	Farinha De Tapioca	84	L1	13.790	9,20	0,2%	R\$ 68.210,00	0,35%	R\$ 812,02	164	R\$ 4,95	0,6670
68	Feijão Carioca	37	Kg	3.376	3,38	0,1%	R\$ 8.440,00	0,04%	R\$ 228,11	91	R\$ 2,50	1,0000
69	Feijão Caupi	30	Kg	2.241	2,24	0,1%	R\$ 5.602,50	0,03%	R\$ 186,75	75	R\$ 2,50	1,0000
70	Feijão Verde (Descascado)	25	Kg	3.095	3,10	0,1%	R\$ 21.665,00	0,11%	R\$ 866,60	124	R\$ 7,00	1,0000
71	Feijão Verde (salada)	87	Mç	53.615	35,58	0,8%	R\$ 53.615,00	0,27%	R\$ 616,26	616	R\$ 1,00	0,6637
72	Feijão Verde (Vagem)	68	Mç	18.451	8,60	0,2%	R\$ 23.001,25	0,12%	R\$ 338,25	271	R\$ 1,25	0,4661
73	Folha De Algodão	10	Mç	411	0,14	0,0%	R\$ 205,50	0,00%	R\$ 20,55	41	R\$ 0,50	0,3500
74	Fruta Pão	6	Pct	1.579	0,57	0,0%	R\$ 1.591,00	0,01%	R\$ 265,17	263	R\$ 1,01	0,3600
75	Galinha Caipira	26	Und	6.707	12,07	0,3%	R\$ 201.210,00	1,03%	R\$ 7.738,85	258	R\$ 30,00	1,8000
76	Gengibre	24	Pct	1.483	0,37	0,0%	R\$ 1.483,00	0,01%	R\$ 61,79	62	R\$ 1,00	0,2525
77	Genipapo	5	Fruto	350	0,16	0,0%	R\$ 350,00	0,00%	R\$ 70,00	70	R\$ 1,00	0,4500
78	Goiaba	31	Kg	5.936	5,94	0,1%	R\$ 11.872,00	0,06%	R\$ 382,97	191	R\$ 2,00	1,0000
79	Goma De Tapioca (Amido)	238	Kg	49.662	49,65	1,1%	R\$ 272.298,52	1,39%	R\$ 1.144,11	209	R\$ 5,48	0,9997
80	Graviola	53	Fruto	1.640	2,03	0,0%	R\$ 4.970,00	0,03%	R\$ 93,77	31	R\$ 3,03	1,2350
81	Hortelã	62	Muda	29.009	28,99	0,7%	R\$ 154.584,67	0,79%	R\$ 2.493,30	468	R\$ 5,33	0,9993
82	Inajá	6	L1	350	0,23	0,0%	R\$ 700,00	0,00%	R\$ 116,67	58	R\$ 2,00	0,6670
83	Ingá	36	Und	5.795	1,95	0,0%	R\$ 5.795,00	0,03%	R\$ 160,97	161	R\$ 1,00	0,3364
84	Inhame	2	Kg	39	0,04	0,0%	R\$ 78,00	0,00%	R\$ 39,00	20	R\$ 2,00	1,0000
85	Jaca Da Bahia	119	Fruto	11.989	79,73	1,8%	R\$ 101.906,50	0,52%	R\$ 856,36	101	R\$ 8,50	6,6500
86	Jambo	11	Pct	1.020	1,02	0,0%	R\$ 1.020,00	0,01%	R\$ 92,73	93	R\$ 1,00	1,0000
87	Jambú	151	Mç	125.476	4,60	0,1%	R\$ 250.952,00	1,28%	R\$ 1.661,93	831	R\$ 2,00	0,0367
88	Japana	9	Muda	1.567	1,57	0,0%	R\$ 7.835,00	0,04%	R\$ 870,56	174	R\$ 5,00	1,0000
89	Jiló	12	Kg	547	0,55	0,0%	R\$ 1.094,00	0,01%	R\$ 91,17	46	R\$ 2,00	1,0000
90	Juru	5	L1	106	0,07	0,0%	R\$ 227,90	0,00%	R\$ 45,58	21	R\$ 2,15	0,6670
91	Laranja	162	Fruto	461.500	56,68	1,3%	R\$ 138.450,00	0,71%	R\$ 854,63	2.849	R\$ 0,30	0,1228

92	Laranja Da Terra	4	Fruto	542	0,07	0,0%	R\$ 271,00	0,00%	R\$ 67,75	136	R\$ 0,50	0,1290
93	Leite De Gado	12	L1	1.499	0,99	0,0%	R\$ 2.998,00	0,02%	R\$ 249,83	125	R\$ 2,00	0,6634
94	Leite Do Amapá	6	L1	319	0,21	0,0%	R\$ 7.975,00	0,04%	R\$ 1.329,17	53	R\$ 25,00	0,6670
95	Lima	15	Fruto	8.130	1,05	0,0%	R\$ 2.316,00	0,01%	R\$ 154,40	542	R\$ 0,28	0,1290
96	Limão	171	Pct	131.839	26,36	0,6%	R\$ 263.678,00	1,35%	R\$ 1.541,98	771	R\$ 2,00	0,1999
97	Limão Galego	23	Fruto	2.419	0,31	0,0%	R\$ 1.209,50	0,01%	R\$ 52,59	105	R\$ 0,50	0,1290
98	Limão Tanja	2	Pct	240	0,24	0,0%	R\$ 480,00	0,00%	R\$ 240,00	120	R\$ 2,00	1,0000
99	Macaxeira (Descascada)	208	Kg	179.967	179,97	4,1%	R\$ 494.909,25	2,53%	R\$ 2.379,37	865	R\$ 2,75	1,0000
100	Macaxeira (Raiz)	152	Kg	65.960	65,96	1,5%	R\$ 164.600,00	0,84%	R\$ 1.082,89	434	R\$ 2,50	1,0000
101	Mamão Comum	180	Kg	51.133	51,12	1,2%	R\$ 153.399,00	0,78%	R\$ 852,22	284	R\$ 3,00	0,9998
102	Mamão Havai	2	Kg	22	0,02	0,0%	R\$ 77,00	0,00%	R\$ 38,50	11	R\$ 3,50	1,0000
103	Mandioca	1	Kg	290	0,29	0,0%	R\$ 290,00	0,00%	R\$ 290,00	290	R\$ 1,00	1,0000
104	Manga Comum	80	Pct	61.462	61,46	1,4%	R\$ 138.289,50	0,71%	R\$ 1.728,62	768	R\$ 2,25	1,0000
105	Manga Enxertada	8	Fruto	1.635	0,49	0,0%	R\$ 1.635,00	0,01%	R\$ 204,38	204	R\$ 1,00	0,3000
106	Mangericão	28	Muda	4.396	4,40	0,1%	R\$ 13.188,00	0,07%	R\$ 471,00	157	R\$ 3,00	1,0000
107	Maniva Pré Cozida	75	Kg	123.179	123,18	2,8%	R\$ 492.716,00	2,52%	R\$ 6.569,55	1.642	R\$ 4,00	1,0000
108	Maracujá	168	Kg	57.577	57,56	1,3%	R\$ 287.885,00	1,47%	R\$ 1.713,60	343	R\$ 5,00	0,9997
109	Marupazinho	5	Muda	261	0,26	0,0%	R\$ 783,00	0,00%	R\$ 156,60	52	R\$ 3,00	1,0000
110	Massa De Macaxeira	37	Kg	87.229	87,23	2,0%	R\$ 261.387,00	1,34%	R\$ 7.064,51	2.358	R\$ 3,00	1,0000
111	Mastruz	121	Mç	92.298	21,25	0,5%	R\$ 93.276,00	0,48%	R\$ 770,88	763	R\$ 1,01	0,2302
112	Maxixe	204	Mç	142.338	24,97	0,6%	R\$ 213.526,00	1,09%	R\$ 1.046,70	698	R\$ 1,50	0,1754
113	Mel De Abelha	16	L1	663	0,44	0,0%	R\$ 16.575,00	0,08%	R\$ 1.035,94	41	R\$ 25,00	0,6670
114	Melancia	55	Und	49.531	396,25	9,0%	R\$ 297.186,00	1,52%	R\$ 5.403,38	901	R\$ 6,00	8,0000
115	Milho Verde	15	Und	13.365	2,19	0,1%	R\$ 6.682,50	0,03%	R\$ 445,50	891	R\$ 0,50	0,1640
116	Mirra	1	Muda	20	0,02	0,0%	R\$ 160,00	0,00%	R\$ 160,00	20	R\$ 8,00	1,0000
117	Murici	28	Kg	2.397	2,40	0,1%	R\$ 5.034,00	0,03%	R\$ 179,79	86	R\$ 2,10	1,0000
118	Óleo de Copafba	1	L1	1	0,00	0,0%	R\$ 25,00	0,00%	R\$ 25,00	1	R\$ 25,00	1,0000
119	Oriza (Muda)	5	Muda	215	0,22	0,0%	R\$ 1.397,50	0,01%	R\$ 279,50	43	R\$ 6,50	1,0000
120	Ovos	15	Dz	40.533	22,83	0,5%	R\$ 243.198,00	1,24%	R\$ 16.213,20	2.702	R\$ 6,00	0,5633
121	Ovos (Codorna)	3	Dz	1.845	1,85	0,0%	R\$ 9.225,00	0,05%	R\$ 3.075,00	615	R\$ 5,00	1,0000
122	Paricá	1	Pct	10	0,00	0,0%	R\$ 10,00	0,00%	R\$ 10,00	10	R\$ 1,00	0,2500
123	Pato	4	Und	56	0,12	0,0%	R\$ 1.400,00	0,01%	R\$ 350,00	14	R\$ 25,00	2,2000
124	Pepino	183	Kg	122.277	122,25	2,8%	R\$ 407.182,41	2,08%	R\$ 2.225,04	668	R\$ 3,33	0,9998
125	Pepino Japonês	1	Kg	40	0,04	0,0%	R\$ 200,00	0,00%	R\$ 200,00	40	R\$ 5,00	1,0000
126	Pimenta (Condimentos)	10	Pote	530	0,11	0,0%	R\$ 662,50	0,00%	R\$ 66,25	53	R\$ 1,25	0,2000
127	Pimenta Do Reino	5	Kg	835	0,84	0,0%	R\$ 6.680,00	0,03%	R\$ 1.336,00	167	R\$ 8,00	1,0000
128	Pimenta Queimosa	151	Pct	40.562	20,47	0,5%	R\$ 93.264,45	0,48%	R\$ 617,65	269	R\$ 2,30	0,5048

129	Pimenta Tempero(Verde)	346	Kg	157.875	157,63	3,6%	R\$ 1.577.250,00	8,06%	R\$ 4.558,53	456	R\$ 9,99	0,9984
130	Pimentão	10	Kg	505	0,51	0,0%	R\$ 1.010,00	0,01%	R\$ 101,00	51	R\$ 2,00	1,0000
131	Pimentinha (Muda)	1	Muda	20	0,01	0,0%	R\$ 160,00	0,00%	R\$ 160,00	20	R\$ 8,00	0,5000
132	Piquiá	21	Und	5.829	3,88	0,1%	R\$ 11.658,00	0,06%	R\$ 555,14	278	R\$ 2,00	0,6650
133	Pirarucu	8	Kg	462	0,46	0,0%	R\$ 2.772,00	0,01%	R\$ 346,50	58	R\$ 6,00	1,0000
134	Plantas Medicinais	30	Mç	31.511	31,51	0,7%	R\$ 189.066,00	0,97%	R\$ 6.302,20	1.050	R\$ 6,00	1,0000
135	Polpa De Abacaxi	35	Kg	15.342	15,34	0,4%	R\$ 93.412,00	0,48%	R\$ 2.668,91	438	R\$ 6,09	1,0000
136	Polpa De Acerola	56	Kg	22.742	22,74	0,5%	R\$ 147.659,85	0,76%	R\$ 2.636,78	406	R\$ 6,49	1,0000
137	Polpa de Bacuri	5	Kg	173	0,17	0,0%	R\$ 4.325,00	0,02%	R\$ 865,00	35	R\$ 25,00	1,0000
138	Polpa De Cajú	9	Kg	297	0,30	0,0%	R\$ 2.413,50	0,01%	R\$ 268,17	33	R\$ 8,13	1,0000
139	Polpa De Cupuaçu	178	Kg	37.654	37,65	0,9%	R\$ 330.728,88	1,69%	R\$ 1.858,03	212	R\$ 8,78	0,9998
140	Polpa De Goiaba	35	Kg	17.528	17,53	0,4%	R\$ 134.493,35	0,69%	R\$ 3.842,67	501	R\$ 7,67	1,0001
141	Polpa De Graviola	42	Kg	7.226	7,24	0,2%	R\$ 65.811,00	0,34%	R\$ 1.566,93	172	R\$ 9,11	1,0016
142	Polpa de Manga	2	Kg	100	0,10	0,0%	R\$ 900,00	0,00%	R\$ 450,00	50	R\$ 9,00	1,0000
143	Polpa De Maracujá	46	Kg	20.826	20,83	0,5%	R\$ 174.998,51	0,89%	R\$ 3.804,32	453	R\$ 8,40	1,0000
144	Polpa De Muruci	31	Kg	2.740	2,74	0,1%	R\$ 27.400,00	0,14%	R\$ 883,87	88	R\$ 10,00	1,0000
145	Polpa De Taperebá	47	Kg	22.960	22,96	0,5%	R\$ 133.175,23	0,68%	R\$ 2.833,52	489	R\$ 5,80	1,0000
146	Pupunha (Cozida)	7	Pct	402	0,16	0,0%	R\$ 804,00	0,00%	R\$ 114,86	57	R\$ 2,00	0,3900
147	Pupunha In Natura	178	Kg	48.550	48,30	1,1%	R\$ 291.294,00	1,49%	R\$ 1.636,48	273	R\$ 6,00	0,9948
148	Queijo Manteiga	6	Kg	58	0,06	0,0%	R\$ 1.624,00	0,01%	R\$ 270,67	10	R\$ 28,00	1,0000
149	Queijo Qualho	1	Kg	4	0,00	0,0%	R\$ 82,00	0,00%	R\$ 82,00	4	R\$ 20,50	1,0000
150	Quiabo	84	Mç	37.556	12,77	0,3%	R\$ 111.821,00	0,57%	R\$ 1.331,20	447	R\$ 2,98	0,3400
151	Rabanete	1	Mç	6	0,00	0,0%	R\$ 6,00	0,00%	R\$ 6,00	6	R\$ 1,00	0,2000
152	Ramputã	8	Pct	680	0,26	0,0%	R\$ 2.040,00	0,01%	R\$ 255,00	85	R\$ 3,00	0,3770
153	Repolho	11	Kg	1.056	1,06	0,0%	R\$ 5.280,00	0,03%	R\$ 480,00	96	R\$ 5,00	1,0000
154	Rúcula	41	Mç	12.091	2,30	0,1%	R\$ 24.182,00	0,12%	R\$ 589,80	295	R\$ 2,00	0,1900
155	Salsa	72	Mç	43.727	9,62	0,2%	R\$ 21.863,50	0,11%	R\$ 303,66	607	R\$ 0,50	0,2200
156	Sapoti	1	Pct	300	0,30	0,0%	R\$ 300,00	0,00%	R\$ 300,00	300	R\$ 1,00	1,0000
157	Soro De Leite	1	L1	10	0,01	0,0%	R\$ 15,00	0,00%	R\$ 15,00	10	R\$ 1,50	0,6670
158	Sucuúba	2	Pct	709	0,71	0,0%	R\$ 3.545,00	0,02%	R\$ 1.772,50	355	R\$ 5,00	1,0000
159	Tamoatá	4	Kg	180	0,18	0,0%	R\$ 1.350,00	0,01%	R\$ 337,50	45	R\$ 7,50	1,0000
160	Tangerina	61	Pct	33.329	33,14	0,8%	R\$ 61.218,00	0,31%	R\$ 1.003,57	546	R\$ 1,84	0,9942
161	Taperebá	19	Kg	961	0,96	0,0%	R\$ 1.922,00	0,01%	R\$ 101,16	51	R\$ 2,00	1,0000
162	Tomate	8	Pct	405	0,41	0,0%	R\$ 1.215,00	0,01%	R\$ 151,88	51	R\$ 3,00	1,0000
163	Tomate Cereja	10	Kg	648	0,65	0,0%	R\$ 5.184,00	0,03%	R\$ 518,40	65	R\$ 8,00	1,0000
164	Traíra	4	Kg	240	0,24	0,0%	R\$ 1.800,00	0,01%	R\$ 450,00	60	R\$ 7,50	1,0000
165	Tucumã	6	L1	148	0,10	0,0%	R\$ 148,00	0,00%	R\$ 24,67	25	R\$ 1,00	0,6670

166	Tucunaré	2	Kg	50	0,05	0,0%	R\$ 650,00	0,00%	R\$ 325,00	25	R\$ 13,00	1,0000
167	Tucupi	351	L1	70.060	46,73	1,1%	R\$ 140.120,00	0,72%	R\$ 399,20	200	R\$ 2,00	0,6670
168	Tucupi (Molho Apimentado)	4	L1	70	0,05	0,0%	R\$ 396,90	0,00%	R\$ 99,23	18	R\$ 5,67	0,6670
169	Urucum (Cachopa)	8	Mç	91	0,09	0,0%	R\$ 91,00	0,00%	R\$ 11,38	11	R\$ 1,00	1,0000
170	Urucum Vinho	31	L1	946	0,63	0,0%	R\$ 4.730,00	0,02%	R\$ 152,58	31	R\$ 5,00	0,6688
171	Uxi	2	Fruto	20	0,02	0,0%	R\$ 6,60	0,00%	R\$ 3,30	10	R\$ 0,33	1,0000
172	Vick	1	Muda	30	0,03	0,0%	R\$ 150,00	0,00%	R\$ 150,00	30	R\$ 5,00	1,0000
173	Vinagreira	25	Mç	6.725	0,84	0,0%	R\$ 6.725,00	0,03%	R\$ 269,00	269	R\$ 1,00	0,1250
<b>Total Geral</b>				<b>4.380</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 19.556.825,22</b>	<b>100,00%</b>					

**Produção Comercializada nas Feiras de Produtores no Estado do Amapá, no Ano de 2021. Produto, Número de Produtores, Quantidade, Equivalente Tonelada, Receita e Médias dos Produtos por Maior Receita.**

Período de 01/01/2021 à 31/12/2021

Nº Preço Médio Unidade	Produto por Unidade	Nº de Peso Médio por Produtores	Unid por Unidade	Quant	Eq/T	%	Receita	%	Receita Média	por Produtor	Produção	Média por
									por Produtor	Média por Produtor	por Unidade	por (Kg)
1	Abacate	32	Kg	4.380	4,38	0,1%	R\$ 5.256,00	0,02%	R\$ 164,25	137	R\$ 1,20	0,9998
2	Abacaxi	109	Fruto	321.126	269,38	4,5%	R\$ 1.660.221,42	5,52%	R\$ 15.231,39	2.946	R\$ 5,17	0,8389
3	Abiu	23	Und	8.725	0,85	0,0%	R\$ 1.134,25	0,00%	R\$ 49,32	379	R\$ 0,13	0,0975
4	Abóbora Ou Jerimun	172	Und	42.165	169,47	2,8%	R\$ 239.075,55	0,80%	R\$ 1.389,97	245	R\$ 5,67	4,0191
5	Abobrinha Verde	1	Kg	10	0,04	0,0%	R\$ 5,00	0,00%	R\$ 5,00	10	R\$ 0,50	4,0200
6	Açaí (Muda)	2	Und	60	0,06	0,0%	R\$ 120,00	0,00%	R\$ 60,00	30	R\$ 2,00	1,0000
7	Açaí Fruto	20	L20	2.294	38,01	0,6%	R\$ 45.880,00	0,15%	R\$ 2.294,00	115	R\$ 20,00	16,5694
8	Açaí Vinho	57	L1	23.182	15,46	0,3%	R\$ 93.900,00	0,31%	R\$ 1.647,37	407	R\$ 4,05	0,6670
9	Acará (peixe)	1	Kg	80	0,08	0,0%	R\$ 160,00	0,00%	R\$ 160,00	80	R\$ 2,00	1,0000
10	Acerola	48	Kg	10.457	10,46	0,2%	R\$ 26.938,00	0,09%	R\$ 561,21	218	R\$ 2,58	1,0000
11	Agrião	18	Mç	1.947	0,32	0,0%	R\$ 1.947,00	0,01%	R\$ 108,17	108	R\$ 1,00	0,1625
12	Alface	157	Pé	397.597	53,73	0,9%	R\$ 596.395,50	1,98%	R\$ 3.798,70	2.532	R\$ 1,50	0,1351
13	Alfavaca	21	Mç	1.154	0,38	0,0%	R\$ 1.154,00	0,00%	R\$ 54,95	55	R\$ 1,00	0,3324
14	Algodão	67	Mç	18.708	2,07	0,0%	R\$ 18.708,00	0,06%	R\$ 279,22	279	R\$ 1,00	0,1106
15	Ameixa	1	Kg	12	0,01	0,0%	R\$ 24,24	0,00%	R\$ 24,24	12	R\$ 2,02	1,0000
16	Amor Crescido	34	Muda	4.049	4,04	0,1%	R\$ 13.159,25	0,04%	R\$ 387,04	119	R\$ 3,25	0,9987
17	Anador	1	Muda	20	0,02	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 100,00	20	R\$ 5,00	1,0000

18	Andiroba	1	Pct	2	0,00	0,0%	R\$ 4,00	0,00%	R\$ 4,00	2	R\$ 2,00	0,2500
19	Areá	21	Pct	750	0,34	0,0%	R\$ 750,00	0,00%	R\$ 35,71	36	R\$ 1,00	0,4500
20	Arruda	7	Muda	534	0,53	0,0%	R\$ 6.231,78	0,02%	R\$ 890,25	76	R\$ 11,67	1,0000
21	Ata	3	Fruto	1.930	1,93	0,0%	R\$ 1.930,00	0,01%	R\$ 643,33	643	R\$ 1,00	1,0000
22	Babatimão	2	Pct	200	0,20	0,0%	R\$ 1.000,00	0,00%	R\$ 500,00	100	R\$ 5,00	1,0000
23	Babosa	17	Muda	464	0,46	0,0%	R\$ 2.320,00	0,01%	R\$ 136,47	27	R\$ 5,00	1,0000
24	Bacaba Fruto	7	L20	420	6,87	0,1%	R\$ 4.200,00	0,01%	R\$ 600,00	60	R\$ 10,00	16,3622
25	Bacaba Vinho	29	L1	16.462	10,98	0,2%	R\$ 164.380,00	0,55%	R\$ 5.668,28	568	R\$ 9,99	0,6670
26	Banana	304	Ch	45.695	911,87	15,3%	R\$ 274.140,00	0,91%	R\$ 901,78	150	R\$ 6,00	19,9556
27	Banana Branca	12	Ch	537	10,74	0,2%	R\$ 9.397,50	0,03%	R\$ 783,13	45	R\$ 17,50	20,0000
28	Banana Pacuçu	14	Ch	416	8,32	0,1%	R\$ 10.400,00	0,03%	R\$ 742,86	30	R\$ 25,00	20,0000
29	Banana Pacuçu/Mingau	5	Und	89	0,07	0,0%	R\$ 133,50	0,00%	R\$ 26,70	18	R\$ 1,50	0,8191
30	Banana Prata	44	Ch	1.809	36,18	0,6%	R\$ 40.702,50	0,14%	R\$ 925,06	41	R\$ 22,50	20,0000
31	Batata Doce	72	Kg	15.920	16,11	0,3%	R\$ 59.700,00	0,20%	R\$ 829,17	221	R\$ 3,75	1,0119
32	Berinjela	21	Kg	3.144	3,14	0,1%	R\$ 9.432,00	0,03%	R\$ 449,14	150	R\$ 3,00	1,0000
33	Biribá	30	Fruto	4.469	3,60	0,1%	R\$ 13.407,00	0,04%	R\$ 446,90	149	R\$ 3,00	0,8050
34	Boldo	18	Mç	1.593	1,59	0,0%	R\$ 796,50	0,00%	R\$ 44,25	89	R\$ 0,50	1,0000
35	Caatinga de Mulata (Muda)	5	Muda	41	0,04	0,0%	R\$ 266,50	0,00%	R\$ 53,30	8	R\$ 6,50	1,0000
36	Cacau	26	Pct	3.611	1,18	0,0%	R\$ 7.222,00	0,02%	R\$ 277,77	139	R\$ 2,00	0,3260
37	Cajarana	7	Und	925	0,11	0,0%	R\$ 231,25	0,00%	R\$ 33,04	132	R\$ 0,25	0,1219
38	Cajú	4	Fruto	330	0,22	0,0%	R\$ 82,50	0,00%	R\$ 20,63	83	R\$ 0,25	0,6638
39	Caldo de Cana	11	L1	2.186	1,50	0,0%	R\$ 3.279,00	0,01%	R\$ 298,09	199	R\$ 1,50	0,6865
40	Camapú	11	Pct	962	0,43	0,0%	R\$ 962,00	0,00%	R\$ 87,45	87	R\$ 1,00	0,4500
41	Cana De Açúcar	33	Pct	2.852	4,85	0,1%	R\$ 5.704,00	0,02%	R\$ 172,85	86	R\$ 2,00	1,7020
42	Canela	1	Mç	15	0,00	0,0%	R\$ 15,00	0,00%	R\$ 15,00	15	R\$ 1,00	0,1250
43	Capim Marinho	19	Muda	747	0,75	0,0%	R\$ 3.735,00	0,01%	R\$ 196,58	39	R\$ 5,00	1,0000
44	Cará	83	Kg	11.916	11,92	0,2%	R\$ 53.622,00	0,18%	R\$ 646,05	144	R\$ 4,50	1,0000
45	Carambola	4	Fruto	213	0,01	0,0%	R\$ 74,55	0,00%	R\$ 18,64	53	R\$ 0,35	0,0600
46	Cariru	59	Mç	15.496	10,08	0,2%	R\$ 15.496,00	0,05%	R\$ 262,64	263	R\$ 1,00	0,6507
47	Castanha De Cajú	4	Kg	882	0,88	0,0%	R\$ 18.230,94	0,06%	R\$ 4.557,74	221	R\$ 20,67	1,0000
48	Castanha Do Brasil (Amêndoa)	43	L1	16.934	11,33	0,2%	R\$ 118.538,00	0,39%	R\$ 2.756,70	394	R\$ 7,00	0,6694
49	Castanha do Brasil (BomBom)	1	Pct	50	0,05	0,0%	R\$ 75,00	0,00%	R\$ 75,00	50	R\$ 1,50	1,0000
50	Castanha do Brasil (Doce)	1	Pt	160	0,08	0,0%	R\$ 2.460,80	0,01%	R\$ 2.460,80	160	R\$ 15,38	0,5000
51	Castanha Do Brasil (Ouriço)	3	Und	265	0,27	0,0%	R\$ 530,00	0,00%	R\$ 176,67	88	R\$ 2,00	1,0000
52	Cebolinha	13	Mç	1.783	0,89	0,0%	R\$ 1.783,00	0,01%	R\$ 137,15	137	R\$ 1,00	0,5000
53	Chama	7	Muda	1.020	1,02	0,0%	R\$ 6.630,00	0,02%	R\$ 947,14	146	R\$ 6,50	1,0000

54	Cheiro Verde	245	Mç	2.650.566	67,13	1,1%	R\$ 2.647.566,00	8,81%	R\$ 10.806,39	10.819	R\$ 1,00	0,0253
55	Chicória	214	Mç	2.513.607	88,41	1,5%	R\$ 1.460.422,74	4,86%	R\$ 6.824,41	11.746	R\$ 0,58	0,0352
56	Coalhada	7	L1	1.596	1,06	0,0%	R\$ 3.990,00	0,01%	R\$ 570,00	228	R\$ 2,50	0,6670
57	Cocada	1	Und	5	0,01	0,0%	R\$ 5,00	0,00%	R\$ 5,00	5	R\$ 1,00	1,0000
58	Coco (Gelado)	3	Und	300	0,29	0,0%	R\$ 750,00	0,00%	R\$ 250,00	100	R\$ 2,50	0,9500
59	Coco Seco	103	Und	46.423	29,79	0,5%	R\$ 69.634,50	0,23%	R\$ 676,06	451	R\$ 1,50	0,6416
60	Coco Verde	200	Und	164.502	154,63	2,6%	R\$ 246.753,00	0,82%	R\$ 1.233,77	823	R\$ 1,50	0,9400
61	Coentro	125	Mç	164.295	11,55	0,2%	R\$ 164.295,00	0,55%	R\$ 1.314,36	1.314	R\$ 1,00	0,0703
62	Cominho	5	Muda	270	0,27	0,0%	R\$ 1.350,00	0,00%	R\$ 270,00	54	R\$ 5,00	1,0000
63	Copaiba (Muda)	1	Und	1	0,00	0,0%	R\$ 2,00	0,00%	R\$ 2,00	1	R\$ 2,00	1,0000
64	Couve	195	Mç	1.056.970	78,25	1,3%	R\$ 1.407.503,75	4,68%	R\$ 7.217,97	5.420	R\$ 1,33	0,0740
65	Cubiu	2	Pct	255	0,26	0,0%	R\$ 255,00	0,00%	R\$ 127,50	128	R\$ 1,00	1,0000
66	Cupuaçu	137	Fruto	23.419	20,73	0,3%	R\$ 117.070,00	0,39%	R\$ 854,53	171	R\$ 5,00	0,8850
67	Desinflama	4	Muda	60	0,06	0,0%	R\$ 300,00	0,00%	R\$ 75,00	15	R\$ 5,00	1,0000
68	Farinha De Mandioca	903	L1	1.254.449	839,67	14,1%	R\$ 7.313.437,67	24,32%	R\$ 8.099,05	1.389	R\$ 5,83	0,6693
69	Farinha De Tapioca	79	L1	13.839	9,23	0,2%	R\$ 69.195,00	0,23%	R\$ 875,89	175	R\$ 5,00	0,6672
70	Fava	1	Kg	10	0,01	0,0%	R\$ 30,00	0,00%	R\$ 30,00	10	R\$ 3,00	1,0000
71	Feijão Carioca	28	Kg	4.414	4,41	0,1%	R\$ 11.035,00	0,04%	R\$ 394,11	158	R\$ 2,50	1,0000
72	Feijão Caupi	36	Kg	2.985	2,99	0,1%	R\$ 7.462,50	0,02%	R\$ 207,29	83	R\$ 2,50	1,0000
73	Feijão Verde (Descascado)	54	Kg	10.988	10,99	0,2%	R\$ 76.916,00	0,26%	R\$ 1.424,37	203	R\$ 7,00	1,0000
74	Feijão Verde (salada)	100	Mç	71.816	47,67	0,8%	R\$ 71.816,00	0,24%	R\$ 718,16	718	R\$ 1,00	0,6638
75	Feijão Verde (Vagem)	98	Mç	77.886	36,35	0,6%	R\$ 97.107,50	0,32%	R\$ 990,89	795	R\$ 1,25	0,4667
76	Flexa	1	Und	10	0,01	0,0%	R\$ 100,00	0,00%	R\$ 100,00	10	R\$ 10,00	1,0000
77	Folha De Algodão	12	Mç	640	0,22	0,0%	R\$ 459,00	0,00%	R\$ 38,25	53	R\$ 0,72	0,3500
78	Folha de Maniva	1	Kg	210	0,21	0,0%	R\$ 200,00	0,00%	R\$ 200,00	210	R\$ 0,95	1,0000
79	Fruta Pão	6	Pct	785	0,28	0,0%	R\$ 785,00	0,00%	R\$ 130,83	131	R\$ 1,00	0,3600
80	Galinha Caipira	27	Und	6.789	12,22	0,2%	R\$ 202.995,00	0,68%	R\$ 7.518,33	251	R\$ 29,90	1,8000
81	Galinha Caipira (Pelada)	3	Und	70	0,13	0,0%	R\$ 2.380,00	0,01%	R\$ 793,33	23	R\$ 34,00	1,8000
82	Gengibre	16	Pct	947	0,27	0,0%	R\$ 947,00	0,00%	R\$ 59,19	59	R\$ 1,00	0,2898
83	Genipapo	2	Fruto	510	0,23	0,0%	R\$ 510,00	0,00%	R\$ 255,00	255	R\$ 1,00	0,4500
84	Goiaba	41	Kg	5.282	5,28	0,1%	R\$ 10.564,00	0,04%	R\$ 257,66	129	R\$ 2,00	1,0000
									<b>(Kg)</b>			
85	Goma De Tapioca (Amido)	207	Kg	66.143	66,14	1,1%	R\$ 370.973,00	1,23%	R\$ 1.792,14	320	R\$ 5,61	1,0000
86	Graviola	56	Fruto	2.525	3,12	0,1%	R\$ 8.437,00	0,03%	R\$ 150,66	45	R\$ 3,34	1,2350
87	Hortelã	81	Muda	33.038	33,04	0,6%	R\$ 176.085,94	0,59%	R\$ 2.173,90	408	R\$ 5,33	1,0000
88	Inajá	13	L1	1.065	0,71	0,0%	R\$ 2.130,00	0,01%	R\$ 163,85	82	R\$ 2,00	0,6670
89	Ingá	54	Und	21.301	7,14	0,1%	R\$ 21.301,00	0,07%	R\$ 394,46	394	R\$ 1,00	0,3350

90	Inhame	1	Kg	30	0,03	0,0%	R\$ 60,00	0,00%	R\$ 60,00	30	R\$ 2,00	1,0000
91	Jaca Da Bahia	109	Fruto	8.274	54,68	0,9%	R\$ 70.329,00	0,23%	R\$ 645,22	76	R\$ 8,50	6,6090
92	Jambo	18	Pct	4.425	2,29	0,0%	R\$ 4.425,00	0,01%	R\$ 245,83	246	R\$ 1,00	0,5167
93	Jambú	177	Mç	198.914	7,89	0,1%	R\$ 397.828,00	1,32%	R\$ 2.247,62	1.124	R\$ 2,00	0,0397
94	Japana	5	Muda	135	0,14	0,0%	R\$ 675,00	0,00%	R\$ 135,00	27	R\$ 5,00	1,0000
95	Jiló	11	Kg	1.052	1,05	0,0%	R\$ 2.104,00	0,01%	R\$ 191,27	96	R\$ 2,00	1,0000
96	Juru	6	L1	207	0,14	0,0%	R\$ 445,05	0,00%	R\$ 74,18	35	R\$ 2,15	0,6670
97	Laranja	169	Fruto	876.493	128,43	2,2%	R\$ 262.947,90	0,87%	R\$ 1.555,90	5.186	R\$ 0,30	0,1465
98	Laranja Da Terra	4	Fruto	2.450	0,32	0,0%	R\$ 1.225,00	0,00%	R\$ 306,25	613	R\$ 0,50	0,1290
99	Leite De Gado	21	L1	2.811	1,86	0,0%	R\$ 5.622,00	0,02%	R\$ 267,71	134	R\$ 2,00	0,6632
100	Leite Do Amapá	6	L1	410	0,27	0,0%	R\$ 10.250,00	0,03%	R\$ 1.708,33	68	R\$ 25,00	0,6670
101	Lima	14	Fruto	4.836	0,62	0,0%	R\$ 1.205,20	0,00%	R\$ 86,09	345	R\$ 0,25	0,1290
102	Limão	212	Pct	183.128	36,62	0,6%	R\$ 366.056,00	1,22%	R\$ 1.726,68	864	R\$ 2,00	0,2000
103	Limão Galego	42	Fruto	13.998	1,81	0,0%	R\$ 7.124,00	0,02%	R\$ 169,62	333	R\$ 0,51	0,1294
104	Limão Tanja	1	Pct	20	0,02	0,0%	R\$ 40,00	0,00%	R\$ 40,00	20	R\$ 2,00	1,0000
105	Macaxeira (Descascada)	186	Kg	187.905	187,91	3,2%	R\$ 516.738,75	1,72%	R\$ 2.778,17	1.010	R\$ 2,75	1,0000
106	Macaxeira (Raiz)	185	Kg	169.668	169,66	2,8%	R\$ 424.170,00	1,41%	R\$ 2.292,81	917	R\$ 2,50	0,9999
107	Mamão Comum	189	Kg	129.421	129,42	2,2%	R\$ 388.263,00	1,29%	R\$ 2.054,30	685	R\$ 3,00	1,0000
108	Mamão Havai	1	Kg	5	0,01	0,0%	R\$ 17,50	0,00%	R\$ 17,50	5	R\$ 3,50	1,0000
109	Mandioca	2	Kg	180	0,18	0,0%	R\$ 180,00	0,00%	R\$ 90,00	90	R\$ 1,00	1,0000
110	Manga Comum	44	Pct	29.033	29,03	0,5%	R\$ 65.324,25	0,22%	R\$ 1.484,64	660	R\$ 2,25	1,0000
111	Manga Enxertada	10	Fruto	1.475	0,44	0,0%	R\$ 840,00	0,00%	R\$ 84,00	148	R\$ 0,57	0,3000
112	Mangericão	49	Muda	6.778	6,75	0,1%	R\$ 20.334,00	0,07%	R\$ 414,98	138	R\$ 3,00	0,9957
113	Maniva Pré Cozida	56	Kg	201.498	201,39	3,4%	R\$ 804.992,00	2,68%	R\$ 14.374,86	3.598	R\$ 4,00	0,9995
114	Maracujá	145	Kg	74.053	74,05	1,2%	R\$ 370.265,00	1,23%	R\$ 2.553,55	511	R\$ 5,00	1,0000
115	Mari-Mari	8	Pct	803	0,80	0,0%	R\$ 803,00	0,00%	R\$ 100,38	100	R\$ 1,00	1,0000
116	Marupazinho	1	Muda	60	0,06	0,0%	R\$ 180,00	0,00%	R\$ 180,00	60	R\$ 3,00	1,0000
117	Massa De Macaxeira	44	Kg	142.523	142,52	2,4%	R\$ 427.569,00	1,42%	R\$ 9.717,48	3.239	R\$ 3,00	1,0000
118	Mastruz	147	Mç	176.054	40,66	0,7%	R\$ 178.724,00	0,59%	R\$ 1.215,81	1.198	R\$ 1,02	0,2309
119	Maxixe	262	Mç	266.019	47,73	0,8%	R\$ 398.758,50	1,33%	R\$ 1.521,98	1.015	R\$ 1,50	0,1794
120	Mel De Abelha	10	L1	365	0,24	0,0%	R\$ 9.125,00	0,03%	R\$ 912,50	37	R\$ 25,00	0,6670
121	Melancia	55	Und	48.097	384,78	6,5%	R\$ 288.582,00	0,96%	R\$ 5.246,95	874	R\$ 6,00	8,0000
122	Milho Verde	31	Und	33.029	5,45	0,1%	R\$ 16.514,50	0,05%	R\$ 532,73	1.065	R\$ 0,50	0,1650
123	Murici	20	Kg	1.150	1,15	0,0%	R\$ 3.830,00	0,01%	R\$ 191,50	58	R\$ 3,33	1,0000
124	Óleo de Copafba	1	L1	2	0,00	0,0%	R\$ 50,00	0,00%	R\$ 50,00	2	R\$ 25,00	0,6670
125	Oriza (Muda)	1	Muda	50	0,05	0,0%	R\$ 325,00	0,00%	R\$ 325,00	50	R\$ 6,50	1,0000
126	Ovos	20	Dz	61.607	34,70	0,6%	R\$ 369.642,00	1,23%	R\$ 18.482,10	3.080	R\$ 6,00	0,5633

127	Ovos (Codorna)	5	Dz	2.988	2,98	0,1%	R\$ 14.940,00	0,05%	R\$ 2.988,00	598	R\$ 5,00	0,9963
128	Ovos (Marron)	4	Dz	950	0,95	0,0%	R\$ 5.700,00	0,02%	R\$ 1.425,00	238	R\$ 6,00	1,0000
129	Pato	4	Und	33	0,07	0,0%	R\$ 825,00	0,00%	R\$ 206,25	8	R\$ 25,00	2,2000
130	Pepino	202	Kg	176.749	176,75	3,0%	R\$ 588.574,17	1,96%	R\$ 2.913,73	875	R\$ 3,33	1,0000
131	Pimenta (Condimentos)	21	Pote	2.460	0,49	0,0%	R\$ 3.075,00	0,01%	R\$ 146,43	117	R\$ 1,25	0,2000
132	Pimenta Do Reino	9	Kg	890	0,89	0,0%	R\$ 7.120,00	0,02%	R\$ 791,11	99	R\$ 8,00	1,0000
133	Pimenta Queimosa	159	Pct	65.950	33,24	0,6%	R\$ 153.013,40	0,51%	R\$ 962,35	415	R\$ 2,32	0,5040
134	Pimenta Tempero(Verde)	364	Kg	239.438	239,14	4,0%	R\$ 2.393.680,00	7,96%	R\$ 6.576,04	658	R\$ 10,00	0,9987
135	Pimentinha (Muda)	6	Muda	182	0,18	0,0%	R\$ 1.456,00	0,00%	R\$ 242,67	30	R\$ 8,00	1,0000
136	Piquiá	44	Und	10.879	7,23	0,1%	R\$ 21.758,00	0,07%	R\$ 494,50	247	R\$ 2,00	0,6650
137	Pirarucu	3	Kg	70	0,07	0,0%	R\$ 460,00	0,00%	R\$ 153,33	23	R\$ 6,57	1,0000
138	Pitomba	2	Pct	70	0,03	0,0%	R\$ 140,00	0,00%	R\$ 70,00	35	R\$ 2,00	0,4500
139	Plantas Medicinais	28	Mç	5.446	5,45	0,1%	R\$ 32.643,00	0,11%	R\$ 1.165,82	195	R\$ 5,99	1,0000
140	Polpa De Abacaxi	28	Fruto	34	0,03	0,0%	R\$ 175,78	0,00%	R\$ 6,28	1	R\$ 5,17	0,8388
141	Polpa De Abacaxi	28	Kg	22.706	22,70	0,4%	R\$ 138.084,00	0,46%	R\$ 4.931,57	811	R\$ 6,08	0,9998
142	Polpa de Açaí	1	Kg	10	0,01	0,0%	R\$ 65,00	0,00%	R\$ 65,00	10	R\$ 6,50	1,0000
143	Polpa De Acerola	46	Kg	28.771	28,77	0,5%	R\$ 188.079,11	0,63%	R\$ 4.088,68	625	R\$ 6,54	1,0000
144	Polpa De Cajú	5	Kg	90	0,09	0,0%	R\$ 592,00	0,00%	R\$ 118,40	18	R\$ 6,58	1,0000
145	Polpa De Cupuaçú	216	Fruto	33	0,03	0,0%	R\$ 165,00	0,00%	R\$ 0,76	0	R\$ 5,00	0,8850
146	Polpa De Cupuaçú	216	Kg	65.876	65,85	1,1%	R\$ 574.726,40	1,91%	R\$ 2.660,77	305	R\$ 8,72	0,9996
147	Polpa De Goiaba	40	Kg	27.306	27,31	0,5%	R\$ 209.766,16	0,70%	R\$ 5.244,15	683	R\$ 7,68	1,0000
148	Polpa De Graviola	53	Kg	15.252	15,25	0,3%	R\$ 139.058,00	0,46%	R\$ 2.623,74	288	R\$ 9,12	1,0002
149	Polpa de Manga	4	Kg	177	0,18	0,0%	R\$ 1.593,00	0,01%	R\$ 398,25	44	R\$ 9,00	1,0000
150	Polpa De Maracujá	50	Kg	32.337	32,30	0,5%	R\$ 272.777,38	0,91%	R\$ 5.455,55	647	R\$ 8,44	0,9990
151	Polpa De Muruci	18	Kg	1.677	1,68	0,0%	R\$ 16.506,00	0,05%	R\$ 917,00	93	R\$ 9,84	1,0000
152	Polpa De Taperebá	41	Kg	31.495	31,51	0,5%	R\$ 184.046,61	0,61%	R\$ 4.488,94	768	R\$ 5,84	1,0005
153	Pupunha (Cozida)	27	Pct	1.333	0,52	0,0%	R\$ 2.666,00	0,01%	R\$ 98,74	49	R\$ 2,00	0,3900
154	Pupunha In Natura	252	Kg	109.150	108,89	1,8%	R\$ 654.000,00	2,18%	R\$ 2.595,24	433	R\$ 5,99	0,9976
155	Queijo Manteiga	5	Kg	170	0,17	0,0%	R\$ 4.760,00	0,02%	R\$ 952,00	34	R\$ 28,00	1,0000
156	Queijo Qualho	1	Kg	8	0,01	0,0%	R\$ 164,00	0,00%	R\$ 164,00	8	R\$ 20,50	1,0000
157	Quiabo	115	Mç	90.013	30,57	0,5%	R\$ 268.439,00	0,89%	R\$ 2.334,25	783	R\$ 2,98	0,3397
158	Rabanete	2	Mç	120	0,02	0,0%	R\$ 120,00	0,00%	R\$ 60,00	60	R\$ 1,00	0,2000
159	Ramputã	24	Pct	2.013	0,76	0,0%	R\$ 6.039,00	0,02%	R\$ 251,63	84	R\$ 3,00	0,3770
160	Repolho	9	Kg	1.254	1,25	0,0%	R\$ 6.270,00	0,02%	R\$ 696,67	139	R\$ 5,00	1,0000
161	Rúcula	61	Mç	19.613	3,73	0,1%	R\$ 39.226,00	0,13%	R\$ 643,05	322	R\$ 2,00	0,1900
162	Salsa	88	Mç	56.932	12,53	0,2%	R\$ 28.951,00	0,10%	R\$ 328,99	647	R\$ 0,51	0,2200
163	Sapoti	3	Pct	500	0,50	0,0%	R\$ 500,00	0,00%	R\$ 166,67	167	R\$ 1,00	1,0000

164	Tambaqui	2	Kg	510	0,51	0,0%	R\$ 5.865,00	0,02%	R\$ 2.932,50	255	R\$ 11,50	1,0000
165	Tamoatá	3	Kg	116	0,12	0,0%	R\$ 870,00	0,00%	R\$ 290,00	39	R\$ 7,50	1,0000
166	Tangerina	89	Pct	171.691	171,69	2,9%	R\$ 343.382,00	1,14%	R\$ 3.858,22	1.929	R\$ 2,00	1,0000
167	Taperebá	18	Kg	1.374	1,37	0,0%	R\$ 2.808,00	0,01%	R\$ 156,00	76	R\$ 2,04	1,0000
168	Tomate	3	Pct	73	0,07	0,0%	R\$ 219,00	0,00%	R\$ 73,00	24	R\$ 3,00	1,0000
169	Tomate Cereja	10	Kg	651	0,65	0,0%	R\$ 5.208,00	0,02%	R\$ 520,80	65	R\$ 8,00	1,0000
170	Traíra	2	Kg	90	0,09	0,0%	R\$ 675,00	0,00%	R\$ 337,50	45	R\$ 7,50	1,0000
171	Tucupi	363	L1	106.799	71,24	1,2%	R\$ 213.718,00	0,71%	R\$ 588,75	294	R\$ 2,00	0,6670
172	Tucupi (Molho Apimentado)	18	L1	802	0,53	0,0%	R\$ 4.547,34	0,02%	R\$ 252,63	45	R\$ 5,67	0,6670
173	Urucum (Cachopa)	3	Mç	51	0,05	0,0%	R\$ 51,00	0,00%	R\$ 17,00	17	R\$ 1,00	1,0000
174	Urucum Vinho	32	L1	1.246	0,83	0,0%	R\$ 6.230,00	0,02%	R\$ 194,69	39	R\$ 5,00	0,6697
175	Uxi	4	Fruto	1.355	1,36	0,0%	R\$ 447,15	0,00%	R\$ 111,79	339	R\$ 0,33	1,0000
176	Vick	2	Muda	35	0,04	0,0%	R\$ 175,00	0,00%	R\$ 87,50	18	R\$ 5,00	1,0000
177	Vinagreira	11	Mç	319	0,04	0,0%	R\$ 319,00	0,00%	R\$ 29,00	29	R\$ 1,00	0,1250
<b>Total Geral</b>				<b>5.954</b>	<b>100,00%</b>	<b>R\$ 30.067.036,28</b>	<b>100,00%</b>					

